PARQUES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação

Tese de doutorado

FAUUSP 1999

VLADIMIR BARTALINI

Orientador: Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

VERSÃO DIGITAL

Apenas para distribuição e pesquisa

Agradecimentos

É grande o número de pessoas amigas e familiares a quem devo agradecer pela ajuda que me prestaram durante a elaboração da tese, seja pelo apoio moral, seja pelo apoio intelectual, ou por ambos. Na impossibilidade de mencionar todas, devo me ater àquelas que, sem deixarem de ser amigas e de me apoiarem moralmente, tiveram também uma participação objetiva no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço, pois, ao orientador da tese, professor Flávio Villaça, por ter me aceitado como orientando e proporcionado a ampliação dos meus conhecimentos, ao me convidar para participar do grupo de estudos que se reunia com ele quinzenalmente. Agradeço, da mesma forma, aos colegas do grupo de estudos por terem me auxiliado, direta ou indiretamente, na preparação da tese.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica de Campinas pelas bolsas de auxílio à capacitação docente que me concedeu.

Agradeço, ainda, às professoras Maria Cristina da Silva Leme e Yvonne Mautner, membros da banca de qualificação da tese, pelas contribuições que na ocasião me ofereceram.

À Silvana Zioni pela indicação, muito oportuna, das fontes bibliográficas para as questões de estatística.

Ao Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, nas pessoas de Regina Fátima de Matos Fernandes, diretora do DEPAVE 1, e de Cícero Valim, responsável pela Seção Técnica de Desenho – DEPAVE 14, que permitiram o acesso ao arquivo de projetos do Departamento, e aos colegas que trabalham ou trabalharam no DEPAVE, que se dispuseram a conceder entrevistas.

Ao Quadro de Paisagismo no Brasil – Projeto QUAPÁ, na pessoa do professor Sílvio Soares Macedo que permitiu o uso de desenhos ali produzidos, para ilustrar trechos da tese.

A Guilherme de Toledo, responsável pela diagramação e artes gráficas, e a César A. E. Assis, que o auxiliou nos desenhos.

A Maurício Maranhão Sanches pela plotagem, em mapas, dos dados da pesquisa de campo.

À equipe de campo formada por Adriano Bosetti, André Masinello Restrepo, Arthur Pacheco Siqueira Brito, Carlos Manuel Sequeira Jr., Cassiana Souza Lima, Débora Maranhão Sanches, Francisca Souza Lima, Ione Beatriz Banheza, Jubileide Batista de Souza, Larissa Souza Lima, Letícia Banks, Luciano Caruggi de Faria, Ludmila Mara Banks, Maria Aparecida Pimenta e Maurício Maranhão Sanches.

À Adriana Pardini, pela revisão do *Abstract*.

À Célia pela compreensão, pelos comentários e pela revisão do texto.

À minha mãe e à memória de meu pai

Resumo

A ação da municipalidade de São Paulo no provimento de áreas verdes de recreação foi investigada desde o final do século XIX, quando se criou um órgão administrativo específico para tratar das áreas verdes municipais, até os dias de hoje. Este intervalo de tempo foi subdividido em períodos marcados por mudanças na organização, nas atribuições e na produção deste órgão e também por mudanças nos hábitos e nas necessidades de lazer da população. A análise se deu em torno de quatro variáveis, tratadas sistematicamente em cada período, quais sejam: as formas de lazer nas áreas verdes da cidade; a organização administrativa para atender às demandas por áreas verdes de lazer; a produção de áreas verdes pelo poder municipal; planos e projetos de áreas verdes de recreação. Para analisar o desempenho da Prefeitura no período mais recente, fizeram-se entrevistas com os freqüentadores de oito parques municipais: Aclimação, Anhanguera, Carmo, Guarapiranga, Ibirapuera, Luz, Piqueri e Previdência. Concluiu-se que o provimento de áreas verdes de lazer pela Prefeitura se deu de maneira irregular, sem planejamento e por decisões que escapavam ao controle do órgão administrativo competente. Viu-se também que a maior parte da produção dos projetos se deu distanciada dos debates programáticos e estéticos contemporâneos a cada período considerado. A pesquisa de campo realizada com os freqüentadores dos oito parques selecionados mostrou a importância que a maior parte deles atribui aos valores paisagístico-ambientais dos parques, revelando ao mesmo tempo que a falta de cuidado com o ambiente do parque como um todo, as falhas de manutenção de espaços ou equipamentos específicos e a falta de segurança, são os aspectos que mais os incomodam nos parques municipais.

Abstract

The performance of the Municipality of São Paulo in providing green recreation areas, was investigated from the end of 19th century *when the Administration of Public Gardens was created* to our days. This period encompasses smaller periods which correspond to changes in the way the later named Department of Parks and Green Areas answered to the claim for green recreation areas. The users' habits have changed as well during this time. The analysis was done taking into account four aspects that suffered changes: the habits of leisure in green areas; the Municipality organization to meet the demand for green recreation areas; the actual production of the Municipality throughout this century; plans and projects for public green areas. To evaluate the Municipality performance nowadays, interviews have been done with users of eight municipal parks. The conclusion is that the provision of public green recreation areas by the Department of Parks was done in an irregular way, without any planning, at the mercy of eventualities and opportunities. It was also concluded that the production of municipal parks was done without considering contemporary debates about park programs and design. The research with park users showed that the most important reason why they go to parks is the landscape and "atmosphere". Another finding shown by this research is that users are critical of the lack of concern found there and the absence of maintenance and safety observable in such parks.

Índice

<u>Introdução</u>	1
<u>Capítulo 1</u> As áreas verdes de recreação na segunda metade do século XIX	15
<u>1.1</u> Formas de lazer ao ar livre e as áreas verdes da cidade	17
<u>1.2</u> Organização administrativa para os assuntos de áreas verdes públicas	25
<u>1.3</u> Ações do poder público para o provimento das áreas verdes de recreação	27
<u>1.4</u> Jardineiros, jardinistas, os jardins e a cidade	37
<u>Capítulo 2</u> Da Administração dos Jardins Públicos à Subdivisão dos Parques, Jardins e Cemitérios	51
<u>2.1</u> Formas de lazer ao ar livre e as áreas verdes da cidade	52
<u>2.2</u> Organização administrativa para os assuntos de áreas verdes públicas	59
<u>2.3</u> Ações da municipalidade para o provimento de áreas verdes de recreação	62
<u>2.4</u> Quadro técnico da prefeitura - planos e projetos de áreas verdes de recreação	81
<u>Capítulo 3</u> Da Subdivisão dos Parques, Jardins e Cemitérios ao Departamento de Parques e Jardins	103
<u>3.1</u> Formas de lazer ao ar livre e as áreas verdes da cidade	105
<u>3.2</u> Organização administrativa para os assuntos de áreas verdes públicas	108
<u>3.3</u> Ações da municipalidade para o provimento de áreas verdes de recreação	110
<u>3.4</u> Quadro técnico da prefeitura - planos e projetos de parques públicos	132
<u>Capítulo 4</u> Do Departamento de Parques e Jardins ao Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	142
<u>4.1</u> Formas de lazer ao ar livre e as áreas verdes da cidade	145
<u>4.2</u> Organização administrativa para os assuntos de áreas verdes públicas	147
<u>4.3</u> Ações da municipalidade para o provimento de áreas verdes de recreação	150
<u>4.4</u> Quadro técnico da prefeitura - planos e projetos de parques públicos	170
<u>Capítulo 5</u> O atual uso dos parques municipais como espaços de lazer	186
<u>5.1</u> Objetivos da pesquisa de campo	189
<u>5.2</u> Critérios para a seleção dos parques	189
<u>5.3</u> Procedimentos adotados para a pesquisa de campo	197
<u>5.4</u> Resultados da pesquisa	201
<u>5.5</u> Organização dos resultados por parque	227
<u>5.6</u> Resumo da pesquisa de campo	245
<u>Conclusão</u>	249
<u>Bibliografia</u>	257

ÍNDICE DE QUADROS

Cap.	Núm.	Nome do quadro	Pág.
2	01	Prefeitos que governaram São Paulo entre 1899 e 1934	52
	02	Composição da Administração dos Jardins em 1920 e 1927	61
	03	Logradouros arborizados de 1900 a 1910 e espécies vegetais utilizadas	74
	04	Áreas verdes tratadas até 1913 e entre 1913 e 1918	77
3	05	Prefeitos que governaram São Paulo entre 1934 e 1965	105
	06	Área dos parques municipais em relação à área e à população urbanas em 1930 e 1965	132
4	07	Prefeitos que governaram São Paulo entre 1965 e 1996	144
	08	Praças equipadas projetadas e/ou executadas entre 1974 e 1984 e depois de 1985	158
	09	Área dos parques municipais em relação à área e à população urbanas em 1965 e 1993	169
5	10	Parques municipais administrados pelo DEPAVE, por ordem cronológica de abertura ao público	188
	11	Classificação dos parques municipais por ordem decrescentes de área	190
	12	Classificação dos parques municipais em ordem decrescente de freqüentadores aos domingos	191
	13	Agrupamento dos parques municipais por região	192
	14	Tipos de parques municipais por atrativos / equipamentos para o lazer	194
	15	Condições preenchidas pelos parques municipais quanto à área, nº de freqüentadores, região e tipos de equipamentos	195
	16	Reprodução parcial da Tabela de Confiança de Gennaro	200
	17	Composição da freqüência por sexo	201
	18	Composição da freqüência por faixa etária	201
	19	Composição da freqüência por sexo e por faixa etária	201
	20	Ocupação dos freqüentadores	203
	21	Escolarização e grau de instrução dos freqüentadores	203
	22	Distância moradia-parque e tempo de percurso	205
	23	Distância moradia-parque por categorias de proximidade	206
	24	Meios de transporte utilizados para ir aos parques	206
	25	Freqüência de utilização dos parques	209
	26	Classificação dos freqüentadores por assiduidade	209
	27	Tempo de permanência nos parques	210
	28	Motivos que levam os freqüentadores aos parques por subcategorias	214
	29	Motivos que levam os freqüentadores aos parques por categorias	214
	30	Avaliações positivas por subcategorias	219
	31	Avaliações positivas por categorias	219
	32	Avaliações negativas por subcategorias	221
	33	Avaliações negativas por categorias	221
	34	Utilização dos equipamentos de lazer pelos freqüentadores	226

Introdução

Somente na segunda metade do século XIX, com a emergência da cidade de São Paulo no cenário político e econômico nacional, as áreas verdes públicas passaram a receber maior importância e a merecer mais atenção por parte dos poderes constituídos, embora nem sempre esta atenção ganhasse materialidade. De fato, vários planos e projetos relativos a áreas verdes foram elaborados, mas apenas alguns foram executados e muito do que foi executado talvez nem fizesse parte de qualquer plano.

Bem ou mal, a cidade viu crescer seu “verde oficial” ao mesmo tempo (mas não na mesma proporção) que o “verde natural” dos baldios e o “verde pecuniário” das chácaras de recreio cediam espaço a novas ruas e avenidas, a loteamentos residenciais e industriais e, também, a jardins, praças e parques públicos.

Se, no início, muito do verde provido e administrado pelos governos provincial (mais tarde estadual) e municipal era destinado ao “aformoseamento” da cidade capital, outro tanto visava à recreação dos cidadãos e ambos chegavam mesmo a se confundir. De fato, não é difícil a confusão uma vez que o exibir-se, o ver e ser visto, era também uma forma de recreação, um modo de passar o tempo do não trabalho, um hábito cultural com seus códigos próprios, que tinha nos jardins tratados com primor e nos recantos pitorescos o cenário que convinha.

Mas havia também, ao menos por parte de alguns funcionários da administração municipal, a preocupação com o verde que, na linguagem de hoje, teria o nome de ambiental. É o que se pode comprovar lendo os relatórios da Fiscalização dos Rios e Várzeas que alertavam, desde 1893, para a necessidade de plantar e conservar “guapesais” que, “além de sanearem os rios, muito contribuem para a criação de peixes”¹. Vários relatos subsequentes daquele órgão, renovaram advertências com o mesmo teor e, ainda em 1927, podia-se ler no relatório da Diretoria Geral de Higiene, à qual estava subordinada a Administração dos Jardins Públicos, o aviso de que “nossa cidade tem insuficiência de parques, necessários à higienização do ar”, aviso que não excluía a recreação porque a cidade também precisava de um parque “na medida das necessidades de sua população que já exige não só a manutenção dos jardins distribuídos pelos bairros, mas também um parque de dimensões vastas, com vegetação abundante que a acolha”².

Vê-se assim como as diversas funções do verde se interpenetravam desde então, como

¹ Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva - 1893. São Paulo, Typ. a vap., Espindola, Siqueira & Comp., 1894.

² Relatório de 1927 apresentado à Câmara Municipal pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo (1º volume). São Paulo, Empreza Graphica Limitada, 1928.

o “verde embelezador” acompanhava o “verde recreativo” e como este andava junto com o “verde ambiental”. Mesmo sabendo ser difícil a separação, é do “verde recreativo” provido pela municipalidade, nos pouco mais de cem anos em que tomou para si a responsabilidade de administrar as áreas verdes públicas, que se tratará neste trabalho. Mas fazem-se necessárias algumas linhas para situar a questão do lazer neste século, quando ganhou notoriedade mundial e, especificamente, o lazer praticado em áreas verdes, de modo a definir melhor o objeto de estudo.

Primeiramente é necessário reconhecer que o lazer é socialmente produzido. A separação rígida que se estabeleceu entre trabalho e lazer não existiu desde sempre. Ela ocorreu num determinado momento histórico, quando o desenvolvimento técnico alcançado pelo modo capitalista de produção tornou realidade a ambição humana de produzir bens mais rápido e melhor do que faria a natureza e de depender cada vez menos dela, de seus ciclos, de seu ritmo. Impulsionado pelo grande desenvolvimento científico e tecnológico ocorrido a partir do século XIX, o modo de produção capitalista- urbano-industrial impôs um novo modo do homem se relacionar com o tempo, com o trabalho e com a natureza. A partir de então trabalho, tempo e dinheiro se equívalem, de modo que todo esforço é válido para não perder a menor quantia de qualquer um deles, ou seja, “o tempo passou a ser comprado, vendido e negociado de múltiplas formas, tal qual uma mercadoria” (SANT’ANNA, 1992:15).

Na passagem da economia de base rural para a urbano-industrial importantes transformações se processaram. Uma das mais importantes para o assunto aqui tratado foi a separação entre tempo de trabalho e tempo de diversão e de descanso. De fato, ainda conforme SANT’ANNA, “nas sociedades predominantemente rurais, a tendência é a de vivenciar e entender a diversão, o descanso, o convívio social, familiar e o trabalho, como esferas e tempos que se misturam e se confundem”. Já na sociedade urbano-industrial isto não será mais possível.

Outro ponto importante de transformação, de certo modo corolário do anterior, foi o aumento descomunal das horas de trabalho. Informa CAMARGO (1998) que, no início do período industrial, na Europa, as horas de trabalho por ano passaram de 700 a 1.000 para 3.500 a 4.000, o que levaria à luta pela redução da jornada de trabalho e pelas férias anuais. Mas, uma vez regulamentada a jornada de trabalho e conquistado o tempo livre, iniciaram-se as tentativas de capturá-lo, de torná-lo capaz de atender aos “interesses de caráter econômico, moral, político, institucional, de torná-lo um negócio de algum modo útil e passível de utilização pelos diversos setores sociais” (SANT’ANNA, 1992:20). O tempo livre passa a ser um problema social e institucional. Passa a requerer a ação das instituições, entre elas a do Estado. Chegado a este ponto, não se pode perder de vista que “não foi por redução ou minimização dos conteúdos lúdicos e culturais que essa estratégia de inspecionar e organizar institucionalmente o tempo livre foi implantada. Ao contrário, foi por uma espécie de aumento compulsivo de programas, espaços, equipamentos e estudos sobre o lúdico e o tempo livre que

determinadas formas de lazer foram produzidas e determinados usos do tempo livre foram vistos como um problema, um vício chamado de ócio e disposto a correções e tratamento” (SANT’ANNA, 1992:26).

Um terceiro aspecto digno de nota seria a própria mudança do ambiente de rural para urbano. Neste sentido, o da alteração de ambiente de vida, convém observar o que disse HARVEY (1982) a respeito da representação da natureza no meio urbano: ela seria uma reação da “consciência burguesa” diante do fato de que havia algo de degradante na relação entre o trabalhador e a natureza, imposta pelo capitalismo industrial através do sistema fabril. Decorreriam disto, acredita HARVEY, a proliferação dos verdes parques públicos e a busca de passeios fora da cidade, também por parte dos trabalhadores. Embora tenha ele se referido às sociedades capitalistas avançadas, o fenômeno igualmente ocorreu no Brasil, não só por imitação, mas também porque no início da industrialização, em São Paulo especificamente, boa parte dos trabalhadores era composta de imigrantes europeus que trouxeram, entre outras coisas, seus hábitos de lazer. Com base no trabalho de RAGO (1985:195-197), SANT’ANNA afirma que “Nesse contexto, são construídos espaços de lazer como: jardins, clubes esportivos e programadas atividades de ginástica e educação física, em detrimento do botequim, das atividades que deslizavam à sombra das reuniões informais e encontros em que a gratuidade dos contatos e práticas sobrepunha-se às regras de higiene e de conduta moral que as autoridades civis e religiosas esforçavam-se para implantar nas cidades” (SANT’ANNA, 1992:25).

Mas a procura de áreas verdes para o lazer – que é o que interessa aqui – é apenas um dos aspectos da questão geral, que reside na pergunta sobre o que é o lazer, o que pode ser considerado lazer e sobre o papel social que ele desempenha. Não é o caso, nos limites deste trabalho, de ampliar ou aprofundar esta discussão, mas apenas de apresentar algumas considerações, definições e classificações já trabalhadas pela chamada sociologia do lazer.

Preocupados em distinguir as atividades que se caracterizariam como sendo de lazer, DUMAZEDIER e RIPERT (1966:43-45) propõem quatro características: duas negativas – para dizer o que não pode ser considerado como atividade de lazer – e duas positivas. A atividade de lazer, segundo eles, deveria ter:

Um caráter liberatório - Trata-se da liberação de certas obrigações, da livre escolha das atividades. Isto não quer dizer que não haja determinações sociais nesta “livre escolha”, mas sim que elas teriam um caráter secundário. Nas atividades de lazer o indivíduo estaria livre das obrigações primárias que estão na base da sociedade. “De fato”, apontam os autores, “a própria noção de lazer implica dialeticamente aquela da obrigação primária” sendo necessário que uma cesse para que a outra ocorra. É a liberação do trabalho imposto pela escola, pela empresa, pela família, pelas instituições civis e religiosas. Não é lazer, advertem, a atividade que, de lazer, passa a ser obrigação profissional – como a do “esportista campeão” – , escolar ou familiar – como a do passeio imposto.

Um caráter de gratuidade - O lazer não teria qualquer finalidade material ou social, mesmo que se saiba que elas pesam sobre o lazer. Se a atividade de lazer obedece, mesmo que parcialmente, a um fim lucrativo, utilitário ou engajado, ele não é um lazer por inteiro, mas um “semi-lazer” como, por exemplo, o do pescador que vende o que pescou, ou do indivíduo que tem por passatempo predileto fazer reparos na própria casa.

Um caráter hedonista - O lazer está sempre associado à busca da felicidade, embora não se confunda com ela. A escolha de uma atividade de lazer está associada à busca de um estado de satisfação o que supõe estar livre de “toda tensão, de toda atenção, de toda concentração”. Pode até haver tensão, esforço e disciplina em atividades de lazer, mas elas são escolhidas livremente para atingir uma satisfação desinteressada.

Um caráter pessoal - O lazer deve atender às necessidades de recuperação das fadigas que contrariam o ritmo biológico do indivíduo; de libertação do enfado cotidiano; de realização, ainda que parcial, do “homem total” como um fim em si mesmo.

A presença simultânea destas quatro categorias, dizem os autores, é “necessária e suficiente para definir o lazer. Este conjunto de propriedades é discriminatório: é ele que nos permite rejeitar entre as atividades todas, aquelas que não pertencem ao lazer e de adotar as outras que constituem nosso próprio campo de estudo”.

Dentro destas características, como se poderia classificar as atividades de lazer, uma vez que elas são inúmeras? DUMAZEDIER propõe que elas sejam classificadas em físicas, manuais, intelectuais, artísticas e sociais. A estas CAMARGO (1986) acrescenta a do lazer turístico.

É ainda CAMARGO que alerta sobre a inconveniência da classificação das atividades de lazer em “lazer passivo” e “lazer ativo”. “O lazer é sempre um fazer-alguma-coisa”, argumenta, pois o próprio devaneio é uma *ação* muito significativa, por propiciar “um momento de rara inventividade no reencontro de si mesmo”. Também não há lazer passivo, porque em toda atividade de lazer são possíveis três atitudes: “praticar, sob a forma de lazer, assistir ou estudar um assunto”, sendo difícil que apenas uma delas ocorra isoladamente.

Assim sendo, pode-se considerar uma atividade de lazer o gozo de um “estado de espírito” prazeroso que o indivíduo busca quando vai passar suas horas de lazer num parque, mesmo que isto se restrinja à contemplação pura e simples. Maior dificuldade, no entanto, estaria em verificar a presença, nas atividades de lazer, das características liberatórias, gratuitas, hedonistas e pessoais que as distinguiriam de outras atividades, uma vez que “os determinismos culturais, sociais, políticos e econômicos pesam sobre todas as atividades do cotidiano, inclusive sobre o lazer” (CAMARGO, 1986:10). A diferença estaria no grau em que ocorrem a livre escolha e os condicionamentos sociais. Nas atividades de lazer o grau de liberdade é maior do que naquelas existentes nos ambientes de trabalho, familiar, religioso ou político.

Por fim, qual a importância social do lazer? Pelo que ficou dito acerca da sua

“recuperação” ou “captura” pelo mercado e pelas instituições, a resposta já estaria dada. Pode-se ainda dizer que ele passou a ser importante a partir do momento em que se tornou um problema social, ou seja, em que despertou o temor do ócio conduzir ao vício, com os subseqüentes efeitos indesejáveis para o mundo do trabalho e possivelmente comprometedores da estabilidade social. Foi de algum modo esta preocupação que levou os filantropos do início da era industrial na Europa – sobretudo na Inglaterra – e nos Estados Unidos a encetar o chamado *park movement*. Acerca da exploração perversa da necessidade de diversão do povo diga-se ainda que, há muito mais tempo, na Roma antiga, ela já estava presente, pois sabe-se que “os Césares não deixaram a plebe bocejar nem de fome nem de tédio” ³.

Mas ele é também, sobretudo, necessário para o desenvolvimento humano. De fato, afirma FERREIRA (1959), “desde a antigüidade aos nossos dias, foi sempre necessário que algumas camadas sociais tivessem direito ao ócio, dando margem ao desenvolvimento e elaboração das obras culturais. Em nossos dias, esse direito estendeu-se às massas trabalhadoras”.

Adiciona-se a isto a inversão do paradigma comportamental apoiado na vida de trabalho que, embora relativamente recente, é cada vez mais difundida: “Não é mais somente o trabalho que preocupa as pessoas. Em nome da qualidade de vida, a diversão e o gozo lúdico da existência também se tornam um problema a ser resolvido pelos indivíduos e uma fonte de cobrança da família e dos amigos” (CAMARGO, 1998:10) pois, através da educação informal propiciada pelo lazer, plasma-se “um modelo cultural de prática social que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos” (CAMARGO, 1986:71).

O lazer é também, para CAMARGO, “o tempo da anarquia cultural”. Controlar esta anarquia “é o sonho do poder familiar, profissional, religioso ou político. Sobretudo das ditaduras políticas, cuja fantasia é de que, se penetrarem neste tempo tão rico e misterioso, conseguirão o poder total sobre os cidadãos. Na prática, felizmente, eles nunca tiveram sucesso” CAMARGO (1986:72). Mas tornando-se, sob o capitalismo, uma prática social, o lazer muitas vezes submerge às investidas do consumismo.

O século que está por findar conheceu grandes transformações em todas as áreas e, como não poderia deixar de ser, também nos hábitos de lazer. Entre os mais revolucionários incluem-se, com certeza, o rádio, o cinema, a televisão e os divertimentos informatizados. Diante disto poderiam parecer sem sentido, fadados ao desaparecimento, os tipos de lazer praticados nas chamadas áreas verdes. Ocorre, porém, que há dois séculos elas vêm servindo de suporte para atividades de lazer sempre renovadas e até mesmo sem prejuízo das formas mais antigas, como o simples passeio.

Há de fato diversas formas possíveis para o exercício do lazer em áreas verdes – desde os tradicionais passeios até a prática de esportes ou de *jogging* – e sabe-se que a busca ou a

³ YURGEL (1983), apud CARCOPINO, Jérôme - La vie quotidienne à Rome.

escolha de uma forma ou outra se faz dentro de determinadas condições culturais. Existe, portanto, uma oferta e uma demanda por atividades ou espaços de lazer que variam no tempo ao sabor dos hábitos culturais e da disponibilidade das pessoas – econômica também – para usufruir de tais produtos, do que decorrem os vários tipos de áreas verdes associados a distintas formas de lazer. Estes diferentes tipos de áreas verdes foram entrando em cena, ao menos em São Paulo, numa ordem cronológica que começa pelos jardins públicos, ruas arborizadas e praças ajardinadas, vindo em seguida os parques urbanos voltados ao lazer e, por fim, as reservas e as áreas de proteção ambiental, que também podem constituir, em certas circunstâncias, espaços de lazer, na medida em que os motivos que levem a visitá-las sejam de livre escolha do visitante, que haja gratuidade nesta escolha, que proporcione prazer e que contribua para a realização do visitante.

Mas “áreas verdes” é um termo genérico, que encerra diversas tipologias de espaços que têm por traço comum a existência de vegetação em suas variadas formas para atender a diferentes finalidades. No meio urbano, os primeiros tipos de áreas verdes públicas a surgir, na Europa, foram o “passeio” – derivado do *corso* italiano, que ensejou o *cours* francês e o *mall* inglês – por onde, entre árvores, desfilava a aristocracia européia seiscentista e, no século seguinte, um público mais diferenciado, formado, além da aristocracia urbana, pelos artistas e intelectuais que, não raramente, provinham das famílias burguesas (PANZINI, 1993); e o “jardim” – adaptação para uso público dos requintados espaços a céu aberto em torno dos palácios e das mansões senhoriais, que serviram primordialmente para o deleite dos seus proprietários e convidados e que, mais tarde, tiveram seus portões abertos em determinadas horas do dia, em determinados dias da semana e sob certas condições, a pessoas do povo.

Segundo informa SEGAWA (1996:62), em iniciativa pioneira mesmo em relação à Europa, o vice-rei da Nova Espanha ordenou, em 1592 que na cidade do México se criasse a *Alameda*, espaço quadrangular com “fontes e árvores que servissem de ornato para a cidade, e de recreação para seus vizinhos”. Registra o mesmo autor a existência de alamedas em outras cidades hispano-americanas como Santiago e Caracas, no século XVIII. No Brasil o pioneirismo, ainda conforme SEGAWA, coube a Maurício de Nassau que, durante sua gestão como governador-geral da Nova Holanda (1637-1644) construiu numa ilha próxima à cidade do Recife, a Cidade Maurícia, onde implantou, junto ao seu palácio, um bem arborizado jardim. Mas tratava-se, como em tantos outros casos europeus, de jardim em que a entrada do público dependia da vontade do proprietário.

Em termos de espaço especialmente preparado para o uso público, o primeiro caso brasileiro registrou-se no Rio de Janeiro, com o Passeio Público, executado entre 1779 e 1783. Já não se tratava de jardim gravitando em torno de uma edificação, mas sim de área verde autônoma, ou melhor, nascida urbana e para celebrar a vida urbana, sujeita às suas convenções e às da vida pública, entre elas as que regiam os hábitos de lazer. Um destes hábitos era justamente a *promenade*, o expor-se, com decoro. Passeio e jardim público

passaram a ser sinônimos, apresentando como forma típica uma certa extensão de terreno cercado, bem arborizado e ajardinado, muitas vezes ornado por esculturas e pequenos lagos, com múltiplas opções de percurso interno, instalações para o conforto dos passeantes – bancos, mesas, quiosques, restaurantes – , plantas floríferas, aves e pequenos mamíferos e eventos musicais, normalmente retretas.

Por muito tempo este hábito de lazer cortesão, tipicamente urbano e socialmente avalizado, de passear e refrescar-se num ambiente em que a natureza se apresentava convenientemente domesticada, vigorou aqui como em tantas outras partes do mundo. Foi preciso que as condições de vida da grande massa de trabalhadores das indústrias sediadas em cidades européias – inicialmente as inglesas – se tornassem muito graves e ameaçadoras da ordem pública, para despertar a atenção de governantes, intelectuais, religiosos e capitalistas, levando-os a tomar providências no sentido de proporcionar ao povo espaços de lazer para o alívio das tensões e o restabelecimento de sua “saúde física e moral”. Nisto os passeios e jardins públicos podiam fazer a sua parte, como é possível deduzir dos relatórios dos vários comitês instalados na Inglaterra vitoriana – entre eles o *Select Committee on Public Walks*, de 1833⁴. Nasceram assim os primeiros parques destinados a um lazer de massa que tiveram, na Inglaterra vitoriana, também um papel “educativo”, na medida em que se procurava, através deles, infundir no novo proletariado modelos de comportamento da burguesia.

Este tipo de parque, a que PANZINI (1993) denominou “parque social da primeira metade do oitocentos”, teve como fundamento ideológico e estético a representação da natureza, ou da vida campestre, na cidade e consistiu, do ponto de vista formal, de uma adaptação da estética paisagística, desenvolvida no setecentismo, ao ambiente urbano.

É consensual que a Inglaterra foi pioneira na teorização e na implantação deste novo tipo de área verde de lazer urbano. O pioneirismo inglês não se limitou à adaptação do jardim paisagístico – fruto do desenvolvimento das várias vertentes do paisagismo inglês que vieram à luz nos jardins realizados nas grandes propriedades rurais do século XVIII – ao parque público urbano. Tão importante quanto isto foi o caráter social que a Inglaterra imprimiu às áreas verdes, transformando-as em “parques públicos”. Comentando as características que os ingleses deram ao parque público no século XIX, assim se pronuncia PANZINI: “Aquele espaço urbano usado pelas classes abastadas para realizar o rito social de encontrar-se e exibir-se, lugar prazeroso onde a vegetação tem a função cenográfica de refinar e refrescar o lugar, adquire na Inglaterra um caráter bem mais utilitarista; ao ambiente natural na cidade é atribuída a função de prover e restaurar a saúde física e psíquica do trabalhador, colocada numa profunda crise pelas modalidades de vida e trabalho na cidade da Revolução Industrial” (PANZINI, 1993:149).

O caráter social das áreas verdes foi igualmente enfatizado na cruzada de Frederick Law

⁴ Mais informações sobre os comitês criados na Inglaterra vitoriana podem ser encontradas em CHADWICK, George F. - *The Park and the Town*. London, The Architectural Press, 1966.

Olmsted pela implantação de parques nos grandes centros urbanos dos Estados Unidos a partir da metade do século passado. Na Alemanha, já na segunda década do século XIX, falava-se em *Volksgarten* (embora não tenham sido implantados) e na Berlim da década de 1860 empreendeu-se a reforma de um antigo parque – o parque de Treptow – implantando-se nele, além de passeios e lagos – ingredientes comuns a tantos outros parques de então – um campo para jogos e atividades físicas para o público em geral, de dimensões inusitadas para a época: 100m X 250m (PANZINI, 1993:215). Mesmo na Paris imperial de Napoleão III as justificativas para a implantação dos grandes parques não deixavam de incluir uma intenção social ou de salubridade ambiental, duas noções inseparáveis no pensamento urbanístico daquele período.

Tomando como paradigma o parque de Birkenhead, projetado por Joseph Paxton na década de 1840, PANZINI (1993:173-174) resume as principais características programáticas e formais dos parques oitocentistas, que tiveram como desafio acomodar, no mesmo espaço, requisições de ordem paisagística, botânica e funcional. Elas seriam: a subdivisão do sistema de circulação em diversos tipos de tráfego formando circuitos separados e eficientes para carruagens e para pedestres; pequenos lagos de contornos sinuosos para possibilitar grande diversidade de vistas; elevações artificiais do terreno, formando pequenas colinas onduladas, por onde se insinuam os caminhos para pedestres que ora se aproximam e ora se afastam das bordas dos lagos; extensas e tranquilas pradarias para jogos ao ar livre, delimitadas por maciços de árvores. Deles, ou mais corretamente, do parque de Birkenhead, derivaram os parques urbanos norte-americanos, que tiveram em Frederick Law Olmsted seu maior expoente.

Será também a Inglaterra, especificamente Manchester, o laboratório onde foram testados os primeiros parques em que os equipamentos esportivos adquiriram grande peso no programa e no partido dos projetos. Trata-se dos parques projetados por Joshua Major, vencedor do concurso para projetar quatro parques públicos naquela cidade, levado a efeito em meados da década de 1840. A proposta de Major era ao mesmo tempo inovadora e econômica: propunha a conservação da vegetação já existente, minimizava os movimentos de terra e previa vários espaços para exercícios físicos e para jogos, todos delimitados por massas vegetais. “Ao contrário do que aconteceu em Birkenhead, onde os vastos prados para jogos não tinham uma especificidade funcional e eram, antes, parte da composição paisagística geral, Major transformou o esquema do parque romântico em parque equipado, introduzindo uma gama de campos especializados para atividades lúdicas e esportivas (...) que constitui o principal elemento de construção do cenário” (PANZINI, 1993:177).

Não é difícil reconhecer nestes parques paradigmáticos, construídos há um século e meio, a base de muitos parques públicos projetados ainda hoje. Eles também evidenciam a transição do “parque contemplativo” para o “parque equipado”, com as perdas e ganhos que lhe são inerentes, pois se se obteve maior complexidade no programa, que passou a incorporar

múltiplas atrações para os mais diversos interesses, isto se deu em detrimento dos aspectos paisagísticos em sentido estrito.

Embora inspirados, a princípio, nos “parques sociais” ingleses, que tanto impressionaram o jovem Luís Napoleão, os grandes parques urbanos parisienses do Segundo Império (1852-1870), nunca se propuseram como sucedâneos do modo de vida e da paisagem rurais. Jean-Charles-Adolf Alphand – diretor do *Service des Promenades et Plantations de Paris* –, seu paisagista Jean-Pierre-Barrilet Deschamps e seu arquiteto Gabriel Davioud, depuraram o desenho sinuoso dos parques ingleses, empregaram na sua construção o que havia de mais novo em tecnologia, mobiliaram-nos com objetos especialmente desenhados por Davioud – os mesmos usados nos *boulevards* e avenidas recém abertas, reafirmando a íntima união entre os parques e a cidade⁵. Igual cuidado mereceram os parques de porte médio, servindo aos *arrondissements*. Mesmo os *squares*, de origem inglesa, receberam em Paris uma tradução sofisticada; eram os “pequenos salões burgueses” – como alcunhou-os PANZINI – completando a trama dos espaços verdes na escala da vizinhança. Obteve-se assim a trama de áreas verdes parisienses, composta por diferentes tipologias a que corresponderam soluções de projeto específicas: os parques periféricos, os parques intraurbanos, os *square*, os jardins e as *promenades*, as praças arborizadas e os renques de árvores nas calçadas.

A este modelo francês aspirava a elite paulistana nas primeiras décadas do atual século, ao reformar o antigo Jardim da Luz, ao construir um parque de dimensões medianas – o da Várzea do Carmo, mais tarde denominado Dom Pedro II – ao implantar um harmonioso conjunto de canteiros no vale do Anhangabaú, ao arborizar ruas e avenidas, ao arborizar e ajardinar antigas praças à maneira dos *squares*. Nestes espaços davam-se os passeios ao final das tardes, a mais elegante expressão pública do lazer cotidiano, enquanto nas calçadas ou nos leitos das ruas dos bairros populares crianças se divertiam com seus jogos e adultos comentavam o dia a dia.

Havia em São Paulo muitas áreas livres no interior do tecido urbano, como as várzeas dos rios, onde se praticava o lazer informal: pescar, nadar, jogar. Só mais tarde, à medida em que os terrenos baldios escasseavam e que aumentava o tráfego de veículos nas ruas, é que se começou a equipar largos e praças com espaços para jogos e brincadeiras de crianças ou, ainda, a subtrair áreas de espaços de uso comum do povo para a implantação de “parques infantis” cercados, com entrada controlada.

As áreas verdes de recreação na cidade de São Paulo abrigaram e abrigam, portanto, diferentes modalidades de lazer e adquiriram também diversas formas e diversos nomes, o que nem sempre significou que a uma determinada forma correspondesse sempre um determinado nome. Em muitos casos chama-se de praça um espaço bem arborizado, equipado com brinquedos para crianças e até mesmo com quadras poliesportivas. Em outros dá-se o nome

⁵ Sobre a inerente “urbanidade” dos parques parisienses executados durante o Segundo Império ver CERAMI, Giovanni // *secolo dei parchi urbani*, in *Il Giardino e la Città – Il Progetto del Parco Urbano in Europa*, 1996.

oficial de parque a logradouros que já foram tidos por praça – como é o caso da praça Buenos Aires – ou por jardim – como o Jardim da Luz – que também contam com áreas para recreação infantil e com passeios utilizados igualmente como pistas para a prática de *Cooper*. A nomenclatura brasileira corrente não revela, por conseguinte, a real função que uma determinada área verde desempenha como espaço de recreação.

Assim sendo, estudar as áreas verdes municipais para recreação pública exige uma linha de corte. Tratar-se-á aqui, basicamente, das áreas verdes de recreação consideradas parques, que estão sob a administração do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Prefeitura do Município de São Paulo – DEPAVE – e que são também, nos dias de hoje, as áreas verdes municipais mais importantes em termos de recreação.

Nossas áreas verdes municipais mais significativas como espaços de lazer – tivessem ou não o rótulo de “parque” – nasceram em épocas diferentes, com finalidades diferentes e de modos diferentes. Excluindo o Jardim da Luz – criado pelo governo provincial, tendo-se tornado municipal a partir de 1893 – e a Ilha dos Amores – obra do governo provincial de meados da década de 1870 e já praticamente extinta quando passou para a esfera municipal em 1893 – todas as demais áreas verdes públicas de recreio, a cargo do poder municipal, são do século atual. Os primeiros projetos de áreas verdes públicas a que se deu o nome de “parque”⁶, entraram na história do verde em São Paulo na segunda década do século XX: o do Anhangabaú e o da Várzea do Carmo, que faziam parte do plano assinado por Joseph-Antoine Bouvard. O projeto executado no vale do Anhangabaú funcionava, antes de mais nada, como um complemento do projeto viário que o gerou, enquanto que o da Várzea do Carmo – inaugurado em 1922 conforme projeto de E. F. Cochet – possuía extensa rede de passeios, um “lago” com “ilha”, quiosque, área de recreio infantil e mesmo quadras esportivas, embora estas nunca tivessem sido implantadas. Vieram depois, com o passar do tempo, outros “parques” e “praças equipadas”, ou seja, espaços livres que receberam arborização, ajardinamento e alguns equipamentos recreativos.

Na história das áreas verdes de recreação em São Paulo houve períodos em que os jardins ou praças ajardinadas prevaleceram, como o que vai do fim do século XIX, com a criação de um órgão específico para cuidar das áreas verdes públicas municipais, até meados da década de 1930. Outros em que a atuação de tal órgão foi menos evidente, como o que vai de meados dos anos 30 ao fim dos anos 60. Outros, ainda, em que a predominância foi das “praças equipadas” e dos “parques”, como o situado entre os fins dos anos 60 e da década de 80.

Embora a fase mais profícua de construção de parques tenha ocorrido dos anos de 1970 em diante, várias áreas verdes de recreação foram implantadas em períodos anteriores, o que levou a investigação a recuar ao século XIX. Foi no último quartel do século passado que a

⁶ A rigor, já em 1892 empregara-se o termo “parque” no empreendimento projetado por Paul Villon na avenida Paulista, posteriormente denominado parque Tenente Siqueira Campos, mas tratava-se então de área verde particular.

introdução da vegetação nas áreas livres públicas de São Paulo tomou força. Estas novas áreas verdes – que nem sempre eram propriamente novas, porque muito da arborização e do ajardinamento se deu sobre espaços livres previamente existentes – não eram só para o deleite da vista, para serem apreciadas à distância, mas constituíam de fato ambientes urbanos para serem efetivamente usados para o recreio, ainda que este recreio se limitasse aos passeios em meio à vegetação, ao desfrute da sombra, da flora, da fauna, da música ou mesmo dos banhos. E foi na última década do oitocentismo que se instituiu na administração municipal um órgão específico para tratar das áreas verdes. Assim sendo, estudar a história das áreas verdes de recreação ou, mais particularmente, dos parques municipais de São Paulo, implica em levantar e estudar o que foi produzido pela unidade administrativa responsável pelo seu projeto, execução e administração, nos seus cento e poucos anos de existência, no decorrer dos quais mudou não só de nome mas também de atribuições.

Mas conhecer a história da produção das áreas verdes de recreação em São Paulo exige também conhecer o meio técnico correspondente, que pode ser entrevisto na composição do quadro de funcionários, em sua formação profissional, nas idéias a respeito das áreas verdes públicas, em suma, nos próprios planos e projetos. Exige ainda conhecer os hábitos de lazer urbano, variáveis no tempo, que definem os diferentes modos de fruição delas.

Como o poder público se organizou e que meios utilizou para enfrentar as novas demandas sociais que surgiam, para desincumbir-se das novas obrigações que lhe eram impostas? Que mudanças podem ser percebidas no modo da administração municipal enfocar as áreas verdes públicas ao longo do tempo? Como vem o poder municipal desempenhando estas suas atribuições? Quais as expectativas da população face a estes serviços e equipamentos?

Para responder a estas perguntas não basta descrever os parques ou enumerar as ações da prefeitura. É necessário ter como crivo que prover a cidade de áreas verdes de recreação, conservá-las e administrá-las é obrigação do governo municipal. Exige, portanto, uma análise crítica da atuação da prefeitura neste setor. É necessário também entender as mutáveis finalidades a que os parques se destinam. Em suma, é necessário estudar tanto o lado da oferta – o governo municipal, com seu aparato técnico e ideológico – como o da demanda – a população usuária, suas expectativas e necessidades, sem perder de vista que esta demanda está sujeita a inúmeros condicionamentos.

Não são tarefas fáceis distinguir necessidades reais, nem julgar aspirações ou expectativas do público numa era de lazer de massa. Nem este trabalho se propôs a realizá-las com a abrangência e a profundidade que tais questões suscitam. O que se tentou foi um estudo sumário das aspirações, necessidades e desejos de uma parte da população que escolhe os parques municipais de São Paulo como espaço para exercer um determinado tipo de lazer. Isto se fez por pesquisa empírica sobre o momento atual, mediante entrevistas com freqüentadores de alguns parques municipais paulistanos. Buscou-se traçar o perfil dos

freqüentadores, analisando sua composição por sexo e por faixa etária, sua situação empregatícia e seu grau de escolarização. Buscou-se também conhecer as condições a que estão sujeitos, ou que enfrentam, no percurso casa-parque, para passar algumas horas de lazer numa área verde, inquirindo-os sobre os meios de transporte utilizados e o tempo despendido no percurso. Buscou-se ainda formar uma idéia do grau de importância que assume esta forma de lazer, examinando a periodicidade com que vão aos parques e o tempo de permanência neles. Por fim, buscou-se conhecer os motivos por eles alegados para freqüentar os parques municipais, suas avaliações, positivas e negativas, sobre estes espaços de lazer e quais os equipamentos ou espaços dos parques que mais utilizam.

Os trabalhos de campo deram-se durante domingos de verão, entre fevereiro e março de 1998 e 1999 e focalizaram oito dentre os vinte e nove parques municipais: Aclimação, Anhanguera, Carmo, Guarapiranga, Ibirapuera, Luz, Piqueri e Previdência. Os critérios de seleção dos parques que foram pesquisados estão expostos no capítulo 5, a eles dedicado.

Com base na comparação entre os dados obtidos na pesquisa de campo e aquilo que a municipalidade oferece como áreas verdes de lazer, tentou-se extrair a análise crítica pretendida sobre a ação da Prefeitura do Município de São Paulo no referente às áreas verdes de recreação pública.

Embora o foco de interesse esteja no momento presente, ou justamente por isto, não se pode prescindir de analisar a questão das áreas verdes de recreação no decorrer do tempo. As dificuldades para empreender a retrospectiva talvez tenham sido as mesmas que assomam o trabalho do historiador, aqui com o agravante do insuficiente conhecimento sobre o método historiográfico. De qualquer modo procurou-se a objetividade, a fidelidade às fontes de informação e evitar o direcionamento arbitrário da pesquisa.

O levantamento dos hábitos da população paulistana relacionados ao lazer em áreas verdes e da ação municipal no seu provimento e administração se fez, para os períodos mais distantes, com base em relatórios enviados pelos prefeitos à Câmara Municipal (o que se deu regularmente até 1940), em relatórios de gestões e mesmo diagnósticos de planos que, normalmente, nos levantamentos que os precedem, informam sobre as condições das áreas verdes e dos costumes de lazer dos paulistanos. Recorreu-se ainda aos diversos livros e crônicas que tiveram por tema a vida urbana de São Paulo, onde às vezes se pode encontrar relatos ou depoimentos sobre suas áreas verdes e sobre hábitos de lazer ao ar livre. Para a investigação dos períodos mais recentes recorreu-se, além da pesquisa de campo, ao arquivo técnico do Departamento de Parques e Áreas Verdes e a entrevistas com profissionais que foram ou ainda são funcionários daquele órgão, em que pesem as mudanças de nome por que ele passou.

A exposição se dará por períodos, aos quais correspondem mudanças na atuação do poder público na oferta de áreas verdes de recreação, que se tornaram perceptíveis mediante a análise do material existente e disponível sobre o assunto.

Os tópicos tratados em cada período são:

Hábitos de lazer dos paulistanos e as áreas verdes da cidade.

Organização administrativa do município para os assuntos referentes às áreas verdes: composição e atribuições dos órgãos para isto criados.

Ação da municipalidade na produção das áreas verdes de recreação: obtenção dos terrenos, construção e administração dos parques, praças, jardins.

Planos e projetos de áreas verdes de recreação: o ideário (ou a cultura) de áreas verdes refletido nos planos, programas e projetos, nas declarações de técnicos e políticos ou no arrazoado dos atos, leis e decretos.

Assim sendo, o texto possibilita tanto a leitura sincrônica, por períodos, como a diacrônica, que privilegia a evolução temporal de cada um dos tópicos acima citados.

Na medida em que se julgou necessário, deslocou-se o foco das análises para os grandes centros urbanos mundiais que influenciaram nossa cultura, seja na Europa, seja nos Estados Unidos, contemporaneamente a cada período estudado, com o intuito de captar influências e estabelecer comparações entre o que se passava aqui e lá em termos de áreas verdes de recreio.

Aos períodos em que foi dividida a história das áreas verdes de recreação pública no município de São Paulo correspondem capítulos específicos, que tratam dos tópicos supra citados. Os períodos são os seguintes:

1º período: do terceiro quartel do século XIX – quando se intensificaram as intervenções do poder público, principalmente durante o tempo em que João Theodoro Xavier foi presidente da província, para a criação de áreas verdes de recreio e para o ajardinamento e a arborização dos espaços públicos – a 1899, quando Antonio Prado assumiu a prefeitura de São Paulo e designou Antonio Etzel para o cargo de inspetor dos jardins da capital.

2º período: de 1899 – ano da nomeação de Antonio Etzel – até o início de 1935 quando se reformulou o organograma municipal criando-se a Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios, chefiada por Manuel Lopes de Oliveira Filho. No período ocorreu a implantação de diversas áreas verdes públicas para o lazer, entre elas a da Várzea do Carmo, que veio a ser o primeiro grande parque de São Paulo.

3º período: de 1935 – ano em que Fábio Prado iniciou sua administração como prefeito de São Paulo e nomeou Manuel Lopes de Oliveira Filho chefe da Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios, inaugurando uma época que se notabilizou pela reforma e criação de praças ajardinadas e arborizadas, associadas às obras viárias projetadas pelo Departamento de Urbanismo da prefeitura – até 1968, quando o prefeito Faria Lima criou o Departamento de Parques e Jardins.

4º período: de 1968 – ano da criação do Departamento de Parques e Jardins, com a função específica de projetar, executar e administrar as áreas verdes municipais – a 1993 quando o órgão, anteriormente subordinado a secretarias em que pouco se destacava, passou

a ser o departamento mais importante da então criada Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. No decorrer deste período, mais precisamente em 1976, o Departamento de Parques e Jardins passou a se chamar Departamento de Parques e Áreas Verdes, especializando-se na produção de áreas verdes de maiores dimensões, mantendo este nome até hoje.

Se a oferta e a demanda por áreas verdes de recreação para cada período só puderam ser tratadas por vias indiretas, recorrendo aos arquivos e à bibliografia existente, as do momento atual puderam ser aferidas diretamente pela pesquisa de campo em oito dos vinte e nove parques municipais. Sobre ela tratará o 5º e último capítulo.

As áreas verdes de recreação na segunda metade do século XIX

Capítulo

Não é o caso de se estender aqui sobre os impactos que a economia cafeeira produziu em São Paulo desde meados do século XIX, nem sobre o fato de que, na segunda metade do século XIX, a capital da província passou a ser a grande beneficiária do crescimento econômico que então se verificava.

Atraindo uma significativa elite econômica – os grandes fazendeiros do café, aos quais era imperioso estar na capital para participar não só da comercialização da sua produção, mas também para a contratação da mão de obra européia para as fazendas – a capital da província de São Paulo passou a merecer cuidados especiais no que tangia à paisagem urbana e a presenciar, entre outros fenômenos, a introdução de hábitos de lazer públicos que demandavam uma certa qualidade cenográfica para se realizar.

Neste contexto situam-se as melhorias levadas a efeito por João Theodoro Xavier, quando foi presidente da província (1872-1875), e algumas iniciativas partidas da Câmara dos Vereadores. Foram, no entanto, providências que não tiveram vida longa, embora tenham sido bastante significativas para a história do verde em São Paulo, pois foi neste período que se iniciou a arborização das vias públicas, que se realizou a reforma do Jardim da Luz – então a principal área verde da cidade – e que se registrou a criação de um novo espaço público de lazer, que foi a Ilha dos Amores.

A cidade crescia rapidamente. A população do município passou de 31.385 habitantes, em 1872, para 239.820 habitantes em 1900. Seu espaço urbanizado precisava ser adaptado com urgência diante da insuficiência de infra-estrutura, entre elas a do lazer. Nas décadas decorridas desde o fim da gestão de João Theodoro pouco se fez em matéria de áreas verdes na capital. A cidade era, desde 1828, administrada pela Câmara Municipal que, na prática, não

podia ir além de definir alguns planos e projetos, pois quase não tinha autonomia, ficando os serviços urbanos na dependência dos investimentos provinciais (BARROS e MOIZO, 1991:26).

Se a promulgação da constituição republicana não produziu de imediato mudanças no cenário urbano da capital, ela ao menos definiu a relação entre estados e municípios, conferindo maior autonomia a estes últimos. Assim, proclamada a República em novembro de 1889, já em janeiro do ano seguinte a administração dos municípios passou a ser exercida por um Conselho de Intendências que coordenava três Comissões: a de contas, orçamento e justiça, a de obras e datas e a de saúde pública, matadouro e cemitérios. Os intendentes eram nomeados pelo governo do Estado e somente a partir de 1892 eles passaram a ser escolhidos pela Câmara Municipal, entre seus pares.

Em poucos anos muitas mudanças administrativas se processaram até ajustar a máquina municipal às suas novas atribuições. Em 1892 foram criadas quatro Intendências: a de justiça e polícia, a de higiene e saúde pública, a de obras municipais e a de finanças. Já em 1893 elas foram extintas, ficando o poder executivo a cargo de um único intendente. Em 1894 o executivo passou a ser exercido pelo presidente da Câmara Municipal e por dois intendentes: o de justiça e política e o de obras. Em 1896 voltaram a existir quatro intendências até que, em fins de 1898, estabeleceu-se que o município seria administrado por um único vereador, denominado “prefeito municipal”.

Juntamente com a autonomia municipal e apesar das oscilações no campo administrativo, foi se delineando o discurso em prol da organização de um plano geral para a cidade, até a criação, em 1896, da Comissão Técnica de Melhoramentos da Cidade à qual caberia, entre outras, a atribuição de preparar planos e projetos para o “embelezamento” e o conforto urbanos⁷.

Mas não se registraram no período ora considerado inaugurações de novas áreas verdes públicas oficiais, ou seja, implantadas e administradas pelo município, nem mudanças notáveis no modo de sua utilização. O que houve de novo, a ponto de marcar o fim do período, foi a municipalização dos jardins públicos em 1893 e a elaboração regular de relatórios dos intendentes à Câmara Municipal, com informações de algum interesse sobre este assunto. Assim, embora o término do período fique claramente definido pela municipalização das áreas verdes, o início do novo é menos nítido, marcado que foi pela instabilidade administrativa, até a fixação do poder executivo na figura de um prefeito, que só tomaria posse em 1899.

⁷ Lei nº 264 de 1896.

1.1 FORMAS DE LAZER AO AR LIVRE E AS ÁREAS VERDES DA CIDADE

Nascido de um *Ofício Régio* em 1798, mas só inaugurado em 1825, o Horto Botânico da Luz desempenhou, num primeiro momento, sua função botânica original e também a de espaço de recreio. A função botânica não chegou a ser significativa, tanto que, em 1838, a Assembléia Provincial aprovou lei alterando seu nome para Jardim Público. A iniciativa, ao menos se se considerar o nome empregado, era consonante com as tendências da época. Afinal, na Inglaterra, mal iniciara o longo período vitoriano que se celebrizaria, entre outros feitos, pela disseminação generalizada de *public walks* nas suas principais cidades e pelas extensas áreas verdes urbanas, lá chamadas *parks*, entregues ao uso do povo para as finalidades de exercício físico e recreação. Em Paris, mesmo antes da revolução, abriram-se os jardins reais, ou de membros da nobreza, para um público seletivo e já eram usados para passeios públicos os *boulevards* em que foram transformadas as antigas e já desnecessárias fortificações amuralhadas. Mas o sistema de parques parisienses que, sob o comando de Jean-Charles-Adolphe Alphand, tornou-se modelo para as principais cidades do mundo, só começaria a ser concebido e implantado a partir de 1853. Na costa leste dos Estados Unidos, o jovem e idealista Andrew Jackson Downing estaria principiando sua campanha pelos *rural cemeteries* e pelos parques públicos urbanos. Frederick Law Olmsted, que notabilizou-se pela idealização e pela realização de vários parques norte-americanos durante o século XIX, era um adolescente de dezesseis anos.

O Jardim Público da Luz não tinha o caráter de *park* e sim de *public walk*. A que se deveu sua abertura oficial como passeio público, naquela época em que o núcleo urbano de São Paulo, apesar de capital de província, contava apenas com algumas dezenas de ruas, muitas delas descalçadas e lamacentas? Na Inglaterra, o relatório produzido pelo *Select Committee on Public Walks* em 1833 dizia com todas as letras a finalidade deles lá, como pode ser visto na seguinte passagem:

“(...) Não é preciso salientar quão necessários os Passeios Públicos ou Espaços Abertos podem ser nos arredores das grandes cidades; para quem considera as atividades das classes trabalhadoras que ali moram, confinadas como são durante os dias da semana (...) em fábricas com calor escaldante, é evidente que é de primeira importância para sua saúde no seu dia de descanso aproveitar o ar fresco e poder (livre da poeira e da sujeira das vias públicas) passear com o mínimo de conforto com suas famílias; se privados de tais meios é provável que seu único escape dos estreitos pátios e becos (nos quais tantos das classes pobres residem) venham a ser os botequins, onde gastam os recursos de suas famílias, e também freqüentemente destroem sua saúde. Nem este Comitê deixaria de notar as vantagens que os Passeios Públicos (devidamente controlados e abertos para as classes médias e pobres) oferecem para a melhoria do asseio e dos cuidados com a aparência pessoal daqueles que os

freqüentam. Um homem passeando com sua família entre vizinhos de distintas categorias, naturalmente desejará estar adequadamente vestido e que sua mulher e filhos também estejam; mas este desejo devidamente dirigido e controlado é tido, por experiência, como o de mais poderoso efeito em promover a boa educação e o empenho no trabalho. E este Comitê ousa afirmar que isto independe de idade, posição ou sexo. Poucos não haverão de notar a diferença normalmente observável no caráter geral e na conduta daqueles que, entre as classes trabalhadoras, são cuidadosos com a aparência pessoal ao compará-los com outros que são negligentes ou indiferentes quanto a isto (...)” (CHADWICK, 1962).

São Paulo, porém, naquela época, era uma cidade pequena, pobre e isolada. A classe social urbana mais abastada limitava-se a uns poucos negociantes que enriqueceram com o comércio de animais de carga e provavelmente eram pouco afeitos a hábitos de lazer como o passeio. A Academia de Direito, fundada há pouco mais de uma década, com seus estudantes provenientes de diversas partes do Brasil, pode ser considerada, e o é, um fator de renovação dos hábitos culturais paulistanos. Mas o que se conta das formas de lazer dos estudantes são algumas brincadeiras e arruaças, alguns jogos e esportes, caçadas e banhos de rio. Também passeios a pé, mas não num jardim público, e sim pelos arrabaldes da cidade.

FONTE: A Cidade de São Paulo – Affonso E. Taunay

Vista da Várzea do Carmo – Gravura anônima (1870)

O passeio público, como lugar de exercício da sociabilidade e como ato de exibição mútua a que se entregam seus praticantes, ficava prejudicado em São Paulo, onde o recato feminino impedia ou limitava a participação destas parceiras essenciais ao desenrolar daquele jogo. Vê-se assim que nem a Academia de Direito conseguiu romper o isolamento cultural de São Paulo em relação a valores e hábitos europeus, já em parte assimilados nas maiores cidades litorâneas. Prova de tal isolamento era a presença das rótulas das janelas e dos balcões das residências urbanas paulistanas – recurso para manter as mulheres afastadas dos olhares públicos – até por volta de 1870, enquanto que no Rio de Janeiro e em Recife elas entraram em desuso logo após a chegada da Corte Portuguesa, em 1808 (BRUNO, 1954:44).

Tudo faz crer que a investidura do Jardim da Luz como passeio público foi uma iniciativa isolada, não lastreada nos hábitos de lazer do paulistano comum. Os constantes relatos de abandono, de mau uso daquele espaço fornecem as provas do descompasso entre o que se oferecia como espaço de lazer e o que realmente se praticava. O nome novo do antigo Horto da Luz não foi, portanto, suficiente para promover o local naqueles idos do século passado. Ele só seria reabilitado nos fins do terceiro quartel do século XIX, quando o presidente da província, João Theodoro Xavier, reformou-o.

O lazer ao ar livre que os paulistanos (mas não as paulistanas) comuns praticavam com maior frequência, além de caçar e pescar, era banhar-se e nadar no Tamanduateí, hábito antigo e enraizado, “legado dos antepassados guayanás, carijós e murumirins, avoengos em duas quintas partes do povo paulistano” (FREITAS, 1921:89). Em 1864 foi aprovada uma postura municipal proibindo que se tomasse banho nu, durante o dia, nos rios que banhavam a cidade. Atente-se que a proibição não se justificava por uma razão sanitária, uma vez que os rios, nos seus trechos urbanizados, já estavam poluídos naquela época, mas sim por uma razão de decoro, pois presume-se que, à noite, banhar-se nu fosse permitido. Nas últimas décadas do século XIX, no entanto, o uso dos rios para este tipo de lazer informal passou a ser severamente reprimido.

FONTE: São Paulo de Outrora – Paulo C. de Moura

Jardim da Luz (1887)

Ainda assim, já avançada a década de 1870 “a natação”, conta Afonso de Freitas “era o exercício de desenvolvimento predileta do paulistano: além dele havia o jogo da *peteca* não menos apreciado pelos nossos avós e por nós mesmos em nossa infância, constituindo, ambos, nos tempos idos, a educação física da nossa gente (...). O jogo da *peteca*

principalmente, era tão delicado e elegante que as próprias senhoras o praticavam” (FREITAS, 1921:87). Um dos locais favoritos para a prática deste jogo era o antigo largo da Forca, atual praça da Liberdade, que, trinta anos mais tarde, estaria arborizada com plátanos europeus⁸.

As crônicas oitocentistas referem-se também a outros tipos de jogos e de atividades recreativas ao ar livre. Um deles era o jogo da malha, no largo de São Francisco (SANT’ANNA, Benvenuto, 1994:229). Jogos como estes, realizados em praças ou largos, mostram como a rusticidade dos espaços públicos ainda permitia a sua prática. Mesmo não se tratando de logradouros propriamente centrais – pois confinavam, a oeste, com as encostas ainda não urbanizadas do córrego Anhangabaú – eram espaços integrados já há muito tempo no tecido urbano. Se o largo da Liberdade passou a ostentar ares de urbanidade em 1906, com seus plátanos europeus, em 1909 seria a vez do largo de São Francisco, com seus ligustros do Japão⁹.

No referente ao lazer praticado ao ar livre, resta ainda dizer que, pela metade do século XIX, já existiam os “tívolis”¹⁰ em São Paulo e também que, em meados da década de 1870, começaram a aparecer os estabelecimentos chamados “recreios de tipo alemão” com bebidas e danças ao ar livre (BRUNO, 1954:792), alguns com bonitos jardins, como o Stadt Bern, na rua São Bento (MARTINS, 1912:63).

Os lugares da várzea do Tietê na altura da Luz verão confirmados seus pendores para acolher atividades esportivas e recreativas, não propriamente em espaços públicos e sim em clubes privados ou em chácaras também privadas, mas abertas ao uso público.

A Chácara da Floresta, à margem esquerda do Tietê, na altura da Ponte Grande, era um deles e já vinha citada entre os locais de passeio no Almanaque da Província de São Paulo para 1885 (BRUNO, 1954:1226). Mas antes ainda, em 1860, aos domingos, a barca “Santa Cruz” subia o Tietê, partindo dali, da Ponte Grande, para um passeio com música (BRUNO, 1954:784). Havia lá também um restaurante, mas como boa parte da chácara fosse coberta por árvores e palmeiras, eram muitos os que faziam piquenique à sua sombra (ELAZARI, 1979:72).

⁸ Relatório de 1906 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito dr. Antonio da Silva Prado, Anexo 23.

⁹ Relatório de 1909 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito dr. Antonio da Silva Prado, Anexo da Diretoria de Obras.

¹⁰ “Tívoli” é o nome genérico que se dá a lugares de diversão com ambientação natural. O termo remete à localidade de Tivoli, nos arredores de Roma, “com célebres cascatas, formadas pelo Taverone”. LELLO, José e LELLO, Edgar - Lello Universal - Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro. Porto, Lello & Irmão. Foi este também o nome dado a um jardim de feiras e atrações na Paris setecentista, e que foi generalizado para outros locais de diversão associados a jardins ou locais ao ar livre arborizados. Sobre a história dos “tívolis” ver LANGLOIS, Gilles-Antoine - Folies, Tivolis et Attractions. Paris, Imprimerie Allençonnaise, 1991.

FONTE: São Paulo de Outrora –
Paulo C. de Moura

Rio Tietê – Vista da Ponte Grande (1887)

FONTE: Album de Photographias do Estado de São Paulo

Barco às margens da Chácara da Floresta - Foto de Gaensly & Lindemann (1897)

Além da paragem Tabatinguera, que há tempos vinha sendo usada como área de recreio, as várzeas do Tamanduateí também proporcionaram os espaços onde, por volta de 1888, realizar-se-iam os primeiros treinos e partidas de futebol amador¹¹.

Em meados da década de 1890, ocorreu o aumento do número de chácaras de recreio privadas nas redondezas de São Paulo (BRUNO, 1954:1229) e a adição de dois novos locais públicos de passeio à lista dos já existentes. Foram iniciativas do governo do estado e não visavam prioritariamente a recreação pública: o parque e o horto na serra da Cantareira e o Museu Paulista, no Ipiranga, cujo jardim fronteiriço – executado mais tarde – e o bosque em sua face posterior, que chegou também a abrigar um horto botânico, formariam o que é hoje

¹¹ FIGUEIREDO, Antonio - "O Esporte em São Paulo", in A Capital Paulista (álbum de 1920), citado in BRUNO, 1954:1242.

conhecido como parque municipal da Independência

FONTE: Iconografia Paulistana do Século XIX – Pedro C. do Lago

Chácara do sr. Lasque – Fotografia de Militão Augusto de Azevedo (1862) / “Muitos viajantes se referem às casas e chácaras da cidade de São Paulo como jardins extremamente bem cuidados”

A maior oferta dos meios de transporte facilitou o acesso do paulistano a lugares de recreio ao ar livre antes distantes. Em 1892 começou a operar a linha de bondes a tração animal para o Ipiranga onde, desde 1890, vinham sendo loteadas chácaras para a formação do bairro e onde também, desde 1885, estava sendo construído o futuro museu comemorativo da Independência. O local era ainda ermo o suficiente para atrair os que pretendiam passar o domingo no “campo”, e a obra do museu constituía um atrativo, ou um pretexto a mais para as pessoas se deslocarem até lá, a ponto de serem feitas viagens extraordinárias dos bondes aos domingos. O museu seria inaugurado em 1895 e, poucos anos depois, atrás do edifício, Hermann von Hering e Hermann Luederwaldt empreenderam a formação de um horto botânico, desativado em 1928, que de certo contribuiu para a atratividade do lugar, anteriormente à execução do jardim “à francesa”, projeto de Arsenio Putemans, que existiu até meados da década de 1920 diante do museu.

Em 1893 foi criada, pelo governo do Estado, a Repartição de Águas e Esgotos da Capital, que encampou a Companhia Cantareira, de capital privado, que até 1892 fora concessionária destes serviços. Foi inaugurado então o *tramway* da Cantareira, oferecendo aos domingueiros um meio de transporte eficiente para atingir as encostas da serra, uma vez que, a partir de 1895 saíam para lá, nos domingos e feriados, trens de hora em hora (ELAZARI, 1979:9-10). Embora a razão fundamental da reserva florestal da Cantareira fosse o abastecimento de água, parte dela recebeu tratamento paisagístico e foi equipada para receber os visitantes, contando com locais para piqueniques e prática de esportes (REIS FILHO, 1994:100). Em 1898 seria implantado ali o Horto Botânico, com finalidade científica,

idealizado por Octavio Vecchi, que “soube dar-lhe o cunho artístico que muito o recomenda como estabelecimento dendro-técnico” (HOEHNE, 1941:11). Em 1917 a finalidade científica do Horto foi substituída pela econômica, dedicando-se primordialmente ao reflorestamento econômico, passando então a denominar-se Horto Florestal.

Pelos fins dos oitocentos, as várzeas do Tietê e do Tamanduateí – uma vez que não se tem notícia de qualquer melhoramento ali efetuado pelo poder municipal com a finalidade de implantação de áreas de lazer públicas – continuaram provavelmente a acolher formas de lazer espontâneas, ou informais, nas franjas dos bairros ou em torno das fábricas que começaram a se instalar ao longo delas. A do Tietê foi sendo explorada, num ou noutro ponto, pela iniciativa privada, como lugar de lazer na forma de passeios e de prática de esportes. Os banhos nos rios, que já vinham sendo severamente reprimidos durante toda a década de 1880, foram se tornando mais raros, desenvolvendo-se paralelamente a esta repressão os chamados esportes náuticos nos clubes que passariam, dali em diante, a se instalar na planície do Tietê, na área de confluência do Tamanduateí com aquele rio.

FONTE: São Paulo e Outras Cidades –
Nestor G. Reis Filho

Clube de Regatas São Paulo

Já na área propriamente urbana faziam-se ouvir, na última década do século, seja pela imprensa, seja por indivíduos isolados, os reclamos por melhorias na cidade, entre elas a de “aformoseamento”, que tem diretamente a ver com a arborização e o ajardinamento dos logradouros públicos¹².

De fato, em termos de jardins públicos, a cidade apresentou um retrocesso em relação ao que fora há duas décadas, quando João Theodoro governou a província. No “Mappa da Capital da Provincia de São Paulo”, publicado por Francisco de Albuquerque e Jules Martin¹³, estavam representados onze praças ou largos ajardinados e cinco ruas arborizadas. No relatório enviado à Câmara Municipal em 1893, quando os largos, praças e jardins já estavam

¹² Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo, pelo Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva - 1893. São Paulo, Typ. a vap. de Espindola, Siqueira & Comp., 1894:4.

sob administração municipal, o Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva reconheceu apenas sete deles: Luz, Ilha dos Amores, Palácio do Governo, São Bento, Memória, Municipal e taludes do Carmo, nem todos em boas condições de conservação.

FONTE: Iconografia Paulistana em Coleções Particulares SOC/ARTE

*Estrada de São Paulo pelo caminho do Rio de Janeiro (com o convento do Carmo) –
Aquarela de Jean-Baptiste Debret (1768-1848)*

FONTE: Album de Photographias do Estado de São Paulo

Largo do Chafariz do Carmo, no alto dos taludes que davam para a várzea. Foto atribuída a Kowalsky (1892)

Mas em 1892, no limite sudoeste da área urbanizada, um novo espaço de lazer ao ar livre, privado ainda, foi inaugurado: o parque Villon, também conhecido como parque da Avenida, ou parque Paulista, que viria a se tornar público alguns anos mais tarde, com o nome de Trianon, sendo atualmente denominado parque Tenente Siqueira Campos.

Lugares de lazer ao ar livre com várias atrações, exalando uma atmosfera campestre ou

¹³ COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO - São Paulo Antigo - Plantas da Cidade.

“natural”, eram aqui chamadas, até então, chácaras ou tóvilis. O nome “parque” surgiu pela primeira vez em São Paulo neste empreendimento de Paul Villon que, por sua vez, estava compreendido dentro de um empreendimento imobiliário mais vasto, a abertura da Avenida Paulista, encabeçado por Joaquim Eugênio de Lima, João Augusto Garcia e José Borges de Figueiredo.

O parque Villon não era propriamente um parque, na acepção que se deu ao termo, em todo o transcorrer do século XIX, nas grandes cidades dos países industrializados como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos.

O parque Villon não se assemelhava a nenhum destes casos. O que ele oferecia não eram extensos gramados suavemente ondulados, pontilhados por grupos de árvores e arbustos; nem lagos ou piscinas para nataço, nem campos de jogos para homens, mulheres e crianas, mas sim quatro hectares de vegetao luxuriante, entremeada de cips, que os caminhos sinuosos expunham aos visitantes e, “para as pessoas inimigas do *spleen*”, uma “excelente orquestra que se faz ouvir aos domingos, a esplndida cozinha, seus vinhos escolhidos, os preos razoveis, a afabilidade da gerente Mme. Evrard (...)”¹⁴.

1.2 ORGANIZAO ADMINISTRATIVA PARA OS ASSUNTOS DE REAS VERDES PBLICAS

So Paulo, como capital da provncia, alm de ser a sede do governo provincial tinha sua prpria Cmara Municipal, qual cumpria administrar e pronunciar-se sobre o que fosse de interesse especfico do municpio. Mas os limites de seu poder eram estreitos, como se pode deduzir da resposta dada Assemblia Provincial quando esta oficiou Cmara para que ela decidisse sobre a assinatura de um contrato para o abastecimento de gua potvel da capital: “Com efeito, a Cmara, como corporao meramente administrativa, tem um crculo apertado, dentro do qual deve girar. Transpor, sair fora dessas raias que a lei lhe prescreveu, cometer um atentado (...)”¹⁵. Pelo que vem relatado nas atas das sesses, deduz-se tambm que a Cmara de So Paulo tinha poucos recursos prprios e dependia de verbas do governo provincial para atender s necessidades municipais, tendo que reclamar constantemente ao presidente da provncia para que mandasse entregar Cmara a quantia votada na lei do oramento como “auxlio municipalidade”.

Alguns episdios, registrados nas atas da Cmara, so suficientes para ilustrar a imbricao das competncias provinciais e municipais no que diz respeito s reas verdes urbanas. No ano de 1856, um vereador da Cmara Municipal props a construo de uma praa para fazer a transio dos fundos do palcio do governo provincial, no atual Ptio do Colgio, para as margens do rio Tamanduate (BRUNO, 1954:529). J em 1873 era a vez da

¹⁴ Texto publicado em O Estado de So Paulo de 6 de maio de 1894, citado em KLIASS (1993:144).

¹⁵ PREFEITURA DO MUNICPIO DE SO PAULO - Atas da Cmara da Cidade de So Paulo - 1872. So Paulo, Departamento de Cultura, 1947:46.

iniciativa partir da presidência da província: num ofício, o presidente João Theodoro Xavier, comunicava à Câmara Municipal que mandara colocar bancos ao redor das árvores do largo do Carmo, e pedia autorização para continuar o tratamento daquele logradouro “plantando graminha e deixando as ruas necessárias completando o arborisamento [sic] para aformosear o largo”. A Câmara aprovou e autorizou o pedido. Três meses mais tarde cumpriu ao vereador Alves Pereira apresentar projeto autorizando o presidente da Câmara Municipal para “mandar fazer assentos de tábuas oleadas em todas as árvores do Largo do Colegio”, sede do governo provincial e, na segunda parte da proposta, que se contratasse “pela verba dos eventuais, um homem para zelador de todos os arvoredos que estão plantados e replantar as que faltam quando for ocasião”. A Câmara aprovou a primeira parte do projeto, deixando a segunda “a cargo do Presidente providenciar (...) como julgar mais conveniente”¹⁶.

É assim difícil precisar de que esfera administrativa partiu a iniciativa e sobre qual delas recaiu a responsabilidade pela execução e administração de cada um dos logradouros ajardinados e arborizados desde 1871, ano em que vários largos foram arborizados, e 1893, ano em que foi publicado o Decreto Estadual nº 145 de 5 de janeiro, transferindo à municipalidade a administração dos jardins públicos da capital¹⁷. Dali em diante “as Câmaras deliberariam por si sobre Jardins Públicos, etc., e em geral sobre os logradouros públicos, e construções em benefício comum dos habitantes, ou para decoração e ornamentos das povoações”¹⁸. Sabe-se, no entanto, que em 1892 três deles estavam sob o domínio da Câmara dos Vereadores – o largo Municipal (anteriormente denominado São Gonçalo, e hoje parte da praça João Mendes), o de São Bento e o da Memória – e outros três, anteriormente administrados pelo governo provincial (ou estadual, depois de proclamada a república) a ela foram passados – o Jardim Público da Luz, a Ilha dos Amores e o largo do Palácio.

Na bibliografia e nos documentos pesquisados, a referência mais antiga ao setor que passou a cuidar especialmente dos jardins públicos municipais encontra-se no relatório referente ao exercício de 1893 que o intendente Cesário Ramalho da Silva enviou à Câmara. Vinha designado como Inspetoria dos Jardins Públicos da Capital e seu responsável era Joaquim Mariano Galvão Bueno. Sabe-se ainda que, em fins de 1894, o setor dos jardins públicos, que antes pertencera à Secretaria da Intendência Municipal, entrou para a esfera da Intendência de Obras, onde permaneceu até fevereiro de 1896, quando passou a estar

¹⁶ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1873. São Paulo, Departamento de Cultura:112.

¹⁷ ESTADO DE SÃO PAULO - Collecção de Leis e Decretos - 1893 Tomo III. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1893:177. A transferência de todos os jardins públicos ao município foi autorizada pela Lei Estadual nº 41 de 11 de Julho de 1892. Pelo Decreto Estadual nº 145 de 5 de Janeiro de 1893 a administração dos jardins públicos foi efetivamente transferida ao poder municipal, passando o seu custeio e sua conservação a correr por conta da municipalidade, que também se incumbiria de prover o cargo de administrador desses jardins (ESTADO DE SÃO PAULO - Collecção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo - 1893 - Tomo III. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1893:177).

¹⁸ Relatório apresentado á Camara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva - 1893. São Paulo, Typ. a vap. de Espindola, Siqueira & Comp., 1894:10.

subordinado à Intendência de Polícia e Higiene, e ali ficaria até 1900¹⁹.

1.3 AÇÕES DO PODER PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DAS ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO

Áreas verdes para a prática de exercícios físicos ou de esportes, ou espaços bucólicos, preservados ou especialmente projetados para passeios e piqueniques, eram garantidos, nas cidades da Inglaterra, da Alemanha, dos Estados Unidos, por claras políticas do poder público voltadas para a saúde física e moral dos cidadãos, principalmente dos trabalhadores. Tais políticas seguiam de perto os processos de industrialização daqueles países e ofereciam-se como compensação pela degradação da paisagem urbana, das condições de habitabilidade das classes trabalhadoras e, segundo HARVEY (1982), da própria relação com a natureza, uma vez que o chamado espaço da “natureza” na cidade industrial ficou reduzido “a um conceito de tempo livre, como algo a ser ‘consumido’ no decurso de uma pausa recuperadora daquilo que era de fato uma relação degradante com a natureza, na mais fundamental de todas as atividades humanas: o trabalho”.

No caso da São Paulo oitocentista, e mesmo do início do século XX, apesar das altas taxas de crescimento da população urbana e da expansão do espaço urbanizado, as condições sociais eram outras e o processo de urbanização conservava ainda recantos bucólicos suficientes nas proximidades e mesmo dentro da cidade, a ponto de poderem ser atingidos facilmente a pé. O poder público ficou assim desobrigado do provimento de um tipo específico de área verde de lazer, próprio da sociedade industrial, que associa passeios, jogos e esportes: o parque.

Entre as necessidades do município avultavam o abastecimento de água, que requeria a instalação e constantes consertos de tanques, chafarizes e rede de distribuição, a abertura, o calçamento e o alinhamento de ruas, o controle das enchentes do Tamanduateí e mesmo o extermínio de formigueiros. Já em 1856 a Câmara iniciara, com fundos da Assembléia Provincial, uma “obra projetada há muitos anos”, qual seja, a da abertura de um canal de drenagem para desviar o rio da base da colina histórica e aumentar sua velocidade de escoamento²⁰. À beira de um destes canais, quase duas décadas mais tarde, seria construída, pelo governo provincial, a segunda importante área verde pública paulistana, se se considerar que o Jardim Público da Luz foi a primeira: a Ilha dos Amores.

É comumente aceito, e os documentos existentes confirmam, que foi na gestão de João

¹⁹ Sobre a administração do município desde a proclamação da república até o fim da chamada República Velha, veja-se BARROS, Edgard Luiz de, “Desenvolvimento e Planejamento Urbano durante a República Velha”, in Revista do Arquivo Municipal nº 195 - São Paulo - Divisão do Arquivo Histórico, 1982. Sobre a administração de São Paulo desde sua fundação até meados deste século veja-se BARROS, Liliane S.L. de & MOIZO, Rosana P.A. - “Formação Administrativa da Cidade de São Paulo 1554-1954” - São Paulo, in Revista do Arquivo Municipal nº 199 - São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, 1991.

²⁰ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1856. São Paulo, Departamento de Cultura, 1940:14.

Theodoro Xavier como presidente da província (1872-1875)²¹ que se verificou o surto de ajardinamento e arborização dos logradouros públicos da capital. Mas é importante saber que mesmo antes da posse de João Theodoro alguns vereadores já se preocupavam com este assunto e que vários largos já tinham sido arborizados.

Na sessão ordinária de dezessete de fevereiro de 1870 a comissão da Câmara encarregada de formular o orçamento daquele ano levou ao plenário e conseguiu aprovar entre as “mais urgentes necessidades (...) o nivelamento e mais obras necessárias, como calçamento, esgotos e arborisamento [sic] do Largo de São Gonçalo”, justamente o largo para onde dava a Câmara Municipal. Em que pese a desconfiança de que tais obras tenham sido consideradas urgentes pela vereança por se tratar de área em frente à sua Casa, vale como registro de que a arborização urbana entrava como prioridade entre os serviços prestados pela administração pública, disputando um quinhão da verba municipal com outros serviços e obras como abertura, retificação e alargamento de ruas, e mudança do matadouro público, entre outros. A importância orçada para estas necessidades foi de 100:022\$822, sendo a reservada para as melhorias e arborização no largo de São Gonçalo a quantia de Rs 5:000\$, ou seja, 5% do total. Com certeza tratava-se ainda dos primeiros esboços de urbanidade, uma vez que na mesma sessão foram apresentadas propostas que não deixam dúvidas sobre os traços rurais que persistiam na capital da província: uma delas propunha multa de 10\$000 a “todo indivíduo que criar porcos soltos nas ruas, estradas e aterrados dentro de uma légua da Cidade”; outra propunha multa a quem caçasse perdizes nos meses de agosto a fevereiro e “fosse encontrado com ela morta”²².

Apesar de tudo, findo o ano de 1871, já estavam arborizados os largos de São Francisco, São Gonçalo, Misericórdia, Paissandu, Carmo, São Bento e se programava a arborização do largo da Glória. Para zelar pelos largos arborizados a Câmara aprovou proposta de um vereador, referido em ata como “Doutor Camargo”, de entregá-los aos cuidados de cidadãos que nada cobriam por isso. Eis a proposta apresentada e aprovada na íntegra na sessão ordinária de vinte e um de dezembro de 1871:

“Proponho que se nomeie zeladores gratuitos da arborização do largo de São Francisco ao Cidadão Francisco Martins de Almeida, do largo de São Gonçalo o Alferes Manoel Joaquim de Andrade Júnior, do largo da Misericórdia o Cidadão Português Bernardino Monteiro de Abreu Júnior, do largo Paissandu o Cidadão Doutor Victorino Caetano de Brito e do largo do Carmo o Cidadão Tenente Coronel Carlos Maria de Oliva. Proponho mais que seja nomeado Zelador da arborização que tem de ser feita no largo da Glória o Cidadão Conselheiro Francisco Maria Furtado de Mendonça, ficando o Fiscal Flaminio encarregado da do largo de

²¹ É comum a informação de que o período da presidência de João Theodoro vai de 1872 a 1875. Deve-se, no entanto, esclarecer que ele tomou posse em 21 de dezembro de 1872 e deixou o cargo em 29 de maio de 1875. MARTINS, Antonio Egydio - São Paulo Antigo (1554 a 1910) - Volume 1. São Paulo, Livraria Francisco Alves & C., 1911:62.

²² PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1870. Publicação da Divisão do Arquivo Histórico vol. LVI, 1947:33-36.

São Bento”²³.

Os termos da proposta autorizam algumas conclusões: primeiramente, que a arborização programada dos largos de São Paulo começou por iniciativa da Câmara Municipal anteriormente à posse de João Theodoro como presidente da província. Em segundo lugar, que a Câmara não tinha, no seu quadro, o número necessário de fiscais para cuidar das áreas públicas arborizadas, nem recursos para pagar a terceiros pela sua conservação. Em terceiro lugar, que a arborização dos logradouros públicos era algo que interessava, a ponto de obter o apoio gratuito, a cidadãos com uma certa projeção social na época, uma vez que entre eles figuravam “doutores”, alferes, tenentes, coronéis e conselheiros.

Na verdade a própria Câmara, de onde partiu a iniciativa de arborização pública, era composta por nomes notáveis da sociedade, que certamente estavam informados do que ocorria em termos de urbanismo e de paisagismo urbano nas mais importantes cidades do mundo ou, ao menos, na capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro.

De fato, foi o Rio de Janeiro a cidade onde melhor se expressou a nova atitude diante dos espaços públicos, isto é, seu ajardinamento e arborização, num período em que o país atravessava uma fase econômica de crescimento e de modernização, afirmando-se como um importante exportador de café e já presenciando a transferência das atividades manufatureiras do setor de subsistência para o setor do mercado interno. Foi no Rio de Janeiro que, em 1862, reinaugurou-se o antigo Passeio Público setecentista com nova fisionomia, adequada aos padrões estéticos da época, conferida pelas mãos de Auguste-François-Marie Glazou, botânico e paisagista francês contratado por D. Pedro II. Glazou também idealizou e realizou, entre 1860 e 1865, os novos jardins da Quinta da Boa Vista, local de residência do Imperador, e o ajardinamento definitivo do Campo de Santana, entre 1873 e 1880.

O equivalente do Passeio Público carioca era, em São Paulo, o Jardim da Luz que, àquela altura da década de 1870, estava abandonado. Os fundos da residência do presidente da província não davam para um jardim, e sim para uma várzea, onde cumpria roçar e destocar constantemente as moitas de mato que conservavam as águas estagnadas e cercar as árvores dos caminhos aterrados para que os animais soltos não as danificassem.

No início do ano de 1873, há pouco empossado como presidente da província, João Theodoro Xavier enviou à Câmara Municipal, também renovada, um pedido para que fossem listadas e pré orçadas as obras consideradas prioritárias para o município, com o fim de obter da Assembléia Provincial o assentimento a um auxílio para sua execução.

Entre os itens arrolados pelos vereadores, ao lado de calçamentos de algumas ruas e de desapropriações para abertura de outras, figuram dois que interessam ao paisagismo urbano, seja porque deixam transparecer o valor que então se atribuíam aos recursos cênicos de São Paulo, seja porque revelam uma ponta da cultura paisagística da época, com propostas que

²³ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Atas da Câmara Municipal de São Paulo - 1871. Departamento de Cultura, 1947:147.

chegavam praticamente a definir os partidos dos projetos. Um deles levantava a necessidade de “regularizar o morro do Carmo com tabuleiros de muro de pedra, escadas de uns para outros e arborização nas mesmas”. O outro tratava da “desapropriação de um terreno que pertence a diversos, mas que tem sido conservado sempre aberto e em abandono na rua da Constituição [atual Florêncio de Abreu] e que vai desde a casa de F. de Tal Penteado até o beco – das sete voltas inclusive, em cujo terreno se faz preciso levantar um paredão e aterrar na largura de 40 palmos, formando assim uma espécie de terraço, – que com árvores e assentos, torna-se, de um precipício e lugar de despejo, um lugar aprazível para o público que dali gozará a bela vista da várzea do Carmo”²⁴.

O mirante não foi executado, mas diversos logradouros foram arborizados e mesmo ajardinados. O mapa da capital publicado por Francisco de Albuquerque e Jules Martin em 1877 serve praticamente como balanço da gestão de João Theodoro – finda há pouco mais de dois anos – no referente às áreas verdes. Nele está representado o espaço de uma cidade de aproximadamente de 32.000 habitantes, dos quais 20.000 em área estritamente urbana (BARROS, 1982), com as ruas, praças e largos que receberam algum tratamento paisagístico. Eram, na sua grande maioria, antigas praças e largos que foram regularizados e posteriormente ajardinados ou, pelo menos, arborizados. Além do Jardim Público (atual Parque da Luz) e da Ilha dos Amores, comparecem: a praça em frente ao Jardim Público – ou o largo do Jardim, como ainda era chamado em 1897 o logradouro em frente ao Jardim da Luz, que desapareceu com as sucessivas ampliações da avenida Tiradentes – o largo dos Guaianazes (atual praça Princesa Isabel), o largo Sete de Abril (atual praça da República), o largo do Paissandu, o largo de São Bento, o largo do Palácio (atual Pátio do Colégio), o largo do chafariz da Misericórdia, o largo Sete de Setembro, o largo do Chafariz do Carmo e os taludes do Carmo.

Aparecem também como arborizados um trecho da rua Vinte e Cinco de Março entre a rua Municipal (atual ladeira General Carneiro) e a ladeira do Carmo – acompanhando longitudinalmente a Ilha dos Amores – a avenida da Luz (atual Avenida Tiradentes), o espaço situado entre o Seminário Episcopal, o Observatório Astronômico, a rua dos Lázaros (atual rua São Caetano) e a ferrovia de Santos a Jundiaí e, por fim, os aterrados do Gasômetro e do Brás que correspondiam, respectivamente, às atuais rua do Gasômetro e avenida Rangel Pestana. No mesmo mapa de 1877 aparece a indicação de um “jardim projetado” na várzea do Tamandateí, no local onde viria a ser construído o futuro parque da Várzea do Carmo, mais tarde denominado Dom Pedro II.

²⁴ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Atas da Câmara da Cidade de São Paulo, 1873, vol. LIX, pg. 45-47. São Paulo, Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1947.

FONTE: Album de Photographias do Estado de São Paulo

Jardim da Luz – Foto de Kowalsky & Hensler (1892)

Somando-se os sete largos arborizados pela Câmara Municipal entre 1871 e 1872 – São Francisco, São Gonçalo, Misericórdia, Paissandu, Carmo, São Bento e Glória (ou da Chácara dos Ingleses e depois São Paulo) – ao Jardim da Luz, mantido pelo governo provincial, tem-se oito logradouros tratados paisagisticamente. Este número saltou para dezesseis em 1877: dois jardins (o da Luz e o da Ilha dos Amores), nove largos – ou praças – e cinco ruas.

Foram tratamentos dados basicamente com arborização, uma vez que nem todos os largos e praças arborizados possuíam melhoramentos básicos, como o calçamento das vias e passeios, exigidos por um tratamento mais sofisticado como são os jardins²⁵. Só depois de alguns anos é que alguns deles serão implantados, com o perímetro gradeado, como os *squares* londrinos e parisienses.

Os melhoramentos levados a efeito na capital durante a permanência de João Theodoro na presidência da província, foram o resultado de uma ação conjunta com a Câmara Municipal – que empreendeu e custeou alguns daqueles melhoramentos – ficando assim, mais uma vez, constatado o entrelaçamento das duas instâncias do poder público. É o que João Theodoro deixou registrado em seu relatório ao presidente que o sucedeu, ao elogiar os vereadores paulistanos “pelos assinalados benefícios com que promoveram eficazmente os melhoramentos do município. Obras momentosas, de utilidade vivamente reclamadas, e de alto custo, foram por ela executadas ou empreendidas” (MARTINS, 191:151). Diga-se ainda

²⁵ O próprio largo Municipal não tinha suas ruas regularmente pavimentadas. Em 1881, para baratear custos, propôs-se que a Câmara “suspendesse o calçamento a paralelepípedos do largo Municipal, fazendo por esse sistema apenas a frente do Teatro São José, ao passo que as frentes da igreja de São Gonçalo e do Paço Municipal fossem somente apedregulhadas, e a frente da igreja dos Remédios pavimentada pelo velho sistema de pedras irregulares” (BRUNO, 1954:973).

que sobre estes custos não pesaram os das desapropriações, que ocorreram nos vários casos de abertura ou alinhamento de ruas, pois todos os melhoramentos paisagísticos foram feitos em áreas que já eram públicas.

FONTE: Taunay

Palácio da Presidência e jardim contíguo numa tarde de 1889

FONTE: Album de Photographias do Estado de São Paulo

Avenida Tiradentes em 1892 – Fotografia de Kowalsky

No intervalo que vai do fim da gestão de João Theodoro até a municipalização dos jardins da capital, houve períodos de altos e baixos na arborização e no ajardinamento dos

logradouros. Em 1879 voltou-se a investir no largo Municipal, com a execução de um jardim gradeado em seu centro.

FONTE: Afonso E. Taunay

*O edifício do Paço Municipal, no largo de São Gonçalo, atual Praça João Mendes -
Fotografia de Militão de Azevedo (1887)*

Em 1886 também foi ajardinado e gradeado o Pátio do Colégio e em 1887 ficou pronta a reforma do largo São Bento. Supõe-se ainda que neste período anterior às intendenções tenha sido formada a aléia dupla de árvores na avenida Tiradentes, uma vez que, em foto de 1892, ela já aparece bem formada.

Em 1893, quando todos os jardins públicos da capital passaram a ser administrados pela Câmara Municipal, restavam nominalmente apenas sete deles. Três já estavam sob a responsabilidade da Câmara – o Municipal, o de São Bento e o da Memória (que não comparecia na listagem anterior) – os outros quatro eram do estado e foram passados à Câmara – o Jardim da Luz, a Ilha dos Amores, o do Largo do Palácio e os taludes do Carmo.

O primeiro relatório de intendente localizado foi o escrito por Cesario Ramalho da Silva, prestando contas do exercício de 1893. Ao discorrer sobre os jardins públicos ele se referia a problemas de conservação nos taludes do Carmo e no Jardim da Luz – conserto dos *chalets*, dos bancos, do repuxo e da cascata, do encanamento de água que o abastece, da pintura das grades. Quanto ao jardim da Ilha dos Amores, disse que “desapareceu completamente”, enquanto os jardins dos largos Municipal, São Bento e do Palácio encontravam-se

“regularmente cuidados”.

A arborização das ruas também estava comprometida. Tudo que se pode fazer, segundo o intendente, foi a colocação de grades nas árvores que se achavam mais enfraquecidas, não em todas as ruas, pois a verba não dava para tanto, mas na rua Aurora, “uma das mais belas desta capital”.

O intendente Cesario levantou um único ponto positivo com relação ao que vinha ocorrendo com os jardins e, ao fazê-lo, deu uma idéia de às quantas iam os descasos com aqueles espaços públicos. Referia-se ao acerto da medida tomada pelo Conselho de Intendência em 1891 de estabelecer um só modelo de quiosque para os logradouros públicos, “ligeiras construções, de formas elegantes, banindo os antigos trambolhos, alguns dos quais serviam para casa de moradia, com cozinha e tudo em plena rua”²⁶.

A Inspetoria dos Jardins Públicos era um órgão de pouca expressão na máquina administrativa. Era composta por um inspetor – Joaquim Mariano Galvão Bueno –, três jardineiros, seis “trabalhadores”, um porteiro e dois fiscais. O Jardim da Luz era objeto de maiores atenções. Nele estavam alocados os dois porteiros e o fiscal, um jardineiro e cinco “trabalhadores”. O jardim do largo do Palácio tinha um jardineiro e um “trabalhador”, enquanto para os jardins dos largos São Bento, Municipal e Memória havia apenas um jardineiro.

Pelo informe do Inspetor dos Jardins Públicos este jardineiro não dava e não podia dar combate às depredações, sobretudo no jardim do largo Municipal, motivadas ali não só pelo intenso fluxo de pedestres mas também pela ação de, usando sua expressão, “crianças e vagabundos”. Não era de estranhar, portanto, que o inspetor sugerisse que o jardim do largo Municipal fosse substituído por uma alameda, que possibilitaria melhor fluxo dos pedestres, investindo em jardinagem onde ela poderia render melhores frutos. O Jardim da Luz seria um destes lugares. Ali valeria a pena apostar nos melhoramentos “introduzidos modernamente na arte da jardinagem”, mesmo que isto reclamasse “dispêndio não pequeno e aquisição de hábil profissional para executá-los”²⁷.

O próprio Intendente considerou “módica” a despesa gasta na manutenção dos jardins em 1893 – 16:440\$000, incluindo despesas de pessoal e de custeio – e alertava a Câmara para a necessidade de despender quantia maior no ano seguinte. O que se gastou em jardins naquele ano equivalia a 0,78% do total da despesa orçada para o município e a 1,44% do que foi gasto no mesmo exercício com obras: aberturas, prolongamentos, nivelamentos e calçamentos de ruas, colocação de guias e sarjetas e benfeitorias no mercado, matadouro e cemitério²⁸. Dois anos mais tarde os jardins teriam reservados para si 2,60% do total da despesa geral orçada.

²⁶ Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva – 1893. São Paulo, Typ. A vap. de Espindola, Siqueira & Comp., 1894:15.

²⁷ Idem, pg.55.

²⁸ Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Presidente Dr. Pedro Vicente de Azevedo - 1893. São Paulo, Officinas Salesianas, 1894.

O relatório do intendente Roberto Leite Penteado referente a 1896 – estando a Inspetoria dos Jardins Públicos então subordinada à Intendência de Polícia e Higiene – é de um tom um pouco mais animador em relação ao que o poder municipal tinha feito pela arborização das ruas e ajardinamento dos espaços públicos naquele ano. Entre as providências tomadas sobressaia a da formação de um viveiro e sementeiras de plantas numa área do Jardim da Luz, visando atender à transformação dos canteiros dos jardins existentes bem como a formação de novos jardins da cidade.

Fez-se a arborização de três largos, ou praças: um central (São Francisco), um nos Campos Elíseos (Guaianazes, atual praça Princesa Isabel) e um na Vila Mariana, junto à estação dos bondes (praça Dr. Teodoro de Carvalho). Foram também arborizadas várias ruas:

no centro (rua Barão de Itapetininga), na Luz (avenida Tiradentes)²⁹, nos Campos Elíseos (alameda Barão de Limeira), na Vila Mariana (rua Domingos de Moraes), várias ruas na Liberdade e um trecho da avenida Rangel Pestana, entre o centro e o Brás. Note-se que, apesar de disseminada por vários bairros, esta ação do poder público concentrou-se quase que exclusivamente na zona a oeste do centro da cidade: no chamado “centro novo” e nos Campos Elíseos – espaços então associados às classes de alta renda – e nos bairros da Luz, Liberdade e Vila Mariana, de classe média³⁰.

Além destas realizações a Inspetoria já estava elaborando um plano, com o correspondente orçamento, para “um jardim, ou parque nos terrenos municipais, em frente á Chacara da Floresta”³¹ junto à Ponte Grande sobre o rio Tietê. Porém, ao olhar historicamente para a ação municipal nas redondezas da Ponte Grande, percebe-se um conjunto de medidas incoerentes em relação às áreas verdes, como se verá mais adiante.

1.4 JARDINEIROS, JARDINISTAS³², OS JARDINS E A CIDADE

Quem projetava, executava e cuidava da arborização e do ajardinamento das primeiras áreas verdes públicas paulistanas? Esta é uma pergunta que não tem resposta pronta. As informações, quando existem, são truncadas e esparsas, dificultando a tarefa de alinhavá-las. Somente com a municipalização das áreas verdes, em fins do século, os registros passaram a ser mais constantes e as competências mais bem definidas. Porém, já em 1891 havia o cargo de Inspetor dos Jardins, em geral, não só do Jardim da Luz. Ao menos este é o título que o Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva usou, em 1893, para se referir a Frederico de Albuquerque, “Inspetor dos Jardins” que, em 1891, assinara um contrato para exploração do *chalet restaurant* no Jardim da Luz³³.

Nas crônicas referentes às últimas décadas do século XIX aparecem poucos nomes de *jardinistas* ou jardineiros. O que elas permitem visualizar é o pano de fundo, a identificação de alguns traços de uma cultura *jardinística* em sua singeleza, e não este ou aquele profissional representante desta ou daquela tendência paisagística. Mesmo porque o que ocorria de mais significativo, em termos de paisagismo em áreas verdes públicas nos principais centros urbanos europeus e norte-americanos, naquela altura dos oitocentos, dava-se em uma

²⁹ Trecho da avenida Tiradentes já aparece arborizado, com árvores já adultas, em fotografia de 1892. Supõe-se que a arborização feita em 1896 tenha sido em trecho do prolongamento da avenida.

³⁰ Fávio Villaça nota que a bipartição do espaço da cidade entre leste e oeste da várzea do Tamanduateí, já ocorria anteriormente à inauguração da Estrada de Ferro São Paulo Railway em 1867, mas esta veio a acentuar ainda mais aquela divisão. As facilidades de acesso ao centro estão na raiz do assentamento das classes de alta e média renda a oeste daquela várzea. VILLAÇA, Flávio - Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 1998:116.

³¹ Relatório apresentado à Câmara Municipal de S. Paulo pelo Intendente de Polícia e Higiene dr. Roberto Leite Penteado - 1896. São Paulo, Typographia a Vapor, Pauperio e Comp., 1897:73.

³² *Jardinista* é um neologismo criado e usado por Amédée de Viart na obra *Le jardiniste moderne*, publicada em 1819. Tencionava com isto distinguir o “artista que cria jardins” do “trabalhador que os cultiva”. In MOSSER, Monique e TEYSSOT, Georges - The History of Garden Design. London, Thames and Hudson, 1991.

³³ Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva - 1893. São Paulo, Typ. a vap. de Espindola, Siqueira & Comp., 1894:31.

escala que não tinha equivalente aqui: a dos grandes parques públicos e dos *boulevards* ou *parkways* que os integravam num sistema.

Um dos poucos nomes registrados é o de Joaquim Gaspar dos Santos Pereira, do qual pouco se pode distinguir entre os interesses de concessionário de um serviço público e os de um *jardinista*. Sabe-se que em 1872 a Assembléia Provincial recebeu um requerimento em que Joaquim Gaspar dos Santos Pereira pedia o privilégio “para ajardinamento dos largos e praças desta Capital, Kiosques, Cascata e & Cia”. O presidente da província enviou o requerimento para a Câmara Municipal opinar. O que o requerente oferecia era o ajardinamento, às suas custas, de todos os largos e praças da capital que estivessem a ponto de ser ajardinados. Afirma o cronista Antonio Emgídio Martins que Santos Pereira se propunha executar os jardins conforme o “sistema inglês (...) ornando-os com chalets, kiosques, repuxos ou cascatas” (MARTINS, 1912:59). Em troca, cobraria as rendas que proviessem de tais jardins, pelo prazo de setenta anos. A resposta da Comissão Permanente da Câmara foi positiva: “A idéia é boa e útil, e como nenhum ônus impõe aos cofres provinciais e municipais, pode ser admitida, tanto mais que o proponente se obriga a aceitar o que for pelo poder competente regulado. A Comissão porém, acha conveniente que a Câmara seja ouvida sempre que tiver de ser ajardinado qualquer largo”³⁴. Em 1873 Joaquim Gaspar dos Santos Pereira conseguiu firmar um contrato por cinquenta anos.

Não é o caso, aqui, de rastrear o que ocorreu com o contrato entre o governo provincial e Santos Pereira. É suficiente saber que nos relatórios que os intendentess enviaram à Câmara Municipal referentes ao exercício de 1893, ou seja, quando todos os jardins da capital já haviam sido passados para o controle do município, não se fazia menção a Santos Pereira. É provável que, com as mudanças administrativas que se seguiram à proclamação da república, tal contrato tenha sido suspenso, se é que não o fora antes, pois os referidos relatórios já acusavam a falta de conservação de quase todos os jardins públicos. A origem das rendas que Santos Pereira auferiria nos jardins por ele executados, não foram explicitadas no requerimento e nem no parecer da Comissão da Câmara. Pode-se aventar que ela proviria de duas fontes: da cobrança de ingresso nos jardins e/ou do faturamento dos quiosques neles instalados. Quanto ao “sistema inglês”, citado por Antonio Egídio Martins, pode-se entender jardins cercados por gradis, com caminhos internos sinuosos, grutas, espelhos, jorros e quedas d’água, esculturas, enfim, com todos os ingredientes que caracterizavam os parques e os *squares* dos sistemas verdes nas principais cidades européias e norte-americanas.

Outro nome citado entre os *jardinistas* que atuaram nos primeiros jardins públicos de São Paulo é o do francês Antoine Fourchon, que o presidente da província, conselheiro Laurindo Abelardo de Brito, contratara em 1880 para, por cinco anos, cuidar do Jardim da Luz. A nebulosa separação de competências entre os governos provincial e municipal no que dizia

³⁴ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Atas da Câmara da Cidade de São Paulo, 1872, vol. LVIII. São Paulo, Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1947:36 e 69.

respeito aos jardins públicos fica mais uma vez à mostra quando se sabe que a atuação de Fourchon não se limitou ao Jardim da Luz, pertencente à esfera provincial. Há registro de que tratara também o largo de São Bento, que era municipal. Independente destas indefinições de competências note-se que a prática de Fourchon não se resumia ao manejo tecnicamente correto das plantas. Não só atualizou o repertório de espécies vegetais nos espaços públicos – utilizando cactos e fixando epífitas nas árvores e nas grades do jardim de São Bento – como também concebeu e executou “a fonte monumental” que ornamentou aquele largo até 1886, quando foi demolida.

Numa passagem do livro *São Paulo Antigo*, Antonio Egydio Martins faz referência a um jardineiro alemão, de nome Gaspar Frederico Rhormens, que trabalhou por muitos anos no Jardim da Luz, vindo a falecer em 1878 com oitenta anos de idade (MARTINS, 1912:92)³⁵. Trata-se de uma informação isolada no meio de tantas outras sobre tantos outros assuntos.

Há, por fim, a série de nomes de Inspetores do Horto Botânico da Luz, desde 1825, quando foi concluído, até 1899 quando, já sob o domínio municipal, passou a ser administrado por Antonio Etzel. Até onde foi possível pesquisar, não foram achadas referências a respeito da formação *jardinística* dos ocupantes do cargo. É certo que ocuparam a Inspetoria homens de renome na botânica, como Alberto Loefgren, porém, nomes com experiência prática no manejo dos jardins, só o de Antonio Etzel.

Ainda assim, deveria haver gente com alguma habilidade para projetar jardins, pois quando Carl von Koseritz visitou São Paulo, nos primeiros anos da década de 1880, comentou que o Jardim Público “reúne o caráter do jardim ornamental ao do jardim botânico. O arranjo é ao gosto dos jardins paisagísticos: há grupos maravilhosos de árvores, muitos de arbustos com flores coloridas, lagos, canais, ilhas, rochedos e grotas; em suma tudo o que se continha em um parque dos primeiros decênios deste século [XIX]. As estátuas são sem valor artístico, mas agradam. No meio do jardim há um lago com um único bote que oferece, assim, na sua travessia, um prazer verdadeiramente singular. Há uma quantidade de plantas, árvores e arbustos raros, cuidadosamente tratados, mas faltam a palmeira imperial e a urânia, que tão belo efeito produzem no Rio”³⁶.

³⁵ Em 1830 havia um jardineiro alemão no Horto da Luz, ao qual está associado um episódio constrangedor: foi demitido pelo presidente da província, naquele mesmo ano, por tirar proveito, para si, daquele espaço público, utilizando-o como pastagem para oito bois e um cavalo, além de usar os préstimos de um empregado do Horto para comercializar carvão na cidade. Relata Antonio Egydio Martins que, em 1830, o governo da província despendia, por mês, 72\$000 com o horto, o que foi considerado excessivo pelo presidente que viu no episódio a oportunidade para reduzir a verba destinada, além de ordenar “que o jardineiro alemão que então percebia 25\$600 mensais, fosse demitido e suprimido o seu emprego”. Seria possível tratar-se do mesmo jardineiro que, por ocasião da visita do presidente da província ao Jardim da Luz, teria trinta e dois anos, no entanto é improvável que houvesse registro do falecimento, aos oitenta anos, de um funcionário que foi demitido aos trinta e dois. Além do mais, Antonio Egydio Martins não associa os dois episódios de demissão e de falecimento à mesma pessoa. (MARTINS, 1911:138 e 139).

³⁶ Citado por ELAZARI, Judith Mader, 1979.

FONTE: Album de Photographias do Estado de São Paulo

Jardim da Luz – Foto de Kowalsky & Hensler (1892)

O primeiro relatório sobre os jardins públicos, desde que eles passaram ao âmbito municipal, foi o do Inspetor dos Jardins Públicos Joaquim Mariano Galvão Bueno. Ele traz os nomes dos três jardineiros então empregados na administração municipal: Fernando Aldenhoren, responsável pelo Jardim da Luz; João Pedro de Souza, que cuidava do jardim do Largo do Palácio e Francisco Fernandes de Resende, que se dividia entre os jardins do Largo de São Bento, do Largo Municipal e da Memória. Tudo leva a crer que não eram eles propriamente projetistas de jardins e sim jardineiros, que plantavam e cuidavam das plantas no interior de canteiros previamente existentes. Nada se sabe a respeito de esculturas, ornamentos, fontes, pontes, quiosques, bancos, portões, gradis, protetores de árvores e demais elementos que compunham os jardins, que tenham sido projetados por eles, nem mesmo se chegaram a traçar os caminhos, canteiros e estares dos jardins. Mas faz sentido supor que fossem ao menos beneficiários de uma cultura jardinística vernacular, o que seria suficiente para dar conta da pouca complexidade dos jardins públicos da cidade de então. Esta cultura de domínio público, como já foi visto, ficava expressa nas próprias sugestões que os vereadores exaravam quando propunham a implantação de alguma praça ou jardim na cidade, chegando praticamente a definir o partido dos projetos.

A par dos nomes dos *jardinistas* e de suas realizações, pode-se dizer que havia, se não uma cultura, ao menos um gosto pelos jardins em São Paulo. Ele se verificava, sobretudo, nas propriedades privadas: nas chácaras e mesmo nos lotes urbanos de maiores dimensões. Vários visitantes de São Paulo, dos fins do setecentismo aos fins do século passado, pronunciaram-se elogiosamente sobre tais jardins: John Mawe, no início dos oitocentos, chegou a considerá-los elegantes; Von Martius achou-os “interessantes”; Saint-Hilaire observou o sucesso com que floresciam nos jardins paulistanos “os cravos, os botões-de-ouro,

as papoulas, as ervilhas-de-cheiro, as escabiosas, as saudades, as cravinas” (BRUNO, 1954:145,146).

E nem sempre tratava-se de jardinagem diletante. Ernani Silva Bruno refere-se a um anúncio publicado em 1869 no Correio Paulistano em que se ofereciam serviços de jardinagem a quem quisesse ter “qualquer jardim ou recreio pitoresco feito no último gosto, assim como qualquer terraço ajardinado com caramanchões tecidos de jasmims do Cabo e também feito com letras com o nome do proprietário, os canteiros em volta de lírios do Japão do mais lindo gosto possível (...)” (BRUNO, 1954:499).

Novos profissionais apareceram no mercado a partir do último quartel do século passado, verificando-se inclusive a substituição de jardineiros portugueses por italianos: “um desses novos jardineiros – Serafim Corso – anunciava em 1888 encarregar-se de embelezamentos de jardins, grutas, cascatas, etc.” (BRUNO, 1954:919 e 964). Também novas plantas passaram a ser utilizadas nos jardins paulistanos, várias delas autóctones anteriormente desprezadas. Fazem-se presentes cactos, orquídeas, primaveras, begônias, entre outras. Para alimentar o interesse pelas plantas, já comentado por vários visitantes da São Paulo oitocentista, foram fundadas lojas de venda de sementes de flores e de apetrechos para a jardinagem, como a Loja da China, em 1872, e estabelecidas chácaras especializadas em verduras e flores como a de João Dierberger, na rua da Consolação, em 1893 (BLOSSFELD, s/d, pg.13).

Mas do ponto de vista profissional, a presença mais significativa foi a de Paul Villon, já no final do período em observação, de quem se falará mais adiante.

Também interessa, embora marginalmente, ao desenvolvimento dos jardins públicos em São Paulo verificar a quantas andavam os jardins residenciais no período. No último quarto de século, graças aos recuos das edificações nos grandes lotes residenciais, os jardins particulares urbanos passaram a ser mais freqüentes. Alguns apresentavam canteiros com traçado geométrico, como se fossem prolongamentos da ordenação arquitetônica no espaço externo. Há os que viram nisto um anacronismo e os consideraram má imitação dos jardins “do gênero de Le Nôtre”, com cercaduras arbustivas muitas vezes substituídas por cacos de telha ou de vidro de garrafas³⁷. Já outros afirmam que nos contornos daqueles canteiros geométricos eram usados tijolos de primeira qualidade, a separá-los dos passeios que podiam ser, por sua vez, atijolados, cimentados ou asphaltados (REIS FILHO, 1970:172). “Se a arquitetura do prédio era ainda influenciada pelo Neoclássico”, continua Reis Filho, “dispunham-se, entre as plantas, algumas figuras de mármore; se era pelo Ecletismo, dispunham-se fontes, grutas de cimento com estalactites e estalagmites e lagos com pontes de cimento, imitando troncos de madeira”.

De certo os jardins particulares de maiores proporções, ou as chácaras, permitiam mais comodamente a utilização das linhas curvas e a presença de grutas, fontes e lagos, derivados

³⁷ Eduardo Prado - L'Art, Le Brésil en 1889, citado por BRUNO (1954:144).

dos jardins ingleses, mais ao gosto da época. Em qualquer caso, os jardins particulares eram alvos de atenção por parte de seus proprietários e exigiam profissionais competentes e atualizados. E o que se passava nos principais centros europeus nesta matéria era a hibridez de estilos, soluções compostas que incluíam legados do *gardenesque* – como a valorização individual das plantas e “uma certa complexidade ornamental” (PANZINI, 1993:248) – e do chamado “estilo paisagístico moderno” – resultado da reinterpretação dos princípios compositivos presentes nos parques e jardins públicos de Jean-Charles-Adolph Alphand e equipe, por parte dos seus discípulos.

FONTE: Album de Photographias do Estado de São Paulo

Largo São Bento – Foto de Gaensly & Lindemann (1898)

Dadas as dimensões relativamente reduzidas – visto serem públicos – dos nossos jardins de então, não seria difícil transpor para eles algumas soluções já testadas nos relativamente grandes jardins particulares. As funções, os programas dos projetos, eram similares, uma vez que, tanto para os jardins das mansões quanto para os jardins públicos, a principal finalidade era o passeio. Além disto, tomados individualmente, o jardim do largo Municipal e o do Palácio não se afastavam muito do aspecto dos *squares* parisienses, seus contemporâneos. A filiação inglesa, via Paris, estava também presente nos gradis que os cercavam, nos repuxos e quedas d’água, na sinuosidade dos canteiros e passeios, na valorização individualizada da vegetação.

No entanto, um dos pontos que diferenciavam os jardins privados dos públicos eram os problemas de conservação, ou de insuficiência de conservação, que estes últimos apresentavam. Tais problemas podem ser presumidos do comentário que Antoine Fourchon se cansou de plantar e replantar cactos e epífitas nas árvores e nos gradis do jardim do Largo de São Bento (MOURA, s/d, pg. 59). Mas, afora a subtração intencional de plantas e flores, ou o

mero vandalismo, a depredação também poderia ocorrer em virtude da incompatibilidade entre o traçado caprichoso dos caminhos e canteiros de alguns jardins públicos com o tráfego mais intenso de pedestres, como parece ter sido o caso do jardim do largo Municipal. De fato, para aquele largo davam nada menos de que duas igrejas, a Casa de Câmara e Cadeia e um teatro. Num certo sentido era o espaço livre público mais diversificado da cidade, se forem levados em conta os usos que ocorriam a sua volta.

Por outro lado, não se tem notícia de depredação no jardim do Pátio do Colégio, não só porque, apesar de público, fosse o jardim da residência do presidente da província, mas também porque ele não se interpunha a fluxos cruzados, pois dois de seus quatro lados não eram circundados por ruas.

Começavam a aparecer, portanto, os problemas de adequação entre os jardins públicos e os contextos urbanos específicos em que eles se localizavam. Foi a argumentação de que o jardim do largo Municipal atrapalhava a fluidez do trânsito de pedestres, que deu apoio à idéia de substituí-lo por uma alameda, lançada já no início do período dos intendentess. Foi a utilização do largo de São Bento como ponto de partida de bondes elétricos, que levou ao encolhimento do seu jardim na virada do século.

Do mesmo modo, o contexto espacial em que se implantou a Ilha dos Amores – nas adjacências do antigo mercado de peixe e diante de uma várzea ainda não urbanizada – pode ser visto como um dos motivos do seu desaparecimento precoce, apesar de ter sido, segundo Paulo Cursino de Moura, “um dos passeios mais aprazíveis e saudáveis” de São Paulo.

O local em que se implantou a Ilha dos Amores, em meados dos anos 1870, pode ser entendido duplamente como fundos do Palácio do Governo e como frente da várzea do Carmo. Era em si um terreno longilíneo, com aproximadamente trezentos metros de comprimento e largura média em torno de sessenta metros.

Em que reside a excepcionalidade deste jardim? É certo que havia na cidade praças e largos ajardinados ou arborizados que serviam de passeio, numa época em que o simples passear era uma importante atividade de lazer. Mas a Ilha dos Amores se destaca na história dos espaços verdes públicos de São Paulo por ao menos dois motivos: primeiramente por sua localização à beira do rio Tamanduateí que, até então, não tinha sido merecedor de uma valorização paisagística, nem mesmo pontual, por parte dos órgãos oficiais³⁸. Em segundo lugar porque, construída à beira de um braço do rio, puxado rente à rua Vinte e Cinco de

³⁸ A idéia de conferir um tratamento condigno às margens do rio não era nova. As Atas da Câmara Municipal registram em 1856 o plano de “uma grande praça nos fundos do quintal do palácio do governo, que fosse terminar nas margens do Tamanduateí”, a ser executada pelo engenheiro Carlos Rath. Atas da Câmara Municipal de São Paulo, XLIII, pg.26, in BRUNO (1954:529-530). No entanto, a efetivação do tratamento paisagístico se deu durante o governo de João Theodoro, sem que se tenha conhecimento de quem o projetou.

Março, oferecia entre outras opções de recreio, local para banhos públicos³⁹. Era a oficialização de um hábito de lazer que os paulistanos (homens e crianças; não há notícias de mulheres) praticavam no Tamanduateí de modo informal e mesmo transgressivo pois, já em 1864, os banhos diurnos em locais públicos e nos rios estavam proibidos por uma postura municipal.

As melhores informações que foi possível colher a respeito da Ilha dos Amores encontram-se no trabalho de Judith Mader Elazari sobre o lazer em São Paulo entre 1850 e 1910. A autora inicia citando as impressões dos que testemunharam a fase áurea da Ilha, dizendo ser ela “linda, muito florida e garrida, com seus canteiros perfumados, com sua pontezinha alta e recurva, à moda chinesa, deixando lá em baixo a água clara do Tamanduateí”. Ali “se podia descansar à sombra das árvores, ouvir música tocada por bandas e comer bem no seu restaurante, o ‘Chalé da Ilha dos Amores’” (ELAZARI, 1979:71,72).

Mas registra em seguida algumas críticas saídas na imprensa da época à freqüência e à administração da Ilha, que são preciosas pelo que revelam dos aspectos físicos e das atrações e equipamentos com que contava aquele espaço público. Em 13 de fevereiro de 1881 o Jornal da Tarde publicou a resposta dada pelo zelador da Ilha às reclamações feitas por algum vizinho que, pelo que traz de informação, convém reproduzir:

“Não é verdade que se reúna na casa de banhos desta Ilha grande quantidade de gente em companhia de mulheres de má vida, fazendo algazarra, gestos ou proferindo palavras obscenas.

Atesto com minha palavra humilde, e com o testemunho do público que esta casa freqüenta, ao qual não envolverá in totum a sua queixa.

Junto à casa de banho mora a minha família, cujo pudor e dignidade, pelo meu trabalho, não deixo que sucumba diante da miséria, nem sujeito a aquilo que as famílias do rico não podem tolerar.

É verdade que aos domingos, muitos moços do comércio aqui vêm e poderão ser um pouco ruidosos em suas conversações, porém nunca inconvenientes, tanto que os freqüentadores dessa casa nunca a mim se queixaram.

Quanto ao vizinho da Ilha, não pode se queixar da falta de asseio de um estabelecimento que não freqüenta, devendo deixar o (?) aqueles que o fazem e que não ignoram que tenho superiores que atenderão as suas queixas quando eu não o faço.

Felizmente não pedi o queixoso a extinção desta casa, doce refrigério da pobreza, de quem se lembrou a Província a bem da higiene pública”.

A existência de uma casa de banhos na Ilha está registrada no relatório de 1893 enviado pelo intendente à Câmara Municipal. Naquele ano ela já não estava mais em funcionamento,

³⁹ Paulo Cursino de Moura lembra que, “depois da retificação do Rio Tamanduateí por Pires da Mota [entre 1848 e 1851], a várzea tornou-se salubre, e, assim, foi propício ao presidente João Teodoro realizar ali os grandes melhoramentos de que os seus relatórios nos dão notícia, em 1873, inclusive a pitoresca – Ilha dos Amores – (1874) formada de um braço do lendário rio (...). Esta ilha (...) foi o capricho de um servidor leal do povo paulistano, para o seu regalo, com realizações recreativas, inclusive esportes náuticos, banho, etc. (MOURA, 1980:182). Mais adiante, o autor explica que o nome “ilha” provém do “fato de ter sido puxado um braço- ramal do rio Tamanduateí, que passava na várzea, braço esse que depois de servir, na ilha, de piscina pública, desaguava adiante no mesmo rio” (MOURA, 1980:212).

sendo então apenas uma dependência do mercado municipal. Mas o que o depoimento do zelador revela, além dos conflitos gerados pela frequência àquele equipamento público, é ter sido ele um espaço de sociabilidade dos comerciantes “ruidosos” e ter servido de “refrigério” a uma parte menos privilegiada da população que, provavelmente, não podia contar com a comodidade de um compartimento para banhos em casa⁴⁰.

A mesma autora informa ainda sobre outra reclamação, publicada no periódico *A Comédia*, em 16 de março de 1881, de que “o jardineiro da Ilha dos Amores dorme demais e abre as portas do jardim demasiado tarde. Hoje estavam à porta às sete várias pessoas que não podiam gozar da alegria das flores porque o senhor jardineiro não vinha”. Confirma-se aqui, além do fato de a Ilha dos Amores ter sido efetivamente um jardim, a regra dos jardins públicos cercados, com acesso controlado, comum naqueles tempos.

Passados alguns anos, conta a autora que novas críticas foram publicadas na imprensa: “A Ilha era descrita como depósito de imundícies, foco das mais torpes imoralidades, ninho de vagabundos e gatunos, sendo feitos apelos ao governo da Província a fim de que fossem tomadas medidas contra tal estado de coisas” (ELAZARI, 1979:71,72).

Há pouco material iconográfico sobre a Ilha dos Amores. Um dos únicos documentos é o desenho feito por Martins Jesus, impresso no livro *São Paulo de Outrora*, de Paulo Cursino de Moura. Primeiramente, observe-se os cuidados com as árvores recém plantadas na rua Vinte e Cinco de Março, envolvidas com protetores. Note-se, em seguida, a transposição do canal, resolvida por uma elegante ponte arqueada. Já na Ilha, atente-se para o traçado geométrico dos canteiros na margem direita do canal, que se contrapõem ao estado mais “natural” em que é deixada a margem esquerda e, em frente à ponte, no terraço intermediário entre a margem da água e o cume da Ilha, balisando o acesso ao quiosque no ponto mais alto, a estatueta em ferro do “Pajem”.

Ilha dos Amores (1874-1888) — Desenho de Martins Jesus

FONTE: *São Paulo de Outrora* –
Paulo Cursino de Moura

Ilha dos Amores (1874-1888). Desenho de Martins Jesus

⁴⁰ As casas de banhos eram comuns em São Paulo, ainda na década de 1890, pela ineficiência do abastecimento de água (BRUNO, 1954).

FONTE: Iconografia Paulistana do Século XIX –
Pedro C. do Lago

Inundação da Várzea do Carmo – Reprodução parcial de pintura de Benedito Calixto (1892)

*Estatueta do Pajem, na Ilha dos Amores
(detalhe da imagem acima)*

FONTE: SOCIARTE – Coleção Abrahão Zarzur

*Rua Vinte e Cinco de Março – Pintura de Antonio Ferrigno, do período em que morou em São Paulo (1883-1905) –
notam-se as árvores secas, prováveis remanescentes da arborização em frente à Ilha dos Amores*

FONTE: São Paulo de Outrora – Paulo C. de Moura

O Pajem – Estatueta em ferro que existiu na Ilha dos Amores

Ilha dos Amores

FONTE: Mapa de 1877 – Francisco de Albuquerque e Jules Martin

Veja-se agora a paisagem da várzea do Carmo, retratada em óleo sobre tela por Benedito Calixto em 1892. Lá está a Ilha dos Amores já decadente, com touceiras de bananeiras nascidas ao acaso e capoeiras em formação espontânea nas suas extremidades. A estátua do “Pajem” encimando a coluna, última testemunha do que fora um jardim, figura como artefato deslocado no tempo e no espaço, fora de escala, uma vez que se perderam os limites do espaço que o abrigava. De modo semelhante, despojada de seus traços distintivos de jardim, a Ilha se perde na vastidão da várzea, confundindo-se com outros elementos da natureza. De fato, a “renaturalização” da ilha é indício dos anos que se passaram sem qualquer cuidado, conferindo-lhe o aspecto de mera extensão da paisagem de “fundo de quintal” que a encosta da colina histórica exibia então, e da rudeza própria da zona do mercado⁴¹.

Se o que distinguia os jardins públicos dos privados era antes uma questão de conservação do que de atualização estilística e programática, o que distinguia nossos jardins públicos dos *squares* parisienses, seus similares e contemporâneos, era de outra natureza. A distinção não estava só nos contextos sociais e espaciais. Os *squares* parisienses eram um dos elementos de um sistema de áreas verdes ao qual se agregavam os grandes parques,

⁴¹ De quando Benedito Calixto pintou a várzea inundada, até a assinatura do contrato com a firma que executaria o projeto para a sua urbanização, decorreram vinte e seis anos. Uma nova ilha foi formada então. Não mais rente à rua Vinte e Cinco de Março e de frente para o antigo mercado, mas no miolo do parque, conectada por pequenas pontes às duas margens do canal, oferecendo-se aos pedestres como pitoresca opção de passagem do centro da cidade para os bairros do leste. Convém deixar claro, diante do homônimo utilizado por TOLEDO (1996:103, figura 143), que esta nova ilha, do projeto de Cochet para o Parque Dom Pedro II, não tem a ver, nem como desenho, nem como localização, com a Ilha dos Amores executada na gestão de João Theodoro.

plenos de atrações, e os *boulevards* que os interligavam. Tal sistema de áreas verdes, que era indissociável dos sistemas viário e de infraestrutura, abrangia a cidade inteira.

Nossos jardins públicos eram peças isoladas. Importou-se o *elemento*, mas não o *sistema*. Esboços de sistemas espacialmente integrados, mas isolados uns dos outros, podem ter existido, de modo embrionário, em dois casos. Um deles, no conjunto formado pelo Jardim Público e a grande alameda da avenida da Luz (atual avenida Tiradentes). O outro, pelos taludes do Carmo, rua Vinte e Cinco de Março e Ilha dos Amores. Nos dois casos, o que fazia as vezes de parque – tal qual foi concebido nos meados do século XIX, na Inglaterra, como espaço equipado para as massas, com extensos prados ou gramados circundados por grandes conjuntos arbóreos, não voltado só para passeios ou para a contemplação da flora e da fauna, mas também para jogos e para banhos, com seus *bathing lakes* – não era nenhum espaço criado por iniciativa governamental. Nos dois casos apontados eram, respectivamente, a várzea do Tietê, *in natura* – ou a Chácara da Floresta, mais equipada, porém privada e paga – e a várzea do Carmo que, mais tarde, chegou a ser um parque efetivamente. Mas ambos não resistiram às transformações que se operaram na cidade.

Por fim, entre os poucos projetos de paisagismo realizados em São Paulo no final do século XIX, destaca-se o do Parque Villon, que não era uma área de propriedade pública, mas que viria a sê-lo alguns anos mais tarde, quando foi adquirido pela municipalidade, correspondendo ao parque que é hoje oficialmente denominado Tenente Siqueira Campos.

Villon era arquiteto paisagista da Diretoria dos Jardins Públicos, Arborização e Florestas da Cidade do Rio de Janeiro, tendo sido discípulo de Auguste Glazou (SANTOS, 1977). Pertencia portanto a uma linhagem que remontava ao *Service des Promenades et Plantations de Paris*, dirigido por Jean-Charles-Adolphe Alphand, desde a época em que Paris foi administrada pelo Barão Haussmann.

A importância do *Service des Promenades et Plantations* para a evolução do parque urbano, mesmo no Brasil, não pode ser subestimada. Aquele órgão, além de se constituir em modelo de organização do poder público no referente às áreas verdes urbanas, também contribuiu para o depuramento e adequação para o espaço público urbano das características que marcaram os grandes jardins particulares do tipo inglês desde o século XVIII. A divulgação do modelo parisiense além da França se deu não só pelo conhecimento *in loco* das experiências em parques públicos que lá estavam se realizando – homens públicos ou profissionais ligados a órgãos públicos, com uma certa projeção social, das mais diversas procedências, visitaram Paris, ou mesmo residiram ali supostamente para aprimorar sua formação. A divulgação também foi muito facilitada pela publicação, entre 1867 e 1873, da obra intitulada *Les Promenades de Paris*, onde Alphand relatou sua experiência na produção das áreas verdes parisienses, tanto do ponto de vista administrativo quanto do projetual, com descrição minuciosa e desenhos dos projetos. Em 1872 Glazou foi nomeado Inspetor Geral dos Jardins e Parques Municipais do Rio de Janeiro. Chefiou portanto a repartição carioca

contemporaneamente a Alphand em Paris. Conhecia a obra do seu conterrâneo e consta que recomendou ao Imperador Pedro II a compra da obra *Les Promenades de Paris* (CENIQUEL, 1995:266).

Quando Francisco Pereira Passos tomou posse como prefeito do Rio de Janeiro, em 1902, já havia cinco anos que Glaziou se aposentara da Diretoria dos Jardins Públicos, Arborização e Florestas. No entanto, já estava criado ali um corpo técnico em condições de responder às demandas de uma gestão que conduziu mudanças radicais no cenário urbano carioca. Paul Villon pertencia àquele corpo técnico. Participou com Glaziou na reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro, foi autor dos jardins da praia de Botafogo e, embora não conste sua assinatura, lê-se seu estilo nos jardins da Glória, da Lapa e do palácio Monroe (CHIAVARI, 1994). Entre 1894 e 1897 elaborou o projeto do Parque Municipal de Belo Horizonte, numa encosta do ribeirão Arrudas, com o vocabulário e a gramática próprios dos seguidores de Alphand.

Paul Villon atuou em São Paulo, no parque da Avenida, como era também conhecido aquele logradouro, ostentando este *curriculum* nada desprezível.

No parque paulistano sua atuação foi de certa maneira cerceada pela pré existência de um remanescente de mata que se decidiu preservar, em meio à qual traçou passeios sinuosos e recantos para descanso, e implantou o pavilhão-restaurante. Um artigo de jornal publicado dois anos após a inauguração do parque anunciava que ali estaria programada a construção de um pavilhão em “estilo árabe”, que substituiria o existente, com sala de banquete, gabinete de leitura, salas de banho e outras comodidades para os mais exigentes freqüentadores. Tudo isto haveria de ocorrer no interior de um “magnífico parque no qual figurarão ribeiros, kiosques, conchas, rochedos e cascatas, pavilhão de música, ponte rústica, em uma palavra, todos os recursos da arte moderna (...)”⁴². O prenúncio parece que não se realizou completamente se se levar em conta que por volta de 1895 falava-se do Parque Villon equipado “com rústicos caramanchões” (BRUNO, 1954:1229).

⁴² Artigo de O Estado de São Paulo de 6 de maio de 1894 transcrito em KLIASS (1993:144).

Da Administração dos Jardins Públicos à Subdivisão dos Parques, Jardins e Cemitérios

Capítulo

De 1899 em diante o município de São Paulo já não seria mais governado por intendentes ou junta de intendentes, e sim por prefeitos. O primeiro deles a ser eleito foi Antonio da Silva Prado que, empossado em 7 de janeiro de 1899, ocupou o cargo até 15 de janeiro de 1911.

Na virada do século São Paulo contava com aproximadamente 240.000 habitantes, registrando uma taxa de crescimento populacional de 168% em relação à década anterior (SINGER, 1968). A capacidade aquisitiva do mercado do Estado de São Paulo, que já empatava com a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais em 1890, continuou a aumentar. A capital do Estado, como não poderia deixar de ser, refletia este grande crescimento. Em 1934, no final do período agora em foco, o censo já acusava que viviam na capital mais de um milhão de habitantes.

Desenvolvimento da economia associado ao crescimento da capacidade de consumo da população; aumento de população, com grande incidência de imigrantes europeus e aquisição de novos hábitos de vida urbana. Este era, em linhas gerais, o quadro em que se situava São Paulo no início da gestão de Antônio Prado.

As condições do espaço da cidade não condiziam, no entanto, com a nova situação econômica e social. Apresentava grandes problemas de saneamento e de abastecimento de água, de insuficiência de vias públicas para facilitar a comunicação entre os setores, de pavimentação das ruas e mesmo de expansão da área urbanizada, além de manter um aspecto algo provinciano que muito devia desagradar aos que já eram familiarizados com o ambiente das grandes cidades européias e que gostariam de reproduzi-lo, mesmo que palidamente, aqui. Porém a situação financeira, não só municipal mas nacional, não favorecia

grandes obras.

O período ora considerado abrange diversas gestões de prefeitos. Contando com a de Antônio Prado dão um total de dezoito. Como se pode observar no Quadro 1, foi a partir de 1930 que os tempos de mandato se tornaram mais curtos, refletindo de certo modo as conturbações políticas tanto no nível federal como no estadual.

No entanto, em que pese o número de mandatários, houve uma certa constância no modo de pensar a cidade e de agir sobre ela. Raymundo Duprat, sucessor de Antônio Prado, realizou em sua gestão boa parte do que foi proposto pela gestão anterior. Além do mais, por diversos que tenham sido os prefeitos, não se pode deixar de considerar que um nome, o do engenheiro Victor da Silva Freire, esteve presente ininterruptamente no quadro administrativo da prefeitura desde 1899, quando foi convidado por Antônio Prado para comandar a Seção de Obras da Secretaria Geral do Município, até meados da década de 1920, quando se retirou. Neste meio tempo a Seção de Obras passou a ser Diretoria de Obras Municipais e em seguida Diretoria de Obras e Viação, mas seu titular foi sempre o mesmo. Foi o tempo em que as questões urbanísticas, na teoria e na prática, eram discutidas e levadas a efeito, na medida do possível, por profissionais saídos, em geral, da Escola Politécnica, que fora fundada em 1894.

Pouco antes da saída de Victor Freire da Diretoria de Obras e Viação, dois engenheiros da Escola Politécnica, Francisco Prestes Maia e João Florence de Ulhôa Cintra iniciaram uma série de artigos no Boletim do Instituto de Engenharia tratando dos melhoramentos que São Paulo, na visão deles, precisaria para resolver os problemas do seu crescimento formidável. Em tais artigos vinham tratados temas que tocavam às formas de expansão da cidade e do sistema viário, ao saneamento das várzeas, ao papel das áreas verdes na cidade, à estética urbana. A coleção de artigos foi entregue à Câmara Municipal por seus autores que, posteriormente, publicaram-na (TOLEDO, 1996:119).

A discussão sobre as questões do espaço urbano paulistano se deu, portanto, de maneira ininterrupta dentro da administração, uma vez que alguns dos seus principais debatedores faziam parte dos quadros da prefeitura.

Ao assunto aqui tratado, tais discussões e as realizações que as sucederam interessam na medida em que os feitos mais importantes no que diz respeito às áreas verdes públicas, neste período, ocorreram sob a regência dos projetos de saneamento e do sistema viário da cidade⁴³.

QUADRO 1

Prefeitos que governaram São Paulo entre 1899 e 1934

Prefeitos	Períodos de gestão
Antônio da Silva Prado	07.01.1899 – 15.01.1911
Raymundo da Silva Duprat	16.01.1911 – 14.01.1914
Washington Luis Pereira de Souza	15.01.1914 – 15.08.1919
Álvaro Gomes da Rocha Azevedo (vice)	16.08.1919 – 15.01.1920
Firmiano de Moraes Pinto	16.01.1920 – 15.01.1926
José Pires do Rio	16.01.1926 – 23.10.1930
José Joaquim Cardoso de Mello Neto	24.10.1930 – 05.12.1930
Luiz Ignácio Romeiro Anhaia Mello	06.12.1930 – 25.07.1931
Francisco Machado de Campos	26.07.1931 – 13.11.1931
Luiz Ignácio Romeiro Anhaia Mello	14.11.1931 – 04.12.1931
Henrique Jorge Guedes	05.12.1931 – 23.05.1932
Goffredo Teixeira da Silva Telles	24.05.1932 – 02.10.1932
Arthur Saboya	03.10.1932 – 28.12.1932
Theodoro Augusto Ramos	29.12.1932 – 01.04.1933
Arthur Saboya	02.04.1933 – 22.05.1933
Oswaldo Gomes da Costa	23.05.1933 – 30.07.1933
Carlos dos Santos Gomes	31.07.1933 – 21.08.1933
Antônio Carlos Assumpção	22.08.1933 – 06.09.1934

2.1 FORMAS DE LAZER AO AR LIVRE E AS ÁREAS VERDES DA CIDADE

Conta Jorge AMERICANO (1957), ao recordar a São Paulo da última virada de século, que “era sério o problema de passar o domingo”, principalmente para as crianças. Visitar parentes era enfadonho; as *matinéés* dos teatros, quando havia, nem sempre eram próprias. Restavam os piqueniques nas chácaras dos arredores da cidade, no Parque da Cantareira, no Parque Antártica, ou no Bosque da Saúde. Ali podia-se correr, subir em árvores, deitar na relva, brincar. Jovens e adultos tinham outras opções, nestes locais, além dos piqueniques feitos nos “ranchos rústicos de sapé, com mesas compridas e bancos de tábuas”: cantarolar árias de óperas – uma vez que “o rapaz que trouxesse violão ou a moça que cantasse modinhas, seriam mal vistos” – ou namorar à sombra das árvores, jogar bocha, patinar, jogar ou assistir futebol, andar de bicicleta. Bares-restaurantes supriam o que faltasse nos farnéis. Bondes e trens faziam as idas e vindas à “cidade”, sendo a volta, muitas vezes, sujeita à espera de mais de uma hora por um bonde menos lotado.

O hábito de passeios com piqueniques e outras diversões terá duração longa, podendo ser observado ainda hoje em alguns parques públicos de São Paulo. No início do período

⁴³ Para uma visão da conjuntura em que se deu o debate sobre as questões urbanísticas que precederam e acompanharam as realizações do poder municipal nas primeiras décadas deste século ver LEME, Maria Cristina Silva - Revisão do Plano de Avenidas - Um estudo sobre planejamento urbano, 1990.

agora abordado novos locais para o exercício deste tipo de lazer foram acrescentados aos anteriormente existentes. Porém nenhum deles foi implantado pela prefeitura.

Logo no início do século, em 1900, foi inaugurado o Parque Antártica, num terreno de aproximadamente dezoito hectares de propriedade da Companhia Antártica Paulista, na Água Branca. Era um parque projetado, com ruas de traçado retilíneo e árvores plantadas com o fim específico de proporcionar sombra aos visitantes. Ficava a uma distância de cerca de 4,5 km do centro da cidade (supondo um itinerário com ponto de partida na praça Antônio Prado, continuando pela avenida São João, rua das Palmeiras e avenida Água Branca até o parque) e era servido por uma linha de bondes elétricos da Light, com tarifas reduzidas, de modo a estimular a frequência ao parque⁴⁴. Afirma Jorge Americano que ali existiram pelo menos dois bares-restaurantes, locais sombreados para piquenique, cancha de bocha, cimentado ou tablado para patinação, carrinhos de passeio para crianças (puxados por bodes), roda gigante, cavalinhos de pau, teatro de marionetes, competições de corrida a pé e mesmo campo para jogar futebol (AMERICANO, 1957:223). Mas o parque teve vida curta pois primeiramente, em 1916, foi alugado pelo Palestra Itália para a realização de jogos de futebol, sendo posteriormente comprado pela mesma associação em 1920 (PONTES, 1993).

Também da Companhia Antártica era o Bosque da Saúde, uma área de aproximadamente cinco hectares, coberta por vegetação residual da mata Atlântica, na qual se abriram algumas clareiras e trilhas. Distava mais ou menos 6,5 km do centro da cidade (supondo um itinerário com ponto de partida na praça João Mendes, continuando pela avenida da Liberdade, rua Vergueiro, rua Domingos de Moraes e avenida Jabaquara até o parque) e também era servida por linha de bondes elétricos. Em 1925, com a abertura do loteamento do Bosque da Saúde, os paulistanos deixaram de contar com esta área verde de recreação.

O local podia acolher um bom número de visitantes e, além das trilhas e dos estares sombreados para piqueniques, oferecia espaço para bailes, como se pode ver na matéria publicada em dois de maio de 1907 pelo *Fanfulla*, jornal da colônia italiana de São Paulo, sobre a festa do Primeiro de Maio ali organizada pelo Centro Socialista Internacional: “O Centro Socialista Internacional realizou um piquenique comemorativo no Bosque da Saúde, contratando bondes especiais para o transporte. No primeiro deles seguia o flamante estandarte do Centro e uma pequena banda de música que, no trajeto, tocava a Internacional. Ao meio-dia havia mais de 1000 operários no bosque. Correu abundantemente a cerveja e o vinho, participando das libações trabalhadores, músicos e soldados – estes enviados desnecessariamente ao local – em ‘comovente acordo’. Um jovem operário discursou sob muitos aplausos, concitando à solidariedade. À tarde, ao som de três bandas, iniciou-se um baile monstro, com mais de 200 pares dançando até o cair da noite”⁴⁵.

⁴⁴ Um acordo da Light com a Companhia Antártica permitiu que se reduzisse o preço das tarifas da condução, segundo informa PONTES, José Alfredo O. V. - “Em busca do verde perdido”, in *Memória*, ano V, nº 18, abril/maio/junho 93.

⁴⁵ Citado por ELAZARI apud FAUSTO, Boris - *Trabalho Urbano e Conflito Social*. No artigo “Em busca do verde perdido” publicado no *Periódico Memória*, op.cit., José Alfredo Pontes indica 1908 como o ano de inauguração do Bosque da Saúde, no entanto, a matéria sobre a festa do Primeiro de Maio em 1907 contradiz aquela informação.

Outra área verde, também particular, já bastante freqüentada na virada do século, era o Jardim da Aclimação, que atingiu seu auge na década de 1920, quando oferecia ao público, além da sombra das árvores, “botes de aluguel, remo e natação, que se desenvolviam na lagoa, o salão de baile, restaurante e ‘terrasse’, barracões para piqueniques, conjuntos musicais de sanfoneiros e violeiros, rinquê de patinação, barracas e feira de diversões. Além dessas atividades de recreação, o Jardim da Aclimação possuía uma ‘vacaria’ e uma ‘crémérie’, que eram espaços destinados a exposição de animais e venda de laticínios. E contava ainda com um zoológico que despertava grande interesse do público” (DOREA, 1982). No entanto, na década de 1930, o zoológico já estava decadente. Nuto Sant’Anna referiu-se a ele como algo que já havia sido: “em matéria de bichos tivemos também a Aclimação: ursos esquálidos, sem contar as aves, representantes das faunas brasileira e estrangeira, porém, como os do Rio de Janeiro, quase ignorados, em cubículos inadequados e anti-higiênicos – tudo espalhando em torno uma atmosfera hostil, que não cheira bem e compunge pela desolação” (SANT’ANNA, s/d, pg.160).

Fonte: SOCIARTE – Coleção José Oswaldo de Paula

Parque da Aclimação – Pintura de João Baptista da Costa

Além destes mais citados pelos cronistas, havia ainda outros parques, também propriedades privadas, como os do Jabaquara e da Granja Julieta, sem contar os “tívolis” e os recreios (REIS FILHO, 1994).

Sendo propriedades particulares, tais parques durariam o tempo que conveio aos interesses dos seus proprietários. Dentre eles apenas parte do Aclimação seria revertida mais

tarde ao uso público, mediante desapropriação, enquanto que o da Floresta, depois de desapropriado pela prefeitura com finalidade recreativa, seria tragado pela retificação do rio Tietê.

Mas a grande novidade em termos de lazer ao ar livre na época ora em pauta foi o considerável aumento verificado na prática dos esportes. O preço das entradas para espetáculos desportivos era relativamente baixo e mais barato do que os ingressos para outro tipo de divertimento, levando à popularização das atividades desportivas. Na primeira década do século eles se disseminaram de tal modo que os jornais lançaram o neologismo “esportemania” para se referirem ao novo modismo (ELAZARI, 1979:96).

Fonte: SOCIARTE – Coleção Edwinjack Leonard

Ponte da Freguesia do Ó – Pintura de Felisberto Ranzini (1910)

A canoagem e a natação foram modalidades de esporte pioneiramente lançadas em 1903 pelo Clube Espéria, implantado à beira do Tietê. Esta iniciativa foi secundada pelo clube da colônia italiana instalado na chamada Chácara da Floresta, na mesma região. As regatas e a natação no rio Tietê atravessaram décadas, chegando até os anos 50 deste século. Além dos chamados esportes náuticos eram os rios utilizados também para passeios de barco e para a pesca recreativa, havendo registro da prática desta última já bem avançada a década de 1950. A Fiscalização dos Rios e Várzeas da Capital, em relatório referente ao ano de 1904, observava que, graças à proibição do uso de explosivos para a pesca realizada nos rios, aumentou o número de embarcações de recreio nos trechos correspondentes a São Miguel, Guarulhos, Lapa, Barueri e Pinheiros. Durante a segunda década deste século o número de embarcações com licenças expedidas pela prefeitura oscilou de 368 em 1911, a 228 em 1919, mas voltou a subir em 1920 e mais ainda em 1922, quando atingiu a marca de 506, sendo que

178 delas eram concernentes a barcos de recreio. Com os trabalhos de retificação do rio Tietê, que se seguiram pelos anos 1920, esta forma de lazer definhou até desaparecer por completo.

Também em 1903 formou-se um grupo de ciclismo, sem objetivos competitivos, mas sim para a realização de passeios (ELAZARI, 1979:110,111). É certo que há mais de dez anos fora inaugurado o velódromo da Consolação, mas se tratava então de modalidade competitiva quase que exclusiva das elites sociais. Este mesmo velódromo seria adaptado para abrigar um campo de futebol em 1896 (REIS FILHO, 1994:69).

No entanto, a popularização do futebol já era um fato no início deste século, sendo tão disseminados os campos, ou “campinhos”, pela cidade que a prefeitura foi levada a regulamentá-lo, com a lei nº 702 de 05 de janeiro de 1904, com o intuito de resguardar “as pessoas e as propriedades de quaisquer ofensas ou danos”.

Entre os depoimentos recolhidos por Ecléa Bosi em seu livro *Lembrança de Velhos* há um, o do sr. Amadeu, nascido em 1906, que atesta a grande disseminação do futebol nas primeiras décadas deste século, mesmo que se desconte a imprecisão e o exagero nos números: “Comecei a jogar futebol com nove anos. Naquele tempo tinha mais de mil campos de várzea. Na Vila Maria, no Canindé, na Várzea do Glicério, cada um [dos bairros] tinha mais ou menos cinqüenta campos de futebol. Penha, pode pôr cinqüenta campos. Barra Funda, Lapa, entre vinte e vinte e cinco campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode pôr uns cinqüenta campos. Vila Matilde, uns vinte (...)”. O sr. Amadeu também dá um testemunho do processo de urbanização das várzeas: “Quem tinha um campo de sessenta por cento e vinte metros acabou vendendo pra fábrica. (...) Cada campo tinha um clube; a maior parte dos campos eram dados pelos donos para o lugar progredir, popularizar. O dono é que pedia pra fazerem um campo nesses terrenos baldios. Quando tinha um clube, vinha o progresso. No domingo vinham duas mil pessoas assistir, e começava o comércio, o progresso” (BOSI, 1983:88-89).

Comenta Judith Elazari que, apesar da sua popularização, o futebol era tratado nos periódicos do início do século como um divertimento de elite, sendo inclusive visto com reserva, ou mesmo aversão, por periódicos operários como o *Terra Livre* que, em 1907, dizia ser ele “um jogo bom para os parasitas e ociosos que precisam de exercitar os músculos em um trabalho inútil, desprezando ao mesmo tempo o trabalho útil e os que o fazem. Quanto a nós, temos exercício de sobra. Exercício até rebentar” (ELAZARI, 1979:117).

Paralelamente a estas novas formas de lazer, continuavam a ser usados os jardins públicos para os tradicionais passeios, animados por bandas musicais e, muitas vezes, no Jardim da Luz, prestigiados pelo comparecimento da família do prefeito Antônio Prado. Conta Jorge Americano que em 1900 a Banda da Força Pública dava dois concertos por semana: aos domingos no Jardim da Luz e às quintas-feiras no Jardim do Palácio. O relato de Jorge Americano recordando os passeios no largo do palácio do governo e no Jardim da Luz, dá uma boa idéia sobre a formalidade que envolvia estes acontecimentos e sobre a estratificação

social que se refletia nos espaços públicos, apesar de serem utilizados por pessoas de todas as classes: “terminado o jantar, às cinco, as famílias dos bairros vinham vindo. Sentavam nos bancos do jardim. Os vadios eram escorraçados, e ficavam para o lado de fora das grades. (No Jardim da Luz) “ao cair da tarde vinham chegando os apreciadores de música, de todas as classes sociais. Todos os homens, mesmo operário, usavam colarinho, gravata e chapéu, todas as mulheres usavam chapéu. À proporção que chegavam os ‘funcionários’, os operários, embora de colarinho, cediam-lhes os bancos, e ficavam passeando em redor do repuxo e do lago (...). Os ‘abastados’ chegavam mais tarde, às seis e vinte, encontravam vazias as mesas ao ar livre, do bar, onde sentavam. Os operários não compravam nada. Os funcionários compravam por um tostão um cartucho de pipocas, amendoins e balas dos vendedores ambulantes. Os ‘abastados’ pediam ‘gasosas’ (um tostão), chopes (220 réis), ‘sandwiches’ (200 réis) e sorvetes (300 réis), sentados às mesas a que atendiam os garçons do bar” (AMERICANO, 1957:215-218).

Afora estes usos mais formais que se davam nos jardins públicos e os mais descontraídos que se davam nos parques recreativos privados e na Cantareira, ou então nos clubes de várzea, ocorria o lazer cotidiano nos bairros operários, já não em áreas verdes, porque eles não as possuíam, mas nas calçadas – espaços de sociabilidade para os adultos – ou na própria rua, onde as crianças brincavam e jogavam.

Não tendo ainda recebido os “melhoramentos” que contraditoriamente viriam a interditá-los como espaços de lazer dos moradores pobres das suas cercanias, os rios paulistanos, apesar dos transtornos das enchentes, eram uma fonte de prazer para as crianças, como relembra Dona Alice: “Quando chovia muito, a baixada do Bom Retiro ficava a Veneza brasileira. A enchente tomava conta de tudo. As famílias todas tinham barco e, durante a noite, cantando e fazendo serenata. Para nós, os moços, aquilo era uma alegria, quando o Tietê transbordava” (BOSI, 1983:62).

Por fim, mesmo que se trate de uma forma de lazer que prescinde de áreas verdes, não se pode deixar de assinalar, ao tratar dos hábitos de lazer deste século, o surgimento do cinema. Logo na entrada do século São Paulo já contava com várias salas de projeção no centro e, um pouco mais tarde, também nos bairros. Não é possível saber se a chegada do cinema ocasionou a diminuição da frequência em outros espaços de lazer, particularmente os jardins públicos, mas seu impacto foi de certo grande a ponto de haver quem dissesse – com um pouco de exagero, como ressalva Ernâni Silva Bruno – ser ele “o único divertimento do paulistano”.

Por tudo que se viu pode-se afirmar que as opções e os programas de lazer ao ar livre, em geral, aumentaram na primeira década deste século, relativizando o cenário descrito por Jorge Americano na passagem do século XIX para o XX. Resta ver qual foi a participação da municipalidade na oferta de espaços para este tipo de lazer, o que será feito um pouco mais adiante.

2.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA OS ASSUNTOS DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS

No que tange especificamente à administração das áreas verdes públicas municipais, o extenso período agora em evidência, passadas as primeiras instabilidades do advento republicano, não apresentou grandes alterações. Viu-se que em 1893 já existia a Inspetoria dos Jardins Públicos da Capital. Sabe-se também que, em abril de 1894, pelo Ato nº 9, ficou subordinado à Secretaria da Intendência Municipal “todo o pessoal dos cemitérios, matadouros e jardins” (BARROS E MOIZO, 1991). Já no fim de 1894, pela Lei nº 121, os assuntos de jardins públicos passaram a ser tratados na Intendência de Obras. A Lei nº 203 de fevereiro de 1896 remeteu-os à Intendência de Polícia e Higiene. Somente a partir de outubro de 1900, com a promulgação da Lei nº 491, a Administração dos Jardins Públicos e Arborização passou a estar vinculada à então criada Diretoria de Obras. Antônio Etzel, que assumira desde 1899 a responsabilidade por tudo o que dizia respeito aos parques e jardins municipais, continuou à frente de seu cargo até 1930, quando foi substituído por seu filho e auxiliar, Arthur Etzel. Daí pode-se inferir a continuidade do esquema que vinha sendo adotado, apesar dos diferentes endereços que os assuntos referentes aos parques e jardins ocuparam no organograma administrativo do município. Durante todo o período considerado, as áreas verdes públicas – exceto o parque da Várzea do Carmo – foram executadas e mantidas pela unidade para isto criada em 1893⁴⁶.

Pelo Ato nº 573 de abril de 1913, a Administração dos Jardins Públicos, passou a fazer parte da Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene. Já em 1915, pelo Ato nº 769, a Administração dos Jardins ficou subordinada à Diretoria Geral, que tinha vínculo direto com o prefeito. No organograma aprovado pelo Ato nº 27 de dezembro de 1930, a antiga Administração dos Jardins passou a ser denominada Diretoria de Jardins, Cemitérios e Mercados, subordinada à Diretoria Geral de Higiene Municipal. Poucos meses depois, pelo Ato nº 142 de abril de 1931, o seu nome mudou para Diretoria dos Jardins e Cemitérios, então vinculada à Diretoria de Obras e Viação. Por fim, pelo Ato nº 768 de janeiro de 1935 recebeu o nome de Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios, da Divisão de Obras do Departamento de Obras e Serviços Municipais.

A organização da Administração dos Jardins era relativamente simples e assim se manteve no decorrer do período agora tratado. Descreve-a sucintamente Eduardo Etzel:

⁴⁶ No caso do Parque da Várzea do Carmo, as obras, inclusive ajardinamento, foram contratadas com terceiros. O relatório que o Administrador dos Jardins, Antônio Etzel, encaminhou ao prefeito Firmiano de Moraes Pinto, sobre o ano de 1922, vinha com um teor de queixa contra os procedimentos da Diretoria de Obras, que não avisou a Administração dos Jardins quando do recebimento da obra do parque. O plantio estava incompleto, tendo a Administração dos Jardins que arcar com os serviços de “plantação de árvores e arbustos para a formação de grupos nos gramados, replantação de árvores que constituem a arborização da parte externa do Parque, formação de canteiros com flores anuais e vivazes, principalmente roseiras enxertadas altas e tipo chorão, reforma de diversos gramados, limpeza das ruas e passeios na parte interna, construção de um barraco para depósito de ferramentas e outros materiais” (Relatório enviado pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto à Câmara Municipal sobre o exercício de 1922:174,175).

“Sabemos a modéstia da administração dos jardins nas primeiras décadas deste século. Uma empresa por assim dizer doméstica, na qual dois homens, o administrador e seu ajudante, formavam o quadro dirigente (técnica, contabilidade e secretaria), suficiente para um grupo de operários pequeno mas adequado. Havia a turma de jardinagem, a dos cortadores de grama, a dos podadores, os carroceiros, a turma de limpeza, os guardas presentes em todas as praças ajardinadas e finalmente os operários que reforçavam esta ou aquela falha de pessoal, permitindo que o serviço fluísse normalmente” (ETZEL, 1982).

Os relatórios de 1920 e 1927 enviados à Câmara, respectivamente, pelos prefeitos Washington Luís e Pires do Rio, revelam como era composta a Administração dos Jardins naqueles anos. O Quadro 2 mostra o grande crescimento do número de funcionários entre os dois exercícios. A nomenclatura funcional do pessoal lotado naquela unidade é variável e algumas funções presentes na primeira listagem não estão incluídas na segunda e vice-versa, dificultando uma comparação precisa. No entanto, pode-se perceber que o aumento numérico dos funcionários ocorreu, em parte, entre o pessoal especializado em tarefas de jardinagem – os operários jardineiros, os podadores e os cortadores de grama – e em parte na função de guarda de jardim, que não requer especialização. Nada porém se alterou no que diz respeito à elaboração de projetos. O órgão responsável pelos parques e jardins da cidade permanecia simples na sua estrutura, montada para a execução e manutenção do plantio, sem contar com pessoal especializado para o projeto das áreas verdes. Os projetos dos parques e jardins, caso houvessem, eram elaborados pelo administrador ou seus auxiliares, se fossem simples; se não, por profissionais de fora do serviço público ou, ainda, por técnicos de outras unidades da administração que não a dos jardins – como nas Diretorias ou Divisões de Obras e Serviços, ou de Obras e Viação, onde se concentravam os urbanistas.

QUADRO 2

Composição da Administração dos Jardins nos anos de 1920 e 1927

Função	nº de funcionários 1920	nº de funcionários 1927
administrador dos jardins	01	01
primeiro ajudante de administrador	01	01
segundo ajudante de administrador ⁴⁷	–	01
carpinteiros	01	01
carroceiros	–	03
feitor de extinção de formigueiros	01	01
feitores de jardins	–	04
feitor de turma	01	01
feitor do Jardim da Luz	01	–
feitores do Parque D. Pedro II	–	03
feitor do Viveiro da Água Branca	01	01
feitor de operários	01	–
feitor para conservação em cemitérios	–	01
guarda auxiliar	–	01
guardas de jardins	–	48
guardas fiscais	03	03
guardas operários	13	–
guarda noturno (para o Jardim da Luz)	01	01
jardineiros	03	02
motoristas	01	03
operários comuns	–	65
operários cortadores de grama	–	20
operários de primeira classe	05	–
operários de segunda classe	68	–
operários jardineiros	–	16
operários para conservação em cemitérios	–	11
operários podadores	–	12
pedreiros	–	01
porteiros	02	02
serventes	–	01
zelador Belvedere da Av. Paulista	01	–
zelador do Parque D. Pedro II	–	01
zeladores de sanitários	04	13
Totais	109	218

⁴⁷ O cargo de segundo ajudante de administrador passou a existir a partir de 1921.

2.3 AÇÕES DA MUNICIPALIDADE PARA O PROVIMENTO DAS ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO

Como já foi dito, no extenso período agora tratado, São Paulo passou de 240.000 habitantes, na virada do século, para mais de um milhão de habitantes em 1934, ou seja, a população mais que quadruplicou. Em 1900 a área urbanizada cobria 5.200 hectares, em 1930 atingia quase 17.700 ha, ou seja, espacialmente falando, a cidade mais que triplicou sua extensão territorial.

Em termos de realizações pode-se dizer que, até meados da década de 1920, tudo o que se fez em termos de provimento e tratamento de áreas verdes públicas esteve baseado no plano de melhoramentos gerado durante a gestão de Antônio Prado (GUARALDO, 1995). Mudanças maiores ocorrerão no início do governo de Fábio da Silva Prado (1934-1938) que implantará uma reforma administrativa visando a ação do executivo a longo prazo, possibilitada pelo novo quadro político no qual o poder executivo, desembaraçado dos entraves que a Câmara Municipal lhe poderia antepor, tinha plenos poderes.

Dado o caráter propiciatório dos corpos d'água e dos vales fluviais também para a implantação de áreas verdes, é oportuno verificar como eles se apresentavam no início e no fim do período em pauta.

Em 1900, as planícies dos maiores cursos d'água que atravessam o município estavam praticamente livres de urbanização, com exceção da margem esquerda do rio Tamanduateí, já ocupada até o bairro do Ipiranga, enquanto a do córrego da Moóca, seu afluente, em cujo vale hoje passa a avenida Professor Luiz Ignácio Anhaia Mello, estava totalmente desocupada. A mancha urbana contínua não ultrapassava, ao norte, a margem esquerda do Tietê. Estendia-se à beira desta margem do rio nos trechos correspondentes aos bairros do Bom Retiro, Barra Funda e Água Branca. Do Bom Retiro para leste, toda a planície aluvial estava desocupada em ambas as margens, do mesmo modo que as dos afluentes Pinheiros e Aricanduva – este, a rigor, contando com um pequeno núcleo urbanizado próximo à foz, no sopé do outeiro da Penha. A planície do ribeirão Tatuapé – onde hoje estão as avenidas Vereador Abel Ferreira e Salim Farah Maluf – estava urbanizada apenas do Alto da Moóca até a foz no Tietê. A urbanização contínua tinha seu limite, ao sul, na Vila Mariana, a oeste nas Perdizes, a sudoeste em Cerqueira César e a leste na Penha.

Como se sabe, as ferrovias implantadas nos vales dos rios Tamanduateí e Tietê viriam a atrair as indústrias e, em decorrência, os primeiros bairros operários de São Paulo. Tanto que em 1930 a urbanização, entremeada por áreas livres, já se aproximava da planície da margem esquerda do Tietê, às vezes na própria várzea, da foz do Aricanduva à foz do Pinheiros.

Na planície da margem direita a urbanização era ainda esparsa, tendo como núcleos mais significativos Vila Maria Baixa, Casa Verde Baixa, Limão e Freguesia do Ó. As vertentes da margem direita do rio Cabuçu, afluente da margem direita do Tietê, já apresentavam

manchas urbanizadas e, junto ao próprio rio Cabuçu, estendia-se o bairro Edu Chaves, no distrito de Jaçanã.

MANCHA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 1930

Fonte: São Paulo: Crise e Mudança

Mas havia ainda grandes extensões de planície aluvial não ocupadas em ambos os lados do Tietê. Na margem direita, extensas faixas de áreas livres de urbanização ocorriam entre a divisa de Guarulhos e Vila Maria Baixa, entre Vila Maria Baixa e Casa Verde Baixa, entre Casa Verde Baixa e o bairro do Limão, entre o Limão e a Freguesia do Ó e entre a Freguesia do Ó e a foz do Pinheiros, na divisa de Barueri. Somavam, aproximadamente, dezoito quilômetros lineares de várzea com larguras variadas.

Na margem esquerda, da divisa de Itaquaquecetuba até o Tatuapé, não havia terras urbanizadas na planície, a não ser num pequeno trecho em São Miguel Paulista e em Ermelino Matarazzo, dando um total linear de mais de vinte quilômetros de várzea livre. Faixas de áreas livres alternadas com áreas urbanizadas existiam entre a Penha e o Tatuapé, entre Tatuapé e Belém, entre Belém e Pari, entre Pari e Bom Retiro, somando algo em torno de sete quilômetros lineares.

Do Bom Retiro até a Água Branca a urbanização era contínua, mas da Água Branca até Vila Leopoldina estendia-se outra grande faixa ininterrupta de áreas não urbanizadas, com cerca de seis quilômetros de extensão. Assim, ressalvadas as imprecisões de uma mensuração feita apenas para apurar a ordem de grandeza, pode-se dizer que, somadas as extensões dos terrenos baixos do vale do Tietê, chegava-se, em 1930, a cerca de cinquenta quilômetros de várzea livre de urbanização em ambas as margens.

O rio Tamanduateí, por sua vez, já apresentava sua margem esquerda totalmente urbanizada, desde a divisa de São Caetano do Sul até a foz. Pela direita, a várzea era ocupada pelo grande pátio ferroviário existente entre a Moóca e o Ipiranga, enquanto o bairro de Vila Prudente já encostava no vale. Restava urbanizar apenas pequenos trechos de baixada do lado esquerdo, entre o Cambuci e a Liberdade. A várzea do Carmo já estava àquela altura do século urbanizada, convertida em parque público.

O vale do córrego da Moóca mostrava-se urbanizado até aproximadamente três quilômetros a montante da foz – da Vila Prudente à Água Rasa e São Lucas. Também os três quilômetros finais do rio Aricanduva já tinham sido atingidos pelos bairros do Carrão e Vila Matilde, ao passo que por toda a margem esquerda do ribeirão Tatuapé se estendia o distrito da Água Rasa com seus vários bairros.

Nos primeiros terraços da margem direita do rio Pinheiros estavam implantados os bairros de Santo Amaro, Brooklin Novo, Itaim, Jardim Europa e Pinheiros, mas nenhum deles chegava até a várzea. Do bairro de Pinheiros até a foz nada estava urbanizado. A margem esquerda do rio Pinheiros contava com poucos e pequenos núcleos urbanizados. De mais de trinta quilômetros era a extensão das faixas de áreas livres de urbanização em ambos os lados do rio Pinheiros.

À beira da represa do Guarapiranga apenas um bairro, Interlagos, se assentava, enquanto que a represa Billings não apresentava qualquer sinal de urbanização.

Pode-se assim ter uma idéia do potencial ainda existente no fim da terceira década do século para a implantação de áreas verdes, não só com finalidade ambiental mas também recreativa, visto que vários bairros populares já estavam estabelecidos nas planícies dos maiores rios. É bem verdade que diferentes usos – as ferrovias, as indústrias, a mineração – competiam pelo espaço das várzeas, mas ainda havia lugar para os clubes recreativos e esportivos, uns mais equipados – Tietê, Espéria, Floresta – outros mais precários – os chamados “clubes de várzea” – voltados, pode-se dizer que exclusivamente, para o futebol. E

lembre-se que, embora fosse na época um esporte eminentemente masculino, o futebol não deixava de atrair também uma platéia feminina.

A oferta de áreas verdes de recreação pela iniciativa privada – de que são exemplos a Chácara da Floresta, o Parque Antártica, o Bosque da Saúde, o Jardim da Aclimação, o Parque da Avenida –, a disponibilidade de vazios ainda não alcançados pela urbanização – que possibilitavam a apropriação informal para o recreio ou mesmo a formação de clubes e associações em diversos bairros ribeirinhos –, assim como a reversibilidade para o lazer de terrenos do Estado em princípio destinados a outras finalidades – como o Horto da Cantareira e o Jardim Botânico nas cabeceiras do Ipiranga –, devem ter contribuído, num primeiro momento, para evitar pressões incômodas sobre a prefeitura, no sentido de prover espaços verdes para a recreação pública e gratuita.

E mesmo mais tarde, nos últimos anos da década de 1920, ações pontuais da prefeitura para a implantação de um parque serviram de argumento para justificar sua omissão na formação de um sistema de parques, tantas vezes proposto, no seu principal vale fluvial. A respeito disto vale lembrar que Ulhoa Cintra, no plano que elaborara em 1922 para o rio Tietê, ainda que preocupado com os gastos com desapropriações, propunha diversos espaços públicos ao longo do vale, conectados por *parkways*, enquanto Saturnino de Brito, em 1924, reservava 930 hectares de terras não construídas, formadas por lagos e matas para a regularização do regime do Tietê e também por parques e “jardins acessórios”. Já em 1927, o mesmo Ulhoa Cintra, então presidente da Comissão de Melhoramentos do rio Tietê, novamente preocupado com os custos de desapropriações e alegando estar a prefeitura já empenhada em construir um grande parque na “várzea de Santo Amaro”, ou seja, o futuro parque Ibirapuera, dispensou todos os espaços livres propostos no vale retificado do Tietê, fossem eles para fins de “aformoseamento”, ou para fins “utilitários” ou de “higiene” (GUARALDO, 1995:149). E isto apesar de o prefeito Pires do Rio afirmar à Câmara, no mesmo ano de 1927, que, “à margem do Tietê, a municipalidade defende com energia, por atos e por ação judiciária, a posse de grandes áreas em que alguns jardins serão possíveis”⁴⁸.

No entanto, por tímidas e por mais localizadas que fossem, algumas medidas foram tomadas pelo poder municipal, nas três primeiras décadas do século, para assegurar aos municípios áreas verdes de lazer públicas e gratuitas. As providências mais importantes a respeito das áreas verdes públicas situavam-se em meio a outras tantas que vinham sendo aplicadas durante o período ora tratado, no sentido de superar os principais obstáculos espaciais que dificultavam a expansão e o descongestionamento da cidade: saneamento das várzeas e controle das enchentes, abertura ou alargamento de vias, associados ao “embelezamento” nos moldes das grandes cidades européias e norte-americanas. Não se tratava, portanto, apenas de solucionar um problema de expansão, mas também de promovê-

⁴⁸ Relatório de 1927, apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo. São Paulo, Empresa Graphica Limitada, 1928:25.

la com uma certa qualidade urbanística, ainda que esta última preocupação se restringisse quase que exclusivamente, na prática, ao centro e aos chamados “bairros nobres” da cidade.

As intervenções no espaço da cidade neste período foram desdobramentos do plano de melhoramentos que vinha sendo elaborado desde a virada do século. Até os meados da década de vinte a atuação da Diretoria de Obras e Viação Pública – talvez o órgão mais forte dentro da organização administrativa municipal – comandada por Victor da Silva Freire, deu-se no sentido de executar o plano de melhoramentos iniciado na gestão de Antônio Prado.

Dentre os melhoramentos planejados incluíam-se o circuito de “passeios interiores” e os “três grandes parques” propostos por Joseph-Antoine Bouvard em 1911, que acabaram por justificar boa parte das ações do poder municipal no tocante às áreas verdes públicas. As medidas tomadas pelo poder municipal podem ser agrupadas nas seguintes categorias: acordos com os proprietários de áreas verdes de lazer privadas para garantir entrada franca ao público; desapropriação de áreas verdes de recreação já existentes ou de terras para a abertura de novas áreas verdes públicas; dispositivos legais para tornar obrigatória a doação de espaços livres públicas nas operações de loteamento; abertura, reforma e manutenção de áreas de lazer em terras de propriedade pública; ações judiciais para preservar o patrimônio municipal; ações conjuntas com o governo do Estado.

2.3.1 Entrada franca em áreas verdes de recreação particulares

A ação do poder municipal para garantir o acesso público e gratuito a áreas verdes de lazer privadas limitou-se a um único caso, o do Parque Antártica. Envolveu a concessão de vantagens aos proprietários, conforme a lei municipal nº 550, de 1901, que teve a seguinte redação:

“Artigo 1: Fica a Prefeitura autorizada a conceder à Companhia Antártica Paulista isenção de impostos pelo prazo de 20 anos para o comércio do botequim e restaurante de bebidas e comidas finas ao ar livre, que mantiver no parque de sua propriedade na Av. de Água Branca.

“Artigo 2: Essa concessão só se fará efetiva mediante contrato, assinado perante a Prefeitura, em que se estabelecerão, entre outras obrigações, as seguintes:

- a) de ser mantido o jardim para o gozo público, livre de cobrança de entrada;
- b) de ser conservado, administrado e policiado a expensas da concessionária;
- c) de ficar sujeito às prescrições da Polícia Municipal;
- d) de não ser deduzida a área de gozo público.

“Artigo 3: Revogam-se as disposições em contrário”.

É tido que a regra foi cumprida, somente cobrando-se ingresso quando se tratava de festas com fim beneficente. O Parque Antártica tornou-se um dos mais importantes centros de lazer da capital, oferecendo variadas atrações aos seus freqüentadores: denso arvoredo,

lagos artificiais, pavilhões, quadras esportivas, carrossel, coreto com apresentação de bandas, salões de baile, cinematógrafo, tiro ao alvo, rink de patinação (ELAZARI, 1979:72). No entanto, o acordo durou o tempo dos interesses do capital. Antes de completar os vinte anos previstos na lei o parque foi alugado, em 1916, para os treinos do Palestra Itália, sendo finalmente vendido àquela associação esportiva em 1920 (PONTES, 1993).

Fonte: São Paulo e Outras Cidades –
Nestor G. Reis Filho

Parque Antártica

Até onde foi possível pesquisar não se tem notícia de que acordo semelhante tivesse sido feito com o Bosque da Saúde, outra área verde de lazer privada, também costumeiramente utilizada pelo público. Sabe-se porém que ele existiu até 1925, desaparecendo com a abertura do loteamento do bairro homônimo (PONTES, 1993).

O mesmo pode ser dito em relação ao Jardim da Aclimação, outra área verde particular bastante utilizada, que conheceu seu auge na década de 1920 e que só mais tarde seria desapropriada. A ação da prefeitura não ultrapassaria, neste caso, algumas medidas facilitadoras como, por exemplo, o melhoramento das vias de acesso à área.

2.3.2 Desapropriações para a implantação de áreas verdes de recreação

Este tipo de medida foi aplicado no Parque Villon, na praça Buenos Aires e numa pequena área no fim da avenida Higienópolis, na Chácara da Floresta e num terreno com 15.500 m² entre as ruas Pedroso, Itororó, prolongamento da rua Maestro Cardim e travessa Arthur Prado.

O Parque Villon, ou parque da Avenida, foi comprado pela prefeitura em 1911 do então proprietário Francisco Matarazzo. Era conhecido também como Trianon tendo sido seu nome oficialmente mudado para Tenente Siqueira Campos por força do Ato n^o 70 de 24 de janeiro

de 1931⁴⁹. Foi remodelado por Barry Parker em 1918.

Em 1912 a prefeitura comprou de Germaine Lucie Bouchard a quadra existente no bairro de Higienópolis, formada pelas ruas Piauí, Bahia, Alagoas e avenida Angélica. Ali construiu a praça Buenos Aires, entre 1913 e 1916. Consta que o projeto da praça é de autoria de Bouvard⁵⁰, mas ele deve ter sofrido alguma modificação ou complementação poucos anos mais tarde pois, no relatório que o prefeito Washington Luís enviou à Câmara sobre o exercício de 1918, vem dito que o jardim “da frente da praça Buenos Aires [fez-se] segundo planta de Heribaldo Siciliano”. Também no ano de 1912 a prefeitura comprou terrenos na rua Rio de Janeiro, contíguos ao “Terraço Germaine”, belvedere integrante do projeto do loteamento executado por Martinho Burchard. Tais terrenos teriam sido adquiridos para a “conservação da vista sobre o Vale do Pacaembu”, e integram hoje a praça Esther Mesquita (HOMEM, 1996:69-72).

A Chácara da Floresta, como já foi dito, era uma área de lazer de propriedade privada junto à Ponte Grande do rio Tietê. A idéia de implantar ali um parque público municipal foi de autoria do vereador Armando Prado, convertida na lei nº 1486 de 11 de dezembro de 1911. A compra da Chácara de 30.505,75 m², que integraria o futuro parque público, foi realizada pela quantia de 350:000\$000, por escritura pública de 18 de junho de 1912. Outro terreno, vizinho à Chácara da Floresta, de 15.600,90 m², foi adquirido com o mesmo objetivo por 249:613\$775 em 1913, com autorização da lei nº 1681 de 16 de abril de 1913⁵¹.

Os artigos da lei nº 1486, que autorizou a compra de terras para o parque, deixam clara a finalidade que o parque deveria atender:

“ Art. 1o. - Fica a Prefeitura autorizada a adquirir, por compra ou pelos meios que julgue conveniente, ‘ad-referendum’ da Câmara, uma área de terreno nesta capital, que se preste à

⁴⁹ Nas fontes consultadas observam-se algumas confusões e imprecisões a respeito do Parque Tenente Siqueira Campos que é necessário, pelo menos, apontar. Uma das informações a corrigir é a de que Barry Parker teria sido chamado para reformar o parque em 1912 (LOUREIRO, Maria Amélia Salgado - A Cidade e as Áreas Verdes. Prefeitura do Município de São Paulo, 1979:129), quando se sabe que o famoso urbanista chegou em São Paulo em fevereiro de 1917, tendo retornado à Inglaterra dois anos depois (REIS FILHO, Nestor Goulart - São Paulo e Outras Cidades. São Paulo, Hucitec, 1994:161). Por outro lado, REIS FILHO (op.cit., pg.160) aponta 1930 como o ano em que se oficializou o nome do parque como tenente Siqueira Campos, quando, na verdade, a oficialização do nome se deu em 1931 (LOUREIRO, op.cit., pg.129). Outra informação confusa diz respeito à venda do Parque Villon. Tanto LOUREIRO quanto REIS FILHO afirmam que o proprietário era Francisco Matarazzo e que a venda se deu em 1911. Mas LOUREIRO diz que a venda foi feita no nome de Joaquim Eugênio de Lima “com a finalidade expressa (...) de destiná-la à constituição de um logradouro público” e sustenta a informação fornecendo dados referentes à escritura, que teria sido lavrada em 15 de julho de 1911 no 6^o Tabelião de Notas, Livro 76, folha 85 e transcrita sob o número 6.156, Livro 3-A.V, folha 34, em 19 de julho de 1911. Mas logo em seguida acrescenta uma informação errônea, a de que Paul Villon veio a São Paulo precisamente para projetá-lo para tal fim, quando, na verdade, o Parque Villon fora inaugurado em 1892. E, também estranhamente, afirma que “em 1924, o Parque Villon foi doado à Prefeitura”, quando se sabe que antes disto, em 1918, a Prefeitura contratara Barry Parker para remodelar o parque, não podendo tais melhoramentos ser feitos em área que não fosse municipal.

⁵⁰ Dados colhidos em INSTITUTO CULTURAL ITAÚ - Cadernos Cidade de São Paulo - Bairro de Higienópolis. São Paulo, 1996:19) e HOMEM, Maria Cecília Naclério - Higienópolis - grandeza e decadência de um bairro paulistano. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, s/d, pg.72.

instalação do necessário a exercícios esportivos destinados à educação física da mocidade.

Art. 2o. - Será feita uma seção para natação, composta de um grande lago e dependências que forem necessárias.

Art. 3o.- A Prefeitura submeterá ao juízo da Câmara, em tempo oportuno, um regulamento concernente aos aludidos exercícios, dos quais se excluirá toda idéia de jogo.

Art. 4o. - Para execução desta Lei, a Prefeitura fará as necessárias operações de crédito”.

No relatório que o prefeito Raymundo Duprat encaminhou à Câmara Municipal, relativo ao exercício de 1911, vem explicitado o plano da prefeitura para a implantação do Parque da Ponte Grande ou da Floresta. Tratava-se de um parque de grandes dimensões, composto pelas duas áreas desapropriadas mais os terrenos municipais devolutos situados nos fundos da Chácara da Floresta, mais os terrenos do patrimônio municipal aforados em torno da Chácara, que tiveram ou teriam os respectivos contratos de aforamento rescindidos. Computando-se as áreas desapropriadas e os terrenos aforados que tiveram os contratos suspensos chega-se a 94.178,65 m². Somando-se a isto a área aforada de 10.849 m² sobre a qual a municipalidade não havia ainda consolidado seu domínio – mas que pretendia fazê-lo – e outros terrenos municipais devolutos nos fundos da Chácara – entre eles aquele ocupado pelas dependências da limpeza pública – que deveriam ser integrados ao parque, chega-se a um total em torno de 300.000 m², área oito vezes maior do que a do Parque Villon⁵². Os gastos com a compra de terras para a formação do parque e com as indenizações das benfeitorias existentes nos terrenos que estavam aforados, atingiram em 1911 a soma de 1.636:656\$775, quase 15% do total da receita daquele ano.

O parque ocuparia então a área delimitada pelo rio Tietê, pela avenida Tiradentes até a praça José Roberto Penteado – onde hoje está localizada a estação Armênia do Metrô – e pelos terrenos foreiros em frente a esta praça, entre os quais aquele ocupado na época pelas dependências da limpeza pública e aquele ocupado pela Repartição de Águas e Esgotos que

⁵¹ As leis relativas à desapropriação para a implantação do parque da Ponte Grande são as seguintes:

Lei 1486 de 01/12/1911 - Autoriza o prefeito a adquirir uma área de terreno necessária para exercícios esportivos.

Lei 1507 de 21/03/1912 - Aprova a compra de terreno de propriedade de Alberto de Menezes Borba e Frederico Vergueiro Steidel, junto ao rio Tietê, na Ponte Grande, conhecido por "Chácara da Floresta", com a área de 30.505,75 m² conforme planta levantada pela Diretoria de Obras e Viação.

Lei 1646 de 15/02/1913 - Autoriza o Prefeito a contrair um empréstimo de 45.000:000\$000.

Lei 1681 de 16/04/1913 - Declara de Utilidade Pública diversos prédios para alargamento em parte da Avenida Tiradentes e para a formação do Parque da Floresta.

Ato 753 de 05/02/1915 - Expede instruções para a execução da Lei 1646 de 15/02/1913.

Decreto 1154 de 22/06/1950 - Modifica o disposto no Ato 753 de 05/02/1915 quanto à liquidação do empréstimo autorizado pela Lei 1646 de 15/02/1913.

⁵² A estimativa da área que seria ocupada pelo parque foi baseada em medidas tiradas sobre a Planta Geral da Capital de São Paulo organizada por Gomes Cardim em 1897, tendo também como referências a Planta Geral da Cidade de São Paulo organizada por Alexandre Mariano Cococi e Luiz Frutuoso e Costa em 1905 e a Planta Geral da Cidade de São Paulo organizada pela Comissão Geográfica e Geológica em 1914. Nenhuma das plantas traz a delimitação dos terrenos foreiros que seriam integrados ao parque, mas indicam o terreno ocupado pela limpeza pública e os arruamentos em torno. Se se considerar o espaço não arruado como o que constituiria o futuro parque, tem-se como divisas o canal projetado do Tietê a rua Itaporanga (hoje absorvida pela avenida Tiradentes), a atual rua Francisco Borges e seu prolongamento imaginário até a rua David Bigio e o prolongamento imaginário desta até o canal projetado do Tietê. A área teria, portanto, a forma de um trapézio cortado pela diagonal formada pelo canal projetado Tamanduateí.

também pertenciam ao município⁵³. O atual Clube de Regatas Tietê estaria instalado no interior da grande gleba onde se construiria o parque.

O significado deste parque para a cidade vem expresso nas palavras do prefeito: *“Apesar de ser um melhoramento esse de não pequena monta, para os cofres do Município, a administração não hesitou em iniciá-lo, fazendo essas aquisições de terrenos, convencida como está de que é preciso dotar S. Paulo de reservatórios de ar, principalmente numa zona como essa, entre os bairros do Bom Retiro e da Luz, de grande aglomeração de habitantes, de acordo com o projeto Bouvard”*.

No entanto, aquela *“grande aglomeração de habitantes”*, na sua maior parte constituída de trabalhadores e suas famílias, ficou sem seu “reservatório de ar” e sem sua área de recreação, utilizando, enquanto foi possível, os terrenos deixados ao abandono na várzea do Tietê como área de lazer improvisada.

Por outro lado, os habitantes de Higienópolis ganharam da prefeitura a praça Buenos Aires e um mirante sobre o vale do Pacaembú, e os da avenida Paulista não só o parque mas também o Trianon, fronteiro a ele, com seu grande salão de festas. Enquanto nos terrenos baldios às margens do rio na Luz e no Bom Retiro as áreas de lazer se arranjavam ao sabor do acaso, na praça Buenos Aires e no Parque da Avenida eram executados projetos de paisagismo da chancela Bouvard e Barry Parker, respectivamente.

Todas estas desapropriações se fizeram dentro das balizas estabelecidas pelo plano Bouvard. Tanto a Praça Buenos Aires como o Parque da Avenida estavam compreendidos no circuito de “passeios interiores” que ele havia proposto, enquanto o Parque da Floresta seria um dos três grandes parques por ele recomendados como “lugares de passeio para os habitantes, focos de higiene e de bem estar, necessários á saúde publica, tanto moral como física”⁵⁴.

Anos mais tarde, em 1920, pensou-se em criar outro parque, este de pequenas dimensões, na Bela Vista, que não fazia parte de qualquer plano, tendo sido antes, em 1912, desapropriado para a montagem de um forno de incineração de lixo. Como o forno foi instalado em outro local o prefeito Firmiano Pinto solicitou à Diretoria de Obras que estudasse ali a formação de um parque. O projeto foi submetido à Câmara e aprovado de acordo com a lei nº 2.391 de 09 de maio de 1921⁵⁵, mas o parque, que estaria situado entre as ruas Pedroso,

⁵³ Relatório enviado à Câmara Municipal pelo Prefeito Raymundo Duprat em 1911:20.

⁵⁴ Os três parques referidos no relatório Bouvard seriam então: o da Várzea do Carmo (Parque Dom Pedro II), o do Anhangabaú e o da Floresta, ou Ponte Grande. Necessita de retificação, portanto, a informação de KLIASS (1993:37), que supõe ser a praça Buenos Aires o terceiro dos grandes parques propostos por Bouvard. A informação fica contraditória com o relatório da Comissão de Justiça da Câmara de 22 de abril de 1914, parcialmente reproduzido na mesma obra, na página 119, onde se lê que o parque da Várzea do Carmo será ligado “pela Avenida Cantareira, à Ponte Grande, em cujas imediações se implantará, segundo todas as probabilidades, o grande parque municipal”. Eliane GUARALDO já observara bem este equívoco em Paisagem e Paisagismo na Primeira República – Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995.

⁵⁵ Relatório enviado à Câmara Municipal pelo Prefeito Firmiano de Moraes Pinto em 1922:119.

Martiniano de Carvalho, Monsenhor Passalacqua e Maestro Cardim nunca foi construído⁵⁶.

Embora não se tratasse de desapropriação e sim de permuta, deve-se ainda citar a iniciativa de transferir a área do hipódromo da Moóca, concedida pela Prefeitura ao Jockey Club, para terrenos municipais na região onde se instalaria mais tarde o parque do Ibirapuera. A área do hipódromo, uma vez liberada, seria transformada em parque municipal. Chegou-se a publicar uma lei, a de nº 3.256 de janeiro de 1929, autorizando a permuta, mas ela não se realizou, como se verá no próximo capítulo.

2.3.3 Dispositivos legais para doação de espaços livres nas operações de loteamento

Na legislação urbanística de São Paulo pode-se encontrar, já no Código de Posturas de 06 de outubro de 1886, artigos referentes à implantação da arborização urbana e à sua defesa.

Em 14 de junho de 1915 foi decretado o Ato nº 769 que estabelecia, no Artigo 84, que o serviço de arborização seria feito na Diretoria Geral, pela Administração dos Jardins e, no Artigo 85, que a arborização das avenidas e praças seria feita de acordo com planta previamente aprovada pelo prefeito. O Artigo 90 do mesmo Ato, remetendo ao Artigo 66 do Código de Posturas de 1886, previa multa de 30\$000 ou oito dias de prisão para todo aquele que fizesse qualquer dano nas árvores plantadas nas ruas, praças e avenidas da cidade.

Mas o instrumento para a criação de novas áreas verdes só viria com a Lei nº 2.611 de 20 de junho de 1923, que proibia a abertura de vias de comunicação, em qualquer perímetro do município, sem prévia licença da prefeitura. Obrigava a apresentação de planta assinada por engenheiro sobre a qual a prefeitura, pela Diretoria de Obras, traçaria “as vias principais e os espaços livres que julgasse necessários ao interesse geral da cidade”. Nas glebas de superfície igual ou superior a 40.000 m² o loteador, ao apresentar seu plano de arruamento, era obrigado, pelo Artigo 8, a deixar “para espaços livres (praças, jardins, squares, etc.) de domínio público, uma área correspondente, pelo menos: a 5% da área total – na zona urbana; a 7% da área total – na zona suburbana; e a 10% da área total – na zona rural”.

Observe-se aqui a abrangência das atribuições da Diretoria de Obras – à qual mais tarde estarão subordinados os serviços de parques, jardins e cemitérios – e a curiosa inversão dos índices, exigindo menos área verde na zona em que supostamente elas eram mais raras e mais necessárias devido à maior densidade habitacional. De qualquer modo, ficou instituída a obrigatoriedade de doação de espaços livres nas operações de parcelamento do solo. Como se verá mais adiante, foi das terras compulsoriamente doadas nestas operações que se originou boa parte das áreas verdes hoje oficialmente consideradas parques municipais.

Em 21 de setembro de 1923, ou seja, apenas três meses após a promulgação da Lei nº

⁵⁶ As ruas delimitadoras que constam no relatório de 1922 do Prefeito Firmiano Pinto são: Pedroso, Itororó, prolongamento da rua Maestro Cardim e travessa Arthur Prado. Em todos os mapas consultados não foi possível fechar uma poligonal formada por tais ruas.

2.611, foram estabelecidos os novos limites das zonas urbana e suburbana no município de São Paulo – modificando os da Lei nº 1.874 de 12 de maio de 1915 – dando, teoricamente, condições ao poder municipal para controlar e exigir dos loteadores as áreas verdes que passariam ao domínio público.

Mas a Lei nº 2.611 não previu qualquer forma de controle para a expansão horizontal da cidade e nem sanções para os transgressores. O resultado foi a sua superação pela lei do mercado⁵⁷. Em 1930, portanto sete anos após a promulgação da lei, a urbanização já se espalhara por toda a zona urbana e, na zona suburbana, apenas deixava livres as glebas correspondentes aos bairros do Pacaembu, Sumaré, Alto da Lapa, Parque da Moóca, Vila Monumento, Jardim Vila Mariana e Jardim da Glória. Coincidentemente eram bairros-jardim ou aparentados, se não na dimensão dos lotes, ao menos no traçado sinuoso das ruas do que resultavam áreas verdes em maior número do que nos bairros de desenho mais convencional. Mas nenhum dos parques municipais hoje existentes nasceu daqueles loteamentos pois, se por um lado havia maior disseminação das áreas verdes, por outro elas eram de pequenas dimensões ou de proporções e declividades inadequadas para o seu aproveitamento como parques.

No fim do período em foco foi promulgado o Ato nº 663 de 10 de agosto de 1934, que consolidou o Código de Obras “Arthur Saboya”, criado pela Lei nº 3.427 de 19 de novembro de 1929. Na sua terceira parte, que trata dos arruamentos, o Ato reafirma as porcentagens de espaços livres estipuladas pela Lei nº 2.611, e na quinta parte estabelece as medidas para a arborização urbana, que será executada “pela seção competente da Diretoria de Obras e Viação”. Define as larguras dos passeios que receberiam arborização, as distâncias de plantio das árvores, a não arborização das faces sul das quadras em que as ruas tivessem largura inferior a vinte metros, as dimensões horizontais das covas e seu revestimento e o valor das multas para os que danificassem as árvores ou que transgredissem as disposições referentes à arborização pública.

Mas, ao mesmo tempo que impunha condições para a aprovação dos projetos de arruamento, o Ato nº 663 abriu a possibilidade de regularização de loteamentos já executados nos quais, “a juízo da Diretoria de Obras e Viação”, não fosse mais possível a aplicação integral dos dispositivos do Ato. Ficava assim instituído um procedimento que, na prática, legalizava o ilegal e abria caminho para a proliferação de loteamentos clandestinos e, por consequência, à não aplicação do disposto na lei a respeito da doação de áreas verdes de uso público.

É de se notar que no período de quase quatro décadas que separam o Ato nº 663 da Lei de Zoneamento (Lei nº 7.805 de 1972) as proporções destinadas a espaços livres não se

⁵⁷ Para uma compreensão mais aprofundada do papel da legislação na formação do espaço urbano paulistano ver PERRONE, Rafael Antônio Cunha - *Análise da Ação Legislativa do Estado em Relação aos Loteamentos Clandestinos no Município de São Paulo* - Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1984, e ROLNIK, Raquel - *A Cidade e a Lei* - São Paulo, Nobel, 1997.

alteraram, tendo-se consolidado neste tempo quase 70% da área urbanizada do município (PERRONE, 1984).

2.3.4 Construção, reforma e manutenção de áreas de lazer em espaços de “uso comum do povo”

Ao mesmo tempo em que se criavam mecanismos para o poder municipal suprir a cidade de áreas verdes, muitas das praças e largos preexistentes foram ajardinados e ruas de diversos bairros arborizadas no período.

Uma vez empossado no cargo de prefeito em 1899, Antônio da Silva Prado tratou de nomear para o serviço de inspeção dos jardins e ruas arborizadas “um profissional que tivesse inteiro conhecimento, sobretudo pelo lado prático, dos trabalhos de plantações, de alinhamento e de conservação de parques”⁵⁸. Este profissional foi Antônio Etzel, que esteve à frente dos serviços de ajardinamento e arborização da cidade até 1930, ano de sua morte, quando foi substituído pelo filho Arthur que, por sua vez, dirigiu os serviços até a reforma administrativa empreendida pelo prefeito Pires do Rio, em 1934, retornando ao cargo alguns anos mais tarde.

Uma das primeiras providências tomadas por Antônio Etzel foi a de instalar um viveiro de mudas no largo Visconde Congonhas do Campo (atual praça Coronel Fernando Prestes), que daria conta do plantio de árvores e plantas ornamentais nas décadas seguintes. Já em 1904 haviam sido plantadas 6.667 árvores. Em 1906 o total acumulado subiu para 16.990 e em 1910 já era de 25.692. Isto sem contar as 11.389 plantas que, no período de 1900 a 1909, foram doadas a diversas cidades do interior por requerimento das respectivas Câmaras e a várias outras instituições como hospitais, museus, hortos e mesmo ao Parque Antártica.

Foram reformados o Jardim da Luz – que sofreu a perda de uma faixa de vinte e dois metros de largura para o alargamento da rua em frente à estação – e a praça da República, ao mesmo tempo em que eram extintos ou reduzidos os jardins da praça João Mendes e do largo São Bento com o argumento de que “a população de há muito abandonou-os, não os freqüentando mais, e o local em que se acham situados pode, com toda a vantagem, além da economia para os cofres municipais, destinar-se a ponto de estacionamento de veículos e facilitar a livre circulação dos que, em não pequeno número, por ali transitam sempre”⁵⁹.

Nos dez primeiros anos do século, compreendidos na gestão de Antônio Prado, reconstruíram-se coretos, mobiliaram-se os jardins, instalaram-se protetores de ferro para as árvores, substituiu-se parte da arborização antiga, reformaram-se completamente, além dos logradouros citados acima, os largos do Carmo (desaparecido), Sete de Setembro, General Osório, Guaianazes (atual praça Princesa Isabel) e a praça São Paulo (atual praça Almeida Júnior). Até 1907 foram plantadas árvores nos cemitérios e em sessenta e sete ruas, onze

⁵⁸ Relatório do ano de 1899 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito dr. Antonio da Silva Prado em 31 de março de 1900. São Paulo, Typ. a vapor, Espindola, Siqueira & C., 1900:20.

⁵⁹ Idem.

alamedas e nove travessas.

QUADRO 3

Lista de logradouros arborizados de 1900 a 1910 e espécies vegetais utilizadas

logradouros	espécies vegetais
Jd. Teatro Municipal	Palmeira imperial, Ciptomeria japonica, Phormiun tenax, Ficus da Índia
Lg. Arouche	Ligustrum
Lg. Brigadeiro Galvão	Ligustrum do Japão, Andassu do Norte
Lg. Cambuci	Platano
Lg. Carmo	Andassu, Carvalho, Ficus elastica
Lg. Concórdia	Eucalipto, Platano, Andassu, Palmeira imperial
Lg. Freguesia do Ó	Jacarandá da Índia
Lg. General Osório	Eucalipto, Cedro nacional
Lg. Guaianazes	Platanus orientalis, Ligustro do Japão, Andassu
Lg. Jardim (da Luz)	Eucalipto, Cedro nacional
Lg. José Roberto	Ligustro do Japão, Andassu
Lg. Liberdade	Platano, Magnolia amarela, Ligustro, Jacaranda do norte
Lg. Paissandu	Platano, Andassu, Carvalho, Ficus
Lg. Palácio	Platano
Lg. Paraíso	Platano
Lg. Pinheiros	Jacaranda da Índia
Lg. Riachuelo	Lila Pérsia, Cedro nacional, Eucalipto, Platano, Andassu, Palmeira Imperial
Lg. Santa Cecília	Eucalipto, Andassu
Lg. São Bento	Andassu, Carvalho, Ficus elastica
Lg. São Francisco	Ligustrum, Eucalipto
Lg. São José do Belém	Platano
Lg. São Miguel	Jacaranda da Índia
Lg. Sete de Setembro	Ligustro, Platano
Lg. Theodoro de Carvalho	Andassu
Lg. Treze de Maio	Ligustro do Japão
Pr. Antônio Prado	Platanus orientalis
Pr. João Mendes	Carvalho, Andassu, Ficus, Platanus orientalis
Pr. República	Platanus orientalis, Carvalho, Andassu, Ficus
Pr. São Paulo	Eucalipto
Pr. Visconde de Congonhas	Lila da Pérsia

A lista de logradouros tratados pela Administração dos Jardins era considerável, embora restrita, salvo algumas exceções, à área central. Os relatórios dos exercícios de 1909 e de

1910 enviados por Antônio Prado à Câmara trazem as praças e largos arborizados e as espécies vegetais utilizadas, conforme o Quadro 3. Embora os nomes das espécies vegetais não obedeam aos critérios convencionais da botânica, manteve-se a nomenclatura original, usada nos relatórios que o administrador dos jardins enviou ao prefeito.

Fora as árvores citadas foram plantadas nos largos Guaianazes, Liberdade, Paissandu, Piques e nas praças João Mendes, República e São Paulo outras espécies ornamentais como: *Araucaria excelsa*, *Pinus*, *Phoenix canariensis*, *Phoenix aosterifera*, *Agave americana*, *Hibiscus*, *Arecas*, *Latania borbonica*, *Grevilea*, *Thuya*, *Pandanus*, *Cordilyne*, *Cupressus*, *Rentia palmeriana*, *Oreodoxia oleracia* e *Lamoeropses excelsa*.

Chama a atenção a variedade de espécies produzidas no viveiro municipal e plantadas nas praças e largos, o que levaria o visitante italiano Alfredo Cusano a afirmar, em 1910, com possível exagero, que “talvez nenhuma outra cidade em todo o mundo mostrasse tanta riqueza floral no centro como São Paulo”, e outro visitante, o francês Gaffre, em 1912, a não crer que houvesse em São Paulo “duas avenidas vizinhas plantadas com as mesmas árvores” (BRUNO, 1954:964 e 1003).

O ímpeto de suprir de “verde” o município não se ateve aos largos e praças na área urbanizada. Quis-se também promover o cultivo de árvores frutíferas e de legumes nos terrenos incultos ao redor da cidade. Argumentava o prefeito Antônio Prado, ao defender a utilidade da iniciativa municipal, que as tentativas feitas anteriormente por particulares não vingaram devido “à inexperiência prática e teórica destas pessoas”. Para levar adiante sua idéia, Antônio Prado apresentou à Câmara, em 1904, um projeto de lei para a criação de uma Escola Prática de Pomologia e Horticultura. A Câmara aprovou a idéia convertendo-a na Lei nº 730 de 20 de abril de 1904. Foi designado para dirigir a Escola e elaborar seu programa de ensino “um horticultor de comprovada competência”, Giuseppe Bassotti, mantido à frente do órgão, que funcionou em terreno municipal de 91.781 m² na avenida Água Branca, onde hoje está o Parque Estadual Fernando Costa, até sua extinção em 1911. Assim que se fechou a Escola de Pomologia e Horticultura, o viveiro da prefeitura, que funcionava até então no largo Visconde de Congonhas do Campo, foi transferido para o terreno da Água Branca. Só mais tarde esta área passou a ser propriedade do governo do Estado, por permuta com terrenos na Vila Clementino⁶⁰.

A quase totalidade dos largos e praças listados no Quadro 3 já existiam desde os fins do século XIX. Os poucos abertos depois foram o jardim do Teatro Municipal (que não deve ser confundido com a praça Ramos de Azevedo), o largo Theodoro de Carvalho, junto à estação de Vila Mariana, o largo Treze de Maio e a praça Antônio Prado, sendo esta uma ampliação do antigo largo do Rosário, que ainda guardava este nome na planta de 1905. A atuação da Administração dos Jardins na primeira década do século se deu, portanto, quase que

⁶⁰ Relatório de 1927 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo - primeiro volume. São Paulo, Empresa Graphica Limitada, 1928:180.

exclusivamente em logradouros de antiga existência e, quando não, em espaços públicos de pequenas dimensões onde o jardim era secundário ou inexistente. A criação de áreas verdes mais expressivas viria com a execução de parte do plano Bouvard, notadamente os parques do Anhangabaú e da Várzea do Carmo. Ambos começaram a ser implantados na gestão do prefeito Washington Luís Pereira de Souza (1914-1919), tendo sido concluídas as obras do parque Anhangabaú em 1918.

Também em 1918 iniciou-se a remodelação do parque da Avenida Paulista (atual parque Tenente Siqueira Campos), com projeto de Barry Parker; concluíram-se o Belvedere da Avenida Paulista (Trianon) e a praça Buenos Aires – ambos iniciados na gestão anterior; executaram-se a praça da Pirâmide do Piques (Ladeira da Memória), com projeto de Victor Dubugras, e os largos Ana Rosa e da Ponte Grande; transformaram-se os cemitérios em “parques de utilidade, aumentando-se consideravelmente as árvores neles plantadas” ⁶¹.

No balanço de sua administração até 1918, Washington Luís estabeleceu comparações quantitativas entre as áreas verdes existentes até o fim de 1913, portanto antes de sua posse, e aquelas que foram implantadas por ele. Apesar de não explicitar o critério utilizado na elaboração da lista – que suprimia alguns logradouros que compareciam na relação dos arborizados entre 1900 e 1910 e incluía, na relação dos tratados depois de 1913, logradouros que já estavam arborizados anteriormente a 1913 – pode-se inferir que ele esteja se referindo a espaços *ajardinados* e não apenas *arborizados*. O Quadro 4 permite uma visão global das áreas verdes tratadas paisagisticamente já quase no findar da segunda década do século.

Como se pode notar, o grande salto na metragem de área verde se deveu aos parques da Várzea do Carmo, cujas obras mal haviam começado, do Anhangabaú, concluído em 1918, e da avenida Paulista, este já desapropriado em 1911. Entre as demais áreas ajardinadas incluem-se taludes, mirantes, entroncamentos viários – como o largo do Paraíso, posteriormente praça Oswaldo Cruz – e largos de igrejas ou instituições – como os do Paissandu, São José do Belém e o fronteiro ao Instituto Ana Rosa. Não se tratava, portanto, propriamente de áreas verdes ricas em oferta de atividades de lazer, a não ser a do tradicional passeio. A mesma situação se observa na lista de áreas verdes tratadas até 1913.

Levando em conta todos os espaços tratados antes de 1913 e aqueles que o foram entre 1913 e 1918, obtém-se um total de vinte e sete logradouros. Por outro lado, a Planta Geral da Cidade de São Paulo de 1914, organizada pela Comissão Geográfica e Geológica, apresenta uma relação de quarenta e um largos e quinze praças existentes no perímetro urbanizado do município, ou seja, cinquenta e seis logradouros.

⁶¹ Relatório de 1918, enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Washington Luís Pereira de Souza, pg. XVII.

QUADRO 4

Áreas verdes tratadas até 1913 e entre 1913 e 1918

até 1913	m ²	1913 - 1918	m ²
Pirâmide do Piques	1.170	Praça Verdi	1.008
Largo do Brigadeiro Galvão	1.710	Taludes da rua Sergipe	2.000
Gazometro	2.075	Taludes da avenida Tiradentes	2.000
Largo do Cambucy	3.030	Largo Paissandú	4.500
Largo da Liberdade	3.870	Belvedere (Trianon)	3.100
Largo do Coração de Jesus	4.125	Largo do Paraíso	3.250
Largo João Mendes	4.900	Largo Ana Rosa	6.170
Largo da Concordeia	6.554	Largo S. José do Belem	6.600
Largo José Roberto	6.844	Ponte Grande ⁶²	8.320
Esplanada do Municipal	9.210	Parque da Avenida Paulista	38.150
Largo do Arouche	10.196	Parque Anhangabahú	36.000
Largo dos Guayanazes	10.350	Parque da Varzea do Carmo ⁶³	548.887
Praça Buenos Aires	21.000		
Praça da Republica	26.000		
Jardim da Luz	88.000		
Total	200.460	Total	659.985

Vê-se assim que quase metade do total de largos e praças da cidade ainda não tinha sido tratada pela Administração dos Jardins nas duas primeiras décadas deste século. Examinando-se os relatórios de gestão de 1918 em diante, observa-se que a situação não se alterou significativamente. Apenas alguns largos e praças foram acrescentados à relação apresentada em 1918. Eram eles: a praça Guanabara – que depois se chamou praça Rodrigo de Abreu, tendo desaparecido com a abertura da avenida Vinte e Três de Maio e com a passagem da linha norte-sul do Metrô –, as praças Carlos Gomes, Marechal Deodoro, Júlio de Mesquita, o largo em frente ao Hospital de Isolamento – situado em parte das quadras hoje formadas pela Faculdade de Medicina, o Instituto Adolfo Lutz e o Hospital das Clínicas –, os largos de Santa Efigênia, da Pólvora, Coração de Jesus e Santo Agostinho, além do alargamento da ladeira do Carmo atravessando a rua das Flores (atual rua Silveira Martins) e chegando ao local da futura praça Clóvis Bevilacqua, desaparecida com a construção da estação Sé do Metrô no final dos anos de 1970.

Se se considerar o quase milhar de alamedas, avenidas, ruas, travessas e ladeiras

⁶² Note-se que o logradouro da Ponte Grande, listado na relação das obras de Washington Luís, não é o parque da Ponte Grande, ou da Floresta, desapropriado pela Prefeitura em 1911 e nunca executado. Possivelmente trata-se de área junto ao "cais projetado entre a Ponte Grande e a chácara onde funciona o 'Club de Regatas São Paulo'", ao qual se referiu a Fiscalização dos Rios e Várzeas na página 13 do relatório do exercício de 1905, enviado à Câmara por Antônio Prado.

⁶³ Esta metragem inclui as vias carroçáveis que ocupavam 96.943 m².

citadas na mesma planta de 1914, a desproporção entre as vias arborizadas e as não arborizadas é ainda maior do que a observada nos largos e praças. De fato, no relatório de 1911 enviado à Câmara pelo prefeito Raymundo Duprat, consta que, entre 1900 e 1911, foram arborizadas duzentas e uma vias públicas. Os relatórios de 1912, 1913 e 1914 nada informam sobre arborização de ruas. O relatório de 1915 faz menção a quatro vias arborizadas naquele ano, o de 1916 fala de arborização de “alguns locais públicos”. No de 1917 constam quatorze vias arborizadas, no de 1918 sete, no de 1919 três, no de 1922 treze. Daí em diante não se fez mais referência ao assunto. Assim sendo, até 1913, apenas um quinto das vias públicas estava arborizado. Com a expansão da cidade, esta desproporção só tenderia a crescer nos anos seguintes.

No entanto, em 1922 já estaria entregue à população o parque da Várzea do Carmo e, em 1927, teriam início as gestões para viabilizar “a construção de um grande parque” nos terrenos do Ibirapuera.

O parque da Várzea do Carmo⁶⁴, com seus quase cinqüenta e cinco hectares, fez-se faceando de um lado o centro da cidade e a Várzea do Glicério e, de outro, os terrenos mais baixos do bairros do Brás e da Moóca, situados nos dois distritos mais populosos de São Paulo, segundo o censo de 1920: 67.856 habitantes no da Moóca e 66.883 no do Brás. Supondo que o distrito da Liberdade também poderia se beneficiar da proximidade do parque, devem ser acrescentados mais 38.097 moradores, de acordo com o mesmo censo. Chega-se assim a 172.836 potenciais fruidores do parque, morando em distritos espacialmente a ele relacionados, para uma população total de 579.033 habitantes, ou seja, 29.85% da população paulistana.

Certamente falar em distritos espacialmente relacionados ao parque é impreciso, uma vez que os confins de tais distritos podem estar mais distantes do parque do que partes de outros distritos que eventualmente não o tangenciam. Apesar disto é forçoso reconhecer que o parque da Várzea do Carmo, ou Dom Pedro II, como passou a ser chamado a partir de 1921, abria-se para bairros populosos e populares, oferecendo-se como área de lazer pública e gratuita. Em que pese a linha férrea ser uma barreira a dificultar o acesso ao parque, há também de se considerar que os moradores do Brás e da Moóca a oeste da estrada de ferro não teriam que andar mais do que um quilômetro para chegar àquela área de lazer.

Mas aqui vem ao caso, justamente, o tipo de lazer oferecido pelo parque. No projeto de Cochet estavam previstos, além da avenida-passeio externa e dos passeios internos, espaços para jogos e esportes – tênis, futebol, *hockey*, beisebol, boliche, patinação – , ginásio coberto,

⁶⁴ A estratégia adotada para a construção do parque da Várzea do Carmo foi inspirada nas experiências pioneiras de Londres e Paris na segunda metade do século XIX. O poder público, de posse do terreno, reservava uma parte da área para empreendimentos imobiliários cuja renda possibilitaria a execução do parque. No caso de Paris o imperador Napoleão III conseguiu aprovar uma lei na Assembléia que permitia inclusive a desapropriação de terras para tais fins. Nossa legislação não proveu o executivo municipal com instrumento semelhante, mas ele não faria falta no caso do parque da Várzea do Carmo, pois o total do terreno, de 554.146,07m², já pertencia ao patrimônio municipal. Deste total, 451.800,00 m² foram destinados ao parque e os restantes 102.346,07m² foram divididos em 90.899,95m² para comercialização e 11.446,12m² para outros fins (KLIASS, 1993:120). As obras para a execução do parque foram iniciadas em 1918 com previsão de vinte meses para a conclusão. O parque foi entregue pela empreiteira à Prefeitura em 1922.

um conjunto de banhos públicos, um estádio, áreas de jogos e de ginástica específicas para as crianças, amplos gramados para recreação em geral, lago, ilha e até um cine-teatro e um anfiteatro ao ar livre. Contaria ainda com “as construções indispensáveis aos parques públicos: abrigos contra chuva, pavilhão de música, restaurante na ilha, café-sorveteria perto do teatro, pavilhão para administração, pequenas estruturas para usos diversos, bebedouros, etc.”⁶⁵.

Ocorre que o parque foi aberto ao público em 1922, não só faltando parte das obras de ajardinamento, como também tudo o que requisesse investimentos grandes – ginásio coberto, cine-teatro, banhos públicos – ou nem tanto, como as quadras esportivas e áreas de recreio para crianças. O lazer ofertado, portanto, não era essencialmente diferente daquele que se realizava no Jardim da Luz, no parque Siqueira Campos ou na praça Buenos Aires. O espaço do lúdico, da descontração, da informalidade, do cultivo ou do gozo do corpo, ainda estava nas sobras da urbanização – os terrenos baldios nas várzeas.

2.3.5 Ações judiciais para preservar o patrimônio municipal

Foi na gestão do prefeito José Pires do Rio, de 1926 a 1930, portanto já perto do final do período que está sendo tratado, que se tomaram as primeiras providências para garantir a posse dos terrenos da prefeitura na chamada “Várzea de Santo Amaro”, onde se inauguraria, duas décadas e meia adiante, o parque do Ibirapuera. No relatório que encaminhou à Câmara sobre o exercício de 1927 relatava o prefeito que,

“Contígua aos terrenos da Invernada dos Bombeiros, propriedade do governo do Estado, possui a Municipalidade uma considerável extensão, por onde correm as avenidas França Pinto e Rodrigues Alves e que, além desta via ocupada pelos trilhos da linha de Santo Amaro, constitui a zona de Vila Clementino e os terrenos do Matadouro Municipal.

Já o Município vendeu grande parte de suas terras na Vila Clementino, possui, entretanto, quase toda a superfície que vai da avenida França Pinto ao córrego do Sapateiro. Por permuta com o Governo do Estado, adquiriu a zona compreendida entre esse córrego e o do Caaguassu, parte maior da Invernada dos Bombeiros. Por compra adquiriu o terreno situado entre esse córrego e o fim da rua Abílio Soares.

Sobre toda essa vasta extensão, que mede perto de 2.000.000 de metros quadrados, estamos construindo um grande parque, futuro logradouro de valor incomparável para a cidade de São Paulo.

Uma audaciosa tentativa de esbulho, fundada em documentos falsificados retardou a obra que estamos realizando; mas já começamos o amanho das terras para o parque e o plantio de árvores já foi iniciado.

A defesa judiciária da Municipalidade prestes será concluída e os criminosos punidos com a lei. A ação judiciária, como dissemos, retardou mas não impediu a obra que temos

⁶⁵ Relatório do Anteprojeto do Parque da Várzea do Carmo de autoria de E.F. Cochet, in KLIASS, op. cit., pg.116.

realizado para o preparo do terreno destinado ao grande parque. Despendeu a Municipalidade para aquisição de mais 182.000 metros quadrados compreendidos pela rua Abílio Soares, rua Curitiba e córrego Caaguassu, 650:000\$000 ou menos de 4\$000 o metro quadrado.

Esse parque, com parte de 2.000.000⁶⁶ metros quadrados virá triplicar a superfície dos jardins da nossa magnífica cidade-capital. Temos agora, em São Paulo, apenas 926.839 metros quadrados de parques e jardins para uso de uma população de quase 1.000.000 de habitantes. Com o parque de Ibirapuera, triplicaremos a superfície atual (...)”⁶⁷.

Durante a gestão do Prefeito Pires do Rio, em 1927, efetivou-se a transferência do viveiro de plantas no terreno da Água Branca para a área do Ibirapuera. Aplicaram-se fertilizantes ao solo e plantaram-se, na área do futuro parque, mais de 150.000 árvores de carvalhos, pinheiros, ipês, palmeiras, figueiras, tipuanas, plátanos, entre outras espécies.

2.3.6 Ações conjuntas com o governo do Estado

Prosseguindo em seu relatório à Câmara, considerava o prefeito Pires do Rio, em 1927, que era pouco triplicar a superfície de parques e jardins. Mas felizmente, dizia ele, “o Governo do Estado trabalhou ativamente para brindar a população de sua capital com um parque de dimensões excepcionais, 250 alqueires⁶⁸, situados nas cabeceiras do Ipiranga (...)”.

A ação da prefeitura dar-se-ia ali pela implantação de duas novas vias de acesso ao parque, uma pela cumeeira da encosta da margem direita, na linha da estrada do Cursino, e outra pela linha de fundo, grandiosa, com quarenta metros de largura, no centro da qual passaria o córrego Ipiranga e que daria, no outro extremo, no monumento alusivo à Independência. No entanto, as vias asfaltadas, que ainda estavam sendo construídas em 1929, ficariam com apenas oito metros de largura⁶⁹.

2.4 QUADRO TÉCNICO DA PREFEITURA - PLANOS E PROJETOS DE ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO

A Administração dos Jardins, como foi visto, executava a arborização e o ajardinamento dos espaços públicos, administrava o viveiro de plantas, fiscalizava e fazia a manutenção das áreas verdes. Mas ali não se planejava nem se projetava no sentido mais completo destes

⁶⁶ Ao descrever as parcelas que comporiam o parque do Ibirapuera, o vereador Luiz Antonio Pereira de Fonseca referia-se a parcelas de 550.000 m², obtidas por permuta entre o governo do Estado e a municipalidade, de 149.300 m², que seriam adquiridos do dr. Paulo de Frontin e de 649.660 m², que já eram de propriedade do município. A soma seria de 1.348.960 m². Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo em sessão de 15 de janeiro de 1929 pelo Presidente Luiz Antonio Pereira de Fonseca - Triênio de 1926 a 1929. São Paulo, Sociedade Impressora Paulista, pg.26.

⁶⁷ Relatório de 1927 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo. São Paulo, Empreza Graphica Limitada, 1928:25.

⁶⁸ No relatório apresentado pelo presidente da Câmara, em 1929, vereador Luiz Antônio Pereira de Fonseca, está registrado que “a superfície [do parque] é de 288 alqueires, ou 6.912.000 m².” No mesmo relatório o Presidente da Câmara descrevia o futuro parque, de iniciativa do governo do Estado, com os fabulosos equipamentos de recreação pública que ele nunca viria a ter: “Sem prejuízo das águas do abastecimento publico, que serão aumentadas e melhoradas, estão sendo preparados grandes lagos para regatas assim como uma grande piscina para 800 banhistas alimentada com águas correntes tratadas a cloro. Esportes de toda a natureza, para adultos e principalmente para crianças escolares, aí serão estabelecidos”. Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo em sessão de 15 de janeiro de 1929 pelo Presidente Luiz Antônio Pereira de Fonseca - Triênio de 1926 a 1929. São Paulo, Sociedade Impressora Paulista, pg.26.

termos. Se havia planejamento, era um planejamento de produção do viveiro ou de execução dos serviços. Se havia projeto, era um projeto expedito, uma resposta quase que imediata a um programa geralmente simples, reduzido ao traçado de alguns caminhos e à distribuição, sobre os canteiros, da vegetação cultivada no viveiro. Mas, por mais incompleto ou simples que fosse, o ato de realizar os jardins deveria envolver uma escolha, uma preferência por certas linhas e formas, por certos materiais – vegetais ou não –, um “gosto”, resultante do próprio fazer, da própria prática, ou mesmo assimilado por imitação.

O que se pretende enfatizar é que o grau de liberdade ou de invenção, inerente ao projeto, era muito restrito para aqueles funcionários da prefeitura que executavam os jardins da cidade. E também que a escolha dos espaços livres a serem tratados, sua finalidade e o próprio modo como seriam tratados, estavam fora do alcance da Administração dos Jardins. Eram decisões tomadas em outras instâncias e pautadas nas prioridades da viação e do saneamento urbanos. Como se viu, muito do que foi executado em termos de áreas verdes ocorreu, no período, em largos ou praças já existentes, ou em novos logradouros derivados de intervenções viárias. Sobre estes espaços atuava a equipe comandada por Antônio Etzel. Os projetos mais complexos e de maior visibilidade eram encomendados a terceiros.

As atribuições da unidade dirigida por Antônio Etzel e, depois, por seu filho Arthur, podiam, portanto, ser numerosas e grande a quantidade de serviço. Podiam também envolver reparos nas falhas de plantação cometidas pelas empresas contratadas -como se deu no Parque da Várzea do Carmo – ou arrematar os claros abertos na mata do Parque da Avenida pelo projeto de Barry Parker, mas delas não constava projetar integralmente os parques ou jardins. De qualquer modo, foi sob a coordenação dos Etzel que se executaram e mantiveram a arborização e os jardins públicos da capital até a jubilação de Arthur Etzel em 1959, quando completou setenta anos de idade (ETZEL, 1982:58).

Antônio Etzel nasceu no ano de 1856, na cidade de Trento, que pertencia então ao império austríaco, vindo a adotar, mais tarde, a cidadania italiana. Chegou ao Brasil em 1882, já com a experiência de ter ministrado aulas práticas na Escola Agrícola de San Michele, em Trento. Segundo depoimento de seu filho, Eduardo Etzel⁷⁰, trouxe consigo muitas sementes de plantas, sinal que pretendia se estabelecer no ramo. Uma vez no Brasil foi residir em Campinas, no Estado de São Paulo, onde trabalhou como jardineiro, implantando jardim e pomar na residência de João Bierrenbach. Consta que o imperador Pedro II, em viagem a Campinas, esteve na residência de Bierrenbach e ficou impressionado com o trabalho do jardineiro. Recomendou-o então a seu Ministro da Agricultura, Conselheiro Antônio da Silva Prado. Por conta de um surto de febre amarela em Campinas, Antônio Etzel resolveu deixar a cidade com destino a São Paulo. Aqui procurou Antônio da Silva Prado, passando então a

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ As informações referentes a Antônio Etzel foram gentilmente cedidas por seu filho, Eduardo Etzel, e seu neto, Antônio Etzel Neto, em entrevista realizada em 28 de outubro de 1998. Sobre as passagens de Antônio Etzel e de seu filho Arthur na Prefeitura de São Paulo ver ETZEL, Eduardo - "O verde da cidade de São Paulo", in Revista do Arquivo Municipal n^o 195, janeiro/dezembro de 1982.

trabalhar na chácara de Dona Veridiana Prado, mãe do futuro prefeito, no bairro de Higienópolis.

Segundo seu filho Eduardo, Antônio Etzel era um homem de “poucas letras”. Desempenhava bem sua função de jardineiro e tinha grande prática no seu ramo, mas não projetava jardins, ou não os projetava no modo como hoje se espera que seja feito, ou seja, com as peças gráficas e as especificações técnicas de praxe. Nem desenhava quiosques, pontes, bancos, esculturas e demais adereços com que se costumava equipar os jardins. Tampouco se pode dizer que tivesse concepções originais sobre os jardins que executava, que fosse um artista da jardinagem. Seria mais próximo da verdade supor que ele fosse entrosado em seu ramo o bastante para ser beneficiário de um ambiente cultural que lhe permitia atualizar os valores estéticos que orientavam os jardins que executava. Foi com esta bagagem que pode renovar os jardins preexistentes, “provincianos, com canteiros altos e pequenos entremeados de ruazinhas com arvoredos irregulares e polimorfos” (ETZEL, 1982:59).

Já Arthur Etzel, que sucedeu o pai em 1930, estudara no Liceu de Artes e Ofícios, onde aprendeu a desenhar. Seu irmão Eduardo afirma lembrar-se dele desenhando plantas dos jardins públicos a executar, mas não restaram documentos que pudessem esclarecer o conteúdo daqueles desenhos. Não se pode inferir disto, portanto, que Arthur Etzel projetasse integralmente os jardins, podendo ter ocorrido apenas a demarcação dos locais com especificação da vegetação a ser utilizada.

Se mal se projetava na Administração dos Jardins, menos ainda se debatia ali o papel das áreas verdes na cidade. Isto era assunto de urbanistas e, neste meio, a discussão já ia avançada nas primeiras décadas do século.

Além dos aspectos ligados ao saneamento, o debate se fazia também no nível estético. Raymond UNWIN, em sua obra *Town planning in practice*, de 1913, adotava uma postura conciliatória em relação às duas escolas antagônicas de desenho urbano, cujas origens ele situava na França – a “escola formal”, ou regular, apoiada na experiência parisiense comandada por Haussmann entre 1852 e 1870 – e na Alemanha – a “escola informal” ou irregular, representada por Camillo Sitte que, em 1889, lançara *Der Städtebau*, criticando as reformas urbanas que vinham se processando nas principais metrópoles européias naquela época.

Num país de elite culturalmente francófila, como a brasileira, haveriam de receber acolhida entre os administradores públicos e os urbanistas, ou planejadores urbanos, os ensinamentos advindos da experiência parisiense em relação às áreas verdes urbanas. Já estava à disposição, desde 1906, a obra *Grandes Villes et Systèmes des Parcs*, escrita por Jean-Claude-Nicolas Forestier, *Inspecteur des Eaux et Forêts* e também *Conservateur des Promenades de Paris*. Forestier trabalhou com Jean-Charles-Adolphe Alphand, engenheiro responsável pela *Direction de la Voie Publique et des Promenades de Paris* quando este já estava no final de sua longa carreira nos órgãos públicos parisienses (1854-1891). O próprio

Alphand publicara, entre 1867 e 1873, a obra *Les Promenades de Paris*, em que relatava detalhadamente sua experiência na produção das áreas verdes parisienses, e da qual tinham conhecimento, presume-se, os encarregados dos parques e jardins do Rio de Janeiro pois, como já foi dito, consta que Antoine-François-Marie Glaziou – nomeado Inspetor Geral dos Jardins e Parques Municipais daquela cidade em 1872 e, depois, durante o período republicano, entre 1893 e 1897, Diretor dos Jardins Públicos, Arborização e Florestas da Cidade do Rio de Janeiro – recomendara sua aquisição ao Imperador D. Pedro II.

Vários ensinamentos puderam ser extraídos da experiência de implantação de áreas verdes comandada por Alphand em Paris, sob a administração de Haussmann e mesmo depois dela. Um deles foi o entendimento do parque urbano não mais como representação da natureza ou do ruralismo, nem como extensão da arquitetura, mas sim como extensão da cidade, ou seja, os parques passariam a expor a cidade. Os parques tornaram-se urbanos não só porque usados pelos cidadãos – isto já acontecia nos jardins reais de várias cidades européias há muito tempo – , mas porque passaram a ser pensados, projetados e realizados em função da cidade. Isto implicou uma mudança nos saberes tradicionais ligados ao projeto dos jardins, ao vinculá-los, então, a uma disciplina mais abrangente: a do projeto urbano, ou urbanismo.

É inerente, portanto, ao parque público, no modo como foi concebido no modelo parisiense, ser indissociável do desenho urbano. Esta associação se deu não só pela inserção dos parques em estreita relação com o sistema viário – ele mesmo integrante do sistema verde, graças aos *boulevards* – , mas foi reforçada pela presença dos objetos padronizados, de alta qualidade formal, projetados pelo *Service des Plantations et Promenades* e disseminados pelas ruas, praças, avenidas e adentrando os parques e jardins – bancos, protetores de troncos de árvores, grelhas junto aos pés das árvores, cercas delimitadoras de canteiros, quiosques, gradis etc. – deixando claro que, na concepção haussmanniana, não cabia o antagonismo entre parque e cidade.

Mas, embora os parques e os jardins fossem, por princípio, elementos de “celebração do urbano” e que, por conceito, não se admitisse que entre eles e a cidade houvesse uma quebra de continuidade, eles constituíam lugares específicos. Nestes lugares específicos predominou a linguagem romântica de derivação inglesa presente nos projetos coordenados por Alphand e desenvolvidos por Barrilet-Deschamps, seu paisagista.

Segundo PANZINI, a inovação que os parques projetados por Alphand e Barrilet-Deschamps trouxeram não residiu no estilo, derivado dos ingleses, mas no apuro formal e pelo fato de terem sido realizados para serem “percorridos e admirados, nisto se distanciando das experiências inglesas mais ‘populares’, onde se praticam atividades físicas e se joga [...]”. O mesmo autor nos remete a um comentário de Françoise CHOAY sobre a originalidade dos parques parisienses: “os parques de Alphand impõem ao *gardenesque* uma urbanidade que prolonga a tradição francesa clássica, na medida em que visa o prazer do olhar, e responde ao

desejo de exibição”⁷¹. Também CHADWICK reconhece peculiaridades nos parques parisienses da época de Alphand: “[...] o gramado era menos adequado ao clima da França, e era lógico destinar mais espaço a áreas pavimentadas. Além disto os parques de Paris devem seu elaborado sistema de passeios à sua concepção como promenades, enquanto na Inglaterra nesta época a idéia de passeio público estava dando lugar a uma crescente consciência da necessidade de espaço para jogos tanto informais quanto organizados” (CHADWICK, 1966).

Pode-se dizer que a mudança na intenção do uso e o apuro formal perseguido se refletiram no desenho interno dos parques e jardins do *Service des Plantations et Promenades*, a ponto de diferenciá-los de outras experiências que seguiam a trilha do pitoresco, ou do *gardenesque*, enfim do ecletismo, de base inglesa, que vigorou na segunda metade do século XIX.

Ao aplicar sobre o jardim paisagístico inglês uma assumida sofisticação formal – correspondente a um estilo de vida pública urbana que prezava o requinte – e as conquistas da modernidade – pelo uso de uma tecnologia atualizada para a execução de lagos, fontes, cascatas, para a realização de transplantes de grandes árvores, para a produção de objetos em série – os parques e jardins do *Service des Plantations et Promenades* serviram de base para o desenvolvimento do que se convencionou chamar, posteriormente, “estilo paisagístico moderno”⁷².

Caracterizam o desenho dos parques parisienses do período, além dos aspectos programáticos e da tecnologia neles envolvida, as formas baseadas em círculos e elipses e suas tangentes, revelando uma precisão geométrica, já distante dos efeitos procurados pelo pitoresco.

Outra obra importante, publicada em 1879, foi *L’art des jardins - Traité Général de la composition des parcs et jardins*, de Edouard ANDRÉ, também discípulo direto de Alphand, na qual vinha apresentado e defendido o “estilo composto”, mescla do jardim geométrico com o paisagístico. Considera PANZINI (1993:258) que “a sua lição mais ouvida é aquela que codifica a simplificação da herança de Alphand, em nome de uma maior funcionalidade e facilidade de realização dos jardins públicos”. Em seguida PANZINI introduz duas citações de André, úteis para se ter uma idéia do que ocorria de mais atual em termos de projetos de parques e jardins públicos:

“Em geral, as linhas devem ser simples, as vias pouco numerosas, mas espaçosas e cômodas para o passeio, as plantas geralmente de folhas perenes, escolhidas entre aquelas que mais resistem às variações do clima, ao ar e ao sol viciados da cidade, à luz difusa, às piores condições sanitárias.

⁷¹ Françoise Choay, *Hausmann et le système des espaces verts parisiens*, in “Revue de l’art”, 802:83-99.

⁷² “Estilo paisagístico moderno” é uma expressão que, segundo PANZINI, revela “a fonte original da inspiração, mas também a sua substancial alteração conectada ao sentido de modernidade, que é sobreposto ao original modelo do natural”. PANZINI, F. 1993:247. É um estilo caracterizado por “graciosas composições de prados ondulados que formam valas côncavas interligadas com passeios e bosquetes graciosamente modelados, de canteiros verdes realçados por flores coloridas, de arbustos floridos que emergem das massas arbóreas”. Idem, pg.251.

Pelas suas características se reconhece facilmente se a planimetria de um parque público foi bem concebida ou não. Grandes prados onde podem se divertir livremente os amantes dos passeios; árvores isoladas ou em grupos, de copa alta; o menos possível de bosques que obstaculizem a visibilidade, com exceção do perímetro do parque ou dos ângulos que se quer ocultar; um terreno muito movimentado, para variar as vistas e formar várias cenas; um sistema de percursos fáceis; plantas e ornamentos dificilmente danificáveis (...); água pouco profunda para evitar acidentes; numerosos jogos públicos, morais e aptos a desenvolver a força física; manutenção pouco custosa, eis os traços gerais que devem caracterizar os parques públicos sabiamente concebidos”⁷³.

Embora este esforço de atualização do estilo paisagístico às demandas de uma sociedade urbana mais complexa e numerosa não fosse exclusivo ou pioneiro do *Service des Plantations et Promenades* (o parque de Birkenhead, de Joseph Paxton já respondia a estes desafios em 1844-1847, antes mesmo de existir o *Service des Plantations et Promenades de Paris*), ele generalizou-o e sistematizou-o⁷⁴. Foram estas realizações, quantitativamente e qualitativamente significativas, levadas a efeito no decorrer de um grande período de tempo e de modo ininterrupto, e o que nelas se investiu – não só em termos de recursos para a execução propriamente dita, mas também na organização de um corpo técnico e administrativo –, que permitiram a Alphand publicar *Les Promenades de Paris* e divulgar internacionalmente sua experiência.

Quando FORESTIER lançou *Grandes Villes et Systèmes de Parcs*⁷⁵, em 1906, ele pretendia dar continuidade à contribuição de Alphand, ampliando o sistema de áreas verdes para o espaço metropolitano, preocupado que estava com a rápida expansão das cidades em geral, e de Paris, em particular. Presenciando a progressiva fusão das aglomerações urbanas vizinhas a Paris argumentava Forestier que o fato de tais aglomerações serem ou não distintas administrativamente “não impede que elas formem com Paris um amontoado único de habitações humanas todas solidárias, aproveitando as mesmas vantagens e sujeitas aos mesmos inconvenientes, participando das mesmas condições de higiene e de salubridade geral, aos mesmos perigos de contágio moral e físico”. Percebeu a inevitabilidade dos enormes agrupamentos urbanos e os problemas decorrentes e prescreveu como um dos paliativos “se não um remédio”, a criação e a manutenção nas cidades de “espaços verdejantes”. Em busca de soluções Forestier visitou várias cidades na Europa, nos Estados Unidos e mesmo na

⁷³ ANDRÉ, Edouard - *L'art des Jardins. Traité Général de la composition des parcs et jardins*. Paris, G. Masson, 1879, pg.146 e 187. In PANZINI, F. 1993:258.

⁷⁴ A título de exemplo, cabe apresentar a sistematização proposta por Alphand para a arborização viária. In CERAMI, G., 1996:34):

ruas com largura maior que 26m: uma fileira de árvores

ruas com largura maior que 36m: dupla fileira de árvores

ruas com largura maior que 40m: dupla fileira de árvores mais canteiro central arborizado.

distância mínima entre as fileiras e as fachadas: 5m

distância mínima entre as fileiras e o meio fio: 1,5m

Em geral eram adotadas árvores de crescimento rápido, de copa larga (plátano, castanheiro, tília, olmo), com aspecto homogêneo e resistência a insetos xilófagos; em ruas mais estreitas utilizavam-se espécies de menor porte como acácia e álcer.

Austrália e, com base nos conhecimentos adquiridos formulou seu “sistema de parques” (FORESTIER, 1997:50-52).

O sistema proposto por Forestier seria composto dos seguintes elementos:

Grandes reservas e paisagens - “São constituídas de acordo com as condições do lugar, sua superfície é muito variável e depende de circunstâncias e da configuração dos pontos a preservar. Elas diferem dos parques propriamente ditos por não serem submetidos ao mesmo tratamento e à mesma manutenção; eles são deixados em seu estado natural: bosques, prados, rios, rochas (...). Quase sempre estão situados em lugares distantes”.

Parques suburbanos - “Eles têm, na realidade, a mesma finalidade das grandes reservas, mas em vez de serem designados por circunstâncias naturais, eles devem ser determinados pelas necessidades da cidade e regularmente distribuídos. Eles são um refúgio dos habitantes que, na tranquilidade dos cenários naturais, vêm esquecer das inquietações dos negócios, o barulho e o movimento enervante da rua. Nada de lojas, nada de propaganda, nada de estradas de ferro nem de tramways; somente árvores, grandes gramados, o menos possível de ruas, de construções ou de ornamentos inúteis”.

Grandes parques urbanos - “Eles são o lugar de passeio (...), eles proporcionam o embelezamento da cidade bem como sua higiene. Mas eles não devem ser somente puro ornamento; é indispensável que eles tenham grandes gramados, sombras para os dias e as horas de folga e de repouso. E os jovens devem ali encontrar várias áreas para jogos, mais extensas do que as dos pequenos parques de que trataremos adiante. Sua extensão é muito variável: pode ser de 8 a 10 ha como o parque Monceau, de 30 a 40 ha como o futuro Champ-de-Mars, as Tuileries, ou de 80 a 100 ha como Battersea Park (80 ha) em Londres; ela pode atingir 700 ou 800 hectares como o Prater em Viena (698 ha), o Bois de Boulogne (800 ha)”.

Pequenos parques (jardins de bairro) - “Podem ser puramente ornamentais (...) ou áreas para jogos e exercícios (...) como Southwarh Park, em Londres e os numerosos espaços para jogos (playgrounds) disseminados por toda parte nas cidades americanas. Não é inoportuno ambientar os espaços reservados para os jogos, com extensas áreas plantadas (...). Mas a preocupação principal deve ser de distribuí-los amplamente e ao alcance de todos. Se cada família deve poder encontrar a menos de 1000 metros uma das áreas de recreação infantil de que falamos, as áreas para jogos não devem exigir um deslocamento de mais de 1500 ou 2000 metros”.

Áreas de recreação - “Os pequenos terrenos para jogos e recreação que devem ser numerosos (...) sobretudo nos bairros populosos onde as crianças freqüentemente não têm senão a rua para brincar, são locais que variam de 2000 ou 3000 m² a 1 ou 2 hectares. Um cinturão arbustivo isola-os da rua e do espaço circundante, algumas árvores os sombreiam. Se o terreno permitir, uma parte pode vir a ser um pátio livre, com flores, se necessário. A outra

⁷⁵ Em edição recente pode-se encontrar o texto original de Forestier seguido de notas críticas e de comentários sobre suas experiências profissionais em Marrocos e em Buenos Aires. FORESTIER, Jean-Claude-Nicolas - Grandes Villes et Systèmes de Parcs. Paris, Éditions Norma, 1997.

parte, separada da primeira com uma cerca, é provida de aparelhos de ginástica e de jogos, balanços, barras fixas (...) etc., e também de um tanque de areia (...). Esta parte é ainda dividida em duas partes, uma destinada aos meninos de 6 a 14 anos, a outra às meninas da mesma idade e às crianças menores (...).

Jardins da infância - “(...) Nós reconhecemos na França o interesse destes jardins, mas somente para algumas escolas de pequenas cidades e aldeias onde as crianças do campo devem ter noções de horticultura e de agricultura. Mas o conhecimento das plantas e das flores, da fecundidade da terra, dos mistérios da vida no campo, dos jardins e da floresta é ainda mais útil, senão necessário, às crianças das cidades (...). Foi reservado à nossa época compreender que o jardim é, por outro lado, um meio de aprendizado mais saudável, mais penetrante, mais fecundo e mais poderoso que o quadro negro e os cadernos de antigamente”.

Avenidas-promenade - “Elas são destinadas a servir ao mesmo tempo de vias de comunicação na cidade, de acessos agradáveis e cómodos aos seus parques, às suas grandes reservas, ao seu campo, também de ligação com todo o conjunto. (...) Elas permitem nunca interromper o passeio. Elas podem contribuir para a valorização de visuais, das beiras dos rios, das paisagens interessantes ou pitorescas”.

Finalizando, acrescentou Forestier que “um programa desta natureza não pode ser somente um programa de uma cidade. Normalmente ele será comum a várias cidades; às vezes a toda uma região (...). Ele pode mesmo ser um programa nacional, e, mais ainda, chegar a interessar a vários países. Por que se deter aos limites políticos às vezes tão artificiais? Eles devem ser ignorados em obras desta natureza” (FORESTIER, 1997:59-69).

Apesar da pretensão do programa e da despreocupação em torná-lo factível, estas foram idéias freqüentemente presentes, ainda que como pano de fundo, em várias propostas urbanísticas formuladas por técnicos de renome internacional, como o próprio Joseph-Antoine Bouvard que, de passagem por São Paulo, foi convidado a emitir parecer e a fazer propostas para os melhoramentos da cidade⁷⁶.

Foi necessário este grande preâmbulo para situar na cultura urbanística do período, não só o plano de Bouvard para São Paulo, no que se refere aos parques e aos “passeios interiores”, como também, alguns anos depois, as sugestões de Barry Parker para a formação de um sistema de parques e a própria concepção da rede de parques e *parkways* formulada por Preste MAIA no “Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo”, de 1930. A relação mesma que se estabeleceu entre sistema viário e sistema de parques – presente desde o plano de melhoramentos principiado na gestão de Antônio Prado até o de Prestes Maia – é devedora da experiência parisiense. Também o são as iniciativas de formar no âmbito administrativo do município, um setor específico para os parques e jardins, ainda que a

⁷⁶ A menção que Bouvard fez a Forestier encontra-se no texto do Nuevo Plano de la Ciudad de Buenos Aires elaborado entre 1907 e 1911, que se baseou “na justaposição de uma rede de diagonais em estrela sobre a trama ortogonal existente, e sobre as duas, outra rede formada por espaços verdes inspirada na teoria de Forestier”. “J.C.N. Forestier y la ciudad de Buenos Aires”, in DANA - Documentos de Arquitectura Nacional y Americana - 31-32, Buenos Aires, 1992.

estrutura e as atribuições deste setor fossem, aqui, menos complexas, menos abrangentes e o órgão muito menos poderoso e prestigiado do que o congênere de Paris.

As principais áreas verdes implantadas no período em pauta foram aquelas que integravam o sistema proposto por Bouvard. Não que todas as áreas verdes do plano Bouvard tivessem sido executadas, mas as mais importantes dentre as realizadas estavam incluídas nele. Por ele se pautou a atuação da prefeitura, no que tangia às áreas verdes, mesmo em ações contraditórias, como o da desapropriação da Chácara da Floresta, na Ponte Grande, para criar o terceiro grande parque mencionado no plano.

Os três grandes parques daquele plano – Anhangabaú, Várzea do Carmo e Ponte Grande ou Floresta – cumpririam as funções de “reservatórios de ar”, de “lugares de passeio” de “focos de higiene e de bem estar, necessários à saúde pública, tanto moral como física”. Além deles, como já se viu, foram propostos os “passeios interiores”, cujo traçado tinha em vista explorar “o encanto e a atração da cidade”.

No relatório da Diretoria de Obras, inserido naquele enviado à Câmara pelo prefeito Raymundo Duprat referente ao exercício de 1911, portanto o mesmo em que vem transcrito o relatório de Bouvard, encontram-se informações sobre os “passeios interiores” de que falava o urbanista francês. Um dos roteiros poderia ter início na praça Antônio Prado, aberta há pouco, continuaria pela avenida São João até o encontro com a Duque de Caxias, daí para a rua das Palmeiras até desembocar na avenida Pacaembu. “Este grupo de três avenidas”, vem escrito no relatório, “deveria ser adotado depois de estudado em detalhe, e executado por seções. Serviria ele não só às exigências da circulação, como ao programa de aformoseamento que não deve ser perdido de vista, aproveitando para tal fim todos os elementos em vez de deixá-los dispersos como até aqui. Um exemplo mostra-lo-á claramente. Vai ser em breve dado início à execução das obras que uma empresa particular tem em projeto para construir no vale do Pacaembu um grande bairro modelo (de cerca de um milhão de metros quadrados dos quais um terço destinado a ruas e jardins). A linha mestra desse bairro é formada por uma larga avenida que, em prolongamento da avenida Paulista, desce a encontrar-se com a avenida Higienópolis. Prolongada de cerca de quatrocentos metros, essa avenida desembocaria na que acima foi descrita. Aí estaria naturalmente criado um circuito de passeio, como poucas cidades poderiam apresentar”.

Fonte: Planta geral da cidade de São Paulo (1914) organizada pela Comissão Geográfica e Geológica

Outro passeio partiria do Largo do Palácio (Pátio de Colégio), seguiria pela rua Frederico Alvarenga, embocaria nas avenidas marginais do Tamanduatei que, tomadas no sentido norte, levariam ao futuro parque da Várzea do Carmo e, continuando, até a Ponte Pequena, junto ao largo José Roberto Penteado, já arborizado. Subiria então pela avenida Tiradentes, que já era uma alameda, passaria pelo Jardim da Luz, pelas estações da Luz e Sorocabana, tomaria a avenida Duque de Caxias, tangenciando o largo dos Guaianazes (praça Princesa Isabel), também já arborizado, tomaria então a avenida São João, depois a rua das Palmeiras, a avenida Pacaembu, o mirante na confluência da avenida Higenópolis com a rua Rio de Janeiro, a avenida Paulista, passando pelo parque e o belvedere do Trianon, que já haviam sido desapropriados. Pelas avenidas Brigadeiro Luís Antônio ou da Liberdade dar-se-ia no

centro, passando pelo Centro Cívico projetado e finalizando no Parque do Anhangabaú.

Se da rua Frederico Alvarenga se tomasse o sentido sul pelas marginais do Tamandateí, chegar-se-ia à avenida Dom Pedro I, cujo prolongamento já estava decretado, e ao monumento do Ipiranga, nome então dado ao museu. Ali se faria um grande parque “aproveitando para tal fim a oportunidade de festejar o Centenário de 1822, por meio de uma exposição, nos terrenos em volta ao mais importante monumento tradicional desta terra”⁷⁷.

Não é de surpreender que estes circuitos interligando praças, parques e mirantes através de ruas e avenidas arborizadas nunca tivessem sido completados, nem lidos e apreciados pelo cidadão comum, mas é forçoso reconhecer que a prefeitura atuava no sentido de sua realização, com a Administração dos Jardins executando o plantio de árvores nas vias públicas que compunham o trajeto dos passeios – às vezes com aléias múltiplas de árvores, de acordo com o modelo francês – e o ajardinamento das áreas verdes a eles integradas.

Tratava-se de um “sistema de áreas verdes” cujas partes eram, ou deveriam ser, literalmente interligadas pelo “sistema viário”. Era este último, a rigor, que comandava e justificava o primeiro. Similarmente ao que se disse a respeito dos parques e jardins da Paris do Segundo Império, aqui também se pretendia que os parques e jardins públicos expusessem a cidade, cuja paisagem seria captada à medida em que o passeio se efetivasse.

As áreas verdes públicas municipais com ofertas de lazer mais diversificadas, como também já foi dito, estariam restritas à do parque da Várzea do Carmo – cujos equipamentos para a prática de jogos e esportes nunca foram implantados – e ao da Floresta, ou Ponte Grande, nunca construído.

De qualquer modo o parque da Várzea do Carmo⁷⁸ foi, dentre as áreas verdes públicas de São Paulo, a obra mais importante e inovadora levada a efeito até então, quer pela estratégia adotada para sua construção – associando um empreendimento imobiliário à implantação do parque – quer por sua dimensão – em torno de cinquenta hectares, quando o maior até então, o da Luz, tinha apenas onze, assim como o da Aclimação que, àquela altura, ainda era um parque privado – quer por sua localização – contígua ao centro da cidade e lindeira aos populosos bairros do Brás e da Moóca – quer pelo programa – que incluía, entre outras atrações, áreas para jogos e esportes – quer pelo requinte formal do seu estilo *paysager*, conforme o denominou Cochet, ou “estilo paisagístico moderno”, segundo a expressão adotada por PANZINI (1993:251).

O próprio Cochet incumbiu-se de descrever o projeto: “grandes extensões gramadas, suavemente onduladas; aléias pouco numerosas, traçadas em curvas de grandes raios, alternadamente cobertas e descobertas; o emprego decorativo dos vegetais dos trópicos; o agrupamento das plantações dispostas em ‘bastidores de teatro’ e o efeito sedutor das águas”

⁷⁷ Relatório de 1911 enviado à Câmara Municipal pelo prefeito Raymundo Duprat, pg.16.

⁷⁸ É bem sabido que a autoria do projeto do parque da Várzea do Carmo pertence a E.F. Cochet, menos sabida, no entanto, é a participação do engenheiro Antonio de Almeida Braga na confecção do projeto, segundo informa o Prefeito Washington Luiz em seu relatório à Câmara Municipal de 1918, vol. 1, pg. XVII.

⁷⁹. As linhas geométricas, por sua vez, estavam presentes no jardim formal projetado à frente do Palácio das Indústrias e nas quadras esportivas agrupadas na parte sul do parque, convenientemente separadas das demais partes do parque “para não prejudicar a estética do conjunto” ⁸⁰.

Cabe ainda notar que a proposta de Cochet extrapolava o desenho interno do parque, estendendo considerações sobre o próprio traçado viário em torno. Embora não tendo passado de conjecturas, tais considerações revelam quanto estavam próximos o projeto do parque e o desenho da cidade. O partido e o programa original do projeto do Parque da Várzea do Carmo também estavam plenamente em sintonia com o que se pensava e fazia em matéria de parques públicos nos maiores centros urbanos do mundo⁸¹.

Mas vem ao caso perguntar o quanto o parque da Várzea do Carmo, ou o parque Dom Pedro II, serviu como espaço de lazer para os bairros populares que o delimitavam a leste. Pode-se aventar que, para os moradores dos bairros populares, o tipo de lazer ofertado pelo Parque Dom Pedro II, dada a supressão de importantes equipamentos projetados, não interessava, ou que o próprio projeto do parque era inibidor de formas mais espontâneas de lazer que ocorriam naqueles bairros.

A propósito vem a citação que faz SEVCENKO (1992) de um dos artigos do jornalista P., do jornal O Estado de São Paulo, publicado em 28 de janeiro de 1919, descrevendo um domingo no Brás:

“(...) O Brás é um bairro interessantíssimo, sem dúvida o mais interessante e curioso da cidade. Separado do centro pelo deserto da Várzea do Carmo, parece outra cidade, com outra gente e outra vida, como se já vivesse por si e a si mesmo se bastasse. (...) E como há gente por aqui! Para além da Várzea do Carmo o que vai nesta cidade de domingo é um torpor de cidade em repouso, as ruas desertas, as casas fechadas, raros automóveis de luxo a passeio. Aqui, ao contrário, é o povo a formigar pelas ruas, a enchê-las e animá-las de burburinho e alegria, dando a impressão de estar toda gente fora das casas. E crianças, sobretudo crianças em número incalculável, num vai e vem de grupos barulhentos e álacres (...)”.

Quando daquela reportagem, ainda não havia o parque da Várzea do Carmo. Teria ele servido como espaço de lazer para os bairros populares que o delimitavam a leste? Teria toda aquela animação se transferido para o parque alguns anos depois? Se foi, seria por pouco tempo, pois as sucessivas intervenções sobre o espaço do parque, a começar pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia, o desfigurariam e o reduziriam a tal insignificância que não se ouviram protestos de maior amplitude do que a dos pequenos círculos de urbanistas e preservacionistas quando ele foi cortado e praticamente extinto por um complexo de vias e

⁷⁹ Transcrito em KLIASS, 1993:118.

⁸⁰ Relatório do anteprojeto do parque da Várzea do Carmo, por E.F. Cochet, reproduzido em KLIASS, 1993:118.

⁸¹ Nesta pequena passagem encontrada em PANZINI (1993:273), a respeito do livro *Civic Art - Studies in town planning, parks, boulevards and open spaces*, publicado em 1911 (portanto um pouco antes da elaboração do projeto de Cochet) e de autoria de Thomas Mawson – influente arquiteto paisagista inglês – pode-se perceber a atualidade de Cochet: “Desde os primeiros projetos ele [Mawson] espousa uma técnica compositiva na qual combina desenho formal e informal; leva este estilo a um alto nível, aplicando-o, bem além dos limites dos espaços verdes, ao desenho geral do ambiente cívico”.

viadutos nos fins da década de 1960.

Um outro dado significativo, embora sem validade estatística, é que nenhum dos oito entrevistados por BOSI (1983), então já septuagenários, ao recordarem os espaços de sua infância e juventude, tenha se referido ao Parque Dom Pedro II como área de lazer, embora o fizessem para o Jardim da Luz.

O mesmo jornalista P. citado por SEVCENKO (1992:132) foi visitar também o Bexiga, outro bairro popular, tendo publicado matéria sobre o passeio na edição do dia 15 de agosto de 1919 de O Estado de São Paulo. Viu que a população vivia “mal acomodada” e, lançando o olhar para o cotidiano nas ruas, observou que, à tarde, elas “formigam de crianças” e que “à frente das casas se formam grupos de famílias que vêm respirar para a rua”. Nota que não há um só jardim público no bairro e exorta os vereadores a pressionar pela execução ali “de um bom jardim, onde de quando em quando, aos domingos, vá tocar uma banda de música – ao menos para que se não diga que os vereadores só cuidam dos bairros em que habitam os ricos (...)”.

E, num outro artigo, este de 27 de julho de 1920, também em O Estado de São Paulo, o mesmo P. queixa-se do desprezo que os vereadores voltavam à questão do verde na cidade de São Paulo:

“Quem deveria ver isso são os que têm a seu encargo a administração do município. Deveriam ver para avaliar quanto são necessários para uma cidade industrial como São Paulo, que já deve contar para mais de 100 mil operários, os grandes bosques em que a população pobre se retempera e divirta. Entretanto, ninguém pensa nessas coisas, e os vereadores mais inteligentes, quando se lhes fala de parques e jardins, dão de ombros com a mais desdenhosa superioridade”.

É curioso que as reivindicações pelo verde tenham partido de um jornalista, preocupado com as condições de vida urbana dos trabalhadores pobres, mas que não se colocava como porta-voz deles. Volta assim a dúvida se os parques e jardins públicos diziam algo para as camadas populares naquele tempo, ou se os parques e jardins não eram antes de tudo elementos importantes para a imagem que as classes mais influentes queriam passar de uma cidade que já ia se firmando como a mais dinâmica e importante do país.

É provável mesmo que o espaço para passeios sociais e galantes, que era tudo o que os parques e jardins públicos até então ofereciam, não fizesse muita falta para os que moravam nos bairros populares próximos do centro da cidade. Para o cotidiano, ou para os domingos normais, o espaço da rua não só bastaria, como também seria muito conveniente para a afirmação e a manutenção dos laços sociais entre os moradores daqueles bairros. Em domingos especiais ainda se podia com relativa facilidade encontrar nas cercanias da cidade “os grandes bosques” reivindicados por P. e, para os homens, em qualquer fim de semana, jogar futebol nas várzeas.

Dando continuidade ao programa de tratamento das áreas verdes no rastro da passagem

de Bouvard por São Paulo, encetou-se a reforma do parque da Avenida Paulista. O projeto, a prefeitura encomendou-o em 1918 ao urbanista Barry Parker, que se encontrava em São Paulo desde 1917 trabalhando no empreendimento do Jardim América. No artigo intitulado *“Two Years in Brazil”* publicado pelo *The Garden Cities And Town Planning Magazine*, em agosto de 1919, PARKER relatou sua atuação não só no Parque da Avenida Paulista mas também na idealização de um sistema de parques para São Paulo:

“(...) O Prefeito de São Paulo pediu-me um parecer sobre um parque no coração da cidade, de excepcional interesse. Este parque era nada mais, nada menos, do que um pedaço da primitiva floresta deixada em sua glória natural, exceto por uns poucos caminhos sinuosos traçados entre as árvores. Era limitado por um lado pela Avenida Paulista, uma via magnífica, larga e arborizada, em cujo lado oposto estava o ‘Trianon’, um belvedere erigido pela municipalidade num ponto do qual se tem uma bela vista sobre a cidade. O parque praticamente não era utilizado pelo público. Era possível passar e tornar a passar em frente a ele pela Avenida Paulista sem sequer imaginar que ele estava ali. Fazia-se necessário um esquema que fundisse o parque e o Trianon numa composição arquitetônica, que expusesse o parque e o tornasse disponível como parque público sem destruir sua beleza natural e, por acréscimo, fizesse o parque e o Trianon servirem à decoração da Avenida Paulista, que é o que eles deveriam ser”⁸².

Fez-se então uma galeria para identificar a entrada do bosque junto à avenida Paulista. Tal galeria consistia numa “pérgula extensa (...) marcada por dois pavilhões nas extremidades. Em cada um deles havia uma estátua, que arrematava a perspectiva, para quem se situava dentro da pérgula. Era uma estrutura leve e elegante, que não interferia no bosque e organizava o seu acesso pela avenida” (REIS FILHO, 1994:161).

Mas os trabalhos realizados no parque da avenida Paulista⁸³ pela prefeitura, com base no projeto de reforma de Barry Parker, não escaparam à indignação do jornalista P., citado por Sevcenko. O abatimento de árvores e arbustos no interior da área para adequá-la ao projeto deixou inconformado o jornalista que defendia, na matéria “O Parque da Avenida”, publicada no jornal O Estado de São Paulo de 22 de fevereiro de 1919, a rusticidade daquele logradouro contra a tentativa de modernizá-lo, de “domesticá-lo”: “(...) Pois então era lá possível uma coisa assim? Para que se cortaram árvores e arbustos no lindíssimo bosque, único verdadeiramente rústico na cidade? Será para alindá-lo transformando-o num jardim inglês?” (SEVCENKO, 1992:114).

⁸² PARKER, Barry - “Two Years in Brazil”, in *The Garden Cities and Town Planning Magazine*, Vol.IX, N^o 8, August, 1919.

⁸³ Era este o nome com que vinha designado o atual parque Tenente Siqueira Campos no relatório de 1918, enviado pelo Prefeito Washington Luís à Câmara. Já no relatório de 1922, do Prefeito Firmiano de Moraes Pinto, usou-se o termo Bosque da Avenida Paulista.

Fonte: São Paulo e Outras Cidades –
Nestor G. Reis Filho

Pérgola na entrada do Parque Villon (atual Tenente Siqueira Campos), segundo o projeto de Barry Parker

Independente das opiniões que a reforma despertou, o que se fez no parque da avenida Paulista não alterou substancialmente seu caráter de lugar de passeio, como o eram a praça Buenos Aires e o Jardim da Luz, sem que houvesse inovações programáticas significativas.

Tentou-se um passo maior quando, solicitado pela prefeitura para o projeto de um novo parque, Barry Parker entregou-lhe um estudo para a implantação de um sistema de áreas verdes:

“As autoridades municipais também me encarregaram de desenhar um parque de uns 700 acres [280 ha] num outro distrito. Diante deste pedido fiz notar que este parque deveria fazer parte de um sistema completo de parques, e não ser concebido como uma unidade isolada. Esta proposta parece tê-los sensibilizado, e eles me pediram para escrever um relatório sobre sua exeqüibilidade e suas vantagens. Isto me fez despende um longo tempo andando, cavalgando e dirigindo nos arredores da cidade para localizar um anel de parques em torno da cidade. A cidade de São Paulo é circundada por aldeias e lugarejos, que estão crescendo, e a própria cidade está crescendo em direção a eles.

Chamei a atenção das autoridades municipais de que deveria ser adquirido rapidamente, antes que fosse tarde demais, um cinturão de terras para parques entre a cidade existente e estas aldeias e lugarejos, fazendo um círculo completo em torno da cidade. Minha proposta foi de criar um cinturão largo, com sua faixa interna destinada definitivamente para parque, podendo haver um retorno lucrativo para a cidade com a revenda das terras das faixas externas do anel, graças à valorização que elas teriam com a destinação da faixa interna para parque. Fico satisfeito em dizer que meu relatório foi entusiasticamente recebido; mas aqui novamente é necessária uma legislação. No momento as autoridades municipais só têm o poder de adquirir terras para um fim específico; elas não podem adquiri-las para revendê-las, e

*a lei tem de ser alterada para capacitá-las a realizar o esquema proposto. Parte das terras que eu indiquei para parques já é propriedade das autoridades municipais da cidade de São Paulo, mas a maior parte é formada por terras baixas, sujeitas a inundações*⁸⁴.

Acompanhava as notas escritas por Parker um mapa esquemático ilustrando sua proposta de um cinturão de parques para São Paulo. Este cinturão correspondia à localização do “terceiro circuito”, ou circuito de *parkways*, do Plano de Avenidas de Prestes Maia. Diga-se já que nem o plano de Parker nem o de Prestes Maia conheceram qualquer concretização no que diz respeito ao cinturão ou ao circuito de parques ou de *parkways*. E veja-se que, por ocasião da proposta de Parker, ainda estava em vigor a lei nº 1038 de 19 de dezembro de 1906 que, no parágrafo 1º do artigo 19, afirmava ser o município de São Paulo “dono de todas as terras que não estejam no domínio e posse dos particulares, situadas dentro de um raio de círculo de seis quilômetros a partir da praça da Sé”.

Na mesma época, em 1918, fez-se o jardim da frente da praça Buenos Aires, conforme projeto de Heribaldo Siciliano⁸⁵ e, ainda como parte dos preparativos para a comemoração do centenário da Independência, o prefeito Washington Luís encarregou o arquiteto Victor Dubugras para o projeto de reforma do Largo da Memória, ou do Obelisco, que transformou-o numa “sala de estar” *art-nouveau*, em pleno centro e a ladeira interligando a rua Xavier de Toledo ao Parque Anhangabaú numa rua para pedestres, uma das primeiras do gênero na cidade (TOLEDO, 1981:133).

Também esta intervenção provocou a ira do jornalista P. que, em matéria de O Estado de São Paulo de 29 de março de 1919 sobre “O Jardim do Obelisco”, argumentava não haver em São Paulo outro marco centenário intocado que não aquele sítio, com seu monumento de pedra e suas velhas árvores. Apesar disto, reclamava o jornalista “houve quem entendesse um dia remoçar o velho jardim do monumento, e, decerto, a conselho de algum especialista europeu em parques, mandou abater várias árvores, desbastando e desnudando lamentavelmente uma boa parte do pequeno e velhíssimo parque. A sanha reformadora nem respeitou mesmo uma admirável figueira-mata-pau, que os mais opulentos parques do mundo decerto nos invejariam (...)”⁸⁶.

A par da criação dos parques do Anhangabaú e da Várzea do Carmo e das reformas das áreas verdes existentes, conjecturava-se a formação de mais áreas verdes – tanto de recreação como “sanitárias” – a reboque das pretendidas intervenções na planície do rio Tietê. Assim foi com o plano proposto por J.A. Fonseca Rodrigues, em 1922, de cavar duas bacias para natação e remo, uma pequena, um pouco acima da Ponte Grande e outra maior, com aproximadamente 360 hectares. No mesmo ano Ulhoa Cintra propunha a manutenção das sinuosidades do rio Tietê para conter os gastos com desapropriações e a criação de vários

⁸⁴ PARKER, op.cit., pg.149.

⁸⁵ Relatório de 1918 enviado pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Souza à Câmara, vol. I, pg.XVII.

⁸⁶ Citado in SEVCENKO, op.cit., pg.116.

espaços públicos ao longo do rio, interligados por *parkways*. Em 1923, pela Lei nº 2.644 de 30 de agosto, formou-se a Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê. No ano seguinte ao da formação da Comissão, Saturnino de Brito apresentou proposta mais abrangente, compreendendo quarenta quilômetros de rios – vinte e seis do rio Tietê e catorze do rio Pinheiros – com seus lagos e matas, concebidos como reservatórios naturais de regularização do regime fluvial, além dos parques e jardins a eles associados. Os parques e os lagos do plano apresentado por Saturnino de Brito não foram aprovados. O relatório da Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê de 1927 justificava a supressão daqueles itens, em função dos custos que representariam para os órgãos públicos as desapropriações necessárias para a sua execução, além do que eles em nada afetariam a solução hidráulica pois serviriam apenas ao “aformoseamento” e não à “utilidade” e à “higiene”. Justificava ainda o presidente da Comissão, o engenheiro Ulhoa Cintra, que a municipalidade já iria investir no futuro parque nos terrenos do Ibirapuera, dispensando-se de maiores gastos com este tipo de equipamento nos rios Tietê e Pinheiros (GUARALDO, 1995).

Em que pese a formação de um parque no Ibirapuera não desobrigar a prefeitura de prever futuros parques e reservar terras para a sua implantação nas planícies dos principais rios do município, iniciaram-se de fato, em 1927, as gestões para a construção de um grande parque em terras da municipalidade no Ibirapuera. Começou-se por plantar ali cem mil exemplares de plantas, instalando-se o viveiro que iria substituir aquele da Água Branca, permutando-se este terreno por outro que o Estado possuía na Vila Clementino, contíguo às terras municipais.

Mas a Diretoria Geral de Higiene, à qual estava então subordinada a Administração dos Jardins, reivindicava a formação de mais parques, além do intencionado no Ibirapuera. No relatório por ela enviado ao prefeito em 1927 vem dito que “nossa cidade tem insuficiência de parques, necessários à higienização do ar e mister se faz um estudo para a localização de outros nos bairros de população concentrada como Moóca, Brás, Belenzinho, antes que a formidável valorização dos terrenos que dia a dia mais se acentua torne a tarefa muito mais onerosa”. A cidade estaria precisando de um parque, prossegue o relatório, “na medida das necessidades de sua população que já exige não só a manutenção dos jardins distribuídos pelos bairros, mas também um parque de dimensões vastas, com vegetação abundante que a acolha”⁸⁷.

No meio técnico, as discussões a respeito das áreas verdes já vinham se fazendo há tempo. Em 1911 Victor da Silva Freire expunha na Revista Polytechnica sua visão sobre o assunto: o correto seria distribuir “muitos pequenos logradouros, mas dispostos de forma que todos ali possam ir, descansar, passear, sentar-se, respirar”, e distantes não mais do que um quilômetro uns dos outros. Na sua visão a maior parte dos espaços livres paulistanos não

⁸⁷ Relatório da Diretoria Geral de Higiene in Relatório de 1927 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo. São Paulo, Empresa Graphica Limitada, 1928:180.

cumpria a função de “verde sanitário”; tratava-se quase tão somente de “verde decorativo”. Era necessário que a cidade tivesse um “sistema de parques” o que, para ele, significava “em cada cidade, a forma por que ela satisfaz a necessidade de distribuição de ar puro, luz, repouso e recreio ao melhor das suas forças vivas, às crianças. E não é só”, prosseguia Freire, “É a salubridade moral que se procura também obter” ⁸⁸.

Foi deste “caldo de cultura” que saíram as propostas de parques contidas num anexo do Estudo de um Plano de Avenidas para São Paulo, de Francisco Prestes MAIA, elaborado em 1929 e publicado em 1930.

Ao reservar um apêndice do Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo aos parques, Prestes Maia, então engenheiro da Secretaria de Obras e Viação, deixou claro que estes só interessavam na medida em que contribuía para a estética viária. No entanto, o que propôs foi bem além do declarado, pois apresentou um [verdadeiro sistema de parques](#), constituído por “grandes parques” conectados por *parkways*, “parques médios” e pequenas áreas para recreação infantil nos bairros.

Os “grandes parques” seriam: Cabeceiras do Ipiranga e Cantareira (ambos estaduais, já existentes, mas não suficientemente equipados), Alto da Serra (a ser criado em terras estaduais) e Ibirapuera (em terras municipais).

O das Cabeceiras do Ipiranga seria o mais completo e, embora fosse estadual, para ele Prestes Maia dedicou especial atenção, prevendo-o com quatro seções: a de entrada, que se daria por uma alameda acompanhando o vale fluvial, marcada por algum monumento ou um pavilhão de festas, em “estilo moderno”; a central, uma esplanada de onde se poderia avistar a mata ao fundo, contando com dois lagos circundados por passeios, ao longo dos quais se disporiam o restaurante, o bar, as piscinas, as instalações esportivas; a “pitoresca”, tratada em “estilo colonial”, correspondendo a 80% da área do parque, na qual a mata deveria ser integralmente respeitada, apenas cortada por caminhos em quatro círculos concêntricos, interligados por ruas, revelando, à meia encosta, vistas belas e variadas; e, finalmente, a “zoológica”.

O da Cantareira teria um programa mais simples, um tratamento sumário para atender a uma frequência que, segundo Prestes Maia, deveria ser limitada, mesmo porque “São Paulo não comporta mais que um grande parque perfeitamente instalado”. Note-se que é o mesmo argumento que Ulhoa Cintra utilizou para dispensar os parques previstos por Saturnino de Brito ao longo do vale do Tietê.

Entre os “parques médios” incluíam-se: Dom Pedro II / Pari (no pátio ferroviário que seria desativado), Moóca (na área do hipódromo, que seria transferido para a Cidade Jardim), Ponte Grande, Coroa, Tatuapé e Lapa (todos à beira do rio Tietê), Aclimação (então parque privado), Butantã (estadual). Os “*playgrounds*” seriam instalados nas vizinhanças das quadras mais

⁸⁸ FREIRE, Victor da Silva - “A cidade salubre” in Revista Polytechnica, janeiro/fevereiro de 1915 e “Os melhoramentos de São Paulo” in Revista Polytechnica, fevereiro/março de 1911, citado por GUARALDO, 1995.

densamente habitadas e, na medida do possível, junto a escolas – como se estava pensando fazer no Jardim da Luz, que abrigava também o grupo escolar Prudente de Moraes, e no Parque Dom Pedro II.

Por fim haveria os “parques recreativos”, para adolescentes e adultos, em áreas mais afastadas e maiores, onde o custo do terreno permitisse grandes campos e “ampla cercadura de vegetação”, como os propostos na Moóca e no Ibirapuera. Para Prestes Maia estes parques recreativos, em regra, seriam públicos, mas, adverte, “há esportes que exigem monopólio ou uso exclusivo das instalações. Nestes casos propõe-se o arrendamento a clubes fechados, mediante condições e certo controle municipal”

O atendimento às necessidades de áreas verdes, ou a criação de um sistema de áreas verdes, dar-se-ia, segundo aquele estudo, em três frentes: pequenos e numerosos parques no centro e nas áreas mais densamente habitadas; parques maiores, acessíveis e interligados por *parkways*, por vias perimetrias ou por radiais de primeira ordem; alargamento e arborização de vias radiais e previsão, mediante zoneamento, de bairros-jardins cuneiformes, no interior dos setores de círculo em que as radiais dividiriam a cidade.

Porém, a sintonia e a contemporaneidade das propostas de Prestes Maia – e mesmo de realizações suas e de outros prefeitos – no referente aos parques públicos, com as experiências européias e norte-americanas, não foram além das questões estilísticas e não ultrapassaram o nível do discurso. De fato, o que caracterizou as mais importantes realizações européias em parques públicos nas primeiras décadas do atual século, foi que com elas se iniciou “uma fase histórica, onde o consenso social das classes menos favorecidas, mas numericamente proeminentes, tornou-se prioritário e constituiu a referência para a composição da paisagem do parque. Este assume uma conotação mais utilitarista, ligada à afirmação de uma cultura urbana de massa, que leva a acentuar sobretudo os conteúdos higiênicos, esportivos e recreativos conexos ao verde” (PANZINI, 1993). Foi o que ocorreu na Alemanha e também na Inglaterra, não só qualitativamente mas também quantitativamente. Manchester, por exemplo, que na metade do século XIX possuía três parques, na década de 1920 terá algo em torno de cinquenta e sete espaços verdes públicos.

Em São Paulo, nos parques públicos, nunca chegariam a se realizar tais objetivos sociais. Se houve empenho em colocar em prática propostas que revelavam preocupação com a formação mais integral dos cidadãos, ele recaiu, nas gestões de Fábio Prado e Prestes Maia como prefeitos de São Paulo, nos “parques infantis”, nos “centros educacionais e recreativos” ou nos “clubes de menores”, que atendiam apenas a uma minúscula parcela da população. Quanto aos parques sugeridos no estudo de Prestes Maia nenhum viria a se concretizar com exceção, obviamente, dos já existentes, do parque da Serra do Mar que, bem mais tarde, iria tornar-se um parque estadual, do parque da Aclimação, tornado público por desapropriação em 1939 e do Ibirapuera, inaugurado em 1954.

O quanto a prefeitura, ou os projetistas por ela contratados, inovava, se não no

programa, ao menos na composição formal dos parques e jardins no período, pode ser estimado por comparações com outros parques e jardins e com outras manifestações estéticas.

Referindo-se ainda aos parques públicos nas primeiras décadas deste século, considera Panzini que neles se verifica uma “progressiva mutação compositiva (...) tendente a substituir a acepção do estilo paisagístico, afirmado nos jardins urbanos do século XIX, com um repertório formal mais diversificado e dúctil, que se movia à vontade entre as sugestões trazidas pelos jardins históricos e pelas culturas regionais. Abre-se uma temporada de ecletismo e experimentação, de reutilização sem regras de diversos modos compositivos, sob o signo de um geral retorno a jardins e parques mais ordenados, onde os traçados retilíneos substituem pouco a pouco as linhas fluentes e curvas, e de onde, graças ao amálgama das formas, decorre freqüentemente um senso de precisão, de planificação funcional” (PANZINI, 1993:267).

Como foi visto, o principal parque paulistano de então, o da Várzea do Carmo, foi projetado, entre 1911 e 1914, no gênero *paysager*, uma das tendências em voga na virada do século XIX. Fazia uso da linguagem típica dos “jardins formais”, com seus canteiros retangulares de plantas baixas e ordenadamente dispostas, junto às principais edificações e em torno das áreas esportivas, que demandavam ortogonalidade. Gradualmente, à medida em que se afastavam destes equipamentos maiores, iam ganhando terreno as linhas curvas – ainda assim geometricamente construídas – bem como os elementos ou traços típicos dos jardins “paisagistas”, como ilhas, chalés e pequenas pontes e os maciços arbóreos sobre grandes superfícies gramadas. Conseguia-se assim a unidade compositiva desejada, que não foi perseguida só dentro dos limites do parque, mas na própria relação do parque com a cidade, no que desempenhava um papel fundamental a semi rótula na confluência da ladeira General Carneiro com a rua Vinte e Cinco de Março, de onde partiam as vias delimitadoras do parque e aquela que o ligava com a rua do Gasômetro.

Também na proposta apresentada por Prestes Maia para o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (atual Parque Estadual das Cabeceiras do Ipiranga, conhecido anteriormente como Parque do Estado), no Estudo de um Plano de Avenidas, nota-se a intenção da passagem gradual do formal para o informal, lançando mão dos diferentes estilos disponíveis. O parque estaria organizado em seções, cada qual com um tratamento diferenciado, de acordo com suas funções. A primeira seção, a da chegada ao parque, teria um caráter formal, monumental mesmo, fazendo-se pela boca do vale do ribeirão Ipiranga, onde haveria um monumento ou um pavilhão de festas – em “estilo moderno”, segundo suas palavras – e um grande tanque d’água de forma alongada. A segunda seção, denominada esplanada, estaria equipada com restaurante, bar, piscina e quadras esportivas, com o predomínio do que Maia chamou de “estilo colonial”. Seria tratada com uma linguagem mais irregular, sendo seus principais elementos paisagísticos um grande lago de contornos sinuosos e um outro menor, a montante.

A terceira seção, a maior de todas, equivalendo a 80% do parque, teria a vegetação natural totalmente respeitada e seria atravessada por uma rede de caminhos formada por quatro círculos concêntricos a partir do lago mais alto, com ricas visuais a meia encosta.

Projecto do Parque Municipal Ibirapuera - S. Paulo — Traçado geral
Projecto: Dierberger & Companhia

Já o parque Ibirapuera, Maia visualizava-o segundo o estudo apresentado pelo auto denominado “arquiteto paisagista” Reynaldo Dierberger, que o publicou na revista *Architectura e Construções* em 1930⁸⁹. Estaria dividido em duas seções: a da entrada principal pela avenida Brasil, que seria tratada “com mais arte e delicadeza” (entenda-se jardins formais) do que o parque das Fontes do Ipiranga. “Convida a isso”, dizia Maia, “a sua situação mais central, a proximidade de bairros mais fidalgos, o relevo moderado e o seu caráter artificial, pois aí tudo está por fazer”. A segunda seção, seria dedicada aos esportes. Estaria situada no ângulo das atuais avenidas República do Líbano e IV Centenário e convenientemente separada da primeira seção pela baixada do córrego do Sapateiro onde, aproveitando-se a depressão natural, se construiria um lagoa. No desenho de Dierberger ainda está presente a linguagem formal e monumental que reentrara em cena no início do século XX e que teve em Forestier um dos seus expoentes. O espaço do parque seria organizado em torno de vários eixos, dois deles de grandes proporções, um de cada lado do córrego. Mas a separação das duas partes se faz sem qualquer mediação, com ligações débeis, como se se tratasse de dois parques, do que decorre a perda da unidade compositiva.

Presença generalizada de equipamentos esportivos e adoção de estilos compostos. Talvez assim se possa resumir o que acontecia até o final da terceira década do século XX em termos de projetos de parques e jardins públicos, como continuidade natural do que já começara a despontar nas décadas finais do século anterior.

Experimentos de vanguarda em projetos de jardins só vieram à luz mais para o final do

⁸⁹ DIERBERGER, Reynaldo - “O Parque Municipal do Ibirapuera, em São Paulo”, in *Revista Architectura e Construções*, São Paulo, junho 1930, vol. 1, n. 11.

período, na *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, realizada em Paris em 1925. Foi naquele evento que Robert Mallet-Stevens, Jan e Joël Martel apresentaram o Jardim com Árvores de Concreto e que Gabriel Guevrekian expôs o seu Jardim de Água e Luz⁹⁰. Foram experiências isoladas, efêmeras, que não frutificaram. Só na década seguinte surgiriam jardins com linguagens formais mais consistentes e duradouras, o que pode ser considerado um tento formidável, diante do fato da corrente hegemônica do movimento moderno, no urbanismo, dar as costas para o jardim enquanto expressão estética. Interessavam-lhe mais os grandes relvados e conjuntos arbóreos, onde até se admitiam as linhas sinuosas, que Corbusier execrava na cidade, mas admitia nos parques.

O projeto do parque da Várzea do Carmo, tendo sido elaborado no início do segundo decênio do século, mantinha ainda fortes traços de sua ascendência oitocentista. Pode-se dizer que, depois dele, praticamente nada se construiu em termos de áreas verdes de recreação públicas, em São Paulo, que fosse programaticamente e formalmente significativo, até a inauguração do parque Ibirapuera, em 1954.

Seja nas especulações formais e programáticas, seja nas decisões sobre onde e para quê implantar áreas verdes de recreio na cidade de São Paulo, a atuação da Administração dos Jardins, no período, nunca foi além da de executora de projetos concebidos em instâncias fora de seu alcance. O traçado geral, os elementos de construção civil, as peças escultóricas e, provavelmente, mesmo a volumetria vegetal não eram assunto da alçada daquela unidade. Eram encomendados a terceiros ou desenvolvidos na Diretoria de Obras, à qual a Administração dos Jardins esteve vinculada de 1900 a 1913 e, a partir de 1931, já como Diretoria dos Jardins e Cemitérios.

⁹⁰ A respeito da *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, ver IMBERT, Dorothée - *The Modernist Garden in France*, 1993 e IMBERT, Dorothée - "A model for modernism: the work and influence of Pierre-Émile Legrain", in TREIB, Marc (ed.) - *Modern Landscape Architecture: a Critical Review*, Cambridge (Massachusetts), The MIT Press, 1994.

Da Divisão dos Parques, Jardins e Cemitérios ao Departamento de Parques e Jardins

Capítulo

O início do período coincide com o início da gestão de Fábio Prado, que tomou posse como prefeito de São Paulo em setembro de 1934, depois da fase tumultuada que se seguiu à revolução de 1930 e ao movimento constitucionalista de 1932. Estes eventos deixaram como saldo a supressão das Câmaras Municipais e, particularmente no município de São Paulo, uma instabilidade administrativa que se fez sentir pela passagem de doze gestões no curto período de 1930, ano do término do mandato de Pires do Rio, a setembro de 1934, quando Fábio Prado assumiu a prefeitura.

Ao traçarem a evolução da administração pública de São Paulo, BARROS e MOIZO (1991:58) comentam que, ao final da turbulência política, ficariam estabelecidas as condições necessárias para a implantação de um “modelo tecnocrático de administração, onde as intervenções do poder público iriam se inserir em planos de amplo horizonte temporal”. A primeira década do período ora em foco caracterizou-se assim por marcantes intervenções tanto no nível urbanístico como no administrativo, efetuadas durante as gestões de Fábio Prado e Prestes Maia, propiciadas pela centralização do poder em torno do executivo.

Os parques e jardins da capital parecem ter se ressentido da instabilidade administrativa anterior à posse de Fábio Prado. Não deviam estar bem cuidados, pois na entrevista concedida pelo prefeito a um dos redatores do jornal “O Estado de São Paulo”, em 1936, ficou dito que o serviço de jardins, como o de extinção de formigas, existia “só no nome”, antes da nomeação de Manequinho Lopes⁹¹. O anterior responsável por tais serviços era Arthur Etzel, que ocupou o lugar do pai quando este morreu em 1930. Com a nomeação de Manequinho

⁹¹ A Administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo, através de entrevista concedida ao “O Estado de São Paulo”, s/d, pg.98.

Lopes como chefe de Divisão, Arthur Etzel foi deslocado de sua posição. Se houve algum mal estar no interior daquela unidade administrativa, devido à troca de chefia e ao teor de declarações como a da citada entrevista, ele foi passageiro. Arthur Etzel continuou a trabalhar no que sabia fazer e, segundo depoimento de seu irmão, “tornou-se amigo respeitado pelo chefe” (ETZEL, 1982:71) e, de fato, sucedeu-o em 1938.

Fábio Prado era um entusiasta de Manequinho Lopes. Disse ele ao jornalista que o entrevistava: “(...) Pois é formidável o serviço que o Manequinho está fazendo na Prefeitura. Ele não é funcionário municipal. Está emprestado a nós pelo Instituto Biológico. Em poucos meses, transformou os gramados amarelos e pálidos, os troncos pelados, os jardins em ruínas de S. Paulo em maravilhosas estufas floridas, em capões virentes, o que aliás é admirado pela população inteira”. Apontando para além do eucaliptal da várzea em que se construía o Ibirapuera, elogiou os feitos de Manequinho Lopes no viveiro municipal, que já podia atender a qualquer demanda que se fizesse para a arborização da cidade, inclusive “substituir qualquer falha [na arborização], de qualquer tamanho, sem que se note a substituição”. E, num arroubo final de admiração, declarou ao entrevistador: “O serviço de jardins e de extinção de formigas da Prefeitura, graças à atividade ranzinza desse precioso Manequinho, atingiu hoje toda a perfeição a que uma obra humana pode alcançar. Para executar isso tudo só pediu duas coisas: uma lei boa e dinheiro... Foram-lhe dadas ambas as coisas: usou bem a lei e soube gastar o dinheiro... O resultado: não há jardim em S. Paulo que ele não tenha revolido e feito surgir do chão os tufo de cores que hoje as praças paulistanas ostentam. Não há formigueiro ainda sem a visita daquelas camionetes especiais de que ele próprio fez a planta e presidiu à construção. O fruto dessa atividade é o encanto dos jardins paulistas (...)”⁹².

Com a morte de Manequinho Lopes, Arthur Etzel voltou a ser o responsável pelas áreas verdes municipais, tendo permanecido no cargo até sua jubilação, em 1959, quando completou setenta anos. Atravessou diversas gestões de prefeitos e várias reformas administrativas que não alteraram substancialmente as atribuições e a organização interna dos serviços de parques e jardins.

⁹² A Administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo, através de entrevista concedida ao “O Estado de São Paulo”, s/d, pg.98.

QUADRO 5

Prefeitos que governaram São Paulo entre 1934 e 1965

prefeitos	períodos de gestão
Fábio da Silva Prado	07.09.1934 – 30.04.1938
Francisco Prestes Maia	01.05.1938 – 10.11.1945
Abrahão Ribeiro	11.11.1945 – 14.03.1947
Christiano Stockler das Neves	15.03.1947 – 28.08.1947
Paulo Lauro	29.08.1947 – 25.08.1948
Milton Improta	26.08.1948 – 03.01.1949
Asbrúbal Eurytisses da Cunha	04.01.1949 – 27.02.1950
Lineu Prestes	28.02.1950 – 31.01.1951
Armando de Arruda Pereira	01.02.1951 – 07.04.1953
Jânio da Silva Quadros	08.04.1953 – 06.07.1954
José Porfírio da Paz	07.07.1954 – 17.01.1955
Jânio da Silva Quadros	18.01.1955 – 05.02.1955
William Salem	06.02.1955 – 01.07.1955
Juvenal Lino de Mattos	02.07.1955 – 10.04.1956
Wladimir de Toledo Piza	11.04.1956 – 07.04.1957
Adhemar Pereira de Barros	08.04.1957 – 09.01.1958
Cantídio Nogueira Sampaio	10.01.1958 – 06.02.1958
Adhemar Pereira de Barros	07.02.1958 – 08.02.1961
Manoel Figueiredo Ferraz	09.02.1961 – 28.02.1961
Adhemar Pereira de Barros	01.03.1961 – 07.04.1961
Francisco Prestes Maia	08.04.1961 – 07.04.1965

3.1 FORMAS DE LAZER AO AR LIVRE E AS ÁREAS VERDES DA CIDADE

Nos limites da pesquisa realizada para este período, que cobre dos meados da década de 1930 aos anos finais da década de 1960, não foram localizadas informações específicas sobre as formas de lazer ao ar livre praticadas pelo paulistano⁹³. Sabe-se porém que foi neste período que o lazer passou a merecer maior consideração por parte de empresários e políticos, provavelmente no rastro da Lei nº 4.982 de 1925, que obrigava a concessão anual de quinze dias de férias aos trabalhadores.

⁹³ Dados referentes a hábitos de lazer urbano nos fins da década de 1950 podem ser encontrados em FERREIRA, Acácio - Lazer Operário - Um estudo de organização social das cidades - Aguiar & Souza Ltda., Livraria Progresso Editora, s/d. Trata-se, no entanto, de pesquisa realizada em alguns bairros da cidade de Salvador-BA, num contexto geográfico e cultural muito distinto do paulistano e num momento em que a televisão não tinha ainda se difundido naquela cidade. A título ilustrativo, entre as modalidades de lazer mais praticadas figuraram: os grupos de conversa, com índices de 59,35% a 68,77% dos entrevistados e escutar rádio, de 48,66% a 67,59%. Banhos de mar variaram de 1,73% a 33,68%, enquanto que passeios em praças e jardins compareceram com percentagens de 3,89% a 14,52%.

Mesmo que ainda não fosse uma forma de lazer amplamente disseminada, ir à praia aos domingos tornou-se mais fácil e cada vez mais comum da década de 1950 em diante, devido, em parte, à implantação da Via Anchieta, que melhorou o acesso às praias da baixada santista.

Embora não tenha a ver diretamente com o lazer nas áreas verdes mas certamente capaz de retirar-lhe parte da demanda, há de se considerar a grande mudança que a televisão, introduzida em São Paulo em 1950, provocou nos costumes em geral e nos de lazer em particular, por ser ela própria uma alternativa de entretenimento. Levantamentos que precederam a elaboração do Plano Urbanístico Básico, realizados em 1967, portanto já no final do período focalizado, revelaram que, entre as pessoas cujos hábitos de lazer incluíam cinema, futebol *in loco* e televisão, a divisão de horas dedicadas durante o ano a cada uma destas formas de lazer era, respectivamente, 65 horas, 1010 horas e 2.774 horas.

Renato Requixa informa que, depois da Consolidação das Leis de Trabalho de 1^o de Maio de 1943, vários sindicatos de trabalhadores passaram a assumir, entre outras, a função de criar recursos para o lazer dos seus afiliados. Em 1946, na trilha das grandes mudanças sociais e políticas do pós guerra, classes empresariais propuseram ao governo federal que autorizasse a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio a criarem, respectivamente, o Serviço Social da Indústria – SESI – e o Serviço Social do Comércio – SESC – a serem mantidos por contribuição compulsória dos industriais e comerciantes (REQUIXA, 1977:31-32). Desde então tais entidades vêm oferecendo programas de lazer para seus associados, inclusive em sedes campestres ou em centros sócio recreativos urbanos, com muitos, se não mais, eventos e equipamentos presumivelmente ocorrentes e encontráveis em parques públicos.

Se algo pode ser generalizado a respeito dos hábitos de lazer neste período de explosão urbana e industrial, dir-se-ia que nele foi ganhando cada vez mais força o lazer de massa em detrimento das outras formas de lazer popular como as manifestações “lúdico folclóricas” e as manifestações “lúdico religiosas”. Parece óbvio, considera Requixa, “que, no desempenho das funções exclusivamente lúdicas, ambas as manifestações [lúdico folclóricas e lúdico religiosas] não podem competir com as práticas de lazer típicas da sociedade moderna. Dependentes de um calendário de festas populares e religiosas e que só se realizam em determinados dias ou períodos do ano, perdem para os equipamentos de lazer, como o rádio, ou a televisão, por exemplo, que se disseminam rapidamente, e são recursos contínuos, não intermitentes, facilmente acionáveis, de rápida operacionalização, para a ocupação do tempo livre” (REQUIXA, 1977:33).

Entre as crônicas e documentos consultados sobre São Paulo neste período, foram encontradas poucas referências ao uso de parques públicos municipais para o exercício do lazer. Mesmo porque a cidade não contava, então, com mais do que cinco parques municipais: Luz, Tenente Siqueira Campos, Dom Pedro II, Aclimação e Ibirapuera, e nem todos com

diversidade de atrações que pudesse atrair grande frequência – para uma população que passou de 1.060.120 habitantes, em 1934, para 5.924.615 em 1970⁹⁴. Deve-se observar, porém, que espaços de lazer de outro tipo, mais restritivos no acesso, foram abertos pela prefeitura no período, como os “parques infantis”, os “clubes de menores” e os “Centros Educacionais e Recreativos”, que nunca chegariam a atender senão uma ínfima parcela da população.

Enquanto isto os piqueniques na Cantareira – não só no Horto Florestal, situado na reserva estadual, mas nos diversos sítios na encosta da serra – atraíam ainda grande público, a ponto de serem citados na descrição que Antonio Rocha PENTEADO (1958) fez da região em meados da década de 1950:

“A tranqüilidade do local, aliada ao clima saudável dessa região serrana, em contraste com a vida agitada e a atmosfera saturada da cidade, acabaram por eleger a Cantareira como uma pequena estação de saúde, com que podem contar os paulistanos. Daí a presença de sanatórios e casas de saúde, em geral especializados, em pontos vários da região (Mandaqui, Jaçanã, Tremembé).

Aquelas mesmas razões fazem com que a região se apresente como um dos mais apreciados locais de recreio para a população da cidade, particularmente aos sábados, domingos e dias feriados. Para ali se dirigem os que possuem automóveis de passeio, como ainda os que se utilizam dos ônibus e do ramal da ‘Sorocabana’, por serem menos abastados. Regurgitantes de gente ficam o ‘Horto Florestal’ e a Represa da Cantareira, para além de Tremembé. Muito freqüentes são os convescotes ou piqueniques, promovidos por clubes esportivos ou sociedades dançantes, que chegam a congregar 100 ou 200 pessoas, em festivas e animadas reuniões, que se prolongam por horas a fio.

A região da Cantareira vê-se, então, assaltada por uma pequena multidão, geralmente ruidosa e alegre, que se faz acompanhar por bandas de música indispensáveis para os bailes que constituem um dos maiores atrativos da festa. Vila Galvão costuma obter as preferências dos que a organizam, embora possam (sic) ter lugar noutros locais. Salões são alugados para as danças e uma animação invulgar pode ser observada nos estabelecimentos que se dedicam à venda de bebidas, sorvetes, sanduíches, doces e guloseimas.

Mais refinado é o comércio que, em tais ocasiões, se desenvolve sobretudo ao longo da Estrada da Água Fria e do caminho para o ‘Horto Florestal’, através dos chamados recreios – pequenos bares ou restaurantes de aspecto campestre, resguardados por alpendres e telheiros, onde se vendem bebidas, salgados, milho verde, pamonha, caldo de cana, etc. Modestos concorrentes aparecem, também, à beira da estrada, expondo à venda seus produtos em barraquinhas improvisadas”.

⁹⁴ O dado da população de 1934 foi extraído de SINGER, Paul - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Companhia Editora nacional e EDUSP, 1968, pg.58; o de 1970 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, citado in PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SEMPLA, Dossiê São Paulo / 95, pg.49.

Outra forma de lazer, freqüentemente associada às áreas verdes, foram os zoológicos. Uma vez que o Jardim Zoológico do Estado foi inaugurado somente em meados da década de 1950, zoológicos particulares supriam até então a demanda por este tipo de espaço de lazer, como o do Jardim da Aclimação, o de Vila Maria e o da Granja Julieta, tendo este último feito parte da propriedade da qual se originou o atual parque municipal Severo Gomes.

3.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA OS ASSUNTOS DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS

A reforma administrativa “modernizante e centralizadora” empreendida por Fábio Prado, fez-se com o sentido de eliminar as sobreposições de funções e reduzir o excessivo número de diretorias vinculadas ao gabinete do prefeito. Foi nesta reforma que se criou a nomenclatura de “departamentos”, “divisões” e “seções”, que é utilizada ainda hoje no organograma municipal.

Viu-se que, desde 1931, a Diretoria dos Jardins e Cemitérios, então ocupada por Arthur Etzel, passou a ser subordinada à Diretoria de Obras e Viação, esta ligada diretamente ao prefeito. Com a reforma administrativa de Fábio Prado, por força do Ato nº 768 de 10 de janeiro de 1935, criou-se o Departamento de Obras e Serviços Municipais e, dentro dele, a Divisão de Obras à qual sujeitava-se a recém nomeada Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios, que passou a ser ocupada pelo entomologista e jornalista Manuel Lopes de Oliveira Filho, o Manequinho Lopes. Interrompia-se assim, embora por pouco tempo, a continuidade administrativa dos Etzel nos parques e jardins municipais. De fato, tendo Manuel Lopes de Oliveira Filho morrido precocemente, Arthur Etzel foi reconduzido à chefia dos Parques, Jardins e Cemitérios da capital, por nomeação do Prefeito Fábio Prado em 4 de março de 1938, pouco antes de deixar o cargo (ETZEL, 1982:71).

Anos mais tarde encetou-se nova reforma. Pelo Decreto-Lei nº 333, de 27 de dezembro de 1945, criaram-se as secretarias municipais, entre as quais a de Obras e Serviços, à qual se subordinava o já existente Departamento de Obras e Serviços Municipais que, como se viu, abrigava, dentro de sua Divisão de Obras, a Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios. Outro Decreto-Lei, o de nº 431, de 8 de julho de 1947, criou novos Departamentos dentro da Secretaria que passou a se chamar de Obras: o Departamento de Obras Públicas, o Departamento de Serviços Municipais, o Departamento de Arquitetura, o Departamento de Urbanismo e o Departamento de Cadastro, Avaliações e Taxas de Melhoria. Dentro do Departamento de Serviços Municipais, da Secretaria de Obras, é que passou a funcionar a então Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios. Foram na época criadas, no interior da

Divisão, duas Seções: a de Cemitérios e a de Parques, Jardins, Viveiros e Arborização⁹⁵.

Se, como já foi dito, as reformas empreendidas no período conduziram à mudança na nomenclatura e, em alguns casos, atingiu as competências dos órgãos públicos, elas não chegaram a afetar essencialmente as atribuições do órgão responsável pelas áreas verdes da cidade. Apesar da maior complexidade organizacional introduzida pela reforma administrativa de Fábio Prado, o que se fazia na Divisão de Parques Jardins e Cemitérios, em 1947, não era muito diferente dos serviços que já prestava anteriormente, ou seja, administrar o viveiro de plantas, executar o plantio e fazer a manutenção da vegetação nos próprios municipais – fossem praças, parques, jardins ou cemitérios –, executar pequenas obras ou consertos nos espaços ajardinados ou arborizados, confeccionar tutores e protetores para árvores e extinguir formigueiros.

Em entrevista gentilmente concedida em novembro de 1998, o engenheiro agrônomo Francisco De Lucca relembrou suas atividades na Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios, onde ingressara em 1947, sendo no ano seguinte indicado por Arthur Etzel para chefiar a unidade de Defesa Vegetal daquela Divisão. Dirigia-se todas as manhãs para a garagem municipal, então na rua Ribeiro de Lima, de onde partiam os caminhões com as turmas de operários que iam trabalhar na extinção de formigueiros, tarefa prioritária na unidade de Defesa Vegetal.

Informou também o agrônomo De Lucca que, na mesma época em que iniciava seu trabalho na Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios, juntamente ali ingressara seu colega de faculdade, o engenheiro agrônomo Dante Barione⁹⁶, designado no ano seguinte por Arthur Etzel para chefiar os serviços de plantio e manutenção das áreas arborizadas e ajardinadas da prefeitura. A unidade comandada por Dante Barione contava com muitos funcionários, agrupados em turmas, que executavam o plantio e a manutenção da vegetação em qualquer parte do município pois, até 1968, não haviam ainda sido criadas as Administrações Regionais, que teriam suas próprias unidades de Parques e Jardins, nem se contratavam terceiros para os serviços de ajardinamento e arborização. A exceção, lembra De Lucca, foi o parque do Ibirapuera, cujo plantio foi feito por empreitada.

Mudanças de maior vulto só seriam sentidas na reforma administrativa de 1968. Até lá pouco se acrescentou ou subtraiu das atribuições da Divisão de Parques e Jardins, embora

⁹⁵ Nos documentos consultados e mesmo nas entrevistas realizadas com antigos funcionários da repartição responsável pelos parques e jardins pôde-se constatar o uso nem sempre preciso dos termos Divisão e Subdivisão para denominar aquela repartição. ETZEL (1982:70,71) informa que Manequinho Lopes ocupou a chefia da Divisão de Matas, Parques e Jardins (entre 1935 e 1938) e que Arthur Etzel ficou com o cargo de chefe de subdivisão, sendo em 1938 reconduzido à chefe da Divisão das Matas, Parques e Jardins. ALMEIDA (1996:75), provavelmente baseada em ETZEL, fala também em Divisão das Matas, Parques e Jardins. Já BARROS e MOIZO (1991) informam que a Divisão de Obras ficou composta, pelo Ato nº 768 de 10/01/35, pelas subdivisões de projetos e orçamentos, de construções e conservação e de parques, jardins e cemitérios e não fazem referência à denominação usada por Etzel. Dando-se crédito ao trabalho mais sistemático de BARROS & MOIZO de reconstituir a história administrativa do município é razoável afirmar que o uso do termo Divisão, para designar a unidade dos parques e jardins e cemitérios, só poderia ser aplicado com propriedade após a reforma administrativa de 1947.

⁹⁶ O agrônomo Dante Silvestre Horácio Paulo Virgílio Calvi Barione, que chefiou a unidade responsável pelos viveiros da prefeitura e pela fiscalização do plantio e manutenção das áreas verdes municipais até meados dos anos 1980, constava da lista de profissionais da Divisão de Parques e Jardins dos quais se pretendia obter depoimentos sobre suas atuações profissionais. A entrevista foi impossibilitada pelo seu falecimento, ocorrido em 1997.

pudesse ter ocorrido aumento significativo na quantidade de serviço, dado o crescimento da cidade. Não havia propriamente um plano a que obedecessem os serviços prestados pela Divisão dos Parques, Jardins e Cemitérios. Recorda-se o agrônomo De Lucca, sempre próximo de seu colega Dante Barione, que as solicitações de plantio partiam de várias frentes: de vereadores, de moradores e mesmo de funcionários da prefeitura que sabiam da existência de áreas públicas municipais sem tratamento paisagístico e as indicavam para receber melhoramentos.

3.3 AÇÕES DA MUNICIPALIDADE PARA O PROVIMENTO DE ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO

Para melhor avaliar as providências do poder municipal no referente às áreas verdes, é útil traçar em linhas gerais o quadro das terras ainda não urbanizadas ao longo dos principais vales do município.

Nos fins da década de 1950, afirmava Pasquale PETRONE que São Paulo possuía um elevado numero de” trechos vazios” e que eles se localizavam não só nas várzeas do Tietê e do Pinheiros, mas também “em numerosos vales dos córregos e ribeirões paulistanos, mesmo perto do centro da cidade, sobretudo quando se trata de suas cabeceiras” (PETRONE, 1958:155).

Apesar de canalizados, os vales dos rios Tietê e Pinheiros ainda apresentavam, em 1965, no fim do período em questão, extensas faixas não ocupadas, que podiam ser apropriadas para o lazer esportivo o que, quase sempre, equívale dizer clubes de futebol de várzea, uns mais equipados, outros mais improvisados.

À margem esquerda do Tietê, ao longo da divisa com o município de Guarulhos, situavam-se os terrenos que mais tarde comporiam o atual Parque Estadual (ex Ecológico do Tietê); a jusante, a faixa compreendida entre o rio e a estrada de ferro, na altura da Penha; em seguida a área em torno da foz do ribeirão Tatuapé, que incluía o terreno onde, na década de 1970, se implantaria o parque municipal do Piqueri; depois a faixa entre o Pari e o Canindé, em que se construiria, alguns anos depois, as instalações da Associação Portuguesa de Desportos; mais abaixo ainda, uma longa faixa de largura variável (atingindo em alguns trechos cerca de um quilômetro), desde a Barra Funda até a Vila Anastácio; por fim, terrenos na altura da Vila Leopoldina, nas proximidades da embocadura do rio Pinheiros. Na margem direita do Tietê estavam livres de urbanização os trechos de várzea correspondentes aos bairros Parque Novo Mundo e Vila Maria Baixa; a faixa situada entre as pontes de Vila Maria e Vila Guilherme, abrangendo o terreno do atual parque municipal de Vila Guilherme; as áreas da Coroa e do Parque Anhembi; os terrenos entre os bairros do Limão e do Piqueri (no distrito da Freguesia do Ó); e as terras entre os bairros Parque São Domingos, City América, Vila Fiat Lux e Jardim Belaura, nos quais estavam incluídos os terrenos em que hoje se localizam os

parques municipais São Domingos, Cidade de Toronto e Vila dos Remédios.

FONTE: SOCIARTE – Coleção Francisco P. S. Vicente de Azevedo

Manhã de Inverno – Canindé – Pintura de Accácio Ferraz de Gouveia (1945)

FONTE: SOCIARTE – Coleção João Ataliba de Arruda Botelho Neto

Vista do Cambuci – Pintura de Diógenes Campos Ayres

Ainda em 1965 a margem esquerda da represa e do canal do Guarapiranga guardava uma faixa não urbanizada em praticamente toda a extensão do distrito do Jardim São Luiz. Na margem esquerda do rio Pinheiros estavam até então por urbanizar outra faixa de cerca de oito quilômetros de comprimento – em alguns trechos adentrando quilômetros pela encosta – onde se desenvolveriam os bairros de Vila Andrade, Jardim Fonte do Morumbi, Jardim Vitória

Régia e Real Parque, encerrando o atual parque municipal Burle Marx e as terras baixas junto à foz no Tietê. Na margem direita estavam livres de urbanização: as terras ao sul da atual ponte João Dias, correspondentes aos bairros Vila Almeida, Jardim Internacional e Jardim Dom Bosco; os terrenos baixos em torno da foz do ribeirão do Cordeiro (atual avenida Roque Petroni) e toda a faixa entre o rio Pinheiros e a atual avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini; a área do Parque do Povo (estadual), junto à ponte da Cidade Jardim; os terrenos onde se implantou décadas mais tarde o parque estadual Villa Lobos e, junto à foz no Tietê, as terras baixas da Vila Leopoldina.

MANCHA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 1988

FONTE: São Paulo: Crise e Mudança

Entre os principais afluentes do Tietê, o Aricanduva, que forma um dos limites da Área de Proteção Ambiental Pêssego-Carmo, só estava urbanizado entre a foz e a Vila Matilde; as margens dos rios Jacu e Verde, este passando pelo parque municipal do Carmo, também

estavam livres de urbanização.

Estas observações ganham sentido mais agudo se se comparar a metragem das áreas que se tornaram parques municipais, ao longo dos principais vales paulistanos, com a área que foi posta à disposição do mercado imobiliário com a canalização dos rios Pinheiros e Tietê ainda na década de 1940.

Os parques municipais Burle Marx (130.000 m²) e Guarapiranga (152.600 m²), no vale do Pinheiros, Cidade de Toronto (109.100 m²) e Piqueri (97.200 m²), no vale do Tietê, perfazem 488.900 m². Este é o total da área dos quatro parques municipais implantados junto, ou muito próximos às várzeas dos principais rios, para 40.000.000 m² de áreas “liberadas das águas”, na expressão de Prestes Maia, que foram lançadas no mercado de terrenos com a canalização dos dois rios (MAIA, 1945:17).

Pode-se alegar que, às margens do Tietê e do Pinheiros, há dois grandes parques: o Parque Estadual (ex Ecológico do Tietê), com 14.000.000 m² e o Villa Lobos, com 700.000 m². Mas são ambos estaduais e recentes, e passaram a integrar o patrimônio público por desapropriações, ainda que parciais, ou como pagamento de dívidas com o Estado, durante a década de 1980, quando o valor dos terrenos já era muito mais alto.

O mesmo se pode dizer do parque do Piqueri, comprado pela prefeitura em 1976. Os parques Burle Marx e Cidade de Toronto integrariam o patrimônio público do município só bem mais tarde, mas por doação compulsória para abertura de loteamentos. Resta, portanto, como única providência da municipalidade para a reserva de áreas destinadas a parques públicos, junto a corpos d'água, a desapropriação dos terrenos que viriam a constituir o atual parque municipal Guarapiranga. Foram os únicos 152.600 m² de terra pública situada à beira de um dos principais corpos d'água do município que a prefeitura reteve, contra 40.000.000 m² de terras que seriam gradativamente entregues ao mercado a partir de meados da década de 1940.

Os levantamentos que costumavam preceder as propostas dos planos e programas de melhoramentos para São Paulo são úteis na medida em que permitem conhecer os estágios em que se encontrava o conjunto de áreas verdes públicas do município em diferentes momentos. O Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo contratado em 1950, durante a curta administração de Lineu Prestes, e coordenado por Robert Moses⁹⁷, é uma destas fontes. São Paulo possuía naquela época um sistema de áreas verdes públicas – seja com finalidade estética, seja com finalidade recreativa – visto por MOSES (1950) como “*deveras inadequado, especialmente nos bairros*”. Compunham o sistema de então: poucos

⁹⁷ Robert Moses teve uma longa carreira, de vinte e seis anos, na administração pública de parques em Nova York. Em 1922 foi presidente da *Long Island State Park Commission*, elaborando então um plano estadual de parques. Em 1928 pôs em prática uma política de compra de terras com vasta cobertura arbórea nas periferias da região metropolitana de Nova York, que se converteriam mais tarde em parques. A partir de 1933 a coordenação da implantação de parques e *parkways* no estado, na região metropolitana e na cidade de Nova York ficou em suas mãos, abrindo frentes de trabalho com uso da mão de obra desempregada nos anos da depressão econômica. O sistema de parques implantado por Moses compreendia desde pequenos parques de vizinhança até extensos *parkways* que interligavam parques de maiores proporções, alguns deles ao longo de praias, voltados à recreação pública. CHADWICK, George F. - *The Park and the Town*. London, The Architecture Press, 1966.

parques de recreio, praças e refúgios e canteiros ajardinados das vias públicas, sob os cuidados do então do Departamento de Serviços Municipais, ao qual estava subordinada a Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios; vinte e quatro centros de recreação controlados pelo então Departamento de Educação, Assistência e Recreio; três grandes parques estaduais.

Segundo Moses, as áreas verdes que estavam sob a jurisdição da Divisão de Parques e Jardins visavam principalmente o embelezamento da cidade e não a recreação – por ele considerada o “propósito fundamental” de um parque – ao passo que aquelas subordinadas ao Departamento de Educação, Assistência e Recreio estavam mais associados à saúde, educação e treinamento, sendo a função recreativa, na maior parte dos casos, meramente incidental. Na visão de Moses, os centros recreativos municipais eram equipamentos “caros e luxuosos”. Sete dos vinte e quatro centros de recreação foram tidos por ele, sob o ponto de vista recreativo, como “excelentes em qualidade e em planejamento”, contando com postos de saúde, auditórios, salas de ginástica, piscinas e áreas livres para jogos. Mas quinze deles, de menor tamanho, já não eram tão satisfatórios. Havia mais dois pequenos centros em execução em “bairros superpovoados”, destinados principalmente ao lazer de crianças em idade pré escolar que, para Moses, representavam uma “aplicação prática” do que entendia por “parques de recreação”, ou seja, voltados integralmente às atividades recreativas e independentes dos serviços de saúde e assistência social.

Outra fonte é o levantamento dos equipamentos de recreação, cultura e esportes no município de São Paulo, levado a efeito quando da elaboração do Plano Urbanístico Básico - PUB, em 1967, que proporciona um panorama da situação destes equipamentos no fim do período em apreço.

Ponderava-se no relatório do PUB que, apesar da prefeitura ter ampliado toda a rede de equipamentos do setor recreativo, cultural e esportivo, verificavam-se várias lacunas, sendo uma delas a má distribuição das áreas destinadas a praças, parques e jardins pelos diversos bairros. Além disto tais áreas, sob a responsabilidade do recém criado Departamento de Parques e Jardins, da então Secretaria de Serviços Municipais, apresentavam insuficiência de equipamentos e conservação precária, “acarretando uma constante aparência de abandono”⁹⁸.

⁹⁸ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - GRUPO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO - CONSÓRCIO ASPLAN, DALY MONTREAL E WILBUN SMITH - Plano Urbanístico Básico - Volume 3 - Desenvolvimento Social, pg.471.

FONTE: SOCIARTE – Coleção Augusto F. Velloso

Parque Dom Pedro II – Pintura de Innocência Borghese (1968)

FONTE: SOCIARTE – Coleção Augusto Carlos F. Velloso

Parque Dom Pedro II – Pintura de Innocência Borghese (1970)

Entre os nove “parques maiores” de São Paulo, pelos critérios do PUB – Horto Florestal, Zoológico, Ibirapuera, Aclimação, Butantã, Dom Pedro II, Fernando Costa, Luz e do Museu do

Ipiranga – somente os do Ibirapuera, Aclimação, Dom Pedro II e Luz eram municipais⁹⁹, sendo que, no mesmo ano, o Dom Pedro II praticamente deixaria de existir, seccionado que foi pelo complexo de viadutos que ainda lá está. Sem referir-se à quantidade de pessoas nem à qualidade do atendimento, o mesmo relatório afirmava que estes parques atraíam “realmente a população, nos fins de semana”¹⁰⁰.

Na realidade, o atendimento público municipal mais qualificado às necessidades de recreação da população ficava praticamente por conta dos “parques infantis”, implantados e administrados pela então Secretaria de Educação e Cultura e dos “Centros Educacionais e Recreativos”, sob a responsabilidade da então Secretaria do Bem Estar Social. Mais de uma centena de “parques infantis” atendia a mais ou menos 10.000 crianças, sendo 71% delas de nível econômico “muito baixo” – de renda familiar entre 0,5 e 1,5 salários mínimos¹⁰¹. Os oito “Centros Educacionais e Recreativos” – na Moóca, Pacaembu, Vila Maria, Ibirapuera, Santo Amaro, Vila Manchester, Pirituba e Vila Alpina – em geral equipados com ginásio esportivo, piscina, vestiários e campos de futebol e de basquete, tinham algo em torno de 100.000 inscritos, ou seja, 2% da população do município àquela altura¹⁰².

[Veja mapa dos Parques Propostos no Plano de 1967-1969](#)

Para suprir a cidade de parques, praças e jardins públicos abertos indiscriminadamente a todos, o poder municipal podia, além de implantá-los em espaços livres de “uso comum do povo” e em áreas que já eram de sua propriedade, contar com o instrumento de desapropriação de propriedades particulares, que ela usou em três casos. Entre as ações (e obrigações) da prefeitura estaria também exigir, preservar, implantar e administrar a parcela de áreas verdes a ela devida nas operações de loteamento, o que poucas vezes ela fez.

No período considerado houve duas desapropriações que geraram futuros parques municipais – o da Aclimação e o Guarapiranga – e uma que ampliou a área verde daquele que passaria a ser o parque da Independência, pela compra do terreno na parte posterior do Museu. Houve também a abertura ao público do bosque do Morumbi (atual parque Alfredo Volpi) em área verde de loteamento, a implantação de um parque em terreno municipal – o do Ibirapuera – e a destruição de outro – o Dom Pedro II –, além da execução e da reforma de uma série de jardins ou de praças ajardinadas em pequenos próprios municipais ou em áreas remanescentes de desapropriações efetuadas para a execução de planos viários. Também neste período abriu-se a maior parte dos loteamentos de cujos espaços livres nasceram vários parques que seriam construídos a partir da década de 1970.

As ações da prefeitura no período podem então ser agrupadas da seguinte forma:

⁹⁹ Por ocasião da elaboração do PUB os terrenos em torno do Museu Paulista, denominação oficial do Museu do Ipiranga, eram tidos como propriedade do Estado e pleiteados pela prefeitura. Ver a respeito relatório redigido por Arlinda Rocha Nogueira, do Museu Paulista, integrante dos documentos sobre o Parque da Independência guardados na Administração do parque.

¹⁰⁰ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - GRUPO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO - CONSÓRCIO ASPLAN, DALY MONTREAL E WILBUN SMITH - Plano Urbanístico Básico - Volume 3 - Desenvolvimento Social, pg.471.

¹⁰¹ Em 1967, ano da pesquisa de campo do PUB, havia 105 “parques infantis”. Em 1968, ano da conclusão do plano, havia 110.

¹⁰² PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - GRUPO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO - CONSÓRCIO ASPLAN, DALY MONTREAL E WILBUN SMITH - Plano Urbanístico Básico - Volume 3 - Desenvolvimento Social, pg.463 a 470.

implantação e reforma de áreas verdes associadas à execução de planos viários e construção de parques em propriedades municipais; obtenção e administração de áreas verdes públicas obtidas através das leis de parcelamento do solo; desapropriações para a implantação de áreas verdes públicas de recreio; produção de áreas verdes para fins educacionais e recreativos.

3.3.1 Áreas verdes associadas aos planos viários e construção de parques em propriedades municipais

Muitos dos jardins e praças executados pela Subdivisão de Parques Jardins e Cemitérios nos terrenos municipais, entre 1934 e 1945, estiveram associados às obras viárias que foram levadas a efeito durante as administrações de Fábio Prado (1934-1938) e Francisco Prestes Maia (1938-1945). A começar pelo pretendido e novo circuito de “passeios”, ou o “lindo conjunto urbanístico” a que se referia o prefeito Fábio Prado em entrevista a “O Estado de São Paulo”¹⁰³, formado pelas avenidas Paulista, Angélica, Rebouças, das Acácias (atual avenida Lineo de Paula Machado, que passa em frente ao Jockey Club), Nove de Julho, Brasil e Itooró (atual avenida Vinte e Três de Maio), as duas últimas fundindo-se com o parque do Ibirapuera, em construção. “Não é um circuito interessantíssimo sobre avenidas asfaltadas, da mesma largura e da mesma beleza?”, perguntava o prefeito.

A arborização das avenidas Rebouças e Nove de Julho, o ajardinamento dos canteiros centrais da avenida Brasil e da avenida Paulista estavam sendo executados pela Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios na época da entrevista, em 1937. Ainda foram remodelados, durante a gestão de Fábio Prado, os jardins das praças Princesa Isabel, República e Osvaldo Cruz, do largo do Arouche e do Anhangabaú, entre outros logradouros.

No período entre 1938 e 1945, em que Prestes Maia foi pela primeira vez prefeito de São Paulo, a Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios ajardinou mais logradouros associados à abertura ou ao alargamento de vias, entre outros: a praça Alfredo Issa, então com 88m por 155m, no cruzamento das ruas Conceição (atual avenida Cásper Líbero) e Couto de Magalhães, em Santa Efigênia; a praça Conde de Sarzedas (hoje denominada Dr. Mário Margarido), que foi duplicada e ajardinada, na Liberdade; a praça Cornélia, na Vila Romana; a praça das Guianas, no Jardim América; a praça Fernando Prestes, na Luz; a praça Rudge, no Tatuapé; a praça General Polidoro, na Aclimação; a praça Nossa Senhora Aparecida, em Moema; a praça Nossa Senhora da Conceição no Cambuci; a praça Anajás (atual praça Dom Gastão Liberal Pinto) no Itaim; uma área de 90.000 m² na confluência da avenida do Estado com o canal do rio Tietê; uma praça triangular no cruzamento das avenidas Rebouças e Dr. Arnaldo; a área posterior ao Palácio das Indústrias; a área junto ao portal norte do túnel da

¹⁰³ A Administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo, através de entrevista concedida ao “Estado de S. Paulo”, s/d, pg.86-100.

avenida Nove de Julho (um conjunto de áreas verdes fragmentadas, que atualmente levam os nomes de praças Yoshiya Takaoka, Antônio Benetazzo, Flávio de Carvalho, Geremia Lunardelli e Rodrigo Lefèvre, mais os taludes gramados junto às ruas Engenheiro Monlevade e Professor Piccarolo); a praça da alameda Jaú, no portal sul da avenida Nove de Julho (atual praça Alexandre de Gusmão); a praça do Carmo (que posteriormente viria a se chamar Clóvis Bevilacqua, hoje absorvida pela nova praça da Sé); a praça na avenida São Luiz (atual praça Dom José Gaspar); a praça da Consolação (que passou a se chamar praça Roosevelt, tendo tomado sua forma atual no final do período ora tratado).

Além das áreas citadas, outras áreas públicas, já ajardinadas, foram remodeladas durante a gestão de Prestes Maia – entre as quais a praça João Mendes, o largo do Arouche, a praça Ramos de Azevedo, o parque do Anhangabau – e novas vias foram arborizadas, como a Senador Queiroz, a Ipiranga, Maria Paula e Mercúrio, exigindo a atuação da Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios (MAIA, 1945).

Praça Conceição, no Cambuci – Foto tirada em torno de 1940

FONTE: Os Melhoramentos de São Paulo – Prestes Maia

Praça Rudge, no Tatuapé – Foto tirada em torno de 1940

FONTE: Os Melhoramentos de São Paulo – Prestes Maia

Observam-se ainda neste período as primeiras iniciativas de equipar as praças públicas com *playgrounds* – que passou a ser algo costumeiro, quase imprescindível, nos projetos que o Departamento de Parques e Jardins passaria a fazer após 1968 – como o da praça da República, que chegou a ser citado no Guia Pitoresco e Turístico de São Paulo, de 1948¹⁰⁴

Praça General Polidoro - Foto tirada em torno de 1940

FONTE: Os Melhoramentos de São Paulo – Prestes Maia

¹⁰⁴ Numa linguagem própria dos folhetos turísticos, a praça da República vinha assim descrita: “A Praça da República – belo jardim em pleno coração da cidade – é o ‘quintal’ das crianças que moram nos apartamentos que a circundam. Pela manhã e à tarde, é muito comum ver-se, em diferentes pontos do logradouro, senhoras a bordar, a costurar ou a ler, enquanto seus filhos brincam no jardim. Na Praça da República está instalado um magnífico ‘playground’. Esse jardim de belas e pujantes árvores, guarnecido de flores, é também um lugar romântico. À noite, na ponte que a câmara fotográfica fixou, se reúnem os namorados para os seus sonhos e juras de amor. É um recanto de paz e tranquilidade na metrópole agitada, atordoada de ruídos”. Guia Pitoresco e Turístico de São Paulo. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora S.A. Fotos de Jean Manzon e textos de José B. Almeida Junior.

FONTE: Os Melhoramentos de São Paulo – Prestes Maia

“Terraço de Higienópolis” (atual praça Esther Mesquita) - Foto tirada em torno de 1940

Mas, em termos de áreas verdes de recreação, a atuação mais significativa da prefeitura, no período, deu-se na construção do parque do Ibirapuera, não se devendo ignorar, porém, a participação do Estado nas obras. Desde 1927 até a inauguração do parque em 1954, registrou-se uma série de ações do poder municipal para preservar aquela propriedade contra a ação de grileiros e das pressões para utilizá-la para outros fins que não o de área verde pública¹⁰⁵. As questões fundiárias no Ibirapuera não se limitaram àquelas entre prefeitura e grileiros; elas existiram também entre o município e o Estado, até que, pelo Decreto Estadual nº 13.291, as terras pendentes foram transferidas para a municipalidade (FERRAZ, 1993).

No início da administração do prefeito Fábio Prado, cogitou-se a transferência do prado de corridas do Jockey Club para a área municipal do Ibirapuera. Chegou a ser decretada uma lei, a de nº 3.256, de janeiro de 1929, autorizando a instalação do hipódromo numa parte dos terrenos municipais do Ibirapuera. Como contrapartida a prefeitura reaveria a posse do terreno da Moóca para a implantação de um parque público. Porém, em 1935, a empresa Cidade Jardim propôs ao Jockey Club a doação de 600.000 m² para a construção do hipódromo no bairro. Dos entendimentos entre a prefeitura, a empresa Cidade Jardim e o Jockey Club, ficou resolvido que a Municipalidade auxiliaria na construção do novo hipódromo, em troca dos

¹⁰⁵ As ações para preservar a posse dos terrenos do Ibirapuera tiveram início na gestão do prefeito José Pires do Rio e prosseguiram durante os governos municipais posteriores. O relatório apresentado pelo Diretor do Departamento Jurídico, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, referente aos exercícios de 1938, 1939 e 1940, resume os argumentos utilizados pela prefeitura para defender sua posse não só sobre a área do Ibirapuera, mas também sobre as terras devolutas em geral e os terrenos marginais a rios e represas, contra particulares e também contra o Estado e a Light. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Relatório dos Exercícios de 1938-1939-1940 apresentado ao Prefeito Municipal Exmo. Sr. Dr. Francisco Prestes Maia pelo Diretor do Departamento Jurídico Oswaldo Aranha Bandeira de Mello.

300.000 m² do prado da Moóca, que já lhe pertencia, mais 50.000 m², de propriedade do Jockey Club, contígua aos 300.000 m² de terrenos municipais¹⁰⁶.

No entanto, entre a tomada de posse pela prefeitura dos terrenos do Ibirapuera – mediante a instalação do seu viveiro em meados dos anos de 1930 – e a construção do parque passaram-se quase vinte anos. No intervalo sucederam-se as batalhas judiciais com os grileiros e também com o governo do Estado, para acertar os limites da propriedade municipal.

3.3.2 Áreas verdes públicas obtidas através das leis de parcelamento do solo

Como já foi visto, desde 1923 estava em vigor a Lei Municipal n^o 2.611, que exigia porcentagens mínimas de 5%, 7% e 10% do total da área loteada para “espaços livres (praças, jardins, *squares*, etc.) de domínio público”, conforme a gleba se situasse em zona urbana, suburbana ou rural, respectivamente.

Na análise que fez sobre a incidência da ação legislativa nos loteamentos clandestinos no município de São Paulo, PERRONE (1984) informa que o Decreto Federal n^o 58, de 1937, diante da proliferação de loteamentos executados em terras de situação legal duvidosa, fixou alguns elementos básicos para garantir a legitimidade dos terrenos aos adquirentes. Entre eles constava a aprovação dos projetos de parcelamento do solo pelas prefeituras. No entanto, o decreto não estabeleceu qualquer tipo de sanção para os que não cumprissem as determinações municipais. O mesmo autor atribui a esta lassidão da lei a proliferação de loteamentos irregulares que continuou a se verificar. Ocorre que, desde 1934, já tinha vigência o Ato Municipal n^o 663, também conhecido como Código Arthur Saboya que, no capítulo sobre parcelamento do solo, fixava multas contra os transgressores das normas decretadas. Mas as penalidades eram fixadas em cruzeiros – a moeda da época – e sem reajustes, incumbindo-se a inflação de tornar irrisórias as multas. Observa ainda PERRONE que o Ato Municipal incorporava em seu texto dois tipos de procedimentos: um a ser tomado em relação aos arruamentos com plano aprovado e outro em relação aos loteamentos executados sem licença da prefeitura, consagrando-se assim a regularização do irregular. ROLNIK (1997) verá nisto uma das estratégias para efetivar a segregação do espaço urbano, criando duas cidades: a da lei e a fora da lei.

Ainda a respeito do descontrole do poder público sobre o seu patrimônio, BATTAGLIA (1995:192), ao estudar os cadastros e registros fundiários, recolheu casos gritantes de transgressão da lei de loteamento em prejuízo das áreas verdes públicas: um dos casos consiste de dois diferentes loteamentos aprovados com a mesma área verde pública; outro é o de um loteamento cuja área verde pública pertencia a outra propriedade; um terceiro apresenta duas plantas: uma para a Prefeitura, com a devida área verde, outra para o Cartório de Registro de Imóveis com a mesma área verde indevidamente loteada.

¹⁰⁶ A Administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo, através de entrevista concedida ao “Estado de S. Paulo”, s/d, pg.91 e 92.

A política de criar fatos consumados por parte dos loteadores e as constantes anistias concedidas pela prefeitura tiveram, evidentemente, reflexos sobre as áreas verdes da cidade. Caso elas existissem em loteamentos originalmente clandestinos, corresponderiam, provavelmente, às áreas impossíveis de ser loteadas: charcos e encostas altamente declivosas. Diga-se, aliás, que a localização das áreas verdes públicas de forma fragmentária e em áreas impeditivas de qualquer outro uso não foi exclusividade dos parcelamentos irregulares. Somente a partir de 1981, pelo artigo 2º da Lei nº 9.413, a Prefeitura ganhou o direito de localizar, em um só perímetro e em áreas com declividade menor que 30%, metade do percentual exigido para áreas verdes em loteamentos. E só mais tarde ainda, em 1987, pelo Artigo 6º da Lei nº 10.365, o Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE foi autorizado a escolher 15% da área destinada às áreas verdes, dentre os 50% que a Lei nº 9.413 permitia à prefeitura indicar.

Outra política perversa em relação às áreas verdes, costumeiramente aplicada no período em tela, foi a de implantar nas áreas verdes públicas municipais dos loteamentos edifícios da própria prefeitura e mesmo os equipamentos institucionais a cargo do governo do Estado¹⁰⁷. A coibição parcial destas ações só viria a ser efetivada com a Lei nº 7688 de 1971 que, no Artigo 44 define a taxa de ocupação máxima em áreas verdes de propriedade pública.

O Ato nº 663 de 1934, que vigiu até o início da década de 1970, não alterou as proporções de áreas verdes fixadas pela Lei Municipal nº 2.611 de 1923. Neste lapso de tempo de quase quarenta anos, sob as “vistas grossas” do poder municipal, a cidade de São Paulo passou de 17.653 hectares de área ocupada, em 1930, para 91.340 hectares, em 1963 e atingiu as mais baixas taxas de densidade populacional de sua história.

No intervalo de tempo que está sendo tratado, apenas o então chamado Bosque do Morumbi, atual Parque **Alfredo Volpi**, foi implantado em área verde originada de parcelamento do solo. A abertura do loteamento se deu em 1949, mas apenas em 1966 a área recebeu tratamento sumário e foi oficialmente aberta ao uso público¹⁰⁸.

Embora ainda não fossem parques públicos na época que está sendo analisada, outras oito áreas verdes, que mais tarde se tornariam parques municipais, originaram-se de terrenos compulsoriamente doados à prefeitura pelos empreendedores quando da abertura de loteamentos executados entre 1949 e 1960. São elas, os atuais parques municipais São Domingos, Previdência, Rodrigo de Gasperi, Lions Club Tucuruvi, Santa Amélia, Luís Carlos Prestes, Jardim Felicidade e Severo Gomes, correspondendo nesta ordem aos loteamentos Parque São Domingos, Jardim Adhemar, Jardim Cidade Pirituba, Jardim Dona Leonor Mendes de Barros, Santa Amélia, Rolinópolis, Jardim Felicidade e Granja Julieta.

O terreno onde seria implantado o parque municipal **São Domingos**, no final da década de 1970, originou-se do parcelamento, ocorrido entre 1951 e 1953, de terras de propriedade de

¹⁰⁷ Prefeitura do Município de São Paulo - Coordenadoria Geral de Planejamento - Política do Verde do Município de São Paulo. 1977:2.

Novo Mundo Investimentos Ltda. localizadas, então, em zona rural na região de Pirituba-Jaraguá. Duas das áreas destinadas a áreas verdes tinham, respectivamente, 60.510 m² e 11.793 m² e eram separadas por uma rua. O “Mappa Topographico do Municipio de São Paulo” executado pela empresa Sara Brasil, em 1930, deixa ver que tais áreas foram situadas em cabeceiras de linhas de drenagem que confluem para a margem direita do rio Tietê. Nelas chegou-se a executar um projeto de praça pública. Mais tarde, ao ser promovida à condição de parque, em 1979, a rua que separava as duas áreas verdes foi a elas anexada, resultando um parque de 80.000 m².

O parque **Previdência** está inserido numa área adquirida em 1950 pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP, onde foram construídas moradias para funcionários públicos do Estado, constituindo o bairro Jardim Adhemar de Barros. Na época do arruamento, uma parte da gleba coberta por mata foi poupada do parcelamento e nela se instalou um reservatório de água para o abastecimento do bairro, que funcionou como tal até 1968, quando foi desativado. No processo aberto em 1950, que tratou do alvará de aprovação do empreendimento, uma área de 47.528 m² de mata comparecia como “não doada” à prefeitura mas que, subentende-se, deveria sê-lo. Também no alvará de aprovação nº 860, emitido pela prefeitura em 1955, fazia-se referência à mata como “área a ser doada”, só que então com 44.323,90 m². Ali foi instalado o parque. Portanto, embora só viesse a ser inaugurado em 1979, sua área é derivada de doação por loteamento aprovado em 1955¹⁰⁹. Só bem mais tarde iniciaram-se as tratativas entre o governo municipal e o IPESP para anexar ao parque uma área de mata contígua, chegando-se aos atuais 91.500 m².

O parque **Rodrigo de Gasperi** provém do loteamento Jardim Cidade Pirituba, aberto em propriedade da Companhia Melhoramentos de Pirituba S.A, com alvará de aprovação emitido pela prefeitura em 9 de dezembro de 1960. Na área verde de 39.000 m², doada por ocasião do loteamento, viria a se instalar, em 1980, o parque público municipal. A área verde, que seria depois parque, correspondia ao vale de um regato afluente do córrego do Congo, sobre o qual passa atualmente a avenida Fuad Luftala. O córrego do Congo, juntando-se ao córrego Verde – que corresponde à avenida Petrônio Portela – deságua, oculto pela avenida General Edgar Facó, na margem esquerda do Tietê. O “Mappa Topographico do Municipio de São Paulo” executado pela empresa Sara Brasil, em 1930, mostra um pequeno açude na extremidade do futuro parque. Quando o DEPAVE implantou-o, em 1980, o regato já estava canalizado e tapado e o açude aterrado, existindo sobre ele um campo gramado de futebol¹¹⁰.

O parque **Lions Club**, no Tucuruvi, era originalmente uma das áreas livres do

¹⁰⁸ Sobre histórico do parque Alfredo Volpi ver KLIASS (1993)

¹⁰⁹ Procura-se com estas informações esclarecer o mal-entendido que pode advir da leitura do histórico do parque Previdência (documento interno do DEPAVE) que tem a seguinte redação: “Em 1968, este reservatório foi desativado e o bairro passou a receber água encanada de outra estação. O Governo do Estado de São Paulo doou então parte do terreno à Prefeitura do Município de São Paulo que instalou nesta área o Parque Previdência (...)”. Entre os documentos que tratam do empreendimento Jardim Adhemar de Barros e da origem fundiária do parque Previdência incluem-se os processos da PMSP nº 39.827 de 1950 e nº 61.068 de 1971, processo IPESP IP-936 de 1972, Ofício GS 744 de 09/09/1979 do Superintendente do IPESP ao Diretor de PATR - PMSP e Ofício 108 de 29/06/1979 de PATR - PMSP para o Superintendente do IPESP.

¹¹⁰ Informação passada pela arquiteta Célia Seri Kawai que fez parte da equipe que elaborou o projeto do parque.

empreendimento executado pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPREN, entre 1951 e 1952, em terras de sua propriedade no Tucuruvi, que recebeu a denominação de Jardim Dona Leonor Mendes de Barros¹¹¹. O projeto do loteamento previu diversas áreas verdes públicas, três delas com superfície em torno de 1,5 e 2,0 hectares, sendo uma delas situada às margens do ribeirão Tremembé e as outras duas sobre linhas de drenagem tributárias daquele ribeirão. A maior destas duas, com 23.700 m², recebeu tratamento passando a se chamar praça Lions Clube do Tucuruvi. A praça ficou sob a responsabilidade da Administração Regional de Santana até 1987, quando, tornada parque, passou à administração do DEPAVE.

O parque **Santa Amélia**, com 34.000 m², localiza-se numa das áreas verdes originadas pelo loteamento, aberto em 1951, denominado Parque Santa Amélia. Está situado nas cabeceiras do córrego Carioca, afluente do córrego Três Pontes, que faz a divisa entre os municípios de São Paulo e Itaquaquecetuba e que deságua na margem esquerda do Tietê. A área chegou a receber algum tratamento em meados dos anos 1980 e ganhou o nome de praça Silvia Covas. As diversas reivindicações que incidiam sobre aquele logradouro, no sentido de transformá-lo em Centro Desportivo Municipal ou de implantar nele um campo de futebol ou, ainda, um centro recreativo, motivaram a solicitação do diretor do DEPAVE à Secretaria de Serviços e Obras, à qual era então subordinado, por ofício de 16 de julho de 1985, que reservasse aquela área verde para a criação de um parque público. Mas apenas em 1990 liberaram-se os recursos para a complementação paisagística da área, para a construção de sanitários e da sede da administração e para o seu cercamento, transformando-se assim a “praça” em “parque”, que foi finalmente inaugurado em 1991.

O parque **Luís Carlos Prestes**, inicialmente chamado Rolinópolis, deriva de um loteamento aberto na região do Butantã em terras de Francisco Rolim Gonçalves, com alvará para o arruamento emitido em 1952. Entre os terrenos destinados a áreas verdes públicas havia três, contíguas, com as respectivas superfícies de 13.380 m², 5.050 m² e 4.710 m², perfazendo 23.140 m². Em 1981 elaborou-se e executou-se um projeto de “praça” para estas áreas, situadas em cabeceira de drenagem que se dirige diretamente ao córrego Pirajussara. Mais tarde, em 1987, procedeu-se ao cercamento das áreas e à anexação da rua que as separava, formando-se um parque com 27.100 m².

O parque **Jardim da Felicidade**, com 28.800 m² de área, situa-se na região de Pirituba-Jaraguá, em terras integrantes da Fazenda Anastácio Capuava que, em 1917, passaram a pertencer à companhia Armour. Elas permaneceram não urbanizadas até 1951 quando, já de propriedade da Companhia Fazenda Belém S.A., emitiu-se o alvará para o arruamento de parte dela, nascendo assim o bairro denominado Chácara Inglesa. Entre as áreas verdes doadas à prefeitura com a abertura desse arruamento, figurava uma de 17.954 m² junto a uma linha de drenagem natural contribuinte do córrego Pirituba. Uma década depois, entre 1960 e

¹¹¹ A aprovação do arruamento do Jardim Dona Leonor Mendes de Barros se deu pelo processo nº 121.268 de 1951.

1962, emitiram-se os alvarás de arruamento de terras então pertencentes à Imobiliária Vieira LTDA., onde formou-se o bairro chamado Jardim Felicidade, vizinho ao da Chácara Inglesa. Uma das áreas verdes doadas no novo parcelamento, com 29.180 m², era contígua àquela mencionada acima, na Chácara Inglesa e, como aquela, foi assentada junto a uma linha de drenagem que, juntando-se à outra, forma um canal que deságua diretamente no córrego Pirituba. Formou-se assim uma área verde contínua com 47.134 m². Como era comum acontecer, implantou-se em parte da área verde um equipamento institucional, no caso um Posto de Saúde. Somente em fins da década de 1980 o local passou a receber melhorias, tornando-se um parque público.

Por fim, o terreno onde se situa o atual parque **Severo Gomes** também foi fruto de doação de área verde pela abertura de loteamento, igualmente executada na década de 1950. Tratava-se do loteamento da Granja Julieta. Dados gentilmente cedidos pela historiadora Maria das Graças Almeida, do DEPAVE, informam que a área onde se situa o atual parque fez parte dos jardins da sede da Granja Julieta, propriedade de Manuel Justino de Almeida¹¹² adquirida em 1914 e que com ele permaneceu até sua morte, em 1949. Adquirindo sucessivamente os terrenos em torno, Manuel de Almeida ampliou suas posses, chegando a granja a possuir aproximadamente 38 hectares contínuos. O lugar atingiu seu auge nas décadas de 1920 e 1930, sendo ali plantadas diversas espécies vegetais nativas e exóticas e criado um jardim zoológico muito variado, que chegou a ser bastante freqüentado¹¹³. De acordo com as informações do DEPAVE, com a morte do proprietário “a família oferece à Prefeitura de São Paulo a compra da Granja para transformá-la em zoológico público, o que não aconteceu, sendo então adquirida pelo Grupo Ferreira – proprietário do Leite Sol – e um banco particular”¹¹⁴. Em 1951 os novos proprietários entraram com pedido de aprovação de loteamento na Prefeitura, sendo uma área de 28.665,74 m² destinada a área verde.¹¹⁵ Esta parcela fazia parte do antigo jardim junto à sede da Granja Julieta, localizado num pequeno vale com três lagos, sendo o maior deles, o “Lago das Carpas”, o mais próximo à casa. O lago, no entanto, foi drenado, sua fonte e o pequeno riacho canalizados e o vale aterrado, tendo assim perdido o sítio os seus melhores atributos paisagísticos.

3.3.3 Desapropriações para a implantação de áreas verdes públicas de recreio

Entre 1938 e 1939 a prefeitura desapropriou duas áreas relativamente grandes que, no dizer de Prestes Maia, foram “subtraídas em tempo à fúria comercial dos loteamentos”.

¹¹² Nuto Sant’Anna refere-se ao proprietário como sendo Manuel Caetano de Almeida. SANT’ANNA, Benvenuto, 1994:161.

¹¹³ Embora não tendo conhecido o zoológico da Granja Julieta, Nuto Sant’Anna diz ter sido ele “de notável importância” e que “os que conhecem afirmam ser uma organização modelar, que honra a paciência e a dedicação de seu possuidor” (SANT’ANNA, Benvenuto, 1994).

¹¹⁴ SANT’ANNA, Benvenuto, 1994:161, escreveu, por sua vez, ter o prefeito Fábio Prado entabulado negociações com o proprietário da Granja Julieta para “adquiri-lo e presentear o nosso povo. (...) Houve então quem gritasse – porque há sempre quem grite, que era melhor deixar os bichos em paz, que se empregasse o dinheiro na construção de hospitais ou coisa parecida. (...) ficou o povo sem hospitais, sem os cobres, que naturalmente se gastaram, e sem o zoológico (...).”

¹¹⁵ A área oficial do parque é de 29.067,83 m². A diferença em relação à área doada pelos loteadores deve-se à anexação de trecho da rua Barbosa Lopes ao parque, em 1987.

Uma delas era o tradicional Jardim da Aclimação, última parcela do espólio de Carlos José Botelho – que fora Secretário de Estado e Senador Estadual – ainda não loteada, que, naquela época, já estava decadente e necessitando de remodelação para se transformar num parque público à altura do bairro que se desenvolvia em torno dele. Foi a intenção de criar um parque para o bairro que moveu a desapropriação da área de 180.000 m² (da qual restaram os atuais 112.200 m²) pela prefeitura e, como se verá mais adiante, é como parque de bairro que ele funciona até hoje. O Jardim da Aclimação manteve-se em “estado letárgico” até 1955 quando, reformado e já contando com uma concha acústica, voltou a ser bastante freqüentado. Durante os anos 1960 passou novamente por uma fase de abandono até que, em 1972, novamente reformado e cercado, tornou-se, outra vez, uma área de lazer muito utilizada.

FONTE: Os Melhoramentos de São Paulo – Prestes Maia

Jardim da Aclimação – Foto tirada em torno de 1940

Atente-se ainda para o fato de que na década de 1930, quando se iniciou o loteamento dos terrenos de Carlos José Botelho na Aclimação, já vigorava a Lei Municipal nº 2.611 de 1923, que obrigava a doação de 5% da área loteada para áreas verdes públicas e, a partir de 1934, o Ato nº 663, que reiterava as porcentagens de áreas verdes da lei anterior. Como a gleba original da Aclimação foi submetida a diversos parcelamentos no decorrer do tempo, mesmo que a cada parcelamento correspondessem as devidas áreas verdes públicas, elas seriam fragmentadas e de pequenas dimensões. A área do atual parque foi a que sobrou do processo gradual de loteamento da gleba e, dadas suas características topográficas, não se prestaria mesmo a ser loteada. A prefeitura teria comprado, portanto, uma área que dificilmente teria outro destino que não o de área verde e presenciou durante quase uma década o progressivo processo de loteamento das terras circundantes do Jardim da Aclimação sem poder condicioná-lo de modo a que o Jardim passasse ao domínio público por doação dos loteadores. Restou-lhe pagar pelo que poderia ter obtido de graça.

A outra área desapropriada ficava às margens da represa do Guarapiranga e possuía, segundo Prestes Maia, algo em torno de 120.000 m² de superfície (MAIA, 1945). Mas na lei nº 3.608, de 1937, que autorizava a desapropriação dos quatro lotes contíguos à beira da represa, como Bens de Uso Especial, a soma dos lotes perfazia 157.922,90 m². Esta área, junto à chamada Represa Velha, foi comprada pela prefeitura para ali instalar não um parque propriamente público, mas uma “estação de férias” de um dos diversos “clubes de menores operários” criados pela municipalidade (MAIA, 1945:36). Foi esta a única iniciativa da prefeitura para aproveitar o potencial recreativo e paisagístico de terrenos lindeiros a corpos d’água. A “estação de férias” deixou de funcionar e só bem mais tarde, em 1974, ali se implantou o parque municipal do Guarapiranga, com seus 152.600 m² atuais.

Em 1942, pelo Ato nº 372 de 11 de dezembro, uma terceira área seria desapropriada, na parte posterior do Museu do Ipiranga, que se transformaria, segundo Prestes Maia, “num grande e pitoresco *bosque público*” (MAIA, 1945:13). Na verdade, na área de trás do Museu já funcionava, desde o começo do século, o Horto Botânico criado por Hermann Von Ihering e Hermann Luederwaldt, que ali permaneceu até 1928 (HOENE, 1941:11).

3.3.4 Áreas verdes para fins educacionais e recreativos

Embora não se tratasse de parques públicos propriamente ditos, cabe a referência aos “parques infantis” – um dentre os nomes com que eram designados espaços educacionais e recreativos que contavam com áreas verdes – construídos nas gestões de Fábio Prado e Prestes Maia, justamente por terem se constituído nos únicos feitos da municipalidade, relativos à recreação em áreas verdes, que obedeceram a um plano coerente, com uma política razoavelmente definida de lazer associado à educação.

O prefeito Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello fizera um ensaio pioneiro instalando, em 1931, uma espécie de parque infantil no Parque Dom Pedro II. Mas foi o Ato nº 767 de 9 de janeiro de 1935, assinado pelo prefeito Fábio Prado, que criou o Serviço Municipal de Jogos e Recreio para Crianças, em cuja exposição de motivos se fazia a apologia da educação ao ar livre “contra os maus hábitos e a criminalidade” e se afirmava a convicção de que os parques infantis estariam recuperando para as crianças “os espaços livres de que necessitam”, mas que lhes são negados pelo “trânsito das ruas, nas habitações coletivas e nas casas de apartamentos” (PRADO, 1937:46).

Enquanto os parques, os jardins públicos ou as praças ajardinadas se faziam quase sempre ao sabor das oportunidades surgidas da implantação de um plano viário e eram decorrentes sobretudo dos imperativos estéticos daquele plano, os parques infantis obedeciam à lógica de uma política cultural e assistencial, montada dentro do Departamento de Cultura e Recreação, criado pelo Ato nº 768 de 10 de janeiro de 1935, e levada a efeito pela Divisão de

Educação e de Recreios daquele Departamento¹¹⁶.

Tendo como base este discurso, mas também as primeiras experiências já concretizadas de amalgamar educação, recreação e cultura, o Departamento Municipal de Cultura foi organizado pelo Ato nº 861, de 30 de maio de 1935. No artigo 41 deste Ato vem expresso o vínculo pretendido entre os “parques infantis” e os parques e praças públicas, estando provavelmente ali a origem do costume de açambarcar porções de áreas verdes públicas, de “uso comum do povo”, portanto irrestrito, para nelas instalar equipamentos institucionais: “O serviço de Parques Infantis estudará e organizará um plano de conjunto, de construção de parques infantis e de localização de zonas destinadas exclusivamente a este fim, nos parques e praças públicas, aproveitados os trabalhos já existentes” (PRADO, 1937).

O então prefeito não regateou no orçamento destinado ao novo departamento. Afirmou inclusive ter sabido posteriormente, pelo próprio Mário de Andrade, seu primeiro diretor, que o orçamento do departamento foi majorado por ele, quando de sua elaboração, já prevendo os costumeiros cortes nas verbas (PRADO, 1937:43-45).

No início da gestão de Fábio Prado o parque infantil Dom Pedro II, construído em 1931, passou a funcionar nos novos moldes, dois parques infantis foram inaugurados – na Lapa e no Ipiranga – e, em 1937, mais dois – o do Bom Retiro e o de Saracura – ambos “em grandes centros de população operária” (PRADO, 1937:46). Os parques infantis, ou “parques de jogos”, continuaram prestigiados na gestão de Prestes Maia¹¹⁷ que, no balanço de seu primeiro mandato como prefeito, referiu-se à instalação de mais quatro unidades, à construção de duas novas e a projetos já elaborados para outras três (MAIA, 1945:36).

¹¹⁶ O Decreto 440 de 06/09/43 possibilitou a consecução de diversas formas de assistência social por meio dos parques infantis (MAIA, 1945:37).

¹¹⁷ A importância dos parques infantis pode ser estimada pela presença do então ditador Getúlio Vargas na inauguração de um deles, o da Água Branca, em 1940. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, Revista do Arquivo Municipal vol. 66, pg.124. Sobre a concepção pedagógica dos parques infantis e seu parentesco com os *Kindergarten* alemães, ver artigo de Nicanor Miranda, chefe da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação. MIRANDA, Nicanor - “Plano inicial da Seção de Parques Infantis” in Revista do Arquivo Municipal vol. 21, 1936:95. Sobre os parques infantis da Barra Funda e da Vila Romana ver ACRÓPOLE Ano II, n. 22, fevereiro de 1940:13, 28. São Paulo, Edições Técnicas Brasileiras Limitada.

FONTE: Os Melhoramentos de São Paulo – Prestes Maia

“Clube de Menores” no “Parque do Belvedere” (atual parque Guarapiranga) – Foto tirada em torno de 1940

FONTE: Os Melhoramentos de São Paulo – Prestes Maia

“Hora do lanche” – Foto do Clube de Menores, à beira da represa do Guarapiranga, tirada em torno de 1940

Na prefeitura de São Paulo nunca se chegou a esboçar e levar à realização um plano semelhante ao dos “parques infantis” para os parques públicos propriamente ditos, ou seja, abertos a todos os munícipes, de qualquer condição social e de qualquer faixa etária. Ao contrário do que sucedera no primeiro pós-guerra em países como a Alemanha (PANZINI,

1993: 292-300) ou os Estados Unidos¹¹⁸ (CRANZ, 1982:63-86), em São Paulo os parques públicos, quando não relacionados a aberturas ou alargamentos de vias, foram frutos de ações isoladas.

Os “parques infantis”, “parques de jogos”, “clubes para menores operários” ou “centros recreativos”, criados nos governos de Fábio Prado e Prestes Maia eram equipamentos caros. Robert Moses, quando chamado a elaborar um programa de melhoramentos para São Paulo em 1950, considerou-os “desejáveis”, porém dispendiosos, impossíveis de existir em número suficiente para atender a uma população, naquela época, de mais de 2.000.000 de habitantes. Recomendou parques mais simples e econômicos, com equipamentos padronizados, de fácil execução. Sugeriu vincular a construção de parques de bairro à construção de escolas, atendidos pela mesma verba orçamentária, dado o pretense relacionamento entre estes dois tipos de equipamentos. Vê-se que, embora caros, os “parques infantis” chegaram a ser executados, dando consecução a uma política de educação e recreio. Já os parques públicos, mesmo que simples, não o foram, nem foram objeto de uma política coerente por parte dos mesmos governantes que implantaram os “parques infantis”.

FONTE: Acrópole 1939-1940 – volume 2

Parque Infantil na Barra Funda – Jardim interno

¹¹⁸ Ao estudar as políticas para parques levadas a cabo nas cidades de Nova Iorque, Chicago e São Francisco, Galen Cranz caracterizou o período entre 1900 e 1930 como o do “*Reform Park*”, em que vigorou a idéia de que as áreas para recreação infantil, os *playgrounds*, propiciavam “não só uma vazão para o instinto de brincar mas um local para o ensinamento e o aprendizado de conteúdos sociais através dos jogos”. Os *playgrounds* eram vistos como substitutos da rua e deveriam ser tão excitantes como ela. O período ficou marcado, segundo Cranz, por dar prioridade aos aspectos utilitários dos espaços de lazer em detrimento da sua fruição estética. CRANZ, Galen - *The Politics of Park Design - A History of Urban Parks in America*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1982, pg.66.

FONTE: Guia Turístico e Pictórico de São Paulo

Parque Infantil – “Em vários pontos de São Paulo, quer no dentro da cidade, quer nos bairros afastados existem ‘play-grounds’, parques infantis onde as crianças, além de distração, ar livre, sol, recebem instrução física, lanche, copo de leite, assistência e orientação, enfim”

Um rápido balanço do que se realizou, neste período, em termos de áreas verdes públicas para recreação e o que isto significou no atendimento a uma eventual demanda, pode ser visto no Quadro 6, que mostra a evolução da área de parques em relação à área urbana ocupada e à população urbana, em anos próximos aos que definem o período que está sendo tratado.

Porém, mais do que índices de parque por habitante, o próprio número de parques serve para atestar a sua exiguidade, assim como sua localização mostra sua desigual distribuição espacial e a ausência de relação com as áreas mais densamente povoadas.

A cidade contava, no início do período em questão, com três áreas verdes municipais hoje consideradas parques e, no fim do período, com seis. Isto numa época marcada por forte expansão horizontal da cidade, o que tornava os poucos parques mais distantes para um número crescente de pessoas que por acaso quisessem freqüentá-los.

QUADRO 6

Área de parques municipais em relação à área e à população urbanas em 1930 e em 1965

		1930	1965
Parques / Área (ha)	Luz	11,34	11,34
	Siqueira Campos	4,86	4,86
	Dom Pedro II ¹¹⁹	45,18	45,18
	Aclimação	–	11,22
	Ibirapuera	–	158,40
	Alfredo Volpi (Bosque do Morumbi)	–	14,24
Área total de parques (ha)		61,38	245,24
Área da mancha urbana (ha)		18.000	70.000
% área parques sobre área urbana		0,34	0,35
população urbana		822.400	4.884.900 (1963)
área de parque (m ²) por habitante		0,75	0,50

FONTES: os dados sobre população urbana foram tomados de ROLNIK (1997:165). As áreas da mancha urbana foram tiradas de PMSP - SEMPLA - São Paulo: crise e mudança (s/d, pg.81 e 82). As áreas dos parques municipais, com exceção do Parque Dom Pedro II, são as atualmente adotadas pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes da PMSP – DEPAVE. A área do Parque Dom Pedro II é a adotada por KLIASS (1993:120).

3.4 QUADRO TÉCNICO DA PREFEITURA - PLANOS E PROJETOS DE PARQUES PÚBLICOS

Durante as três décadas que separam a administração de Fábio Prado (1934-1938), que começou a por em prática o Plano de Avenidas, da de Faria Lima (1965-1969), que marcou o seu encerramento, outros planos foram feitos para São Paulo, incluindo sempre propostas para a implantação de sistemas de áreas verdes com finalidades recreativas, ambientais ou estéticas. Interessa aqui abordar prioritariamente os parques voltados ao lazer da população urbana, embora seja geralmente possível ter as demais finalidades – estética e ambiental – atendidas simultaneamente com a recreativa.

Depois da proposta de Bouvard de implantar um circuito de parques e passeios, o plano concebido por Prestes Maia foi o único que se preocupou em dar *forma* a um pretendido

¹¹⁹ A metragem do Parque Dom Pedro II sofreu diminuição quando da implantação do "perímetro de irradiação" proposto por Prestes Maia no seu Plano de Avenidas. Portanto, em 1963 ele já não contava com a metragem com que comparece no quadro, o que só faz diminuir ainda mais a porcentagem de parques sobre a área urbana ocupada e a área de parque por habitante.

¹²⁰ Ao considerar "espaço livre" como "todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e em seu entorno que não está coberto por edifícios" e por entender que o "vínculo do espaço" é para com o homem urbano, com seus hábitos e necessidades e não com o homem abstrato, MAGNOLI afirma a importância da localização e da qualidade da relação entre espaço livre e edifício e entre espaço livre e urbanização, sendo "secundária a questão da quantidade de espaços livres (enquanto índices)". MAGNOLI, Miranda Martinelli - "O Parque no Desenho Urbano", in MALTA, Maurício e TURKIENICZ, Benamy - Desenho Urbano - Anais do II SEDUR. São Paulo, CNPq / FINEP / PINI, 1986:112.

sistema de parques, forma esta nascida do próprio desenho viário e intrinsecamente ligada ao desenho urbano. Um tributo a Haussmann e Alphand, pelas realizações na Paris no Segundo Império. Daí em diante, os critérios de distribuição dos parques adotados pelos planos, seriam quantitativos e baseados em raios de atendimento¹²⁰.

No Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo, de 1950, Moses elogiava e assumia, no plano de áreas verdes de recreação, a idéia da municipalidade de criar o “parque náutico”, com cerca de 2.000.000 m², a leste da Ponte Grande do Tietê (Ponte das Bandeiras), na Vila Maria, em terra pantanosa que seria aterrada com o material retirado da escavação de um lago na mesma localidade. Mas, ao analisar o sistema de áreas verdes para recreação pública no município como um todo, considerou-o inadequado e insuficiente. Via como uma das possibilidades para remediar tais carências a reserva, pelo poder público, de terras que estavam sendo urbanizadas ao longo das planícies dos rios Tietê e Pinheiros, destinando-as para áreas verdes. Sugeriu também que fossem obtidas verbas para áreas verdes de recreação embutindo-as nos custos para a construção de estradas que atravessassem o município, bem como para a construção de escolas, uma vez que, para Moses, o sentido da palavra *educação* era suficientemente amplo para incluir “parques e praças de recreio”.

Em seu relatório recomendou basicamente para as áreas verdes de recreação: a adaptação para fins recreativos de “partes consideráveis” dos parques existentes; o início imediato de um plano de construção de, no mínimo, cinquenta parques de bairro com superfícies variando de um a três hectares, para fins exclusivamente recreativos voltados a todas as idades, excluindo qualquer equipamento ou atividade associada à saúde, educação ou assistência; a reserva de espaços para quatro grandes parques em locais de fácil acesso, ao longo dos vales do Tietê e Pinheiros. As localizações, um tanto vagas, sugeridas para estes quatro grandes parques foram: entre a Ponte Grande (Ponte das Bandeiras) e a Vila Maria, ou seja, o local do parque náutico de 200 hectares previsto pela prefeitura; entre as avenidas Thomas Edson e a avenida Santa Marina, também no vale do Tietê; na vizinhança da avenida Jaguaré, no vale do Pinheiros; no sub distrito de Santo Amaro, igualmente no vale do Pinheiros. Os três últimos parques teriam área em torno de 20 hectares cada.

Moses visitou ainda os bem equipados centros de recreio e parques infantis construídos e administrados pelo Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura. Seria desejável tê-los espalhados pela cidade inteira, disse ele, mas sabia ser isto inviável devido aos altos custos para sua construção e manutenção. Bastariam as “praças de recreio”, ou *playgrounds*, e parques mais simples e econômicos, com um “mínimo de supervisão”. Apesar

¹²⁰ Ao considerar “espaço livre” como “todo espaço (e luz) nas áreas urbanas e em seu entorno que não está coberto por edifícios” e por entender que o “vínculo do espaço” é para com o homem urbano, com seus hábitos e necessidades e não com o homem abstrato, MAGNOLI afirma a importância da localização e da qualidade da relação entre espaço livre e edifício e entre espaço livre e urbanização, sendo “secundária a questão da quantidade de espaços livres (enquanto índices)”. MAGNOLI, Miranda Martinelli - “O Parque no Desenho Urbano”, in MALTA, Maurício e TURKINICZ, Benamy - Desenho Urbano - Anais do II SEDUR. São Paulo, CNPq / FINEP / PINI, 1986:112.

da relativa modéstia de suas proposições nada do que propôs para áreas verdes foi realizado.

Alguns anos depois, em 1957, durante a administração do prefeito Adhemar Pereira de Barros, montou-se uma equipe de arquitetos e engenheiros no Departamento de Urbanismo da Secretaria de Obras, que teve a incumbência de “fazer o levantamento dos elementos necessários ao Plano Diretor”, entre os quais se incluíam as áreas verdes¹²¹. Foi elaborada na ocasião uma planta do município, na escala 1:20.000, contendo: as praças existentes, as áreas livres de arruamentos, as áreas livres federais, estaduais e municipais e as áreas de propriedade da União, do Estado e da Prefeitura. Viu-se então que “na vasta zona entre as ferrovias e o sopé da linha de colinas que vai da Casa Verde à Vila Maria” existiam “inúmeras e grandes áreas de propriedade pública”. Na reestruturação pretendida pelo plano diretor que então se elaborava, haveria de aparelhar-se a área metropolitana com serviços e equipamentos “sendo objeto de especial cuidado o plano de defesa e aproveitamento das áreas livres municipais, para (...) o recreio e bem estar do povo”, bem como a distribuição adequada dos parques públicos e infantis (...)” (PMSP, 1961:17).

A equipe do Departamento de Urbanismo adotou como metodologia para abordar o espaço urbano a organização do município em distritos, cada qual com seu centro distrital, “que não nega o velho centro principal”. Os distritos, por sua vez, seriam compostos por bairros (com seus respectivos centros) e os bairros por unidades de vizinhança. Deste modo, “cada unidade atua no seu campo e na sua escala, integradas na grande metrópole” (PMSP, 1961:17).

Esta metodologia, que tem por antecedente histórico a definição de unidade de vizinhança formulada por Clarence Perry em 1929¹²², estará de algum modo presente no “plano de áreas verdes de recreação” que foi contratado pela prefeitura em 1967, ao propor uma organização hierárquica de parques em parques de vizinhança, parques de bairro, parques setoriais e parques metropolitanos (KLIASS e MAGNOLI, 1967). Persistirá ainda no capítulo destinado às áreas verdes do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, instituído pela Lei nº 7688 de 1971. Também na Lei nº 10.676 de 1988, que aprovou o Plano Diretor do Município de São Paulo, revogando a lei anterior e que está em vigência até hoje, o conceito de sistema de áreas verdes composto por áreas de recreação infantil, parques de vizinhança, parques, etc. não sofreu mudanças fundamentais.

Resta ver o que foi e o que não foi realizado destes planos e quais os traços característicos dos projetos dos parques neste período.

Dos parques que integravam o plano de Prestes Maia, muitos já eram existentes,

¹²¹PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Planejamento. São Paulo, Gráfica Municipal, 1961. Um pouco mais tarde, o trabalho da equipe do Departamento de Urbanismo pode contar com a “contribuição substancial” vinda da contratação dos serviços da Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais – SAGMACS, que realizou pesquisas econômicas e sociológicas em todo o município de São Paulo. Estes estudos, que ficaram conhecidos como os do Padre Lebrete – o chefe da equipe contratada – foram efetuados nas “unidades urbanas elementares”, detectando a “situação real da cidade no setor correspondente aos equipamentos essenciais, públicos e particulares”. Em meio a tais equipamentos essenciais estavam os parques e jardins.

faltando alinhavá-los num circuito. Como se sabe, o circuito não se consumou e, dentre os novos parques municipais propostos, apenas o do Ibirapuera seria realizado e o da Aclimação adquirido e reformado.

A reforma do então chamado Jardim da Aclimação não se fez por ocasião da compra, em 1939. Ele conheceria anos de decadência antes de ser recuperado em 1955. O projeto de reforma acrescentou-lhe alguns equipamentos mas não chegou a alterar seus traços principais, que já vinham do fim do século XIX, nos parâmetros do “estilo paisagístico”.

Na ausência de registros iconográficos do Jardim da Aclimação, nos seus anos de apogeu, pode-se recorrer à descrição de depoentes: o portão principal, abrindo para a avenida da Aclimação, tinha “duas colunas laterais, arrematadas por dois grandes vasos”. Entrando, o visitante via “uma larga e bem cuidada alameda sombreada por árvores, que circundavam o lago em toda sua extensão”. Ao longo da alameda, no seu segmento maior, dispunham-se o salão de bailes, o restaurante, o *rink* de patinação, o parque de diversões (com barracas de tiro ao alvo, jogos de argolas, etc.), as barras fixas, paralelas e trapézios, para os adeptos da ginástica, o bosque, a “vacaria” e a *crémérie*, para a exposição de animais e venda de laticínios. No segmento menor estava o jardim zoológico. À margem do lago, o embarcadouro. Havia também brinquedos para as crianças e carruagens puxadas por asnos, pôneis e emas. Como painel de fundo, uma vasta plantação de eucaliptos (DOREA, s/d, 53-55).

Em 1955, pretendeu-se devolver-lhe o antigo brilho, formando ali um parque completo. Não foi à Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios que se solicitou o projeto e sim ao Departamento de Urbanismo que, do mesmo modo que a Divisão de Parques, fazia parte, então, da Secretaria de Obras. Propôs-se replantar a *crémérie*, o serviço de charretes, brinquedos para as crianças e até mesmo o restaurante, além de um velódromo. No entanto, o que se concretizou foi algo mais simples: o asfaltamento da alameda principal e dos caminhos secundários, farta iluminação, um gramado para jogos, brinquedos para as crianças, um parque de diversões funcionando nas noites de domingos e feriados, barcos para passeios no lago e uma concha acústica. Em 1956, o Departamento de Urbanismo fez nova tentativa de completar o parque segundo o plano inicial, que incluía ilhas e pontes sobre o lago, à maneira dos grandes parques de estilo “paisagístico”, mas outra vez esbarrou em obstáculos orçamentários (DOREA, 1982).

Entre a intenção e a construção do parque Ibirapuera decorreria um intervalo de mais de vinte anos. No meio tempo algumas obras já foram condicionando o aspecto do futuro parque. Em 1937 estava-se cavando a bacia em que se formaria o lago, ruas sinuosas eram abertas, suaves ondulações do relevo começavam a tomar forma e principiou-se o plantio de grandes maciços arbóreos. O local do Monumento às Bandeiras, de autoria de Victor Brecheret, já estava definido pela Lei Municipal nº 3543 de 10 de dezembro 1936. Anos mais tarde, em

¹²² Clarence Perry definiu unidade de vizinhança como “uma área residencial capaz de necessitar e manter uma escola primária” de aproximadamente 1.200 alunos correspondentes a uma população de 5.000 a 6.000 habitantes”. LLARDENT, Luis Rodríguez-Avial - Zonas Verdes y Espacios Libres en la Ciudad. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1982:150.

1949, outro monumento, o da Revolução Paulista de 1932, do escultor Galileu Emendabile, teria sua posição fixada pelo Decreto nº 1078. Deste modo, em dezembro de 1951, quando se constituiu a comissão mista incumbida de organizar as comemorações do IV Centenário da Cidade¹²³, de elaborar o programa de necessidades do parque que culminaria as comemorações e de contratar o seu projeto, parte das feições do parque já estavam definidas, sem que se pudesse creditar a algum autor um plano de conjunto.

Cabe a referência aqui, ao editorial do número 6 da revista *Habitat*, de 1951. Ele permite vislumbrar um pouco do panorama cultural de São Paulo numa época em que, na visão dos porta-vozes da revista, já se deveria assumir que São Paulo “é uma cidade por excelência americana” e libertar-se dos modelos europeus até há pouco ansiados. O editorial criticava a atuação da Comissão do IV Centenário e concitava à ousadia. Mesmo que não se possa atribuir a apenas uma página de revista, de circulação por sinal restritíssima, o poder de mudar os rumos dos preparativos para a comemoração de mais um centenário da cidade, não é despropósito imaginar sua influência no meio da elite cultural e sua conseqüente repercussão na esfera do governo. Vale a pena reproduzir trechos do editorial:

“O Snr. Francisco Matarazzo Sobrinho é pessoa de boa vontade, no entanto não se pode considerá-lo capaz de dar a São Paulo algo de grandioso e memorável, de original e fantástico. Constatamos isto na Bienal onde, para fazer alguma cousa, teve que copiar literalmente um fato italiano de 1896, para uma São Paulo de 1951. Não queremos agora que a fim de se por mais em dia e na moda, copie para São Paulo de 1954, os esquemas e regulamentos da Exposição de Paris de 1900 (...).

Esses fatos de exposições devem ser entregues a poetas, artistas, arquitetos, a pessoas de fantasia, e não a ótimos industriais. Os festejos de 1954 exorbitam da administração habitual, da festinha em família. (...).

Compreendemos que mais uma vez está se confundindo o grande com o formato grande. Sabemos que pessoas ladinas estão se atarefando para arranjar ‘pavilhões’ comemorativos de uma ou outra entidade, naturalmente em ‘estilo colonial’ e se agitam ventilando uma pobreza de idéias que é a proporção inversa do alcance do fato. (...) Festejar à moda do Oitocentos, com exposições nos moldes daquela época, pavilhões, etc., significa não entender o sentido de orgulho e regozijo ocasionado pelo aniversário duma cidade”.

Na realidade, a proposta contida no editorial era a de marcar o IV Centenário com a formação de uma “universidade que fosse o fato mais clamoroso da arquitetura de 1954, que sem dúvida alguma poderia ser muito bem realizada pela nova geração de construtores, honrando sua classe internacional.” Não saiu uma universidade e sim um parque, mas o que se pretende reforçar é que o fato de chamar o arquiteto Oscar Niemeyer para coordenar a

¹²³ A Comissão, formada por representantes da Prefeitura, do Estado e da iniciativa privada, tinha entre seus integrantes o governador Lucas Nogueira Garcez, o prefeito Armando de Arruda Pereira, Francisco Matarazzo Sobrinho (presidente), Joaquim Canuto Mendes de Almeida, Carlos Alberto Carvalho Pinto, João Pacheco Fernandes, José de Melo Moraes, Mário Beni e Oscar Pedrosa Horta. FERRAZ, op.cit., pg.20.

equipe que trabalharia no projeto do parque do Ibirapuera foi, de algum modo, uma resposta às pressões dos círculos culturais mais vanguardistas.

É de conhecimento geral que os projetos dos edifícios que abrigariam as diversas funções do parque foram de autoria de Oscar Niemeyer. Menos divulgadas são a autoria do projeto de arruamento, que ficou a cargo do arquiteto Milton Carlos Gheraldini (FERRAZ, 1993:21) e do paisagismo, de responsabilidade do engenheiro agrônomo Otávio Augusto Teixeira Mendes, Diretor Geral do Serviço Florestal do Estado e responsável pela Seção de Parques, Jardins e Arborização da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura¹²⁴.

A Lei Estadual nº 1546 de 28 de dezembro de 1951 formalizou o convênio entre os governos estadual e municipal, que permitia à prefeitura dispor de recursos humanos e materiais do Estado para a realização dos eventos comemorativos do aniversário da cidade. É o que pode explicar, em parte, a entrega do projeto de paisagismo a Teixeira Mendes, então funcionário do Estado e certamente menos conhecido publicamente do que Burle Marx, embora não esclareça os motivos que levaram à não contratação do paisagista mais renomado para uma obra que pretendia refletir não só a pujança econômica de São Paulo, mas também sua afinação com a vanguarda cultural brasileira¹²⁵.

[Veja mapa de Parques Construídos classificados por período](#)

[Veja mapa de Equipamentos de esportes e lazer da Secretaria Municipal](#)

Não que o projeto de Teixeira Mendes, com os seus grandes maciços arbóreos dispostos sobre ondulantes extensões gramadas, remotamente derivados de uma determinada linha de jardins ingleses setecentistas¹²⁶ e projetados com perícia, contrariasse o modelo sugerido pela tendência hegemônica do urbanismo modernista desde os anos de 1930. Le Corbusier, expoente máximo desta tendência, vislumbrando o acesso, por automóvel, à sua *Ville Radieuse*, serviu-se do modelo inglês: “Entramos na cidade atravessando o jardim à inglesa”. O projeto de Teixeira Mendes forneceu o painel de fundo adequado para a realização do primeiro experimento, em São Paulo, mesmo que em escala reduzida, da sonhada cidade modernista, com seus edifícios dispostos sobre o verde, o solo liberado para o lazer de todos os cidadãos.

Provavelmente Burle Marx não faria diferente quanto ao pano de fundo, mas com certeza, como atestam seus trabalhos em Brasília e no parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, não deixaria de incluir os *jardins*, espaços dotados de consistência própria e pensados

¹²⁴ Tem sido comum, mesmo na imprensa, associar o projeto de paisagismo do parque do Ibirapuera a Roberto Burle Marx, que de fato, elaborou estudos para aquele parque na época do IV Centenário, mas que não foram realizados. Mais recentemente executou-se, no espaço correspondente ao Viveiro Manequinho Lopes, no parque do Ibirapuera, o projeto para a sua reforma, este sim de responsabilidade do escritório Roberto Burle Marx. MARIANO, Cássia Regina - Parques Metropolitanos de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1992:105, fez a correção deste engano. A autora informa ainda que Teixeira Mendes, graduado pela Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, especializou-se em *Landscape Architecture* nos Estados Unidos.

¹²⁵ MARIANO, op.cit., alude ao bom relacionamento de Teixeira Mendes com Francisco Matarazzo Sobrinho.

¹²⁶ CLIFFORD, Dereck Plint - A History of Garden Design, London, Faber & Faber, 1962, admite três diferentes tendências nos projetos dos jardins ingleses do século XVIII: a pictórica, a poética e a abstrata, esta última desenvolvida por Lancelot Brown, tendo como mote a “linha ondulante de beleza” e refletindo as concepções estéticas defendidas por Edmund Burke. Sugere-se aqui que uma das concepções formais de parque mais duradouras, presente mesmo no ideário de correntes modernistas, é devedora da “linha ondulante de beleza”.

como transição entre a arquitetura e a paisagem. De fato é o que se observa nos seus estudos para o Ibirapuera. Ali não faltaram os *parterres* – tapeçarias vegetais herdadas dos jardins barrocos franceses – , a exploração do cromatismo nos vegetais e nos materiais de piso, os espelhos d'água com jatos verticais – ” esculturas líquidas em analogia com as colunas arquitetônicas das palmeiras”. Eram ao todo quatorze jardins¹²⁷, e não é absurdo supor que, justamente por ter *jardins* concebidos como obras de arte e por terem sido eles defendidos pelo autor, o projeto de Burle Marx tenha sido preterido. Como diz PANZINI, na concepção funcionalista do ambiente, “o jardim perde toda conotação de obra de arte, não é mais uma expressão cultural da idéia de natureza na cidade, mas um objeto difuso” (PANZINI, 1993:305).

Mas classificar o parque do Ibirapuera, em seu aspecto morfológico, como funcionalista seria um equívoco. De certo a forte configuração dos objetos arquitetônicos, interligados pela grande marquise, consegue dar conta da escala do parque, no que é auxiliada pelos grandes maciços arbóreos. Esta não era uma solução formal facilmente encontrável nos parques que lhe foram contemporâneos. Revelando a influência dos ideais modernistas, que tentavam se impor desde meados da década de 1920 e que puderam ser mais testados no segundo pós-guerra, várias cidades européias criaram seus novos parques como “espaços negativos”¹²⁸, como um fundo a permear o tecido urbano, com a atenção especialmente voltada à funcionalidade e à suficiência dos equipamentos para o atendimento a um grande número de usuários, em detrimento de uma busca formal mais apurada.

O Bosque de Amsterdã, que começou a ser implantado em 1934, numa área desapropriada de aproximadamente novecentos hectares, é um exemplo. A estimativa de freqüentadores daquele parque, em dias quentes, está entre 70.000 e 120.000 pessoas. Pondera Panzini que, diante destas cifras e, poder-se-ia acrescentar, diante das gigantescas dimensões do parque, é possível compreender o protagonismo da rede de caminhos e de equipamentos no desenho do conjunto sacrificando a concepção estética geral (PANZINI, 1993:310).

A implantação de extensos sistemas de parques, entendidos estes como lugares de realização da sociabilidade em diferentes escalas espaciais, verificou-se, nos anos centrais deste século em cidades como Estocolmo, Copenhagen, nas *new towns* inglesas, e mesmo em Nova York, cujos parques estiveram durante vinte e seis anos sob a direção de Robert Moses, que ampliou consideravelmente seu sistema. Mas a tal expansão quantitativa correspondeu uma radical simplificação figurativa, comprometedora da qualidade estética dos espaços verdes. Neste sentido no parque do Ibirapuera, não obstante as dimensões modestas, se comparadas com outros parques seus contemporâneos e não obstante ser peça única, em vez de parte de um sistema, não se incorreu neste equívoco.

¹²⁷ Os números 2 e 3 da revista Brasil - Arquitetura Contemporânea, dos meses de novembro, dezembro e janeiro de 1953 e 1954 trazem minuciosas descrições e ilustrações do projeto não realizado de Roberto Burle Marx, nas páginas 55 a 59.

¹²⁸ “Espaço negativo” está sendo usado aqui na acepção que lhe confere Yoshinobu Ashihara, como espaço sem configuração intencional. ASHIHARA Yoshinobu - Exterior Design in Architecture. N. York, Van Nostrand Reinholdt, 1970.

Por fim, já no término do período que está sendo tratado, em 1966, abriu-se ao público o então denominado bosque do Morumbi, hoje parque Alfredo Volpi. Esta área verde com pouco mais de 140 hectares, doada ao município quando da abertura do loteamento levado a efeito pela Companhia Cidade Jardim S.A., em 1949, como o próprio nome aponta, tem como principal característica uma densa cobertura vegetal, constituída por exemplares arbóreos típicos das matas secundárias do planalto Atlântico. Foi entregue ao público praticamente sem “melhoramentos”, ou seja, sem o cumprimento das indicações do projeto que a prefeitura contratara, em 1966 ¹²⁹.

Em resumo, excetuando-se estes três parques, dos quais o do Ibirapuera foi, sem dúvida, o mais importante, não só em tamanho mas também em termos de sua concepção urbanística, arquitetônica e mesmo paisagística, as providências para equipar a cidade com áreas verdes de recreio limitaram-se a pequenas praças associadas à execução de planos viários e à introdução de áreas de recreação infantil, os chamados *playgrounds*, em praças e jardins já existentes, sem maior interesse do ponto de vista do projeto.

No entanto, embora não tenham se refletido na produção da Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios no período em análise, importantes mudanças ocorreram na concepção dos jardins, tanto residenciais como públicos, a despeito da relativamente pouca importância que, no nível internacional, a arquitetura e o urbanismo modernos deram a eles ¹³⁰.

As transformações começaram a se fazer sentir com mais força durante os anos de 1930, em diversas partes do mundo, impulsionadas por outras formas de manifestação artística e, de certo modo, paradoxalmente, pelo próprio movimento modernista que agitava a arquitetura e o urbanismo e demandava formas e materiais novos também nos espaços livres.

No Brasil despontava o nome de Roberto Burle Marx, que atuou em vários dos mais significativos projetos da arquitetura e do urbanismo no Brasil, desde meados da década de 1930. Associando ao vocabulário formal inovador um grande conhecimento dos materiais vegetais que utilizava, Burle Marx teve reconhecimento internacional como paisagista. WALKER vê em parte da obra de Burle Marx reminiscências da pintura de Jean Arp, Joan Miró e Van Gogh e também “traços de melancolia (...) na justaposição surreal de formas biomórficas e cubistas nos canteiros, irrefreáveis palmeiras e plantas suculentas, e fragmentos deteriorados de pedra ou madeira de uma velha missão – tão melancólicos quanto uma ruína Maia, onde a fecundidade e a decadência são implacáveis” (WALKER, 1994:65) ¹³¹.

Sua ação não ficou restringida aos jardins residenciais. Parques públicos famosos, como o Del Este, em Caracas (1956), e o do aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, tiveram projetos

¹²⁹ Trata-se de contrato firmado entre o Departamento de Urbanismo da Prefeitura e Rosa Grena Kliass, para elaboração de projeto de paisagismo para a área, no qual também participaram o arquiteto Carlos Welker e o botânico Helmut Schlik. KLIASS, 1993:171.

¹³⁰ Sobre o refluxo da arte dos jardins e das preocupações com a paisagem no modernismo, ver LEDANTEC, Jean-Pierre (org.) - Jardins et Paysages - Textes Essentiels. Paris, Larousse, 1996:319.

¹³¹ Ainda sobre o significado de Burle Marx na história mundial dos jardins ver LEENHARDT, Jacques (organizador) - Nos Jardins de Burle Marx - São Paulo, Editora Perspectiva, 1996 e MOTTA, Flávio Lichtenfels - Roberto Burle Marx e a Nova Visão da Paisagem. São Paulo, Nobel, 1984.

de paisagismo assinados por ele. Em seu currículo registram-se vários outros projetos de espaços públicos: ainda no início de sua carreira, projetou várias áreas verdes públicas no Recife; depois a praça Salgado Filho, no Rio de Janeiro (1938); os jardins do conjunto urbanístico de Pampulha, em Belo Horizonte (1942); uma praça em Cataguazes, Minas Gerais (1942); praça Santos Dumont, no Rio de Janeiro (1943); praça Mauá, em Petrópolis (1944); Praça da Independência, em João Pessoa (1952); Terreiro de Jesus, em Salvador (1952); Praça Três de Maio, em Salvador (1954); Largo do Machado, no Rio de Janeiro (1954); Praça Bernardelli, no Rio de Janeiro (1955); Jardim Botânico de Brasília (1961); Jardim das Nações, em Viena (1963); Centro Cívico de Santo André (1967), entre outras, dentro do limite temporal fixado neste capítulo.

É surpreendente que, dentre uma listagem tão grande de projetos para áreas públicas realizados em várias cidades brasileiras e do exterior, não compareça uma sequer em São Paulo no período em pauta. De fato, projetos de grandes áreas verdes públicas de recreação, afinados com as conquistas programáticas e formais de seu tempo, foram raros em São Paulo. No período anterior houve o Parque Dom Pedro II, no atual o do Ibirapuera e nada mais.

Nos Estados Unidos, em meados dos anos de 1930, também começaram a surgir manifestações mais duradouras de um novo modo de trabalhar os jardins. Em 1938 era publicado o livro *Gardens in the Modern Landscape*, do inglês Christopher Tunnard, inovador na arte dos jardins, com vários projetos executados para pequenas casas de campo na Inglaterra. Mesmo que, àquela altura do século, já houvessem sido executados alguns jardins modernos, sobretudo em propriedades particulares, pouco ou nada se escrevera sobre o assunto. A obra de Tunnard teve, portanto, o mérito de ter divulgado um novo gosto e estimulado os novos profissionais na busca de novas expressões¹³².

Ainda nos Estados Unidos, na mesma época, já atuava outro nome importante na história do paisagismo moderno, James Rose, apregoando a necessidade de se libertar dos padrões dos *Beaux Arts*¹³³. Também naquele país deslanchava a carreira profissional de outro paisagista, Thomas Church, dedicada a jardins residenciais na Califórnia e que exerceria influência sobre vários profissionais da nova geração, entre outros, Robert Royston, Edward Williams e Garret Eckbo. Sobre Church, WALKER & SIMO (1994:114) comentam que sua maior contribuição, em termos estéticos, foi a “transformação aparentemente suave do desenho clássico e neoclássico para aquele dos artistas do século XX – cubista, construtivista e surrealista. (...) No jardim moderno, apenas Christopher Tunnard, na Inglaterra e Roberto Burle Marx, no Brasil, fizeram uma ruptura comparável”.

Ainda outros nomes podem ser lembrados, entre os mais inovadores profissionais deste período, no que concerne ao tratamento dos espaços livres e da paisagem de um modo geral,

¹³² No artigo "The Dialogue of Modern Landscape Architecture with the Past", in TREIB, Marc (ed.) - *Modern Landscape Architecture: A Critical Review*. Cambridge, Massachusetts, 1994:134, John Dixon HUNT faz duras críticas às incorreções históricas que Tunnard cometeu em seus escritos.

¹³³ ROSE, James C. - "Freedom in the Garden", artigo de 1938 transcrito in TREIB, Marc (ed.) - *Modern Landscape Architecture: A Critical Review*. Cambridge, Massachusetts, 1994.

como os do mexicano Luis Barragán e do nipo-americano Isamu Noguchi.

Estas inovações conceptivas passavam ao largo do que se fazia no espaço público de São Paulo, em matéria de áreas verdes. Tampouco a administração pública tomou providências para a reserva de áreas que pudessem futuramente integrar o sistema de parques públicos. O modo de lidar com as áreas verdes, de pensá-las, de operá-las continuava o mesmo há décadas. A mesma estrutura funcional, as mesmas atribuições, as mesmas idéias, a mesma porcentagem do orçamento anual, para uma cidade que já não era a mesma.

Eduardo Etzel, ao rememorar os feitos de seu pai Antônio e de seu irmão Arthur na administração das áreas verdes paulistanas, admite que, com os novos tempos, “desapareceu a possibilidade de uma ação individual como foi o trabalho dos dois Etzel” e situa em 1963 o “fim da hegemonia” deles, responsabilizando a “explosão administrativa e urbanística” que, erradamente, ele fez coincidir com o início da gestão de José Vicente Faria Lima. Na realidade, em 1963, o prefeito era Prestes Maia, cumprindo seu segundo mandato. Mas isto pouco importa. O fato é que o momento da explosão chegou e a cidade não estava preparada para assimilá-la.

Do Departamento de Parques e Jardins
ao Departamento de Parques e Áreas Verdes
da Secretaria Municipal do Verde
e do Meio Ambiente

Capítulo

No final da década de 1960 São Paulo era não só a maior metrópole do país, em área e em população, como também uma das maiores do mundo. A área urbana do município se estendia por 700 km² e sua população chegava perto de 6.000.000 de pessoas. A continuidade urbana, que em décadas anteriores chegara a São Caetano e Santo André, verificava-se, na entrada dos anos 60, também para os lados de Gaurulhos, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Suzano (SINGER, 1968:69).

O desenvolvimento econômico atraía correntes migratórias internas, sem que o município estivesse preparado para atender ao grande crescimento da demanda por serviços e equipamentos urbanos. Por volta de 1968, quase metade da população não era atendida por rede pública de água, mais de 60% não era servida por rede de esgoto. Também 60% das vias oficiais não eram pavimentadas e 76% não dispunham de iluminação. A distribuição destas carências era, como é fácil imaginar, desequilibrada, penalizando as áreas mais pobres da cidade. Os levantamentos realizados para a elaboração do Plano Urbanístico Básico do Município em 1968 acusavam que “o processo de loteamento na periferia contribuiu para a precariedade dos serviços urbanos nessa área” e constatavam que “a população é submetida a esforço constante e penoso na procura de melhoria econômica e social” (PMSP - PUB, 1969:13).

No começo dos anos de 1990 o esforço na procura de melhoria econômica e social era ainda mais penoso e frustrante. “Nos últimos dez anos a renda per capita do brasileiro estagnou”. É esta a frase que abre a apresentação do trabalho “São Paulo: crise e mudança”, publicado no início da última década deste século. Se há vinte anos São Paulo alavancava a industrialização brasileira e promovia o “crescimento com desigualdade”, agora a “estagflação”

levava ao empobrecimento “os setores da pequena burguesia e do proletariado que mais dependiam do crescimento” e fazia diminuir os investimentos públicos, piorando as condições de vida da maior parte de seus habitantes¹³⁴.

Entre estes dois momentos extremos do período ora tratado, a prefeitura de São Paulo foi governada por doze prefeitos (Quadro 7) que se depararam com situações econômicas, financeiras, políticas e sociais diferentes. Não caberia aqui entrar em detalhes a respeito das diversas administrações, mas apenas traçar, em linhas gerais, o que marcou o período para contextualizar as ações do poder municipal referentes às áreas verdes de recreação.

Embora no início do período a situação dos serviços e equipamentos públicos fosse de grande carência, as finanças municipais estavam equilibradas. Acrescente-se a isto outro fato positivo para o município que foi a reforma tributária de 1967, pela qual parte das arrecadações efetuadas nos níveis estadual e federal seriam repassadas às prefeituras. O município de São Paulo viu triplicar seus recursos a partir daquela reforma. Auxiliou ainda os orçamentos municipais o fato de que, entre 1968 e 1973, ocorria a fase expansiva do modelo industrial brasileiro, com reflexos positivos no município, também nos primeiros anos que se seguiram ao chamado “milagre brasileiro”¹³⁵.

Foi isto que possibilitou a realização de várias obras e as desapropriações necessárias para a implantação ou complementação do plano viário elaborado há décadas por Prestes Maia. Nas desapropriações, na execução de avenidas e viadutos e nas obras iniciais do metrô, foi aplicada a maior parte dos recursos municipais. As obras viárias caracterizaram também a gestão que se seguiu¹³⁶.

Apesar da situação favorável, praticamente nada foi feito em termos de áreas verdes até 1974. Deste ano em diante, até os primeiros anos da década de 1980, as realizações começaram a acontecer, de início com a implantação de várias “praças equipadas” ou, pode-se dizer, pequenos parques de vizinhança e, em seguida, com a construção de parques de maiores dimensões. Ainda que a administração de Olavo Setúbal tenha sido a que mais investiu na obtenção de terrenos e na construção de parques públicos, em sua gestão o carro-chefe foram os transportes públicos nos quais foram gastas as maiores parcelas dos orçamentos anuais.

QUADRO 7

Prefeitos que governaram São Paulo entre 1965 e 1996

¹³⁴ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO Paulo - Secretaria Municipal do Planejamento - São Paulo: crise e mudança. São Paulo, Brasiliense, s/d.

¹³⁵ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO Paulo - Secretaria Municipal do Planejamento. São Paulo, Brasiliense, s/d, pg.20.

¹³⁶ Para a listagem das obras viárias das gestões de Faria Lima e da primeira gestão de Paulo Maluf, bem como as realizações de prefeitos que os sucederam ver DENTE, Edgard Gonçalves - Perfeitos...Indagações acerca da participação recente do poder público na configuração do espaço urbano de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada à FAU-USP em 1981.

prefeitos	períodos de mandato
José Vicente Faria Lima	08.04.1965 – 07.04.1969
Paulo Salim Maluf	08.04.1969 – 07.04.1971
José Carlos de Figueiredo Ferraz	08.04.1971 – 21.08.1973
João Brasil Vita	22.08.1973 – 27.08.1973
Miguel Colassuono	28.08.1973 – 16.08.1975
Olavo Egidio Setúbal	17.08.1975 – 11.07.1979
Reynaldo Emydio de Barros	12.07.1979 – 13.05.1982
Antonio Salim Curiati	14.05.1982 – 13.03.1983
Francisco Altino Lima	14.03.1983 – 09.05.1983
Mário Covas	10.05.1983 – 31.12.1985
Jânio da Silva Quadros	01.01.1986 – 31.12.1988
Luisa Erundina de Sousa	01.01.1989 – 31.12.1992
Paulo Salim Maluf	01.01.1993 – 31.12.1996

Terminada a década de 1970, mais precisamente entre os anos de 1980 e 1984, verificou-se a fase recessiva do modelo de acumulação da economia brasileira, invertendo as expectativas otimistas da fase anterior¹³⁷. Logicamente os municípios se ressentiram e os investimentos em obras e serviços passaram a ser cada vez mais escassos, na proporção inversa em que cresciam as carências da grande maioria da população.

O período termina com a cidade jogada no meio da crise, que não é só municipal, mas também nacional e mundial. Diante disto, as ações do poder municipal para suprir a cidade de áreas verdes públicas, na segunda metade do período agora considerado, foram bem menos significativas, se comparadas às da primeira metade. De fato, entre 1974 e 1981 foram construídos onze parques, num total de 1.200 hectares, dos quais 1.150 hectares corresponderam a terrenos incorporados ao patrimônio municipal por meio de desapropriação, ou como forma de pagamento de dívidas para com o município, dos quais se originaram seis parques. Mesmo descontando a área do parque Anhanguera, excepcionalmente grande, chega-se a 220 hectares de parques. Na fase final, de 1981 em diante, também foram construídos onze parques, mas num total um pouco maior de 60 hectares. Dos onze novos parques, nove eram espaços livres de loteamento, portanto áreas de “uso comum do povo”, que não precisaram ser adquiridas, sendo que cinco delas eram antigas “praças” que, para se tornarem “parques”, passaram por reformas de pouca monta antes de serem cercadas.

¹³⁷ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO Paulo - Secretaria Municipal do Planejamento. São Paulo, Brasiliense, s/d, pg.20.

4.1 FORMAS DE LAZER AO AR LIVRE E AS ÁREAS VERDES DA CIDADE

Estudos mais recentes da história do lazer em São Paulo localizam na década de 1970 a “proliferação discursiva” sobre a necessidade e os benefícios do lazer, considerado como forma positiva do uso do tempo livre em oposição ao ócio, este associado à indolência, ao atraso. A importância conferida desde aquela época a esta acepção de lazer pode ser verificada tanto no grande número de estudos sobre o assunto, quanto na organização de vários encontros, seminários e congressos – muitos deles amparados oficialmente – e mesmo na implantação de equipamentos e na execução de programas institucionais de lazer. Não seria coincidência que o interesse pelo uso do tempo disponível fora do trabalho, com vistas a educar e disciplinar fisicamente e moralmente sobretudo a juventude – como vem expresso na regulamentação dos Centros Educacionais e Esportivos Municipais – tivesse ocorrido na época do chamado “milagre econômico”, durante a ditadura militar, momento em que, na linguagem empresarial de então, era necessário “acionar todas as *turbinas*, de aquecer a *máquina*, de juntar esforços de todos para fazer o país *decolar* rumo ao desenvolvimento” (SANT’ANNA, 1994:83).

É interessante observar aqui a ocorrência de defasagens e coincidências verificadas em São Paulo em relação ao que aconteceu, em termos de lazer, em outras cidades do mundo. A primeira localiza-se no período anteriormente tratado, especificamente na década de 1940, quando o poder municipal de São Paulo deu ênfase aos “parques infantis”, vistos como centros de formação cívica das crianças, afastando-as dos “perigos” das ruas. Nas cidades americanas estudadas por CRANZ (1982), a valorização dos *playgrounds*, com os mesmos fins dos “parques infantis” paulistanos, ocorreu entre 1900 e 1930, época à qual a autora deu o nome de “*The Reform Park*”.

Uma segunda defasagem residiu na importância atribuída ao lazer praticado ao ar livre, como válvula de escape das tensões sociais. Segundo Cranz, no período de 1930 a 1965, que ela denomina “*The Recreation Facility*”, nos parques das cidades de Nova York, Chicago e São Francisco, “a solução para o problema do crescente tempo de lazer, que era a de oferecer mais atividades de lazer, era algo que os parques podiam prover e, assim sendo, eles podiam desempenhar seu tradicional papel, como uma válvula de segurança social”. Além disto, continua ela, “a ênfase no lazer envolveu uma interpretação do fenômeno social, calculado para enfraquecer qualquer impulso em direção a uma mudança social e econômica radical. Essencialmente, ela envolveu a caracterização da massa da população urbana como uma classe do lazer, cujos membros alcançaram seus objetivos. O efeito prático destas assunções foi a virtual eliminação da hierarquia de classe – portanto conflito – na medida em que quaisquer diferenças de rendimentos, poder, ou prestígio eram residuais e não conduziam a mudanças básicas” (CRANZ, 1982:105,106). Em São Paulo, segundo SANT’ANNA (1994), a

instrumentalização do lazer com objetivos semelhantes teria ocorrido, ou começado a ocorrer, na década de 1970.

À fase seguinte, de 1965 até 1982, data da publicação dos seus estudos, Cranz nomeou “*The Open-Space System*”. Ela se caracterizou, nos parques das cidades norte-americanas pesquisadas, pela participação direta dos freqüentadores nos programas que neles eram levados a efeito e pela introdução de atividades até então excluídas ou pouco comuns nos parques dos períodos precedentes: diversos tipos de jogos, ciclismo, patinação, treinamento ou exhibições de danças e artes marciais, condicionamento físico, empino de pipas, concertos musicais, festivais, feiras, etc. (CRANZ, 1982:139-141).

No caso paulistano, os parques começaram a ser usados mais intensamente como suporte para múltiplos eventos já no final da década de 1970.

Entre os fatos criados em torno de um lazer voltado ao culto do corpo e da saúde perfeita, SANT’ANNA (1994) cita, em 1969, a criação da Secretaria Municipal de Esportes, a reestruturação dos Centros Juvenis Noturnos congregando as atividades de cunho esportivo e educativo – e a instituição dos Jogos da Grande São Paulo, realizados anualmente no mês de novembro sob a organização da Secretaria de Turismo e Fomento.

Ainda na linha de incentivo ao lazer supervisionado tem-se, em 1970, dentro da Secretaria do Bem Estar Social, a criação do projeto Ruas de Recreio, contando com técnicos especializados para a coordenação das atividades de lazer. O projeto, com pontos altos e baixos de desempenho, atravessou diferentes gestões municipais. Somente no período entre fevereiro de 1976 e outubro de 1978 foram implantadas cento e oitenta e oito ruas de lazer pela prefeitura¹³⁸. No entanto, em 1980 elas já estavam desativadas (SANT’ANNA, 1994:94).

Os esforços para a promoção do lazer “sadio” não se ativeram à realização de programas de secretarias públicas que, por mais bem sucedidos que fossem, atingiriam apenas uma parte relativamente pequena da população. Havia a ambição de atingir as massas e para isto foram criadas, em nível nacional, campanhas como *Esporte para Todos* e *Mexa-se*, esta lançada pela União de Bancos e pela Rede Globo de Televisão em 1975.

A adoção de hábitos de lazer que valorizam a boa forma física teve seus reflexos nas áreas verdes públicas, com a implantação das denominadas “pistas de Cooper” e das quadras poliesportivas, sempre que as condições físicas das áreas verdes municipais permitiam. Desde a década de 1970 estes passaram a ser elementos quase que obrigatórios nas praças e nos parques públicos projetados pelo DEPAVE.

Os efeitos parecem que foram duradouros. SANT’ANNA (1994:105) afirma que “a década de 80 vivenciará a explosão de um roteiro iniciado na década anterior, que é o de modelar o corpo nesses novos templos de cultura física [as academias de estimulação e

¹³⁸ NISHIKAWA, Ayako - Espaços Livres Junto às Habitações em São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1984. Sobre as Ruas de Recreio implantadas pela SEBES em 1969 e 1970, ver MINAMI, Issao - Equipamentos de lazer na metrópole de São Paulo. Trabalho de Graduação Interdisciplinar para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1975.

musculação], agora presentes em quase todas as partes da cidade”. Mas também fora destes “templos” as novas práticas de lazer, baseadas no desempenho corporal e na recuperação da fadiga mental, encontraram lugares para a sua realização. Os parques públicos são um deles.

Uma pesquisa encomendada pelo Serviço Social do Comércio – SESC, em 1996, sobre as práticas e aspirações culturais da população paulistana, trouxe à luz alguns dados interessantes a respeito do lazer em São Paulo neste fim de século¹³⁹. Com relação às áreas verdes, averiguou-se que apenas 30% dos entrevistados declararam nunca freqüentá-las. As áreas preferidas foram o parque Ibirapuera, o parque do Carmo e o Horto Florestal. Foram ainda citados parques menores como o da Aclimação e o Fernando Prestes (Água Branca), entre vários outros. O relatório ainda faz a observação de que o parque Villa Lobos foi pouco lembrado pelos entrevistados.

Na mesma enquete, a pergunta “o que você faria num dia de folga?” trouxe como resultado que 13% optariam por passear em parques, seguido por fazer uma viagem (12%), ir ao cinema (5%), passear em *shopping* (4%) e praticar um esporte (4%). Outra questão colocada referia-se a onde o entrevistado levaria um amigo recém-chegado a São Paulo. As respostas foram: a parques (22%), a *shoppings* (16%), a pontos turísticos, como o Centro e a Avenida Paulista (11%), a casas noturnas (7%), a restaurantes (6%), entre várias outras que compareceram pulverizadamente. Por fim, quando indagados sobre o tipo de espaço cultural que mais sentiam falta em seus bairros, os entrevistados apontaram: centros esportivos (42%), áreas verdes (31%), cinema (20%), casas de espetáculos (19%), áreas para espetáculos públicos (17%), ciclovias (15%), teatro (13%) e vários outros, com menor incidência.

Portanto a ida aos parques é ainda uma importante opção de lazer que, como se verá no último capítulo, tem por finalidade, e valoriza, o estar em meio ao “verde” num ambiente supostamente saudável.

4.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PARA OS ASSUNTOS DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS

O fato marcante que definiu a linha de corte deste período foi a criação do Departamento de Parques e Jardins, dentro da Secretaria de Serviços Municipais, em decorrência da Lei Municipal nº 7.108 de 10 de janeiro de 1968. Não se tratou de mera mudança na denominação da antiga Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios. Ela implicou na alteração das atribuições daquela unidade administrativa. Até então a Divisão de Parques Jardins e Cemitérios, que fazia parte do Departamento de Serviços Municipais da Secretaria de Obras, era composta basicamente por engenheiros agrônomos e jardineiros e tinha como principal função executar o plantio e fazer a manutenção da vegetação em áreas públicas municipais. Os projetos de praças, jardins e de parques, quando haviam, tinham seus programas e seus partidos

concebidos dentro do Departamento de Urbanismo, sendo depois encaminhados para a Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios para a especificação vegetal (quase sempre em função do estoque do viveiro municipal) e execução do plantio.

Criado o Departamento de Parques e Jardins, ele passou a contar com uma equipe pluridisciplinar, composta de arquitetos, engenheiros agrônomos, engenheiros civis, além de agrimensores, projetistas e orçamentistas, com a atribuição de programar a implantação e elaborar integralmente os projetos de paisagismo das áreas verdes municipais.

A mudança, na verdade, não ocorreu pela simples promulgação da Lei nº 7.108. Ela vinha sendo preparada desde a posse do prefeito José Vicente de Faria Lima, em 1965, no seio de uma reforma mais ampla na organização da prefeitura, que teve como carro-chefe a criação das Administrações Regionais, que levariam à pretendida, e tida como necessária, descentralização administrativa.

Em 1965 foram instituídas, pelo Decreto nº 6.236, as Administrações Regionais, às quais competia, entre outras funções, as de “limpeza, conservação e execução de gramados e ajardinados”. De fato, organizaram-se nas diversas Administrações Regionais as unidades de Parques e Jardins, algumas delas contando com viveiro de plantas para consumo dentro dos limites da sua região administrativa.

Em 1966, pela Lei nº 6.882, criaram-se novas secretarias, entre elas a de Serviços Municipais, com competências tais como “programar, executar e controlar os serviços de Limpeza Urbana, Parques, Jardins, Cemitérios e Transportes para o uso da Prefeitura”.

Foi no interior desta nova secretaria que se formalizou a criação do Departamento de Parques e Jardins que, pela Lei nº 7.108, de 10 de janeiro de 1968, passou a ter como competência “o estudo, planejamento, supervisão, orientação, construção, conservação e fiscalização de parques, jardins e canteiros, arborização de logradouros públicos, combate a animais, insetos nocivos e plantas daninhas bem como o incentivo à formação de florestas e reflorestamento, na forma prevista nos parágrafos 2º e 3º do Artigo 1º”.

O Departamento foi internamente organizado em duas Divisões – a Divisão de Projetos e Fiscalização e a Divisão de Operação – abrigando a primeira os setores de projetos, fiscalização de projetos e de desenho, e a segunda as seções de obras e de ajardinamento. O departamento contava, ainda, com Oficinas Setoriais destinadas à manutenção e reformas¹⁴⁰.

O Departamento de Parques e Jardins, ou PARQUE, na nomenclatura corrente na prefeitura, funcionou com este nome e com estas incumbências até a promulgação da Lei nº 8.491 em 14 de dezembro de 1976, que reestruturou a Secretaria de Serviços e Obras, passando a existir dentro dela quatro departamentos, entre os quais o Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE.

Na mudança introduzida pela nova lei, o departamento passou a contar – além da

¹³⁹ SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC - Pesquisa social - Práticas e aspirações culturais da população paulistana, realizada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPESP. São Paulo, setembro de 1996.

¹⁴⁰ Lei nº 7108 de 10 de janeiro de 1968, Artigos 6º e 7º.

Divisão Técnica de Projetos e Fiscalização e da Divisão Técnica de Produção e Execução, cujas atribuições não foram modificadas na essência – com mais duas divisões: a Divisão Técnica de Experimentação, Treinamento e Divulgação e a Divisão Técnica de Manejo e Conservação de Parques. À esta última competiria “organizar e manter sistemas de controle, avaliação e disciplinamento de uso, bem como de estruturação de recursos humanos, com vistas ao seu aproveitamento e utilização racional pelo público, em conformidade com práticas adequadas de conservação; criar e programar eventos, introduzindo melhoramentos e adotando técnicas racionais de conservação e manejo de parques municipais, bem como desempenhar demais atribuições afins”¹⁴¹.

Houve ainda, em seguida à promulgação da lei que reorganizou o departamento, a adoção de uma norma interna à Divisão Técnica de Projetos e Fiscalização, estipulando que competiriam a ela os projetos de áreas verdes com superfícies maiores de 5.000 m², cabendo às Administrações Regionais os das áreas menores. Pode-se dizer que, na prática, com poucas exceções, esta divisão de trabalho funcionou. Quanto aos eventos, que a lei endereçou à Divisão Técnica de Manejo e Conservação, eles se limitaram às Feiras do Verde e às Festas da Primavera, realizadas ainda hoje. Outros tipos de eventos ficariam por conta, principalmente, da Secretaria Municipal da Cultura e da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

O DEPAVE manteve esta estrutura até 1993 quando, pela Lei nº 11.426, de 18 de outubro de 1993, foi criada a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMa. A nova Secretaria foi estruturada em três departamentos: o de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, o de Controle de Qualidade Ambiental – DECONT e o de Educação Ambiental – DEAPLA.

O DEPAVE passou a ter sob seu comando seis Divisões:

Divisão Técnica de Paisagismo, com as seguintes Seções Técnicas: de Projetos, de Orçamentos, de Obras e Agrimensura e de Desenho.

Divisão Técnica de Produção de Mudas com as seguintes Seções Técnicas: de Produção de Mudas, de Arborização e Ajardinamento e de Pesquisa e Experimentação em Produção.

Divisão Técnica de Desenvolvimento de Tecnologia, com as seguintes Seções Técnicas: Pesquisa, Normas e Padrões, Relações Institucionais e de Cursos.

Divisão Técnica de Manejo e Conservação de Parques e Recursos Naturais, com as seguintes Seções Técnicas: Administração e Manejo (leste-oeste, norte-sul, Ibirapuera e CEMUCAM) e Manutenção e Reparo de Obras Civas.

Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Biologia da Fauna, com as seguintes Seções Técnicas: Assistência Médico-Veterinária, Medicina Veterinária Preventiva, Biologia e Manejo da Fauna.

¹⁴¹ Lei nº 8491 de 14 de dezembro de 1976, Artigo 27.

Divisão Técnica do Planetário e Escola Municipal de Astrofísica, com as seguintes Seções Técnicas: Operação e Programação do Planetário, Observatório Astronômico e Expediente.

Nota-se na nova estrutura a introdução de assuntos que anteriormente não eram contemplados, ligados ao manejo biofísico, refletindo as preocupações de ordem ambiental que, despontando mundialmente na década de 1970, ganharam notoriedade no Brasil a partir da realização da ECO 92 no Rio de Janeiro.

De 1968, ano de criação do Departamento de Parques e Jardins, a 1993, quando se tornou um departamento da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – por sinal o mais importante, em tamanho e em verbas, dentro da nova secretaria – sua composição e suas funções não se alteraram essencialmente, apesar das trocas de nome das secretarias a que esteve subordinado, firmando-se como órgão produtor e executor de projetos e administrador de áreas verdes públicas municipais. No entanto, já nos primeiros anos da década de 1990, abriu-se uma exceção ao que ocorrera com o DEPAVE desde 1968, o que pode ser tido como um prenúncio dos novos tempos. Trata-se da implantação do parque Burle Marx, com projeto contratado com terceiros e cuja administração também passou a ser terceirizada¹⁴².

4.3 AÇÕES DA MUNICIPALIDADE PARA O PROVIMENTO DAS ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO

Em 1968 São Paulo contava com 5.400.000 habitantes e, desde 1965, com uma área urbanizada de 700 km². Os vales dos principais rios já estavam, àquela altura, comprometidos com as avenidas marginais restando ainda, no entanto, estreitas faixas de vegetação herbácea ao longo do Tietê. Já em 1988, com uma população em torno de 11.000.000 de habitantes e com 900 km² de área urbanizada, praticamente nada sobrara de áreas verdes junto aos cursos d'água e as manchas de vegetação na região das represas Billings e Guarapiranga estavam bastante recuadas para o sul¹⁴³. O pouco que se manteve de área verde nas planícies fluviais ficou isolado das margens pela implantação de avenidas, ou pela urbanização das várzeas, correspondendo aos poucos clubes privados e aos ainda mais raros parques públicos, como o Estadual, mais conhecido como Ecológico do Tietê. Dos parques municipais, o único a se instalar à beira de um corpo d'água de grandes dimensões e a aproveitá-lo plenamente como equipamento de lazer foi, e ainda é, o Guarapiranga. Outros parques, como o Ibirapuera, Aclimação, Carmo, Cidade de Toronto, Piqueri, e Vila dos Remédios também possuem corpos d'água mas são de menores proporções e não liberados para banhos.

Como se viu, a expansão periférica da cidade fez com que, em pouco mais de vinte

¹⁴² O projeto do parque Burle Marx constou, em parte, da recomposição do antigo jardim criado por Roberto Burle Marx em 1950, feita com a supervisão do escritório Burle Marx e Cia. Ltda. e, em parte da adaptação do restante do terreno para parque público, feita com a consultoria da firma KRAF-Planejamento Ambiental. Sua administração é feita pela Fundação Aron Birmann, mediante convênio com a Prefeitura.

¹⁴³ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - São Paulo: crise e mudança. São Paulo, Brasiliense, s/d.

anos, a mancha urbana aumentasse de 200 km². Ao mesmo tempo cresceu o número de favelas que se instalaram, principalmente, em áreas verdes públicas. Dados do início da década de 1990 apontam que 10.000.000 m² de áreas verdes públicas estavam ocupados por favelas e 5.000.000 m² com equipamentos institucionais¹⁴⁴.

Paralelamente à dilapidação do patrimônio verde de caráter público verificou-se, nas últimas três décadas, o aumento da demanda por áreas verdes para o lazer, não só pelo crescimento da população, mas também pela progressiva incorporação, entre a população urbana, de hábitos de lazer praticados em áreas verdes.

No que respeita às áreas verdes, a ação do poder municipal se fez sentir, no período, pelo aperfeiçoamento da legislação e por iniciativas, concentradas na segunda metade da década de 1970, de aumentar o patrimônio público mediante desapropriação de terrenos para implantação de parques, além da construção de parques e praças equipadas em propriedades que já eram de uso comum do povo ou em próprios municipais.

As ações da municipalidade para o provimento de áreas verdes no período podem ser agrupadas nas seguintes categorias: dispositivos legais para obtenção de áreas verdes; áreas verdes de recreação em espaços livres de loteamentos; áreas verdes de recreação em próprios municipais; áreas verdes de recreação em terrenos desapropriados.

As informações referentes às origens fundiárias e ao processo de implantação dos parques municipais, que serão apresentadas a seguir, não terão todas o mesmo peso, pois a quantidade de informações existentes sobre cada uma delas nos órgãos públicos é muito variável. Na impossibilidade de aprofundar a pesquisa para todos os parques cujo histórico era incompleto, optou-se por dar maior atenção aos parques que foram objeto da pesquisa de campo, que será explanada no último capítulo.

Cabe observar por fim que, entre as ações da prefeitura no referente ao lazer neste período, destaca-se a criação de vários centros esportivos em terrenos municipais. Não são propriamente áreas verdes, razão pela qual não se passará de uma breve menção à sua existência, mas competem com os parques no atendimento à demanda pelo lazer esportivo. Existem atualmente treze balneários e mini balneários e vinte e um Centros Educacionais e Esportivos administrados pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, equipados com piscinas e quadras esportivas. Embora os primeiros centros esportivos municipais tenham sido construídos há várias décadas, como o do Pacaembú, o da Moóca e o do Ibirapuera, foi durante a década de 1970 e até meados dos anos de 1980 que foi implantada a maior parte dos atualmente existentes.

¹⁴⁴ Idem, pg.78.

MANCHA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 1988

FONTE: São Paulo: Crise e Mudança

4.3.1 Dispositivos legais para obtenção de áreas verdes

Até 1972, as doações de áreas verdes em operações de parcelamento do solo ainda obedeciam aos termos do Código Arthur Saboya (Ato nº 663, de 1934) que, por sua vez, conservava as porcentagens definidas na Lei nº 2611, de 1923, ou seja, 5% na zona urbana, 7% na zona suburbana e 10% na zona rural. Já na Lei nº 7805, de 1972, estipulou-se a porcentagem de 15% para as áreas verdes em qualquer espaço urbanizável. Os efeitos da nova lei, no referente às áreas verdes, foram na prática anulados pela grande quantidade de loteamentos clandestinos que foram abertos de 1972 em diante e pela sistemática ocupação

dos terrenos destinados às áreas verdes por favelas¹⁴⁵.

Mesmo em loteamentos regulares, as vantagens da lei foram abatidas pela localização, bastante freqüente, das áreas verdes em beiras de córregos ou em terrenos com excessiva declividade. Se tais localizações se justificam pelo lado ambiental, pois se prestam à proteção das linhas de drenagem e das encostas íngremes, são em geral pouco vantajosas do ponto de vista recreativo. A Lei nº 9.413 de 1981, buscou reparar o problema estipulando que 50% das áreas verdes de doação compulsória deveriam ser escolhidas pelo executivo municipal, através de seus órgãos competentes, condicionando sua localização em um único perímetro e em terreno com declividade inferior a 30%.

Em 1987 foi assinada a Lei nº 10.365 que submete os projetos de loteamento e desmembramento em áreas revestidas por vegetação de porte arbóreo ao DEPAVE e a PARSOLO, órgão da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento responsável pela aprovação de loteamentos.

A despeito dos avanços da legislação, apenas três dos parques municipais inaugurados no período de que se está tratando se originaram de áreas verdes de loteamentos abertos depois de 1972: os parques Raul Seixas e Santo Dias, ambos em conjuntos habitacionais da Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB, e o parque Burle Marx, produto do empreendimento imobiliário Panamby. Os demais parques inaugurados no período, cujas áreas resultaram de doações de loteamentos, provêm de empreendimentos abertos entre 1951 e 1970, com forte concentração nos anos que vão de 1951 a 1960, como se pode verificar no [Quadro 10](#) (pg.188).

4.3.2 Áreas verdes de recreação em espaços livres de loteamentos

Foram inaugurados neste período doze parques provenientes de áreas verdes de loteamento, sendo oito deles de loteamentos abertos entre 1951 e 1960, já tratados no capítulo anterior. Os quatro restantes, abertos entre 1970 e 1990, foram: Cidade de Toronto, Raul Seixas, Santo Dias e Burle Marx, correspondentes, nesta ordem, aos bairros City América (região de Pirituba-Jaraguá), Conjunto Habitacional José Bonifácio (região de Itaquera), Conjunto Habitacional Adventista (região de Campo Limpo) e ao empreendimento imobiliário Panamby (região de Campo Limpo).

Cidade de Toronto

O atual parque Cidade de Toronto foi uma das áreas verdes integrantes do “sistema de recreio”, termo usado pela Companhia City de Desenvolvimento para designar as áreas verdes públicas doadas à municipalidade com a abertura do loteamento City América, por ela empreendido em 1970. O terreno onde hoje está o parque, de 109.100 m², era o maior entre

¹⁴⁵ Entre 1972 e 1979, apenas sete loteamentos foram aprovados em São Paulo (PERRONE, 1984). Em 1981 havia 3.567 loteamentos irregulares e, no começo da década de 1990, constavam do cadastro da prefeitura 2.500 processos de loteamentos abertos fora do padrão legal (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - São Paulo: crise e mudança, pg.94).

os espaços verdes que compunham tal sistema, que perfazia 188.345 m², equivalente a 20% da gleba parcelada. Em 1986 a Administração Regional de Pirituba projetou uma “praça”, então denominada Cacilda Gonçalves Barbosa, sobre a área em que, mais tarde, construiu-se o parque. A maior parte da área é tomada por brejos e por um açude, este já representado no Mappa Topographico do Município de São Paulo executado em 1930 pela Empresa Sara Brasil. Com a alegação dos constantes acidentes que ocorriam no açude, então utilizado informalmente para banhos, a área foi transferida em 1987 da Administração Regional para o DEPAVE, que a cercou, impôs-lhe um novo projeto e transformou-a em parque, que foi inaugurado em 1992.

Raul Seixas

A área onde está assentado o parque Raul Seixas, é uma das áreas verdes públicas doadas por conta da abertura de um loteamento promovido pela COHAB no início da década de 1980, para a construção do Conjunto Habitacional José Bonifácio, na região de Itaquera. Dentre as áreas verdes do conjunto habitacional aquela onde se implantou o parque é a de maior dimensão – 33.000 m² – apresentando ainda a vantagem de ter uma topografia plana. As condições para ali se implantar um parque, em 1989, eram favoráveis também pelo fato da área já possuir vegetação arbórea adulta e uma casa, que foi aproveitada como sede da administração do parque. Tanto a casa como o pomar que a envolve são resquícios da sede do sítio que ali existia antes de a gleba ser comprada e urbanizada pela COHAB.

Santo Dias

O parque Santo Dias, à semelhança do Raul Seixas, originou-se de um loteamento aberto pela COHAB em glebas adquiridas em torno do Colégio Adventista, na região do Campo Limpo, sobre as quais está implantado o Conjunto Habitacional Adventistas.

As terras onde hoje se acham o conjunto habitacional e o parque foram compradas pela Associação dos Adventistas do Sétimo Dia no Brasil em 1915 e, em 1942, instalou-se ali a indústria Superbom. As intenções de se implantar um parque municipal naquela localidade já estavam presentes em 1978, quando a área, de aproximadamente 1.200.000 m², foi vistoriada por técnicos do DEPAVE que a descreveram como tendo 160.000 m² cobertos por mata e os 1.040.000 m² restantes em parte usados para plantio de milho e para pasto e em parte formando bosques de eucaliptos, pinheiros, casuarinas e ciprestes.

O laudo de vistoria foi enviado ao secretário de Serviços e Obras, Aurélio Araújo, a quem o DEPAVE era subordinado então, que o enviou ao prefeito Olavo Setúbal, solicitando Decreto de Utilidade Pública para a área, com a justificativa de possuir ela “excelentes condições de acesso, características topográficas, etc., para a criação de mais uma área de lazer que

promete grande aceitação pública a exemplo das demais existentes (...)”¹⁴⁶.

O decreto, de nº 15.877, foi publicado em 11 de maio de 1979 e poucos dias depois o prefeito constituiu Comissão Especial para definir diretrizes para o aproveitamento da área como parque público. No entanto, a gestão de Olavo Setúbal findou sem que a área tivesse sido desapropriada.

Em maio de 1980 o Conselho Comunitário das Sociedades Amigos de Bairro da Região do Grande Campo Limpo enviou carta ao então prefeito Reynaldo de Barros, solicitando a desapropriação da área dos Adventistas para a implantação de um parque. Alguns dias depois foi remetida ao prefeito outra carta pedindo que se implantasse ali “área de lazer com completa infraestrutura”. Findou-se também a gestão de Reynaldo de Barros sem definir-se o destino da gleba, até que em 1983, sendo prefeito Mário Covas, revogou-se o Decreto de Utilidade Pública para a implantação de um parque e publicou-se um outro declarando aquelas terras de interesse social para a construção de casas populares. Assim, a área dos Adventistas passou à propriedade da COHAB, que iniciou as obras do conjunto habitacional em 1984.

Mas as reivindicações para conservar a mata, cuja área equivalia aproximadamente a 15% da gleba, e para ali implantar um parque, fizeram-se novamente presentes. Em 1986 a COHAB, como proprietária do imóvel, assinou termo de responsabilidade de preservação daquela área verde perante a Coordenadoria de Pesquisa de Recursos Naturais – CPRN da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, comprometendo-se a não fazer nela “qualquer tipo de exploração a não ser com a autorização do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – IBDF.

Em julho de 1987 o DEPAVE encaminhou para a Secretaria de Serviços e Obras o projeto do parque ressaltando que não possuía os recursos orçamentários para construí-lo. Tudo o que se fez foi o cercamento da área com gradil padrão do DEPAVE, que foi concluído em outubro de 1989. Em maio do ano seguinte, em manifestação que reuniu, segundo a Gazeta de Santo Amaro¹⁴⁷, cerca de 400 pessoas – com a presença de representantes de associações sindicais, de partidos políticos, de comunidades eclesiais de base e da própria administração municipal – pedia-se novamente a construção do parque. Por fim, em 1991, estando a área já cercada, abriu-se o parque ao uso público, contando com áreas para recreação infantil e quadra poliesportiva implantadas numa clareira já existente na mata, além de pista de *Cooper*, pequeno anfiteatro, estares e sanitários. Finalmente, em julho de 1992, a COHAB assinou Termo de Permissão de Uso a Título Gratuito da área em favor do DEPAVE, comprometendo-se ainda a elaborar projeto modificativo do conjunto habitacional de modo a gravar, entre as áreas verdes destinadas a uso público, aquela do parque.

Burle Marx

O parque Burle Marx está assentado em parte da área que foi utilizada como chácara

¹⁴⁶ Cota assinada pelo secretário de Serviços e Obras em 19 de dezembro de 1978 no processo 142.726/78.

¹⁴⁷ Gazeta de Santo Amaro de 19 de maio de 1990.

particular no início da década de 1950. A sede da chácara recebeu projeto de Oscar Niemeyer – mas nunca chegou a ser concluída – e jardins de Roberto Burle Marx – em parte refeitos quando da inauguração do parque, em 1995.

O parque público teve origem como área verde doada à municipalidade pela abertura de empreendimentos imobiliários sobre gleba de 715.000 m², concebidos em fins da década de 1980 e denominados Projeto Urbanístico Panamby e Villagio de Panamby. O parque, cuja área de 138.200 m² corresponde a quase 20% da gleba urbanizada, foi construído às expensas do Fundo de Investimento Imobiliário Panamby. Os custos de manutenção e segurança desta área pública correm por conta da Fundação Aron Birmann à qual, por força de convênio assinado com a Prefeitura do Município de São Paulo, foi transferida a responsabilidade da gestão do parque por vinte e cinco anos.

A área foi aberta ao público em 1995 e sua utilização está desde então sujeita ao regulamento mais restritivo entre todos os que regem o uso dos parques municipais. O Decreto Municipal nº 35.537, de setembro de 1995, que regulamenta seu uso, vai ao encontro dos interesses dos responsáveis pelo empreendimento imobiliário em mante-lo elitizado, inibindo a grande afluência de público externo aos condomínios que estão sendo construídos a sua volta. São vedados no parque, entre outros itens: a entrada de pessoas com animais, fazer piqueniques e acender churrasqueiras e fogareiros e a prática de qualquer atividade esportiva, exceto *jogging*.

“Praças equipadas”

Se a legislação de loteamento gerou poucos parques, até pela pulverização dos terrenos destinados às áreas verdes, ela originou, por outro lado, um número razoável de “praças” que foram equipadas e receberam tratamento paisagístico pelo Departamento de Parques e Jardins, criado em 1968. Muitas destas “praças”, de dimensões variáveis que, em geral, ficavam entre 5.000m² e 10.000 m², foram fartamente arborizadas e, na dependência de suas características topográficas, equipadas com quadras de uso múltiplo e com áreas de recreio para crianças, caracterizando-se, às vezes, como pequenos parques locais.

Alguns dos parques hoje oficialmente considerados como tais, inaugurados no período em tela, já haviam recebido, anteriormente, tratamento como “praças”. São os casos dos atuais parques Cidade de Toronto, Lions Club, Luís Carlos Prestes e Santa Amélia, que passaram por reformas para se tornarem “parques”.

Surpreendentemente o DEPAVE não guardou os dados sobre sua produção anterior a 1993, quando passou a fazer parte da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Tampouco os possui a Secretaria de Serviços e Obras, à qual anteriormente o DEPAVE estava subordinado. Mas no arquivo da Divisão Técnica de Paisagismo do DEPAVE há mais de duas centenas de projetos de paisagismo para logradouros públicos, em sua maioria elaborados pela equipe técnica do Departamento. Não há, entretanto, na área técnica, nem na área

jurídica – por onde necessariamente teriam passado os processos de licitação das obras – informações disponíveis sobre o que foi efetivamente executado. No entanto, do que foi possível recolher com base nos *currícula* de vários arquitetos que ali trabalharam, ou ainda trabalham, e que se dispuseram a dar informações, contam-se mais de cem áreas verdes, entre praças e parques, executadas desde 1968, ano da criação do Departamento de Parques e Jardins.

Algumas das “praças” projetadas e executadas pelo antigo Departamento de Parques e Jardins e, depois de 1976, pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes, apresentam dimensões semelhantes e, às vezes, até maiores do que as de alguns “parques”. Mas as dimensões relativamente grandes de algumas praças devem ser consideradas com cautela porque, no geral, significam áreas com alta declividade e/ou com proporções planimétricas inadequadas à implantação de qualquer tipo de equipamento recreativo. De qualquer modo, embora não chamadas “parques”, muitas áreas verdes com equipamentos recreativos foram implantadas no período, grande parte delas em espaços livres de loteamentos.

Quase setenta destas “praças”, projetadas de 1974 em diante, possuíam áreas para recreação infantil, e/ou quadras poliesportivas, e/ou canchas de bocha e/ou canchas de malha e eram, em geral, densamente arborizadas. A maior parte delas foi implantada, somando algo em torno de 740.000 m² de áreas verdes equipadas para recreação. O período mais produtivo, não só quanto à elaboração de projetos, mas também quanto à sua execução, foi o compreendido entre 1974 e 1984, em que se registram cerca de 80% dos casos. No Quadro 8 estão relacionadas as praças com sua metragem aproximada e o período em que foram projetadas e/ou executadas, cuja localização encontra-se no mesmo mapa onde estão assinaladas as “praças equipadas”, os parques existentes e os propostos pelo Plano de Áreas Verdes de Recreação de 1967-1969.

QUADRO 8

“Praças equipadas” projetadas e executadas entre 1974 e 1984 e depois de 1985

praças (por seus nomes, pelas ruas que as delimitam ou pelo bairro em que se situam)	área (m ²)
período de execução: 1974 - 1984	
1. Abigail Alves	6.900
2. Alexandre Contry	14.000
3. Alfredo Toledo	14.000
4. Américo Gomes da Costa	8.200
5. Antonia Maturano Lago	6.300
6. Araçaíba / Castilho	11.300
7. Araguacema	7.000
8. Barão Pinto Lima	22.500
9. Conjunto Habitacional em Guaianazes	10.000
10. Conjunto Habitacional Itaquera I B	13.000
11. Conjunto habitacional Itaquera II e III	19.300
12. Corujas (avenida)	13.200
13. Dirceu de Castro Fontoura (ex Amadeu Giusti)	17.000
14. Djalma Pinheiro Franco	8.000
15. Dom Manuel D'Elboux	33.000
16. Estela Novaes Junqueira	9.600
17. Estrada do Campo Limpo / Pirajussara	6.200
18. Felix Nascente	3.400
19. General Porto carreiro	18.000
20. Girassol	12.200
21. Guararapes	4.800
22. Jacuí	13.000
23. Jaguamitanga	11.600
24. Jardim Planalto	9.600
25. Jardim Rizzo	6.000
26. Jardim Santo Elias	31.000
27. Jardim São Pedro	37.000
28. Jaurú	5.500
29. Jequié	12.000
30. João de Moraes Setúbal	13.700
31. João Rodrigues	16.400
32. João Vitoriano / Peixoto Viegas	9.000
33. José Ória	12.800
34. Joviano Aguirre	7.200
35. Lauzane Paulista	11.900
36. Lourenço Cabreira	5.300
37. Marcos Fernandes	18.500

38. Mestras Pias Fillipinni	4.000
39. Monte Celeste / Dario Ribeiro	5.500
40. Murupi / Cardeal Caglioni	13.400
41. Nova Independência / Kansas	10.200
42. Nova Olinda	2.100
43. Novais Morelli	4.600
44. Pablo Salinas	2.700
45. Palermo	5.000
46. Parque Maria Domitila	12.500
47. Pedra do Jacaré	7.000
48. Pedro Ribeiro	15.300
49. Pindorama	7.500
50. Santa Quitéria	4.700
51. São Felipe	21.000
52. Teodoro Maldonado	4.400
53. Tiapira e Miguel de Almeida	7.500
54. Vila São Francisco	20.000
metragem total de praças executadas entre 1974 e 1984	625.800 m²
Período de execução: 1985 em diante	
55. Brook Taylor	7.300
56. Conjunto Habitacional Barreira Grande	8.300
57. Custódio Cardoso	6.000
58. Itaquera 1B, Quadra 44	10.000
59. Jardim Felicidade ¹⁴⁸	28.843
60. João Azevedo Borges ¹⁴⁹	7.200
61. Landim	5.600
62. Parque Brasil	7.000
63. Parque das Nações Unidas	20.551
64. Sebastião Sarmiento Mena	7.500
65. Thereza Masironi Gonfiantini	3.300
66. Vista Linda	7.500
metragem total de praças executadas de 1985 em diante	119.094 m²

4.3.3 Áreas verdes de recreação em próprios municipais

No período considerado, três propriedades municipais não originadas de parcelamento do solo, mas sim confiscadas ou mesmo adquiridas para fins que, inicialmente, eram alheios aos parques públicos, foram usadas para a construção de parques municipais: a do Guarapiranga, comprada entre 1937-1938; a do antigo aterro sanitário, na altura do quilômetro 15 da rodovia Raposo Tavares, comprada em 1964, a do antigo sítio Santa Fé, na altura do

¹⁴⁸ Trata-se do projeto da "praça" que se tornaria mais tarde "parque" Jardim Felicidade.

¹⁴⁹ No arquivo técnico do DEPAVE comparece como praça situada entre a avenida Inajar de Souza e as ruas Inácio Leitão e Capitão José Machado.

quilômetro 24 da rodovia Anhanguera, na região de Perus, obtida em 1978 mediante confisco.

Guarapiranga

Como já foi dito, a área onde hoje está instalado o parque Guarapiranga originou-se da desapropriação, entre 1937 e 1938, de quatro lotes contíguos, somando 157.922,90 m², para a implantação de uma “estação de férias” para um dos “clubes de menores operários”, construídos na primeira gestão de Prestes Maia.

O clube foi desativado e somente em meados da década de 1960 começaram as gestões para o aproveitamento do terreno como parque público, com a solicitação da Câmara Municipal¹⁵⁰ ao Executivo para a elaboração de um orçamento prévio do parque pretendido. Sabe-se que em 1969 já se encontrava pronto um projeto para o parque que não pode, no entanto, ser executado por falta de disponibilidade financeira, uma vez que a verba do Departamento de Parques e Jardins daquele ano já estava comprometida com a execução de “praças”¹⁵¹.

O interesse em construir o parque, naquela época, envolvia vários órgãos: a Câmara Municipal; a então sub-prefeitura de Santo Amaro, em cuja área o parque se localizava; a Coordenação das Administrações Regionais, a Secretaria de Turismo e Fomento, a Secretaria de Serviços Municipais, que compreendia o Departamento de Parques e Jardins, e o próprio prefeito. Em junho de 1969 o Secretário de Serviços Municipais transmitia ao Departamento de Parques e Jardins a ordem do prefeito de ultimar os estudos visando a implantação do parque. Previam-se concessões a terceiros para a exploração de certos serviços no interior do parque – restaurante, quiosques – devendo ficar a cargo deles as construções para isto necessárias. À administração municipal competiria a execução dos acessos, jardins, rede de água, esgoto, iluminação, etc., serviços esses que, para a sua consecução, contariam com a colaboração da sub-prefeitura de Santo Amaro e da Secretaria de Turismo e Fomento.

Ao mesmo tempo que se negociava a participação dos vários órgãos envolvidos, iam-se fazendo ajustes para abaixar os custos de implantação do projeto. Uma das providências foi realizar, com equipamentos e mão de obra da prefeitura, os serviços que ela tinha condições de executar. Assim, a sub-prefeitura de Santo Amaro foi incumbida de, com recursos próprios, abrir as ruas internas e demolir duas construções existentes, tendo uma delas 250 m², provavelmente remanescentes do antigo “clube” da prefeitura; o Departamento de Iluminação Pública, de reestudar e executar o projeto de iluminação; a Secretaria de Obras, da pavimentação; a Divisão Parque 2, do Departamento de Parques e Jardins, do plantio, enquanto a Divisão Parque 1 daria andamento aos projetos das redes de água e esgoto, de instalações elétricas e hidráulicas, de ajardinamento e das edificações principais, “tais como como sanitários, cabines telefônicas, quiosques para venda de lanches, refrescos, refeições

¹⁵⁰ A solicitação foi encaminhada pelo vereador José Maria Marin.

ligeiras, etc., e o que mais se construir como equipamento principal do projeto inicial da Equipe Arq. Rosa G. Kliass”, necessários para promover a concorrência pública das obras¹⁵².

Em 1970, também, provavelmente, para abaixar os custos, o projeto original do parque foi revisto por arquitetos do Departamento de Parques e Jardins. Ainda assim pensava-se em construir, dentro do parque, um restaurante de 1360 m², com capacidade para 350 pessoas, uma área de recreação infantil de 1.700 m², um espelho d'água de 1.200 m², um anfiteatro, entre outros equipamentos.

Terminado o ano de 1971 a execução do projeto revisado já estava em condições de ser licitada. No entanto, apesar das pressões provenientes da Câmara Municipal, não foram consignados recursos suficientes para a construção do parque. No meio tempo, em 1973, chegou-se mesmo a solicitar orçamento de projeto ao escritório Burle Marx & Cia. LTDA. Por fim, em 1974, concluiu-se a construção do parque possível, um misto de soluções “caseiras”, ou seja, geradas no interior dos órgãos municipais, com projetos de comunicação visual e de objetos industrializados projetados por escritórios contratados.

O Guarapiranga foi a primeira experiência do novo Departamento de Parques e Jardins na construção de parques. Foi um processo confuso, em parte devido ao envolvimento de muitos órgãos municipais que nunca haviam se defrontado com problemas semelhantes, com a dificuldade adicional da administração de vários contratos simultaneamente, tanto para execução quanto para projeto. Os parques municipais construídos posteriormente, com exceção do Cidade de Toronto, feito em conjunto com uma equipe de projetistas da municipalidade de Toronto, e do Burle Marx, foram integralmente projetados no Departamento de Parques e Áreas Verdes – ressalva feita aos projetos de iluminação, elaborados pelo departamento competente – que também administrou os contratos para a sua execução.

Anhanguera

As terras onde está implantado o parque Anhanguera passaram a fazer parte do patrimônio do município em fins de 1978, ao serem adquiridas da Coordenadoria das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional – CEIPM, do Ministério da Fazenda. O governo federal obteve aquelas terras em 1974 por confisco aos bens da Companhia de Cimento Portland de Perus, da Estrada de Ferro Perus Pirapora e do Lanifício Paulista S.A., como liquidação de dívidas para com a União. Tratava-se de duas glebas que compunham o Sítio Santa Fé, uma com 8.981.395 m² e outra com 753.000 m².

Segundo depoimento do então secretário de Serviços e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo, Aurélio Araújo, altos funcionários do Ministério da Fazenda procuraram-no, em 1978, para saber do interesse da prefeitura em ficar com aquelas propriedades. Levou-os ao então prefeito, Olavo Setúbal, que teria se mostrado incrédulo a princípio mas que, diante da

¹⁵¹ Trata-se de projetos desenvolvidos por equipe contratada pela Secretaria de Serviços Municipais para elaborar uma série de projetos de paisagismo em áreas municipais, a que se fará referência adiante.

¹⁵² Cota do Secretário de Serviços Municipais para o Diretor do Departamento de Parques e Jardins, de 27 de agosto de 1969.

insistência, autorizou que se prosseguissem os entendimentos para a realização da transação. Ainda de acordo com o secretário, os funcionários representantes do Ministério da Fazenda teriam dito dar preferência a que a área se tornasse patrimônio público temendo que, indo a leilão, fosse loteada¹⁵³.

Assim, pela Lei Municipal nº 8.852 de 1978, a prefeitura foi autorizada a comprar (pró forma, segundo o secretário) a gleba menor e parte ideal da maior, esta juntamente com o governo do Estado, que previa a possibilidade de implantar ali uma estação de tratamento de esgotos. Na parcela menor foi instalado o aterro sanitário Bandeirantes, operado pelo Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura e, na maior, o parque Anhanguera¹⁵⁴.

Em meados de março de 1979 já estava pronto para ser executado o projeto de entrada e distribuição de energia elétrica na área do parque e, no começo de abril, o de sua recomposição florística, que consistia na implantação de cento e oitenta diferentes “unidades colonizadoras” de vegetação arbórea, com aproximadamente um hectare cada uma, destinadas a substituir gradualmente, por espécies autóctones, o eucaliptal remanescente do antigo uso daquelas terras para reflorestamento econômico¹⁵⁵.

O plano de zoneamento do conjunto foi concluído em maio de 1979, tendo servido ele mesmo de base para a execução das primeiras obras (de pequena monta, como são ainda hoje), apenas essenciais ao funcionamento do parque. Deste modo, em junho do mesmo ano, com infra-estrutura mínima, o parque já começava a ser freqüentado pelo público¹⁵⁶.

Embora seja o maior parque de São Paulo em área, apenas cerca de 800.000 m² estão liberados e equipados para uso público, contando com estacionamento para veículos, sanitários, quiosques e churrasqueiras, quadra esportiva, áreas para recreação infantil, anfiteatro ao ar livre e orquidário, além de trilhas para caminhadas e ciclismo.

Raposo Tavares

A área onde hoje está o parque Raposo Tavares passou à prefeitura em 1966, quando foi comprada com o objetivo de ali se instalar, não um parque, mas um depósito de lixo, convertido em aterro sanitário. Uma vez esgotada sua capacidade o depósito foi desativado e, em 1978, o diretor do DEPAVE designou uma equipe de arquitetos, engenheiros e botânicos para elaborar projeto paisagístico para ali ser implantado um parque público. No ano seguinte o projeto executivo já estava terminado, dando-se início às obras com a contenção dos taludes do aterro. Em 1981 o parque seria inaugurado, aproveitando-se edificação existente, onde

¹⁵³ Dados obtidos em entrevista telefônica realizada em fevereiro de 1999.

¹⁵⁴ Mais tarde, pelo Decreto Municipal nº 16.357 de 1980, foram declaradas de utilidade pública para implantação de área verde, duas propriedades encravadas na gleba do parque, com áreas de 162.996 m² e 273.775 m², mas a desapropriação não se consumou, assim como não se efetivou outro decreto de utilidade pública, já durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, no início da década de 1990, para a desapropriação de outro terreno contíguo ao parque com vistas a ser a ele anexado.

¹⁵⁵ A falta de manutenção e acompanhamento fez com que apenas cinco unidades conhecessem relativo sucesso, o que foi, no entanto, suficiente para que principiasse a ocorrer uma diversidade faunística e para motivar a criação, no parque, do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS, em meados da década de 1990.

¹⁵⁶ Em 30 de junho de 1979 o então secretário de Serviços e Obras, Aurélio Araújo, enviou ofício ao DERSA com pedido de sinalização do parque na rodovia Anhanguera “tendo em vista a grande procura do público que principia a freqüentar o local”.

estava instalada a sede da administração do aterro sanitário, para alojar a administração do parque.

O parque situa-se em área periférica do município e seus atrativos resumem-se a campos de futebol e uma pequena área com brinquedos para crianças. Em vista ter sido construído sobre aterro sanitário sua vegetação arbórea é pouco desenvolvida, o que contribui para torná-lo um local pouco atraente. Seu perímetro era demarcado precariamente, facilitando invasões por parte de moradores lindeiros. Somente em 1998 o DEPAVE providenciou seu cercamento definitivo.

4.3.4 Áreas verdes de recreação em terrenos desapropriados

Foram sete as propriedades adquiridas pela prefeitura para a implantação de parques neste período, somando algo em torno de 183 hectares. Cinco dentre elas, somando aproximadamente 170 hectares, foram compradas entre 1975 e 1977, onde se construíram os parques do Carmo, Piqueri, Vila dos Remédios, Nabuco e Conceição. As outras duas, totalizando dois hectares, localizam-se na Vila Curuçá (zona leste) e na Vila Guilherme¹⁵⁷. As mais significativas em tamanho e em afluência do público são as do parque do Carmo, em Itaqueria, e do parque Piqueri, no Tatuapé.

Carmo

A origem do lugar onde hoje existe o parque do Carmo remonta ao século XVII, com a doação à Ordem Terceira do Carmo (então denominada Província Carmelitana Fluminense) da fazenda Caaguaçu, que seria mantida como sua propriedade até 1910, quando foi parcelada, originando-se de parte dela o loteamento denominado Vila Carmosina¹⁵⁸.

Em 1951, depois de passar por outros proprietários, a área da fazenda, então de aproximadamente 7.500.000 m², passou a pertencer a Oscar Americano de Caldas Filho, sendo entregue a seus herdeiros em 1974, integrando o patrimônio da empresa a que pertencia Oscar Americano, a Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO.

Durante a gestão do prefeito Olavo Setúbal (1975-1979) os proprietários propuseram à prefeitura a desapropriação de uma área em torno da sede da fazenda, que coincide com a do parque público hoje existente. A proposta foi aceita, editando-se o Decreto Municipal nº 12.705 de 1976, que declarou a área como de utilidade pública para desapropriação. Outro decreto, o de nº 13.540 de 1976, determinou a criação do parque, que foi inaugurado naquele mesmo ano.

Um aspecto discutível desta transação é de natureza semelhante à da compra do parque da Aclimação, em 1939, ou seja, o poder público acabou por adquirir terras que poderiam se

¹⁵⁷ A área da Sociedade Paulista de Trote, na Vila Guilherme é, na realidade, um caso híbrido de confisco e desapropriação ainda não inteiramente resolvido.

¹⁵⁸ Para o histórico do parque do Carmo consultar KLIASS, 1993 e LOUREIRO, 1979.

tornar áreas verdes públicas pela simples aplicação da lei que regia a abertura de loteamentos¹⁵⁹. Na época da aquisição pela prefeitura, a fazenda do Carmo situava-se em área rural, prevendo a legislação que loteamentos em áreas rurais implicariam na doação de 20% da gleba loteada para áreas verdes. A fazenda tinha aproximadamente 7.500.000 m², portanto, seu parcelamento geraria 1.500.000 m² de áreas verdes públicas, ou seja, uma superfície equivalente à do parque do Carmo.

Na gestão seguinte, de Reynaldo de Barros (1979-1982), o restante da fazenda, situado em terrenos de alta declividade e com cobertura vegetal remanescente da Mata Atlântica, foi comprado por uma empresa municipal, a Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB, para a implantação de conjuntos habitacionais. Em 1982 chegou-se a abrir em parte da gleba, um loteamento de 908 lotes, atingindo uma área de quase 200.000 m². Durante a gestão do prefeito Jânio Quadros (1986-1988) a COHAB elaborou projeto executivo de conjunto habitacional com 25.000 moradias comprometendo a área sobrando. Mas ele não chegou a ser executado pois, em 1989, por projeto de lei do Legislativo, iniciativa do deputado Roberto Gouveia, aquelas terras passaram a integrar a Área de Proteção Ambiental Pêssego-Carmo, nos termos da Lei Estadual nº 6409¹⁶⁰.

Já no final da administração da prefeita Luisa Erundina de Souza (1989-1992) a COHAB assinou Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito de quase 4.000.000 m² de sua propriedade na Área de Proteção Ambiental em favor do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, para ali instalar um parque o que, no entanto, até hoje, ainda não se efetivou¹⁶¹.

Piqueri

A área do atual parque Piqueri, no bairro do Tatuapé, foi declarada de utilidade pública para desapropriação, pelo Decreto Municipal nº 9251 de 1971. Integrava propriedade pertencente ao Conde Francisco Matarazzo, que a adquiriu em 1927, destinando parte dela para fins industriais e parte para o lazer particular. Consta que, na chácara de lazer, criavam-se búfalos, lhamas, veados, aves e peixes tendo-se ali plantado árvores de espécies nativas e exóticas, bem como formado um pomar com diversas árvores frutíferas¹⁶². Afirma LOUREIRO (1979:140) que o decreto de utilidade pública para desapropriação, de 1971, foi uma “reação da municipalidade contra atos de depredação vegetal, que então ocorriam no local”. No entanto, somente em 1976 a prefeitura adquiriu a área.

¹⁵⁹ Este aspecto, no referente ao parque do Carmo, já foi mencionado por KLIASS, 1993:177.

¹⁶⁰ O projeto de lei transformando as terras do Carmo em Área de Proteção Ambiental foi de autoria do deputado Roberto Gouveia.

¹⁶¹ Em 1993, pelo Decreto Estadual Nº 37.678, a Área de Proteção Ambiental foi regulamentada, estabelecendo-se seu zoneamento ambiental. A maior parte da área sob a administração do DEPAVE está contida na chamada Zona A, ou Zona de Vida Silvestre, onde é permitido o uso institucional restrito a atividades voltadas à proteção do ecossistema, prevendo-se sua abertura à visitação pública apenas com o acompanhamento de monitores credenciados. A outra parte situa-se na Zona B, onde pode se dar uso institucional ligado ao lazer.

¹⁶² Informações constantes de relato encaminhado em 18 de abril de 1994 ao secretário do Verde e do Meio Ambiente, pela então diretora substituta do DEPAVE, engenheira agrônoma Terezinha Maria Sbrissa de Campos.

Em março de 1977 já estava pronto o anteprojeto e em abril começou-se a elaborar o projeto executivo do parque¹⁶³; em agosto do mesmo ano abriu-se o edital para sua construção; em outubro iniciaram-se as obras e em abril de 1978 o parque foi inaugurado com a presença do prefeito Olavo Setúbal.

A carência de espaços verdes de lazer atlético-esportivo na região pode ser constatada já nos primeiros dias de funcionamento do parque e pelos constantes pedidos posteriores de implantação de mais quadras esportivas, canchas de bocha, pistas de *Cooper* e aparelhos para ginástica. Uma série de fatos mostra a grande demanda sobre esta área verde de lazer, desde seu início.

Ao eximir-se da responsabilidade de refazer os danos ao parque ocorridos logo após a inauguração, a empresa contratada para a sua execução alegava ao DEPAVE que no fim de semana “mais de 20.000 pessoas visitaram o parque (...) e o corpo de guardas era insuficiente para evitar abusos no que se refere à utilização do mesmo tais como jogar futebol (...)”¹⁶⁴.

No ano seguinte a Sociedade Amigos do Tatuapé encaminhou por abaixo-assinado¹⁶⁵ pedido para a “criação de área de lazer” no parque Piqueri, entenda-se, sua transformação em centro esportivo, tanto que o ofício foi remetido pelo então prefeito à Secretaria Municipal de Esportes. Chegando o assunto ao DEPAVE 5 – seção responsável pelos parques públicos – seu diretor, Dante Barone, deu parecer contrário à ampliação do número de quadras esportivas no Piqueri por se tratar de parque “para lazer, para descanso, relaxamento”, sugerindo que se pleiteasse a construção de um centro esportivo “naquela zona tão populosa”. Em 1981, mais uma vez, a Sociedade Amigos do Tatuapé solicitava quadras de bocha cobertas no interior do parque, pedido repetido diversas vezes até 1992, quando foram construídas.

Em 1983 implantou-se a pista de *Cooper*. Em 1992, também por abaixo-assinado, pedia-se a criação de uma área própria para a prática de ginástica “que há três anos se realiza no Parque em áreas não apropriadas”, ou seja, nos gramados “onde existem buracos e a grama é escorregadia”.

Ainda em 1992 chegaram à seção de projetos do DEPAVE mais reivindicações de equipamentos atlético-esportivos o que motivou a resposta de seu diretor de serem elas “próprias dos Centros Esportivos e Educacionais (...) mantidos pela SEME” (Secretaria Municipal de Esportes) e não nos parques municipais “onde se procura exatamente o uso espontâneo e irrestrito por parte de todos os usuários”.

Quase um ano depois, a administração do parque, respaldada pelas reivindicações dos usuários, pedia ao DEPAVE a reforma dos equipamentos de ginástica ao longo da pista de *Cooper* e de caminhadas “que é a principal característica de lazer deste parque”.

¹⁶³ Trabalharam no anteprojeto as arquitetas Maria Elena Merege Vieira e Helena Müller e as botânicas Alzira Rocha Cruz e Mércia Câmara. O projeto executivo foi desenvolvido pelos arquitetos Célia Seri Kawai, Maria Elena Merege Vieira e Reinaldo José Gerasi Cabral.

¹⁶⁴ Carta enviada pela firma contratada, Eucervi, ao DEPAVE em 25 de abril de 1978.

¹⁶⁵ O abaixo-assinado foi entregue ao deputado Ricardo Izar que o encaminhou ao prefeito Reynaldo de Barros.

Afora estes pedidos aventou-se mesmo a construção, em 1990, de um planetário no parque do Piqueri, idéia em seguida arquivada, e, em 1995, a de um anfiteatro ao ar livre com arquibancada e, por sugestão do administrador do parque, “um pequeno vestiário para artistas e conjuntos que venham se apresentar”.

Reivindicações como as citadas acima demonstram a pressão para o uso do espaço do parque para atividades atléticas, esportivas e culturais acima da capacidade do seu suporte físico. Levantamento atual de carências apontadas pelos freqüentadores do Piqueri põe em evidência a persistência de certas necessidades que, para serem atendidas adequadamente, requereriam a ampliação da área do parque, hoje remota, dada a ocupação e a valorização do solo na região onde ele se encontra.

Vila dos Remédios

O parque Vila dos Remédios, com 109.800 m², originou-se da desapropriação, em 1976, durante a gestão de Olavo Setúbal, de terreno de 97.390 m² pertencente à Congregação Franciscana Filhas da Divina Providência, classificado como “bem dominial de uso especial, para o plano de preservação de área verde e implantação de equipamentos sociais”. A diferença entre a metragem desapropriada e a do atual parque pode ser devida à anexação de espaço livre público contíguo.

Quando foi adquirido encontrava-se já envolvido pelas ruas e edificações da Vila Jaguara, Vila Nova Jaguara, Jardim Belaura, entre outros loteamentos. Possuía vegetação arbórea em capoeiras entremeadas por matações e um pequeno açude, mantidos no projeto que o DEPAVE executou. Sua inauguração se deu no início de 1980.

A referência cartográfica mais antiga que foi possível obter nos limites da pesquisa realizada, é a que consta do mapa de “Chácaras, Sítios e Fazendas ao redor do Centro”, do Museu Paulista. Ali comparecem os sítios dos Remédios e do Emboassava, à margem direita do rio Tietê, na região da confluência com o rio Pinheiros. Transpondo para aquele mapa a localização do atual parque, observa-se que ele integrava o sítio Emboassava e não o Vila dos Remédios. No “Mappa Topographico do Município de São Paulo” executado pela empresa Sara Brasil, em 1930, pode-se perceber o seu assentamento sobre linhas de drenagem que dão diretamente para o rio Tietê. O mesmo mapa informa que, em 1930, o lugar ainda não estava urbanizado, contando apenas com os arruamentos incipientes da Vila Jaguara e da Vila dos Remédios.

Apesar de possuir dimensão equivalente à do parque Piqueri, ele difere na topografia e na acessibilidade. Seu relevo é acidentado limitando, em quantidade e em diversidade, os equipamentos de lazer e o acesso a ele é tortuoso, através de ruas locais, dispostas num traçado bastante irregular, o que permite classificá-lo como um parque de vizinhança.

Nabuco

O terreno do atual parque Nabuco, de 31.300 m², foi adquirido pela prefeitura através de ação expropriatória contra o espólio de Fernando Nabuco de Abreu, em 1977. Sendo sede de antiga chácara, o terreno já contava, quando da sua aquisição, com pomar formado e um pequeno bosque, uma piscina rasa – transformada em espelho d’água com peixes e plantas – e de uma casa, onde se instalou a administração do parque. Sua inauguração se deu em janeiro de 1980.

Conceição

O parque Conceição é o menor entre os municipais, com 15.000 m² de área. Ele é fruto do Plano de Reurbanização de Conceição, elaborado pela Empresa Municipal de Urbanização – EMURB em 1974, dentro do Projeto Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada – CURA, numa área de 147.380 m² em torno da estação Conceição do Metrô. O plano, aprovado pela Lei Municipal nº 8328 de 1975, previa, entre outras coisas, a implantação de um parque público, o que se fez aproveitando as instalações e a vegetação existentes em três propriedades contíguas, as de maiores dimensões dentro do perímetro do plano, desapropriadas para este fim. Os três lotes foram lembrados e suas casas aproveitadas para abrigar a Escola Municipal de Iniciação Artística e, durante alguns anos, a Fundação Cinemateca Brasileira. O parque foi inaugurado em 1981 e conta, além das três casas, com área de recreação infantil.

Chico Mendes

O parque Chico Mendes, de 61.600 m², em São Miguel Paulista, está assentado em terreno remanescente do desmembramento da Fazenda Figueira Grande em chácaras menores, processo iniciado em 1924.

Como em outros casos, a tramitação para transformar a área em parque foi desencadeada por pedido de vereador, em 1979. Mas somente em 1987 publicou-se o Decreto Municipal nº 24.640 declarando a área de utilidade pública para implantação de um parque, sob o argumento de o local possuir “mata de inquestionável interesse”.

A área fora até então utilizada para lazer familiar e contava, na época da desapropriação, com uma sede de 440 m², um pavilhão de 252 m², casa de caseiro com 78 m² e um bosque cobrindo aproximadamente 30% da superfície do parque, protegendo a nascente de um pequeno córrego que o atravessa.

Diversas entidades participaram das discussões para definir o caráter do parque e o uso a ser dado às instalações pré existentes: União Consciência Negra, Grupo de Rua (da zona leste), Sindicato dos Bancários, Grupo Ação Ecológica, entre outros.

Como parte das comemorações pelo centenário da abolição da escravidão, chegou-se a pensar, em 1988, que o parque poderia abrigar a sede do Museu da Cultura Afro Brasileira, mas acabou-se por fazer a partição das instalações e equipamentos entre a Secretaria

Municipal da Saúde – que utilizaria o parque como espaço de terapia para doentes físicos e mentais –, a Secretaria Municipal de Cultura – que usaria e manteria a casa sede – e o próprio Departamento de Parques e Áreas Verdes, que cuidaria de toda a área não construída. No entanto, no início de 1991, a Secretaria Municipal da Cultura desligou-se do parque, levando consigo a parte da verba destinada à manutenção da sede.

Vila Guilherme¹⁶⁶

Em 1986 o então prefeito Jânio Quadros assinou os Decretos nº 22.362, nº 22.610 e nº 23.083, todos referentes à declaração de utilidade pública para uma área de 167.886,08 m², na Vila Guilherme, pertencente à Sociedade Paulista de Trote, com o fim de ali implantar um parque público municipal¹⁶⁷.

Este terreno onde a Sociedade Paulista de Trote, fundada em 1944, estabeleceu-se, era originalmente um charco, situado na planície do Tietê entre Santana e Vila Maria. Consta que o prefeito Prestes Maia, em sua primeira gestão, aterrou a área para que pudessem ser realizadas corridas de cavalo. Não foi possível obter esclarecimentos sobre a origem da idéia de implantar ali um parque público mas, em 1990, chegou um ofício ao DEPAVE, proveniente da Câmara Municipal¹⁶⁸, pedindo informações sobre o andamento do processo de desapropriação da área e denunciava que “as corridas de cavalo continuam e o pouco das obras que foram feitas, continuam como desde o início”. Em 1991, foi a vez da Associação de Moradores e Amigos da Vila Guilherme requerer prestação na solução da ação expropriatória.

O processo de desapropriação da área e de implantação do parque foi bastante confuso e, ainda hoje, segundo informações obtidas no DEPAVE, o caso não está totalmente resolvido. Em resumo, por um acordo firmado pelas partes, em 1986, a expropriada demitiu-se da posse de parte da área e autorizou a imissão provisória da prefeitura em 82.000 m², de modo que ali já começasse a funcionar o parque público idealizado. No restante, não liberado, a Sociedade Paulista de Trote continuaria realizando seus treinos e corridas durante a semana, suspendendo-os nos feriados e nos finais de semana para que a população usufrísse também da pista de corridas. Enquanto isto a expropriada e a expropriante concluíam o acordo para a desapropriação total. Ocorreu, no entanto, que a Sociedade Paulista de Trote era devedora do município e o imóvel a ser desapropriado estava gravado por vinte penhoras a favor da municipalidade. Teria que haver, portanto, uma compensação entre o valor a ser pago pela prefeitura pela desapropriação da área e as dívidas da Sociedade Paulista de Trote para com a prefeitura. Este foi o ponto crucial da questão, ainda sem solução definitiva.

O que ocorreu, de fato, foi a abertura para uso público, em 1988, de uma área de apenas 21.620 m², onde foram implantados equipamentos de recreação infantil, pista de *Cooper* e três

¹⁶⁶ Todos os dados a respeito do parque Vila Guilherme foram obtidos por consulta às pastas de processo junto ao Gabinete da Diretoria do Departamento de Parques e Áreas Verdes.

¹⁶⁷ Originalmente a área constante do decreto nº 22.362 era de 167.886, 08 m², tendo havido, no decorrer do processo de desapropriação, um reajuste na metragem da área desapropriada para 158.686,34 m².

¹⁶⁸ O ofício vinha assinado pelo vereador Gabriel Ortega.

quadras poliesportivas. O restante da área de posse da municipalidade é constituído pelas sobras de terreno entre a elipse da pista e o perímetro da propriedade, uma delas contígua à área equipada e acessível a partir dela. Mas as demais sobras, por suas formas, dimensões e localizações não são aproveitáveis, configurando-se uma situação esdrúxula em que a acessibilidade a elas somente é possível atravessando-se a área da pista, ainda em posse e uso pela Sociedade Paulista de Trote.

Pode-se agora fazer um balanço, ainda que meramente quantitativo, do que a municipalidade produziu em termos de áreas verdes de recreação no período de 1968 a 1993. O Quadro 9 mostra a evolução da área de parques em relação à área urbana ocupada e à população urbana, em anos próximos aos que definem o período que está sendo tratado.

QUADRO 9

Área de parques municipais em relação à área e à população urbanas em 1965 e em 1993

	1965	1993	1993 *
área total de parques (ha)	245,24	1.467,65	597,65
área da mancha urbana (ha)	70.000	90.000 (1988)	
% área parques sobre área urbana	0,35	1,63	0,66
população urbana (1963)	4.884.900 (1963)	9.393.757 (1991)	
área de parque (m ²) por habitante	0,50	1,56	0,63

* Excluindo-se a área do parque Anhanguera não aberta ao público

FONTES: os dados sobre população urbana em 1965 foram tomados de ROLNIK (1997:165) e, em 1991, de GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria de Planejamento e Gestão - Sumário de Dados da Grande São Paulo - 1992. As áreas da mancha urbana foram tiradas de PMSP - SEMPLA - São Paulo: crise e mudança (s/d, pg.82,83). As áreas dos parques municipais, com exceção do Parque Dom Pedro II, são as atualmente adotadas pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes da PMSP – DEPAVE. A área do Parque Dom Pedro II é a adotada por KILIAS (1993:120).

4.4 QUADRO TÉCNICO DA PREFEITURA - PLANOS E PROJETOS DE PARQUES PÚBLICOS

Antes de tratar diretamente dos planos e projetos elaborados pelo Departamento de Parques e Jardins e pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes no período, faz-se necessária uma breve recapitulação da composição administrativa que a prefeitura possuía no momento que antecedeu imediatamente a sua criação¹⁶⁹.

Anteriormente à reforma administrativa levada a efeito na gestão de Faria Lima (Lei nº 6.882 de 18 de maio de 1966 e Lei nº 7.108 de 10 de janeiro de 1968), estavam subordinados à Secretaria de Obras: o Departamento de Arquitetura, o Departamento de Urbanismo e o Departamento de Serviços Municipais. Os departamentos tinham as suas divisões e estas as suas seções. Os projetos de paisagismo, quando havia, eram feitos numa seção do Departamento de Urbanismo da Secretaria de Obras, ficando a execução do plantio e sua manutenção a cargo da divisão chamada SERV 1 que, no momento que antecedeu a criação do Departamento de Parques e Jardins, era dirigida por Rubens M. Fachini. Consumada a reforma administrativa em 1968, passou a existir a Secretaria de Serviços Municipais e, dentro dela, o Departamento de Parques e Jardins (por pouco tempo denominado Parques, Jardins e Cemitérios), que teve como seu primeiro diretor Werther Krause. Dentro do departamento recém criado passou a existir então uma divisão, chamada PARQUE 1, encarregada da elaboração de planos e projetos, bem como da fiscalização da execução das obras civis, chefiada num primeiro momento pelo arquiteto Ary Albano.

Embora a criação do Departamento de Parques e Jardins em 1968 tenha marcado o início deste período, para colher no nascedouro a principal mudança no que se refere aos planos e projetos para parques públicos municipais, faz-se necessário recuar para 1966, quando o então chefe da Divisão SERV 1 solicitou a uma equipe de arquitetos, externa ao quadro da prefeitura, a elaboração de projetos de “praças” e “parques” em áreas municipais¹⁷⁰. O escopo de trabalho apresentado pela equipe ampliou o objetivo inicial, propondo a execução de um plano de áreas verdes de recreação e, dentro dele, a confecção de projetos específicos de paisagismo complementados por projetos de comunicação visual e de equipamentos passíveis de pré fabricação. Tal proposta foi levada ao prefeito Faria Lima em novembro de 1966 e, em março de 1967, foi formalizada pelo contrato nº 6 firmado entre recém criada Secretaria de Serviços Municipais e a equipe coordenada pelas arquitetas Miranda Martinelli

¹⁶⁹ As informações sobre a estrutura administrativa e sobre os primeiros planos e projetos foram tiradas de entrevistas com o arquiteto Ary Albano, que testemunhou a criação do Departamento de Parques e Jardins; com os engenheiros agrônomos Felisberto Cavalheiro e Terezinha Maria Sbrissa de Campos, que já trabalhavam no serviço municipal de parques e jardins quando o Departamento de Parques e Jardins foi criado e com a arquiteta Yassuko Tominaga, que trabalhava na Seção URBI 2 do Departamento de Urbanismo.

¹⁷⁰ As informações referentes à contratação e ao desenvolvimento dos trabalhos da equipe de áreas verdes de recreação foram retiradas do relatório que a equipe enviou à Secretaria de Serviços Municipais em fevereiro de 1969 e dos volumes denominados “Áreas verdes de recreação”, “Levantamentos: características urbanas de cinco zonas de aproximadamente 25 km²”, “Subsídios para o planejamento dos espaços livres em cinco zonas da cidade de São Paulo” e “Análise das condições naturais”, produzidos pela equipe contratada.

Magnoli e Rosa Grena Kliass¹⁷¹. O contrato estabelecia o prazo de seis meses para a realização dos serviços, prorrogáveis para vinte e quatro meses, à medida em que houvesse interesse para tanto, o que de fato aconteceu.

Parte dos serviços consistiu no levantamento da situação das áreas verdes municipais. Para tanto foram levantados e analisados os projetos de praças que estavam sendo elaborados no Departamento de Urbanismo e procedeu-se ao cadastramento das áreas verdes de propriedade municipal, identificando-as nos desenhos dos arruamentos – arquivados no então Departamento de Urbanismo – e conhecendo-as *in loco*. Teve-se assim ciência de que São Paulo, em 1967, possuía 3.260 espaços livres municipais totalizando 26.700.000 m², e que apenas 210 espaços estavam tratados, ou seja, equipados, ajardinados ou arborizados, sendo os demais terrenos baldios. Soube-se também que, então, a cidade ainda contava com 280 campos de futebol e 180 campos de malha e bocha em áreas públicas.

A equipe contratada deixou preparados para execução mais de quarenta projetos de praças, parques e de tratamento paisagístico de avenidas, além de projetos de equipamentos como bancos, lixeiras, brinquedos, mesas para piqueniques, bebedouros, floreiras, grelhas e tutores para árvores, luminárias, sinalização, quiosques, coberturas para quadras, etc., guardados até hoje no arquivo técnico do DEPAVE. Segundo relatório da equipe, em 1969, quinze projetos já estavam em execução e quatro em concorrência para serem executados. Entre os projetos citados – mas não necessariamente executados – constavam: canteiros da avenida Vinte e Três de Maio, praça Coronel Custódio Fernandes Pinheiro – também conhecida como praça do Por do Sol (Alto de Pinheiros), praça Horácio Sabino (Jardim das Bandeiras), praça Braúna (Tatuapé), praça Diogo do Amaral (Vila Pompéia), praça Barão de Itaqui (Tatuapé), praça Benedito Calixto (Pinheiros), praça Juan Gris – ex praça do Café – (Vila Guarani).

Em relação ao plano de áreas verdes públicas para recreação, a equipe propôs um sistema nuclear, composto por parques de vizinhança, de bairro, setoriais e metropolitanos, definidos pelos seus raios de atendimento e por seus equipamentos, de complexidade crescente¹⁷². A fonte de onde proveio esta nomenclatura foi explicitada na bibliografia consultada pela equipe: *Verde per le Città*, de CALZOLARE & GHIO (1961) . Sistema de

¹⁷¹ Além das coordenadoras, responsáveis pelo plano geral e pelos projetos de paisagismo, trabalharam na equipe, como colaboradores, as arquitetas Edith G. de Oliveira e Maria Maddalena Re e o arquiteto Sérgio Souza Lima. Os projetos de equipamentos e mobiliário foram de responsabilidade dos arquitetos Abraão Sanovicz e Júlio Roberto Katinski e do artista plástico Bramante Buffoni. Houve ainda a participação da empresa CEMACO, que realizou uma pesquisa sociológica para subsidiar o plano.

¹⁷² Tal hierarquização dos equipamentos urbanos, baseada em "núcleos sociais", já aparecia no plano para São Paulo apresentado pela SAGMACS em 1956 e 1957, que adotava três níveis de realização da vida coletiva: o *elementar*, circunscrito à vizinhança imediata; o *complexo*, com um raio de 3 quilômetros, comportando um determinado número de unidades *elementares*; o *completo*, englobando várias unidades *complexas*. O mesmo princípio, apenas com alterações na nomenclatura, foi adotado na Lei nº 7.688 de 1971, que dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo – PDDI, classificando as áreas verdes públicas em sete tipos: área para recreação infantil, parque de vizinhança, praça pública, campo esportivo, centro educacional e esportivo, parque distrital e reserva natural. Praticamente a mesma classificação foi utilizada na Lei nº 10.676 de 1988, que revogou o PDDI e aprovou o Plano Diretor do Município de São Paulo, ainda em vigor.

conceito semelhante já havia sido proposto, em 1939, por Eckbo, Kiley e Rose¹⁷³ e, antes ainda, em 1908, por Forestier, em *Grandes Villes et Systèmes de Parcs*, embora com dimensões e raios de atendimento diversos dos adotados pela equipe. Os parques de vizinhança foram definidos como “pequenos espaços dentro dos setores, limitados por vias de trânsito intenso – de acordo com o Plano Urbanístico Básico de 1968 – ou por acidentes geográficos muito acentuados, com raio de influência menor que 500 m, e equipados para recreação ativa infantil e recreação passiva de adultos”; os parques de bairro como “espaços livres capazes de atender a um equipamento de recreação ativa e passiva para crianças, jovens e adultos com raio de influência menor que 1.000m e com dimensão de 5000 m² até 100.000 - 150.000 m² (sic)” ; os parques setoriais como “grandes espaços livres capazes de atender a um equipamento maior e concentrando atividades esportivas mais importantes (ginásio coberto, piscinas, etc.), atividades culturais (teatros, bibliotecas, etc.) com raio de influência maior que 1.000 m”, com dimensão superior a 100.000 - 150.000 m²; os parques metropolitanos como “grandes espaços livres equipados para receber toda a população metropolitana em fins de semana, promovendo um reencontro com a natureza”, contendo equipamentos esportivos, grandes bosques para piqueniques, lagos, zonas para *camping*, etc.; por fim, os espaços livres especiais junto a centros de compra, centros cívicos, monumentos, etc.

A maioria dos projetos da equipe contratada, embora denominados “praças”, apresentavam em seu programa equipamentos como quadras poliesportivas, locais para recreação infantil com vários tipos de brinquedos, pequenos anfiteatros com arena e arborização relativamente farta, que permitiriam classificá-las como parques de vizinhança ou de bairro.

Para a localização destes diferentes tipos de parques foram aproveitadas as áreas municipais já existentes e, nos casos em que elas não existiam, sugeriu-se a desapropriação de terrenos ainda não edificadas. Para a execução das praças e parques o plano dava prioridade a setores carentes de áreas verdes de recreação no norte e no leste do município. Segundo depoimento do arquiteto Ary Albano, o plano foi enviado na época à Câmara dos Vereadores para votação, não tendo sido aprovado.

O mapa apresentado a seguir mostra a localização das “praças equipadas” e dos parques executados pelo Departamento de Parques e Jardins (de 1968 a 1976) e pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes (de 1976 em diante), comparada com a localização proposta pela equipe de áreas verdes de recreação para os parques de vizinhança, de bairro e setoriais.

Paralelamente à contratação da equipe externa ocorreu a formação, em meados de 1967, de uma equipe interna de profissionais recém admitidos no serviço público, que

¹⁷³ ECKBO, Garret, KILEY, Daniel U., ROSE, James - *Landscape Design in the Urban Environment*, in TREIB, Marc (editor) - *Modern Landscape Architecture: a Critical Review*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1994. A publicação original do artigo deu-se na revista *Architectural Record* de maio de 1939.

formariam o núcleo da Divisão PARQUE 1¹⁷⁴. Durante um curto período as duas equipes trabalharam no mesmo local, num galpão especialmente construído para abrigar a Divisão no parque do Ibirapuera. Foi o tempo suficiente para que os arquitetos recém contratados, muitos deles recém formados ou novatos em paisagismo, assimilassem um modo, ou um “estilo” de projetar que a equipe externa, já experiente no assunto, trouxe consigo.

Nas formas dos projetos elaborados pela equipe externa pode-se notar a influência do paisagista Roberto Coelho Cardozo, que iniciou a disciplina de paisagismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, escola de onde provinham os componentes daquela equipe. As arquitetas Miranda Martinelli Magnoli e Rosa Kliass já haviam trabalhado no escritório de Cardozo. Mesmo alguns membros da equipe interna já haviam estagiado naquele escritório – como a arquiteta Ayako Nishikawa – ou sido seus alunos. Quando perguntados sobre qual base ou modelo se apoiaram para elaborar seus primeiros projetos de paisagismo, vários arquitetos pioneiros do Departamento de Parques e Jardins, como Ayako Nishikawa, Francisco Segnini Jr., Mitushi Kagohara, Paulo Celso Dorneles Del Picchia, referiram-se a Cardozo, ou à convivência com a equipe externa, ou à consulta aos projetos por ela desenvolvidos e arquivados em PARQUE 1¹⁷⁵.

As soluções formais, particularmente as bi-dimensionais, dos primeiros projetos elaborados no, ou para o recém formado Departamento de Parques e Jardins, remontam às dos paisagistas pioneiros do modernismo nos Estados Unidos, entre os quais Garrett Eckbo, que estabeleceu-se profissionalmente em São Francisco, na Califórnia, em 1945 e em cujo escritório Roberto Cardozo chegou a estagiar. Já em 1939 Eckbo, Daniel Kiley e James Rose escreviam não só sobre a importância dos espaços de recreação coletivos, mas também sobre a necessidade de um novo *design*, correspondente às novas necessidades do homem urbano. De certo modo funcionalistas, eles apregoavam que, assim como as necessidades do homem urbano eram diversas e flexíveis, também flexíveis deveriam ser os espaços para sua recreação, de modo que a necessidades específicas correspondessem “formas específicas para expressar aqueles necessidades”. Mais ainda, a flexibilidade no projeto seria a expressão gráfica do “crescimento interno e do desenvolvimento da sociedade”. Não haveria mais razão, portanto, para a existência das grandiosas composições axiais “estáticas e inflexíveis”. As plantas também deveriam ser utilizadas “inteligentemente” nos projetos de paisagismo, o que só seria possível com o conhecimento de sua forma, sua altura quando adulta, a velocidade de seu crescimento, floração, frutificação, etc. Para que estas qualidades inerentes pudessem ser adequadamente expressas, seria necessário “separar o indivíduo [vegetal] da massa e dispor

¹⁷⁴ Entre outros profissionais contratados figuravam os arquitetos Ayako Nishikawa, Clayton Alfredo Nigro, Eleonora Seligmann, Francisco Segnini Jr., Lúcia Toffolo, Mitushi Kagohara, Paulo Celso Dorneles Del Picchia e Vera Catunda Serra. Na mesma época contrataram-se engenheiros agrônomos, como Felisberto Cavalheiro e Teresinha Maria Sbrissa, subordinados a outra divisão, coordenada pelo engenheiro agrônomo Dante Barione, a quem já se fez referência.

¹⁷⁵ Ainda que se perceba como um avanço a formação de um quadro especializado para o planejamento de áreas verdes e para a confecção de projetos de paisagismo na prefeitura, é necessário dizer que nem sempre a atividade de projeto era prestigiada pelo próprio prefeito que criou o Departamento de Parques e Jardins. Depoimentos dos engenheiros agrônomos Felisberto Cavalheiro e Teresinha Sbrissa de Campos coincidem na afirmação de que o prefeito os chamava para instruí-los pessoalmente sobre o que pretendia em matéria de paisagismo para este ou aquele lugar.

os diferentes tipos numa relação orgânica com o uso, circulação, topografia, e elementos existentes na paisagem”¹⁷⁶.

Se, por um lado, o projeto, ou o *design*, já podiam se livrar do peso das regras acadêmicas, por outro, sua liberdade, sua flexibilidade, haveriam de estar condicionadas a um outro tipo de ordem: a biológica ou organicista – mais no sentido das formas estarem arraigadas às funções do que de formas aparentadas a órgãos de seres vivos. A linguagem para expressar estes novos conceitos se caracterizaria pela ausência de um único ponto focal, pela multiplicidade de direções do olhar e do andar, pela variação das dimensões, das proporções e dos contornos dos espaços e superfícies – supostamente associadas às funções a que servem – combinando retas e curvas, diversificando ângulos, alternando ritmos, misturando materiais, mas tudo dentro de uma certa ordem à qual não era estranho o apuro formal. Formas derivadas da pintura cubista de Pablo Picasso e Georges Braque, da escultura construtivista de Moholy-Nagy, bem como as presentes em trabalhos de Joan Miró e de Jean Arp, podem ser reconhecidas nos projetos de Eckbo e de outros profissionais californianos do período (WALKER e SIMO, 1994).

Retrocedendo mais um pouco chega-se a Thomas Church que, já nos anos de 1930, exercia a profissão de arquiteto paisagista, também em São Francisco, com uma considerável quantidade de projetos para jardins residenciais realizados. As primeiras experiências profissionais de Church estavam marcadas pela tradição francesa de *beaux arts*, mas convivendo num meio artístico e intelectual influenciado pelo surrealismo, pelo cubismo e pela arquitetura modernista, rompeu com os axiomas compositivos baseados na axialidade e na simetria e adotou a multiplicidade de pontos de vista nos jardins¹⁷⁷. Entre os arquitetos paisagistas diretamente influenciados pelo trabalho de Church está o nome de Garrett Eckbo.

O afastamento das regras acadêmicas e a atualização do paisagismo com o ideário modernista já se fazia paralelamente, e com reconhecida originalidade, no Brasil, através de projetos de Roberto Burle Marx para o Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, mas chegou a São Paulo via Roberto Coelho Cardozo¹⁷⁸. Uma rápida comparação entre os desenhos de projetos de Thomas Church, Garrett Eckbo, Roberto Cardozo e da equipe liderada por Miranda Magnoli e Rosa Kliass para as praças do Departamento de Parques e Jardins entre 1967 e 1969, parece ser suficiente para constatar a filiação comum.

¹⁷⁶ ECKBO, Garret, KILEY, Daniel U., ROSE, James - Landscape Design in the Urban Environment, in TREIB, Marc (editor) - Modern Landscape Architecture: a Critical Review. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1994.

¹⁷⁷ HOWETT, Catherine - Modernism and American Landscape Architecture, in TREIB, Marc (editor) - Modern Landscape Architecture: a Critical Review. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1994.

¹⁷⁸ Ao tratar da "evolução da cultura da paisagem", MAGNOLI (1986) refere-se à chegada, ao Brasil, de Roberto Cardozo, que "trazia na bagagem as inovações do jardim doméstico que se alastravam, principalmente a partir da década de 1940, na Califórnia (...)". Embora considere discutível a transposição destas inovações para os jardins domésticos de São Paulo, MAGNOLI reconhece que foram elaborados "vários bons projetos, quer de Roberto Coelho Cardozo, quer de seus discípulos". MAGNOLI, Miranda Martinelli - Paisagem - Pesquisa sobre o desenho do espaço, in Paisagem e Ambiente, edição especial n° 1 e 2. São Paulo, FAU-USP, 1994:12.

City Park Plaza (1947) – Garret Eckbo

FONTE: Landscape for Living

Praça do Café (1967) – Rosa Grena Klüss

FONTE: PMSP

Praça na Rua Geórgia (1967) – Rosa Grena Kliass

FONTE: PMSP

Praça Cidade A. E. Carvalho (1968) – Miranda Martinelli Magnoli

Conforme depoimento de Ary Albano, confirmado por arquitetos que trabalharam sob sua direção na Divisão de Projetos do Departamento de Parques e Jardins – PARQUE 1, os projetos elaborados pela equipe externa tiveram que ser remanejados internamente para adequar-se às limitações orçamentárias. Embora se tratasse de trabalho ingrato, foi esta uma outra oportunidade dos arquitetos de PARQUE 1 conhecerem mais detalhadamente os projetos que estavam reformulando ao mesmo tempo que iniciavam um aprendizado de projetar dentro de restrições orçamentárias e, mais tarde, já com um certo número de projetos executados, de projetar com o conhecimento das particularidades de uso e das dificuldades de manutenção das áreas verdes públicas. Mas ainda em fins da década de 1970 alguns projetos de “praças” do Departamento, àquela altura já denominado de Parques Áreas Verdes, portavam soluções formais – mais no desenho dos pisos do que no da vegetação –

com forte geometrismo, combinando linhas retas e curvas e angularidades que remetem aos primeiros trabalhos do Departamento.

Jardins da residência Washington Hatanaka – Roberto Coelho Cardozo

Praça no Jardim Santo Elias – Marcos Aurélio Oppido

Mesmo com a não aprovação do plano de áreas verdes que fora elaborado pela equipe externa, alguns projetos que constavam daquele plano foram executados. No entanto, o que prevaleceu em termos de áreas verdes, durante a administração de Faria Lima, foi a execução das chamadas “mini praças”, ou seja, das pequenas áreas remanescentes de desapropriações para a abertura de avenidas.

Finda a gestão de Faria Lima, vários arquitetos de PARQUE 1 desligaram-se por vontade própria dos quadros da prefeitura ou mudaram de departamento. Foram então, aos poucos, sendo contratados novos arquitetos que formaram o que se poderia chamar de “segunda geração” de PARQUE 1, quase toda ela composta de recém formados e sem experiência anterior em paisagismo, apoiada, por sua vez, na experiência dos arquitetos que ali permaneceram.

Como já ficou dito, o período entre 1974 e 1981 foi o mais fecundo em projeto e execução dos chamados parques municipais. Concomitantemente, como se pôde notar no Quadro 8, foram projetadas e executadas dezenas de “praças” que, por seus equipamentos recreativos e esportivos e pela densa arborização, seriam equivalentes a “parques de vizinhança” e “parques de bairro”, segundo a nomenclatura utilizada no Plano de Áreas Verdes de Recreação de 1967-1969.

Foram pesquisadas duzentas e catorze pastas de projetos elaborados no Departamento de Parques e Jardins e, em seguida, no Departamento de Parques e Áreas Verdes, entre 1974 e 1984, boa parte deles executada. A maioria dos projetos era de “praças”, de diferentes dimensões e características topográficas que condicionavam os tipos de equipamentos de lazer que receberiam, mas quase sempre superiores 5.000 m² contendo, ao menos, uma área de recreação infantil equipada com brinquedos sobre tanques de areia. Na listagem apresentada no Quadro 8 comparecem apenas os projetos que contavam, pelo menos, com um *playground* e com um equipamento para a prática de esportes ou de jogos como bocha e malha.

Os partidos de projeto variavam igualmente, assim como a linguagem com que se expressavam – uns adotando linhas geométricas e condicionando a vegetação aos parâmetros formais empregados, outros desenhando traçados sinuosos e disposição vegetal que favorecia uma impressão mais “natural” do projeto, outros optando por soluções mistas. No entanto, em geral, obedecia-se à norma de reservar aos espaços pavimentados no máximo 30% da área, ficando o restante destinado à vegetação. Entre as espécies vegetais utilizadas dava-se prioridade às árvores autóctones, sendo os arbustos e forrações, exceto a grama, usados com parcimônia.

Duas eram as justificativas que amparavam estas escolhas: uma, os custos de implantação e manutenção das “praças”, que deveriam ser necessariamente baixos, uma vez que as verbas destinadas às áreas verdes foram sempre modestas. Os custos da construção civil, seja nas áreas pavimentadas, seja nos equipamentos de lazer e nas construções

propriamente ditas, eram muito mais altos do que os de plantio. Dentre as espécies vegetais, as arbóreas exigiam menor manutenção do que as arbustivas e herbáceas, além de que, com o passar do tempo, elas é que sobreviveriam e dariam a estrutura espacial da “praça”.

A outra era uma justificativa apoiada no papel que as áreas verdes poderiam desempenhar na melhoria das condições ambientais urbanas e, ao mesmo tempo, na necessidade de propagar as espécies vegetais nativas recriando, supostamente, pequenos enclaves ou embriões de “natureza” dentro do ambiente urbano. Este tipo de “consciência ecológica” já começava a se fazer sentir no Departamento em meados da década de 1970, introduzida sobretudo por alguns agrônomos que passaram a trabalhar em conjunto com os arquitetos na elaboração dos projetos.

Mesmo que se superestimasse o papel que as praças densamente arborizadas pudessem desempenhar na melhoria ambiental, da primazia dada à vegetação nativa, da baixa proporção de áreas pavimentadas e de elementos arquitetônicos em relação à vegetação, enfim, da economia a que tinham de sujeitar-se os projetos, resultaram, com o passar dos anos, espaços que se assemelhavam ao “natural”. Isto se deu principalmente nos terrenos mais declivosos, onde as dificuldades do relevo impediam intervenções maiores do que pequenos estares ou caminhos de pouca largura, à maneira de clareiras no meio da mata e de trilhas no interior de um bosque. Já nos terrenos de dimensões medianas e de perfil mais suave, que comportavam equipamentos esportivos de maiores proporções – quadras poliesportivas e campos de futebol ao ar livre ou canchas de bocha cobertas – as linhas geométricas, determinadas de certo modo pela própria forma daqueles equipamentos, ganharam maior notoriedade, imprimindo traços fortes no desenho que, não raramente, eram sublinhados pela vegetação.

Afora estas diferenças, as “praças” projetadas e executadas pelo Departamento apresentavam, quase todas, detalhes construtivos padronizados e um repertório vegetal mais ou menos constante, embora razoavelmente diversificado, o que lhes conferiu fisionomias semelhantes.

Simultaneamente à criação do DEPAVE iniciou-se, como já ficou registrado, o período de maior produção de parques municipais. Todos os projetos dos parques municipais criados a partir de 1976 – com exceção dos parques Conceição e Burle Marx, aquele encomendado a terceiros e este restaurado, que deixam patentes as diferenças nas linguagens formais utilizadas – foram elaborados pela equipe de arquitetos e agrônomos do DEPAVE. Embora diversos em tamanho, em forma e nas suas condições topográficas, é possível detectar traços comuns a vários deles.

Corpos ou cursos d'água naturais, por exemplo, são recursos paisagísticos presentes em diversos parques: Cidade de Toronto, Chico Mendes, Carmo, Guarapiranga, Jardim Felicidade, Piqueri, Severo Gomes e Vila dos Remédios. Somando-se a estes os parques anteriormente existentes – Aclimação, Alfredo Volpi e Ibirapuera – e aqueles cujo projeto foi terceirizado –

Burle Marx e Conceição – chega-se a treze parques com esta característica. Com exceção dos lagos da Aclimação, Carmo, Ibirapuera e Cidade de Toronto, todos os demais são de pequenas dimensões, formando ambientes recônditos, à parte da estrutura espacial dos parques. Os traçados ou contornos de todos eles são sinuosos ou amebóides. Os elementos que demarcam seus perímetros, bem como as pontes que os atravessam são feitos com materiais rústicos – com exceção do Ibirapuera e do Conceição – evocando cenas rurais que denunciam a origem, comum a quase todos eles, de chácaras de recreio. Com exceção da represa do Guarapiranga – que é usada pelos freqüentadores para banhos e pesca – a água, em geral poluída, entra nos parques, quando muito, como atrativo visual – seja por si mesma, seja pelos peixes e aves que ali vivem. Independentemente do grau de poluição das águas, os banhos são proibidos e a pesca, quando permitida, é restrita a alguns lugares demarcados.

O uso de linhas sinuosas é comum a quase todos os parques projetados pelo DEPAVE. Isto ocorre mesmo quando a topografia é plana ou pouco acidentada, como nos casos do Piqueri, Rodrigo de Gasperi e Santo Dias. A ortogonalidade, as angularidades e o geometrismo estão presentes apenas nos parques menores, como Lions Clube e Vila Guilherme, ou no espaço em torno das construções e das quadras esportivas. À medida em que se afastam destes elementos condicionadores os caminhos quase que se “naturalizam”, contornando obstáculos topográficos, aproveitando as sugestões do relevo e os recursos paisagísticos previamente existentes.

Neste aspecto, apesar de serem, em geral, bem menores, os parques do DEPAVE lembram vagamente as soluções de pisos e canteiros, de derivação inglesa, que marcaram os parques públicos e os *squares* desde o século XIX. Mas nem sempre se pode afirmar que esta tenha sido uma escolha dos projetistas. Não se pode esquecer que parques como o do Carmo, do Piqueri, Vila dos Remédios, Chico Mendes e Nabuco, todos desapropriados, eram anteriormente chácaras, sítios ou partes de fazendas estando eles impregnados das preferências estéticas – conscientes ou não – dos seus proprietários. O parque do Piqueri, por exemplo, tem sua entrada marcada por uma alameda retilínea de árvores que conduzia à antiga sede do sítio, solução aliás não estranha mesmo a parques classificáveis como “naturalistas”, como o Central Park de Nova York, com o seu *mall* que conduz ao *terrace* e à fonte Bethesda. Os antigos pomares, açudes, construções e caminhos existentes naquelas propriedades foram preservados nos projetos do DEPAVE, seja por economia, seja por convicção estética, condicionando-os fortemente. Nos novos equipamentos criados nestes parques percebe-se ainda a intenção de ajustá-los à topografia existente, alterando-a minimamente.

Já na vegetação introduzida, de modo semelhante às “praças”, priorizaram-se, como já se viu, as espécies nativas e de baixa manutenção, dando-se clara preferência ao uso de árvores em detrimento de plantas arbustivas ou de forrações que não a grama. Mas, em geral, as árvores plantadas, se chegaram a interferir na estrutura espacial dos parques públicos

originados de antigas fazendas ou chácaras, fizeram-no pela ampliação ou adensamento da massa arbórea pré existente, confundindo-se com ela, justificadas mais por seu papel “ambiental” do que por motivações especificamente paisagísticas. Os arbustos e as forrações – elementos em que as intenções plásticas poderiam ganhar mais vazão, já que estas estavam ausentes, ou em segundo plano, nas árvores – são também os elementos mais instáveis do projeto, facilmente substituíveis no decorrer dos serviços de manutenção que, em regra, não prezam a fidelidade às características originais dos projetos. Por tudo isto torna-se difícil o reconhecimento de propósitos estéticos na composição vegetal dos parques. Eles são, prioritariamente, áreas de lazer que proporcionam sombra, que podem até favorecer o desenvolvimento da fauna e da flora locais e mesmo propiciar alternativas de lazer num ambiente mais saudável do que aquele que existe em torno delas. Mas não se propõem como novos fatos estéticos, também.

Neste sentido houve um recuo no que se refere aos meios de elaborar os projetos de paisagismo. Os estudos para os projetos dos parques da Várzea do Carmo, de Cochet e o do Ibirapuera, de Teixeira Mendes, ainda conservavam uma técnica projetual já presente nos jardins ingleses do século XVIII e nos parques públicos do século XIX, que era a de analisar e assinalar os ângulos de visão, que ajudavam a definir a distribuição das construções e das massas vegetais nos parques e jardins. Também os esboços e croquis, como representações da tridimensionalidade do espaço, foram abandonados como instrumentos de estudo do cenário total ou parcial dos parques.

Se por um lado foram esquecidos técnicas e métodos paisagísticos de projetar, por outro foram utilizadas, ainda que num só caso, técnicas supostamente mais “científicas” como a de sobreposição de cartas geotécnicas, climáticas, florísticas, faunísticas, de relevo, de hidrografia, de solos, etc. O parque Anhanguera, que começou a ser projetado em 1977, dava margem, graças às suas grandes dimensões, à aplicação desta técnica de projeto, baseada em preceitos que vinham se difundindo no meio paisagístico internacional desde fins da década de 1960, com a publicação da tese de Ian MC’HARG (1969) de “desenhar *com a natureza*”. Na relação de pranchas de desenhos para o seu anteprojeto constam os seguintes títulos, que dão uma idéia da busca de afinação da equipe do DEPAVE com o vocabulário técnico da nova tendência: 1. A área e a região metropolitana. 2. Ventos predominantes. 3. Distribuição das chuvas. 4. Tipos de clima. 5. Relevo. 6. Hidrografia. 7. Infraestrutura existente. 8. Geologia. 9. Isodeclividade. 10. Vegetação e uso atual do solo. 11. Capacidade do uso do solo. IP.1 Implantação (prioridades). P.1. Infraestrutura básica. P.2. Zoneamento. P.3. Plano Piloto. M.1. Matriz de atividades esportivas e edificações em função da declividade. M.2. Matriz de campismo em função da declividade. M.3. Matriz de piquenique em função da declividade. M.4. Matriz das trilhas em função da declividade. M.5. Matriz das atividades esportivas em função do uso atual do solo. M.6. Matriz de campismo, piquenique e trilhas em função do uso atual do solo. M.7. Matriz de equipamentos em função da capacidade de uso atual do solo.

M.8. Matriz da vegetação em função da capacidade de uso atual do solo. Visuais, sem numeração¹⁷⁹.

À parte o fato de o projeto do parque Anhanguera tentar sintonizar-se com técnicas então em voga, a montagem do parque foi se dando aos poucos e, no mais das vezes, sem consultar o vultoso anteprojeto, nem mesmo quanto à localização dos setores que comporiam o parque. Novas construções e equipamentos implantaram-se aos poucos, de acordo com as necessidades e as possibilidades, e ao sabor de solicitações vindas, ora dos moradores da região – como a da Sociedade Amigos do Distrito de Perus que pedia a construção de um anfiteatro no parque – , ora de outras unidades da prefeitura – como a da Secretaria Municipal de Esportes pedindo a implantação de uma pista de *Cooper* – , ora da própria administração do parque. Tratava-se quase sempre de soluções simples e baratas, executadas com os recursos do parque, que eram escassos, e por vezes encetadas pelo próprio administrador – como no caso da terraplenagem para a implantação de quadras esportivas em 1985 – que apenas comunicava o fato à equipe de projeto do DEPAVE.

Ainda sobre o método de projeto, uma vez ou outra foram aplicados questionários na vizinhança imediata de um futuro parque para recolher sugestões de equipamentos. Além de não ter sido este um procedimento costumeiro no DEPAVE, o fato dos entrevistados serem moradores vizinhos limitava o alcance do método, pois parte significativa dos freqüentadores de alguns parques, como se verá adiante, provém de bairros relativamente distantes deles.

O fato é que, com orçamentos limitados, prazos exíguos para confeccionar os projetos, equipe de projeto pouco diversificada – composta basicamente por arquitetos e agrônomos – e com relações frágeis e esporádicas com outros órgãos da administração municipal, havia poucas condições favoráveis para projetos inovadores dentro do DEPAVE. Uma das raras ocasiões em que isto aconteceu foi propiciada por um convênio firmado, já em fins da década de 1980, com a cidade de Toronto no Canadá, para a elaboração e execução do projeto do parque hoje denominado Cidade de Toronto. Ainda assim a inovação mais importante se deu não na concepção do parque propriamente dito e sim de um dos equipamentos de recreação infantil – o *wading pool* – caso único, nos parques públicos municipais, de utilização da água associada a um brinquedo.

Para melhor avaliar os projetos do Departamento neste período, convém estabelecer novamente uma comparação com o que ocorria concomitantemente em outras cidades do mundo nesta área.

Nas cidades de Nova York, Chicago e São Francisco, estudadas por CRANZ (1982), o período foi marcado por uma controvérsia, por sinal não nova – adverte a autora – entre as mal

¹⁷⁹ Nas comissões constituídas para elaborar o projeto do parque Anhanguera participaram, em diferentes datas, os seguintes profissionais do DEPAVE: Helena Müller, Lúcia Aparecida Gonçalves, Maria Elena Merege Vieira, Marcos Aurélio Oppido, Mitushi Kagohara, Raul Afonso de Camargo Fagundes e Sérgio De Feo, arquitetos; Antônio Carlos Guttman e Nelson Hermes Traldi, engenheiros agrônomos; Alzira Maria da Rocha e Mércia Camargo Câmara, botânicas.

denominadas atividades “passivas” e “ativas” nos parques. Adeptos de cada lado admitiam a convivência entre tais atividades; o conflito se dava na hora de definir as proporções com que poderiam comparecer nos parques. Em meados dos anos de 1960, em Nova York, registraram-se algumas iniciativas de implantação dos chamados *adventure playgrounds*, de origem européia, que eram lugares onde “o fogo, a água e materiais de construção – tábuas, pregos, cordas e tijolos – podiam ser usados para criar e destruir construções repetidamente a critério das crianças” (CRANZ, 1982:147). Houve resistências a este tipo de área de recreação e, no lugar das construções e objetos feitos pelas próprias crianças implantaram-se equipamentos estandardizados, baseados naqueles. Uma década mais tarde, a posição de preservar os parques contra determinadas atividades era vencedora, com o argumento de que a super utilização destruía a paisagem. Houve também controvérsia a respeito dos materiais a serem empregados nos parques; de um lado, os favoráveis aos materiais mais suaves e flexíveis, de outro os favoráveis aos materiais mais resistentes para fazer frente ao uso intensivo. Nos parques de menores dimensões¹⁸⁰, portanto sujeitos a maior intensidade de utilização, mesmo os adeptos de conceder maior descontração aos espaços livres, acabaram por adotar materiais mais resistentes. A utilização da água sofreu igualmente mudanças no período, passando a ser usada não somente para banhos mas também para mascarar ruídos e refrescar o ar nas áreas mais centrais das cidades. O desenho dos bancos passou por inovações; as altas grades dos antigos parques foram demolidas ou substituídas por cercas mais rústicas e pretensamente pitorescas; houve generalizada recusa de novas edificações nos parques “por razões tanto de conceito quanto econômicas”, segundo Cranz, contrabalançada por um interesse crescente na renovação do uso das edificações existentes, na sua recuperação arquitetônica e mesmo na construção de réplicas de pavilhões antigos.

Já na Europa, em meados da década de 1960, começou a se manifestar, no meio urbanístico e paisagístico, o descontentamento com a “pobreza figurativa” das extensas áreas verdes implantadas nos dois decênios do segundo pós guerra (PANZINI, 1993:319). Ainda segundo Panzini, antes mesmo, nos anos 50, já se verificava na Inglaterra, na Alemanha e na França, a tendência de construir parques que ele chama de “neo-paisagistas”, concedendo maior atenção às características cenográficas das áreas verdes, postas em segundo plano nos projetos de ascendência funcionalista. Nos anos 70, prossegue Panzini, os parques europeus passaram a expressar mais intensamente esta tendência usando formas cada vez mais românticas e exuberantes. Cita como exemplo o Olimpia Park, em Mônaco, construído por ocasião das Olimpíadas de 1972.

Paralelamente emergiram, a princípio na Holanda e na Alemanha e, mais tarde, em outros países europeus, projetos de parques afinados com o movimento ecológico que eclodiu

¹⁸⁰ Observe-se que Cranz inclui os *pocket parks* – áreas verdes de pequenas dimensões encravadas na malha urbana central – no que ela denomina *open-space system*.

naqueles anos¹⁸¹. Experiências de “autogestão ecológica”, ou seja, de formação de áreas verdes deixadas ao sabor da natureza, reivindicando uma “estética da espontaneidade”, começaram a aparecer então. Ainda na Alemanha, nas décadas de 1970 e 1980, Panzini registra iniciativas de criação de “espaços naturais”, não só na periferia, mas também no interior do meio urbano e o desencadeamento do movimento de “renaturalização” das cidades, que buscava demonstrar a possibilidade de reverter o ambiente degradado, apontando para uma cidade ecologicamente governada (PANZINI, 1993:323)¹⁸².

Nos anos de 1980, ainda na Europa, mais especificamente na França, ressurgiu o interesse pelo desenho dos jardins e dos parques públicos como fato cultural, com forte identidade estética. O ponto de inflexão situa-se em 1983, com a premiação do projeto de Bernard Tschumi no concurso para o parque de La Villette, em Paris, inaugurando um novo paradigma de parque público¹⁸³.

Ao tratar do retorno do *embellissement* comenta Panzini que “a uniformidade dos parques públicos dos decênios precedentes é substituída, nos anos oitenta, por um impulso de criatividade que põe, com força, em jogo a identidade artística singular do projetista, por meio de uma forte figuralidade, do detalhe acurado dos elementos decorativos, da invenção na colocação das plantações” (PANZINI, 1993:324).

Sintetizando as tendências contemporâneas às quais se reportam os jardins e as intervenções na paisagem, de uma maneira geral, Jean-Pierre LE DANTEC (1996:426) divisa como linhas principais:

Debate formalismo . paisagismo que contrapõe as produções que se caracterizam pela geometrização voluntarista do “deconstrutivismo”, do “neo racionalismo” ou do “minimalismo” àquelas do paisagismo “neo arcadiano”.

Emergência da ecologia, que interfere irreversivelmente na arte dos jardins fazendo corresponder, a qualquer partido tomado por um artista, um posicionamento ecológico.

A emergência da *land art* e a multiplicação de instalações plásticas, que vieram alterar a concepção convencional da arte dos jardins e da paisagem, introduzindo novas temáticas ligadas à representação, à percepção, ao caráter das paisagens e mesmo ao papel da vegetação em tais intervenções.

A inversão da relação paisagem . jardim fazendo com que, numa época de generalização do urbano, os jardins deixem de ser “composições” de paisagens e que a própria terra, com suas paisagens urbanas e rurais, seja vista como um imenso jardim.

Vê-se assim que, seja nos seus aspectos programáticos, que incluem as mutáveis

¹⁸¹ A rigor, os primeiros jardins ecológicos apareceram na década de 1930, na Holanda, com o trabalho do biólogo Jacob Thijssse. Entre 1939 e 1972 implantou-se, também na Holanda, em Amstelveen, o primeiro parque ecológico, segundo projeto de C.P. Broerse e J. Landwehr. PANZINI, op.cit, pg.323.

¹⁸² Um panorama mais completo e desenvolvido sobre a questão da natureza nas cidades, pode ser visto em LIMA, Catharina Cordeiro dos Santos - A Natureza na Cidade, a Natureza da Cidade - Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1997.

¹⁸³ Um apanhado geral das propostas apresentadas no concurso internacional para o projeto do parque de La Villette pode ser apreciado em L'Invention du Parc, BARZILAY et alii (1984). Comentários sobre a proposta vencedora de Bernard Tschumi bem como a de Rem Koolhaas podem ser encontrados no artigo “Il parco del XX secolo”, in Casabella, n° 492, 1983.

formas que as atividades de lazer ao ar livre assumem; seja nos seus aspectos ambientais, em meio à discussão contemporânea, em parte técnica, em parte ideológica, sobre o papel das áreas verdes nas cidades; seja em seus aspectos estéticos inerentes por serem, em si próprios, fatos culturais, os parques ocupam, ou reconquistam, um lugar de destaque no pensamento sobre a cidade contemporânea.

Como são nossos parques? Quem são, o que buscam, o que acham, de que modo usam e percebem os parques municipais paulistanos, os milhares de pessoas que, atualmente, dirigem-se a eles todos os fins de semana, para não dizer todos os dias? De que modo os parques municipais de São Paulo respondem ao debate contemporâneo sobre o papel recreativo, ambiental e estético que estes equipamentos urbanos poderiam ou deveriam desempenhar? Ou, colocando a questão de um modo mais sucinto, de que modo e com que qualidade o governo municipal atendeu e vem atendendo à demanda por estes equipamentos?

Foi com o objetivo de responder ou de se aproximar das respostas a estas questões que se realizaram estudos, ainda que sumários, em oito dos vinte e nove parques municipais de São Paulo, durante os meses de verão de 1998 e 1999. Acredita-se que, apoiado de um lado no rápido e sabidamente incompleto levantamento histórico que se buscou fazer das práticas de lazer em áreas verdes e da ação da prefeitura de São Paulo no provimento destes espaços e, de outro, nos resultados da pesquisa que retratam o momento atual, seja possível completar a análise crítica da atuação da prefeitura neste setor. Sobre esta pesquisa recente versará o próximo e último capítulo.

O atual uso dos parques públicos municipais como espaços de lazer

Capítulo

Para avaliar o desempenho atual dos parques públicos municipais de São Paulo no atendimento às necessidades ou hábitos de lazer em áreas verdes públicas, bem como para conhecer o perfil de seus freqüentadores, suas expectativas e avaliações sobre os parques que freqüentam, realizaram-se pesquisas de campo, nos meses de verão de 1998 e 1999, em alguns parques municipais.

Porém, antes de expor os resultados das investigações convém explicitar melhor seus objetivos, os critérios para a escolha dos parques pesquisados e os procedimentos adotados.

Pesquisa no arquivo técnico do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura do Município de São Paulo, revelou que a cidade possui cerca de uma centena de áreas verdes municipais – projetadas e executadas por este órgão, ou pelos que o precederam, no decorrer deste século – que contam, ou contaram, com equipamentos de lazer, adotando-se como critério distintivo de área verde de lazer o predomínio da área vegetada sobre a construída ou pavimentada e a existência no mesmo terreno de, pelo menos, uma área voltada à recreação infantil e um campo ou cancha para esportes e jogos.

No entanto, embora todas pudessem ser chamadas *parques* – de vizinhança, de bairro, distritais, ou qualquer outra classificação existente nos compêndios técnicos – ou, como na linguagem vernacular, *praças*, apenas vinte nove¹⁸⁴ destas áreas são consideradas parques do ponto de vista administrativo, o que significa, na prática, estarem cercadas e contarem com

uma sede administrativa própria no seu interior e estarem sob a tutela do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, enquanto as outras, as *praças*, são da alçada das Administrações Regionais.

As áreas verdes municipais de recreio diferem, na sua origem, da maioria dos parques estaduais sediados no município, que tiveram motivos de outras ordens para a sua criação: proteção de mananciais de água, como os da Cantareira, Capivari-Monos, Fontes do Ipiranga, Serra do Mar; local para exposições de gado, como o Fernando Costa; produção de espécies para reflorestamento, como o Horto Florestal. Nestes, o atendimento ao lazer, quando existe, é uma função secundária e sujeita a fortes restrições.

Efetuar a pesquisa em todos os parques municipais mostrou-se impossível por limitações de tempo e de recursos. Optou-se então, primeiramente, por circunscrevê-la às áreas tidas administrativamente como parques, ou seja, as que estão sob a responsabilidade do DEPAVE e, em seguida, por realizá-la em oito parques – que era o que permitia manter uma equipe de campo durante os meses de verão de 1998 e 1999.

No Quadro 10 estão relacionados os parques municipais de São Paulo, pela ordem cronológica de abertura ao público, sua área, a origem dos terrenos e o ano em que foram incorporados ao patrimônio público.

No mapa apresentado em sequência estão indicadas as localizações dos parques estaduais e municipais dentro do perímetro do município.

¹⁸⁴ O Guia de Serviços Públicos da Cidade de São Paulo (Secretaria do Planejamento da Prefeitura de São Paulo, 1998) inclui, entre os parques municipais, o Centro Municipal de Campismo – CEMUCAM, no município de Cotia, com 500.000 m². Por estar fora dos limites do município e não se caracterizar como parque propriamente urbano, optou-se por não incluir o CEMUCAM na listagem dos parques municipais de São Paulo.

QUADRO 10

Parques municipais administrados pelo DEPAVE por ordem cronológica
de abertura ao público

nome	área (ha)	origem	incorporação ao patrimônio	ano de abertura
Luz	11,34	terras públicas	-	1834
Independência	16,13	terras públicas*	1825	1909
Tenente Siqueira Campos	4,86	desapropriação	1911	1911
Buenos Aires	2,50	desapropriação	1912	1913
Aclimação	11,22	desapropriação	1939	1939
Ibirapuera	158,40	terras públicas	-	1954
Alfredo Volpi	14,24	loteamento	1949	1966
Guarapiranga	15,26	desapropriação	1937	1974
Carmo	150,00	desapropriação	1976	1976
Piqueri	9,72	desapropriação	1976	1978
Previdência	9,15	loteamento	1955	1979
Anhanguera	950,00	pagamento dívida	1978	1979
São Domingos	8,00	loteamento	1951	1979
Vila dos Remédios	10,98	desapropriação	1976	1980
Nabuco	3,13	desapropriação	1977	1980
Rodrigo de Gasperi	3,90	loteamento	1960	1980
Raposo Tavares	19,50	desapropriação	1966	1981
Conceição	1,50	desapropriação	1975	1981
Lions Club Tucuruvi	2,37	loteamento	1952	1987
Luís Carlos Prestes	2,71	loteamento	1952	1988
Vila Guilherme	6,20	pagamento dívida / desap.	1987	1988
Severo Gomes	3,49	loteamento	1955	1989
Chico Mendes	6,16	desapropriação	1987	1989
Raul Seixas	3,30	loteamento	1981	1989
Jardim da Felicidade	2,88	loteamento	1960	1990
Santa Amélia	3,40	loteamento	1951	1991
Santo Dias	13,40	loteamento	1984	1991
Cidade de Toronto	10,91	loteamento	1970	1992
Burle Marx	13,00	loteamento	1990	1995
total	1467,65			

* Terras do Governo Geral cedidas à Província de São Paulo, mais tarde parcialmente transferidas à municipalidade.

FONTES:

metragem - Guia de Serviços Públicos - Cidade de São Paulo

origem fundiária, datas de incorporação ao patrimônio público e de inauguração - arquivos do DEPAVE

5.1 OBJETIVOS DA PESQUISA DE CAMPO

Para atender ao objetivo geral que norteou a pesquisa de campo, qual seja, possibilitar uma visão crítica sobre a atuação da prefeitura no referente às áreas verdes de recreação, com base no perfil dos freqüentadores e nas suas expectativas e necessidades, foram levantados os seguintes itens a respeito dos freqüentadores de cada parque analisado:

- Composição por sexo e por faixa etária
- Escolarização
- Situação no mercado de trabalho
- Local de moradia
- Meios de transporte utilizados para ir ao parque
- Tempo despendido no trajeto casa-parque
- Periodicidade de freqüência
- Tempo de permanência
- Motivos para ir ao parque
- Avaliações positivas e negativas a respeito do parque
- Grau de conhecimento e de utilização dos equipamentos que o parque oferece.

5.2 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS PARQUES

Na seleção dos parques pesquisados foram considerados os seguintes itens:

Dimensão física: os parques deveriam ter superfície igual ou maior à média dos parques

Freqüência aos domingos: os parques deveriam ter freqüência estimada igual ou maior à média

Localização por região: todas as regiões em que se localizam parques municipais deveriam estar representadas

Atrativos: teriam prioridade os parques que reunissem diferentes tipos de espaços ou equipamentos para a prática do lazer: os de recreação informal, os voltados à prática esportiva e os destinados prioritariamente à ida ou assistência a eventos culturais *stricto sensu*.

Seriam selecionados os parques que preenchessem estas condições ou, na impossibilidade disto, o maior número de condições.

5.2.1 Dimensão física

Os vinte e nove parques municipais abertos ao público perfazem um total de 14.676.500

m². Três deles possuem área muito superior à da média dos parques. São eles: Anhanguera¹⁸⁵, com 9.500.000 m²; Carmo, com 1.500.000 m² e Ibirapuera, com 1.584.000 m². Excluindo estes parques de dimensões excepcionais, a área média dos parques públicos municipais de São Paulo é de 80.480,77 m². Estariam então classificados por este critério todos os parques maiores do que o São Domingos (QUADRO 11).

QUADRO 11

Classificação dos parques municipais por ordem
decrecente de área

parque	área m ²
Anhanguera	9.500.000*
Ibirapuera	1.584.000
Carmo	1.500.000
Raposo Tavares	195.000
Independência	161.300
Guarapiranga	152.600
Alfredo Volpi	142.400
Santo Dias	134.000
Burle Marx	130.000
Luz	113.400
Aclimação	112.200
Vila dos Remédios	109.800
Cidade de Toronto	109.100
Piqueri	97.200
Providência	91.500
São Domingos	80.000
Vila Guilherme	62.000
Chico Mendes	61.600
TenenteSiqueira Campos	48.600
Rodrigo de Gasperi	39.000
Severo Gomes	34.900
Santa Amélia	34.000
Raul Seixas	33.000
Nabuco	31.300
Jardim Felicidade	28.800
Luis Carlos Prestes	27.100
Buenos Aires	25.000
Lions Clube Tucuruvi	23.700
Conceição	15.000
total	14.676.500

5.2.2 Frequência

Dados sobre a frequência de usuários dos parques municipais do ano de 1996, obtidos

¹⁸⁵ A área efetivamente aberta ao público no parque Anhanguera é de 800.000 m². Ainda assim é uma área excepcional em relação à média.

no Departamento de Parques e Áreas Verdes¹⁸⁶, revelam que nos dias de maior movimento, ou seja, nos domingos e feriados de verão, verifica-se uma frequência total de 270.000 pessoas nos parques. Excetuando-se os parques Ibirapuera e Carmo que, segundo a mesma fonte, apresentam frequência excepcional de, respectivamente, 130.000 e 84.000, tem-se um total de 54.200 frequentadores, o que dá uma média de 2.084 frequentadores nos domingos e feriados de verão nos vinte e sete parques municipais restantes. Estariam então selecionados, por este critério, os parques com frequência superior à verificada no parque Guarapiranga (QUADRO 12).

QUADRO 12

Classificação dos parques municipais em ordem
decrecente de frequentadores aos domingos

parque	estimativa de frequentadores	parque	estimativa de frequentadores
Ibirapuera	130.000	Previdência	1.200
Carmo	84.000	Raul Seixas	1.200
Aclimação	6.000	Santa Amélia	1.200
Cidade de Toronto	3.600	Vila Guilherme	1.200
Luz	3.600	Burle Marx	1.000
Siqueira Campos	3.600	Alfredo Volpi	960
Anhanguera	2.400	Santo Dias	960
Buenos Aires	2.400	São Domingos	960
Independência	2.400	Vila dos Remédios	960
Piqueri	2.400	Jardim Felicidade	480
Rodrigo de Gasperi	2.400	Luis Carlos Prestes	360
Guarapiranga	1.800	Raposo Tavares	360
Chico Mendes	1.200	Conceição	240
Lions Club	1.200	Severo Gomes	120
Nabuco	1.200		

FONTE: DEPAVE, 1998

5.2.3 Localização

Na localização dos parques por região adotou-se a mesma nomenclatura *do Guia de Serviços Públicos - Cidade de São Paulo - 1998*, ou seja, norte, sul, leste, oeste e centro

¹⁸⁶ Os dados sobre a frequência de público foram extraídos do documento intitulado “Estimativa de frequência de usuários nos Parques Municipais”, do DEPAVE. Os dados foram fornecidos pelos administradores dos parques tendo como referência “estimativa visual” e matéria do Jornal da Tarde de 19/12/94. Segundo os próprios funcionários do DEPAVE 5 – uma divisão do DEPAVE voltada à administração dos parques – tais dados não são inteiramente confiáveis, uma vez que as medições foram feitas sem critérios técnicos. Some-se ao pouco rigor das estimativas a sua defasagem temporal. No entanto, por serem as únicas disponíveis até o início das pesquisas de campo, elas foram adotadas aqui com a exclusiva finalidade de permitir o conhecimento da ordem de grandeza da frequência.

(QUADRO 13).

QUADRO 13

Agrupamento dos parques municipais por região

localização por região	parque
central	Aclimação
	Buenos Aires
	Luz
leste	Carmo
	Chico Mendes
	Piqueri
	Raul Seixas
	Santa Amélia
norte	Anhanguera
	Cidade de Toronto
	Jardim Felicidade
	Lions Club
	Rodrigo de Gasperi
	São Domingos
	Vila dos Remédios
	Vila Guilherme
oeste	Alfredo Volpi
	Burle Marx
	Luis Carlos Prestes
	Previdência
	Raposo Tavares
	Siqueira Campos
sul	Conceição
	Guarapiranga
	Ibirapuera
	Independência
	Nabuco
	Santo Dias
	Severo Gomes

5.2.4 Atrativos

A classificação dos parques pelos atrativos que oferecem baseou-se nas informações constantes do *Guia de Serviços Públicos - Cidade de São Paulo - 1998*, e em verificações *in loco*. Assumiu-se que todos os parques têm em comum, embora em graus diferentes, uma

qualidade paisagística e ambiental que os caracteriza e os diferencia em relação a outras áreas de lazer. Sobre este “pano de fundo” paisagístico-ambiental, supostamente comum a todos, distinguem-se os tipos de parques por atrativos e equipamentos que oferecem para diferentes atividades de lazer.

Considerou-se conveniente não utilizar os termos usuais “atividades esportivas, recreativas e culturais” e restringir o sentido do termo “cultural” face às observações de CAMARGO (1986), que critica a falta de critério comum a tal classificação das atividades de lazer. É corrente, comenta o autor, dizer-se que o “lazer esportivo seria aquele praticado segundo regras, o recreativo seria exercido livremente, e o cultural, centrado nas artes e no conhecimento. As objeções a esta classificação são várias. Não têm um critério comum, já que conteúdo e forma estão misturados”. De fato, praticar uma modalidade esportiva e assistir a uma partida desta modalidade são formas diferentes de praticar o lazer com o mesmo conteúdo. Tocar um instrumento ou assistir a um concerto para tal instrumento num parque são igualmente formas distintas de praticar o lazer com o mesmo conteúdo. “Ademais”, continua o autor, “que conceito de cultura é este, que exclui o esporte e a recreação?”. Recomenda ele a classificação das atividades com base no “interesse cultural de cada atividade de lazer”, conforme a faz Joffre Dumazedier: atividades de lazer físicas, manuais, intelectuais, artísticas e sociais (CAMARGO, 1986:17,18).

No entanto, para classificar os espaços ou equipamentos que os parques oferecem para o lazer, seria dificultoso adotar tal norma. Optou-se então por uma classificação funcional dos espaços ou equipamentos denominando-os de espaços ou equipamentos para recreação informal, equivalendo ao que CAMARGO chama de espaços “não técnicos” – como áreas de recreação infantil, gramados ou pavimentos para múltiplos usos, lagos para banho ou pesca, áreas para piquenique, etc.; espaços ou equipamentos para recreação formal, ou, conforme o mesmo autor, “espaços tecnicamente planejados” – quadras poliesportivas, campos de futebol, canchas de bocha, de malha, etc. – e espaços ou equipamentos para atividades de lazer intelectual, artístico ou social – palcos, anfiteatros ao ar livre, museus, casas de cultura, etc. (QUADRO 14).

QUADRO 14

Tipos de parques por atrativos / equipamentos para o lazer

1 - equipamentos para recreação informal

2 - equipamentos para recreação formal

3 - equipamentos para lazer intelectual, artístico ou social

parque	bosque / mata	jardim	trilhas de Cooper	play ground	local para shows	campo de futebol	quadra de jogos	lago	ciclovias	museu / casa de cultura	viveiro mini-zoos	pique nique	grama	tipos
Aclimação	X		X	X	X		X	X						1-2-3
Alfredo Volpi	X		X	X				X				X	X	1
Anhanguera	X			X	X	X						X	X	1-2-3
Buenos Aires				X									X	1
Burle Marx	X		X											1
Carmo	X			X	X			X	X	X			X	1-2-3
Chico Mendes	X		X	X	X			X		X	X	X	X	1-3
Cidade de Toronto	X			X			X	X				X		1-2
Conceição	X			X								X		1-3
Guarapiranga	X		X	X			X	X		X		X	X	1-2-3
Ibirapuera	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	1-2-3
Independência	X		X	X						X			X	1-3
Jardim da Felicidade				X			X	X			X	X		1-2
Lions Club				X			X							1-2
Luis Carlos Prestes	X			X			X					X		1-2
Luz				X						X				1-3
Nabuco	X		X	X			X	X				X	X	1-2
Piqueri	X		X	X			X	X				X		1-2
Previdência	X		X	X			X			X	X			1-2-3
Raposo Tavares			X	X		X						X		1-2
Raul Seixas				X										1
Rodrigo Gasperi				X		X	X						X	1-2
Santo Dias	X		X	X						X				1-2-3
São Domingos	X		X	X	X	X	X	X		X	X	X		1-3
Severo Gomes	X		X	X				X brejo						1-2
Siqueira Campos	X		X	X							X			1
Santa Amélia				X			X	X brejo		X				1
Vila dos Remédios	X							X						1-2
VilaGuilherme	X		X	X			X							1-2

QUADRO 15

Condições preenchidas pelos parques municipais quanto à área, número de freqüentadores, região e tipos de equipamentos

1 – equipamentos para recreação informal

2 – equipamentos para recreação formal

3 – equipamentos para lazer intelectual, artístico ou social

parque	área	freqüência	região	tipos de equipamentos
Aclimação	X	X	centro	1-2-3
Alfredo Volpi	X		oeste	1
Anhanguera	X	X	norte	1-2-3
Buenos Aires		X	centro	1
Burle Marx	X		oeste	1
Carmo	X	X	leste	1-2-3
Chico Mendes			leste	1-3
Cidade de Toronto	X	X	norte	1-2
Conceição			sul	1-3
Guarapiranga	X		sul	1-2-3
Ibirapuera	X	X	sul	1-2-3
Independência	X	X	sul	1-3
Jardim da Felicidade			norte	1-2
Lions Club			norte	1-2
Luis Carlos Prestes			oeste	1-2
Luz	X	X	centro	1-3
Nabuco			sul	1-2
Piqueri	X	X	leste	1-2
Providência	X		oeste	1-2-3
Raposo Tavares	X		oeste	1-2
Raul Seixas			leste	1
Rodrigo Gasperi		X	norte	1-2
Santa Amélia			leste	1
Santo Dias	X		sul	1-2-3
São Domingos			norte	1-3
Severo Gomes			sul	1-2
Siqueira Campos		X	oeste	1
Vila dos Remédios	X		norte	1-2
Vila Guilherme			norte	1-2

Estariam assim classificados, por dimensão, frequência e tipo de equipamentos os parques: Aclimação, Anhanguera, Carmo e Ibirapuera, respectivamente nas regiões central, norte, leste e sul. Para representar a região oeste, não contemplada, escolheu-se o parque Previdência que, embora não apresentasse frequência igual o superior à média, tinha a seu favor congregar atrativos culturais, recreativos e esportivos. Pela mesma razão incluiu-se o parque Guarapiranga.

A lista foi completada numa segunda triagem que valorizou os parques que, tendo dimensões e frequência iguais ou superiores à média, tivessem também ao menos uma dupla de atrativos: recreativo / esportivo, ou recreativo / cultural, ou esportivo / cultural. Respondiam a esta condição os parques Cidade de Toronto, Independência, Piqueri e Luz. Por ocasião da pesquisa de campo o parque Cidade de Toronto, localizado na zona norte, achava-se parcialmente interditado devido a ruptura no dique de contenção do lago ali existente, motivo pelo qual foi eliminado. Entre o parque Independência e Luz, semelhantes em todos os quesitos, optou-se por excluir o primeiro pelo fato de a região sul – onde se situa de acordo com o critério usado pelo *Guia de Serviços Públicos - Cidade de São Paulo, 1998* – já estar representada por dois parques – Guarapiranga e Ibirapuera – e a região central, onde se situa o parque da Luz, estar representada apenas por um parque, o Aclimação, segundo o mesmo *Guia*.

Foram portanto selecionados os seguintes parques para a realização da pesquisa de campo:

- Aclimação
- Anhanguera
- Carmo
- Guarapiranga
- Ibirapuera
- Luz
- Piqueri
- Previdência

Com intuito de teste meramente exploratório incluíram-se na pesquisa de 1998 mais cinco parques: Chico Mendes na região leste; Rodrigo de Gasperi e Lions Club Tucuruvi, na região norte; Nabuco e Santo Dias na região sul. Logo percebeu-se que estes parques tinham pouca frequência ou pequeno alcance, limitando-se ao atendimento da vizinhança. Por tais razões a investigação não teve prosseguimento para eles.

Os levantamentos efetuados em 1998 tiveram o caráter de pesquisa piloto, servindo para testar o questionário, para aperfeiçoar o modo de abordar os entrevistados, para definir as principais categorias de respostas, para incluir ou excluir questões. Foram ainda realizadas, na pesquisa de campo de 1998, contagens de frequentadores por sexo e por faixa etária para

conhecer a composição da frequência. Estas contagens foram consideradas válidas e utilizadas neste trabalho, dispensando novas contagens na pesquisa realizada em 1999.

5.3 PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A PESQUISA DE CAMPO

Para caracterizar a composição dos freqüentadores por sexo e faixa etária, fez-se a contagem de pessoas que passavam por um ponto pré fixado no interior do parque, nas proximidades dos portões de entrada. Para cada parque foram feitas quatro contagens por dia, com duração de trinta minutos cada uma, assinalando sexo e faixa etária – estimada visualmente pelo pesquisador – dos passantes. Numa primeira rodada foram adotadas as faixas etárias de 15 até 30 anos e de mais de 30 até 60 anos. Estas marcas foram tidas como suficientes para enquadrar, com uma certa segurança, os freqüentadores que vão ao parque de moto próprio, ao mesmo tempo que permitiam distinguir razoavelmente um público mais jovem e outro mais adulto. Considerou-se inexecutável uma subdivisão maior das faixas etárias sem interpelar os passantes o que, por sua vez, exigiria uma disponibilidade de tempo e de recursos inexistente. Numa segunda rodada, porém, já com o lastro da experiência anterior, acrescentou-se a faixa etária de 5 até 15 anos, incluindo um contingente importante dos freqüentadores dos parques, que são as crianças. Para estas, no entanto, mostrou-se muitas vezes difícil a definição sexual num relance, o que levou à supressão da diferenciação por sexo.

Para cumprir os demais objetivos da pesquisa, realizaram-se entrevistas com os freqüentadores, cuja escolha foi feita segundo uma convenção previamente fixada, de modo a afastar a atuação da subjetividade do entrevistador na escolha dos entrevistados. Os itens do questionário foram preenchidos numa ficha para isto preparada.

Modelo da ficha utilizada nas entrevistas

ficha nº	nome do parque
data -- / -- / --	nome do pesquisador

sexo		faixa etária		em que bairro mora?	ruas de referência
masculino	feminino	15-30 anos	30-60 anos		

com que frequência vem a este parque?	que meios de transporte utilizou para vir a este parque?
mais do que 1 vez por semana	a pé
1 vez por semana	automóvel
2 a 3 vezes por mês	bicicleta
1 vez por mês	lotação
1 vez a cada 2 meses	metrô
1 vez a cada 3 meses	ônibus
menos do que uma vez por trimestre	outros (especificar)
raramente	

trabalha?					por que motivo vem a este parque?
sim	não	aposent.	desemp.	prof. / ocupação	

estuda?	grau de escolaridade					quanto tempo gasta para chegar até ele?
sim	não	1º gr.	2º gr.	sup.	outros	

na sua opinião, o que este parque oferece de melhor?	na sua opinião, qual é o aspecto mais negativo deste parque?

Quais dos seguintes equipamentos (ou lugares) você já utilizou (ou já esteve) neste parque?

equipamentos / espaços	sim	não	equipamentos / espaços	sim	não
quadras esportivas			trilhas p/ caminhadas (na mata / bosque)		
cancha de bocha			redes para dormir / descansar		
cancha de malha			lugares de estar à beira-d'água		
pista de cooper			decks para pesca		
aparelhos para ginástica			quiosques p/ pic-nic / mesas / churrasqueiras		
ciclovía			postos de venda de alimentos / bebidas		
equip. ou áreas de recreação p/ adultos			viveiros / estufas de plantas / orquidários		
área recreação infantil (acompanhante)			viveiros de aves / tanques para peixes		
áreas pavimentadas p/ uso múltiplo (patins, bicicleta, skate, empinar pipa, etc.)			espaços para assistir showsarena, anfiteatro / concha acústica / arquibancada)		
áreas gramadas para usos múltiplos (jogos informais, tomar sol, etc.)			lugares de estar ao ar livre com bancos (conversar, ler, descansar, namorar, etc.)		

5.3.1 Determinação do tamanho e do limite de confiança das amostras

Segundo TAGLIACARNE (1978), o tamanho da amostra se reveste de importância tanto teórica como prática. De fato, a teoria das amostras está baseada na lei do cálculo das probabilidades, segundo a qual maior será a segurança de determinado resultado quanto maior o tamanho da amostra. No entanto, sabe-se também que, pela teoria das amostras, obtendo-se um número “suficientemente grande” de casos dentro de um determinado universo é possível conhecer este universo. Em outros termos, obtendo-se um certo número de dados a respeito da frequência com que se verifica um determinado fenômeno, ou uma determinada resposta, ver-se-á que a média das medições não se alterará significativamente mesmo se se multiplicar muitas vezes o número de respostas.

A questão é, portanto, saber qual o número “suficientemente grande” de medições para que se obtenham dados confiáveis sobre o universo pesquisado. Esta informação tem consequências práticas importantes, na medida em que ela determina a rapidez e o custo da pesquisa que se quer realizar. Note-se bem que, no caso da pesquisa levada a efeito em oito parques, o universo é o dos freqüentadores de cada parque e não o dos vinte e nove parques municipais.

Adotou-se para tanto a “Tabela para determinar a amplitude de uma amostra tirada de uma população finita com margens de erro de 1%, 2%, 3%, 4%, 5% e 10%”, com coeficiente de segurança de 95,5%”, de TAGLIACARNE (1978:174). Conforme esta tabela, para fixar o número mínimo de amostras para um universo de população superior a 20.000, com coeficiente de segurança 95,5% e margem de erro de 10%, a amplitude da amostra deverá ser 100. Foram assim previstas 100 entrevistas por parque.

Outro ponto importante é verificar o limite de confiança da amostra, ou seja, saber se a diferença entre uma resposta A e uma resposta B é significativa, se representa uma preferência real. Tome-se como exemplo os dados a respeito dos motivos que levam as pessoas a freqüentar determinado parque. Suponha-se que, num determinado parque, 43% dos freqüentadores tenham respondido “praticar esporte”, 36% “fazer piquenique”, 14% “namorar” e 7% “conversar com amigos”. Até que ponto a diferença entre as porcentagens permite afirmar que a resposta “praticar esporte” significa uma preferência real sobre “fazer piquenique”? Para isto os resultados foram testados com base na “Tabela de Confiança” de GENNARO¹⁸⁷, para estabelecer a significação da ordem de escolha em pesquisas de amostragem. Conhecido o número de respostas que incide sobre uma determinada alternativa para uma determinada questão (n1) pode-se, segundo a tabela mencionada, chegar ao número máximo de respostas que uma segunda alternativa à mesma questão pode atingir (n2) para que a diferença entre a primeira e a segunda seja estatisticamente significativa. Assim

¹⁸⁷ GENNARO, P - Novas Tabelas de Confiança - citado em TAGLIACARNE, op.cit., pg.142.

sendo, dado (n1) obtém-se (n2) pela fórmula:

$$n_2 = \frac{n_1 - 1,96\sqrt{8n_1 + 3,84} - 3,84}{2}$$

QUADRO 16

Reprodução parcial da Tabela de Confiança de Gennaro para estabelecer a significação da ordem de escolha nas pesquisas de amostragem, com grau de confiança de 95%

n1 = número de respostas catalogadas numa determinada categoria A

n2 = número máximo de respostas catalogadas numa categoria B, menor do que o número daquelas do grupo A, para que a diferença entre ambos seja estatisticamente significativa

n1	n2	n1	n2	n1	n2	n1	n2	n1	n2
21	10	32	18	43	27	58	39	80	57
22	11	33	19	44	27	60	40	82	59
23	12	34	20	45	28	62	42	84	61
24	12	35	20	46	29	64	44	86	62
25	13	36	21	47	30	66	45	88	64
26	14	37	22	48	31	68	47	90	66
27	14	38	23	49	31	70	49	92	67
28	15	39	24	50	32	72	50	94	69
29	16	40	24	52	34	74	52	96	71
30	17	41	25	54	36	76	54	98	73
31	17	42	26	56	37	78	55	100	74

Fonte: Pesquisa de mercado: técnica e prática - TAGLIACARNE (1978)

Consultando a tabela vê-se que, para os 46% de respostas “praticar esportes” (n1=46) significar uma preferência real em relação às respostas “fazer piquenique” estas não poderiam superar o valor do n2 correspondente a 46, ou seja, 29. Como as respostas “fazer piquenique” atingiram, no exemplo inicial, a marca de 36%, portanto maior que n2, não se pode dizer que a resposta “praticar esportes” significa uma preferência real.

5.4 RESULTADOS DA PESQUISA

5.4.1 Caracterização dos freqüentadores dos parques

É conveniente alertar novamente que os resultados obtidos nas pesquisas dos oito parques não podem ser extrapolados para os demais, dado o pequeno número de componentes do universo considerado, ou seja, apenas vinte e nove parques. Sua validade restringe-se, portanto, aos parques estudados, tendo-se por universo os seus freqüentadores.

Composição da freqüência por sexo e por faixa etária

QUADRO 17

Composição da freqüência por sexo

parque	homens	mulheres	total %
Aclimação	57,0	43,0	100
Anhanguera	54,0	46,0	100
Carmo	60,0	40,0	100
Guarapiranga	65,0	35,0	100
Ibirapuera	57,0	43,0	100
Luz	74,0	26,0	100
Piqueri	59,0	41,0	100
Previdência	49,0	51,0	100

QUADRO 18

Composição da freqüência por faixa etária

parque	5 – 15 anos	15 – 30 anos	30 – 60 anos	total %
Aclimação	23,0	39,5	37,5	100
Anhanguera	36,0	37,0	27,0	100
Carmo	30,5	42,0	27,5	100
Guarapiranga	19,0	57,0	24,0	100
Ibirapuera	16,0	56,5	27,5	100
Luz	11,5	32,5	56,0	100
Piqueri	23,5	35,5	41,0	100
Previdência	38,5	24,5	37,0	100

QUADRO 19

Composição da freqüência por sexo e por faixa etária

parque	homens 15- 30 anos	homens 30-60 anos	mulheres 15-30 anos	mulheres 30-60 anos	total
Aclimação	29,0	27,5	22,0	21,5	100
Anhanguera	32,0	21,5	25,5	21,0	100
Carmo	36,0	24,0	25,0	15,0	100
Guarapiranga	47,5	17,5	23,0	12,0	100
Ibirapuera	35,0	22,0	31,5	11,5	100
Luz	25,0	49,0	12,0	14,0	100
Piqueri	26,5	32,5	20,0	21,0	100
Previdência	17,5	31,0	22,0	29,5	100

Os resultados registrados nos quadros 17, 18 e 19 permitem as seguintes conclusões:

1. Em todos os parques levantados, com exceção do parque Previdência, verifica-se que o número de homens é superior ao de mulheres. No entanto, a maioria masculina só se dá de modo inequívoco nos parques Guarapiranga, Luz, Piqueri e Carmo – os dois últimos no limite de confiabilidade estatística. O mesmo se pode dizer acerca da maioria feminina no parque Previdência.
2. Os parques Anhanguera, Carmo e Previdência são os que apresentam distribuição mais equilibrada entre as faixas etárias consideradas. Nos demais observa-se ora o predomínio dos freqüentadores entre 15 e 30 anos – nos parques Guarapiranga e Ibirapuera –, ora o de freqüentadores entre 30 e 60 anos – no parque da Luz –, ora o empate entre as faixas etárias de 15 a 30 e de 30 a 60 anos – nos parques Aclimação e Piqueri.
3. A distribuição dos freqüentadores conjuntamente por sexo e por faixa etária (Quadro 19) é equilibrada nos parques Aclimação, Anhanguera, Piqueri e Previdência. Além desta, só mais duas constatações se pode fazer com validade estatística: a clara maioria dos homens de 15 a 30 anos no parque Guarapiranga e dos homens de 30 a 60 anos no parque da Luz.

A composição da freqüência dos parques por sexo e por faixa etária serviria para determinar as quantidades de entrevistas a serem efetuadas para cada grupo. No entanto, a tabulação dos dados demonstrou que em 50% dos parques havia equilíbrio entre os sexos e as faixas etárias. Na outra metade, se fossem consideradas as proporções, haveria um número muito pequeno de representantes das faixas minoritárias, que impediria medições estatisticamente válidas dentro da margem de erro e do grau de confiança adotados. Aumentar o número de entrevistas para que as faixas minoritárias atingissem um número mínimo para ter validade estatística, esbarrava com limitações de tempo e de recursos. Optou-se então por dividir o número de entrevistas igualmente entre as diferentes faixas de freqüentadores, ou seja, vinte e cinco entrevistas tanto para o grupo de homens de 15 a 30 anos, como para o de homens de 30 a 60 anos, de mulheres de 15 a 30 anos e de mulheres de 30 a 60 anos. Em vista do exposto, os números indicados nos diversos quadros que se seguem totalizam sempre 100, valendo, portanto, como números percentuais.

Ocupação e escolarização

QUADRO 20

Ocupação dos freqüentadores

parque	trabalham	Não trabalham			total não trabalham	total
		aposentados	desempreg.	não precisam trabalhar		
Aclimação	70	7	5	18	30	100
Anhanguera	68	5	0	27	32	100
Carmo	72	4	13	11	28	100
Guarapiranga	66	3	15	16	34	100
Ibirapuera	68	3	19	10	32	100
Luz	59	8	25	8	41	100
Piqueri	71	7	9	13	29	100
Previdência	56	4	12	28	44	100

QUADRO 21

Escolarização e grau de instrução dos freqüentadores

parque	estudam	1° grau	2° grau	superior	analfab.	não declarou	total não estudam	total
Aclimação	37	32	33	34	0	1	63	100
Anhanguera	15	57	39	4	0	0	85	100
Carmo	30	52	38	4	1	5	70	100
Guarapiranga	11	56	27	4	0	13	89	100
Ibirapuera	21	28	35	36	0	1	79	100
Luz	23	55	24	7	7	7	77	100
Piqueri	31	33	36	26	0	5	69	100
Previdência	32	30	39	30	1	0	68	100

Os Quadros 20 e 21 levam às seguintes conclusões:

1. Em todos os parques pesquisados, com exceção dos parques da Luz e Previdência, pode-se ver claramente que a maioria dos freqüentadores trabalha. Nos casos da Luz e Previdência a diferença entre os que trabalham e os que não trabalham não é significativa estatisticamente.
2. Dentre os que não trabalham os desempregados são sem dúvida a maioria no parque da Luz e os que não precisam trabalhar são maioria nos parques Anhanguera e Previdência. Os demais resultados não permitem afirmações estatisticamente aceitáveis dentro do grau

de confiança adotado, mas apontam tendências que indicam que um considerável número de freqüentadores dominicais do parque Ibirapuera é de desempregados.

3. O número de aposentados não é relevante em nenhum dos casos.
4. Em todos os parques há inequívoca dominância de freqüentadores que não estudam, mas que concluíram ao menos o primeiro grau.
5. Os parques da Aclimação, Ibirapuera, Piqueri e Previdência são os que apresentam distribuição mais equilibrada entre os três graus de instrução considerados. Já nos parques Anhanguera, Guarapiranga e Luz há claro destaque para os que cursaram até o primeiro grau. No Carmo eles também compõem uma grande parcela que, no entanto, não guarda diferença estatisticamente expressiva com os que completaram o segundo grau. Embora se intua que a freqüência dominical nos parques seja diversa da semanal, sendo composta por muitas pessoas não moradoras na vizinhança ou na região, ver-se-á adiante, quando for tratada a distância entre a moradia dos freqüentadores e os parques, que, no mínimo (registrado no parque Anhanguera), 25% dos freqüentadores moram a menos de três quilômetros dos parques. Isto permite dizer que os resultados obtidos sobre o grau de instrução dos freqüentadores podem ser creditados, ao menos em parte, às características dos bairros em que os parques se inserem: os parques da Aclimação, Ibirapuera, Piqueri e Previdência situam-se em bairros que apresentam alta concentração de moradores de classe média, nivelando em patamares próximos as porcentagens sobre os diferentes grau de instrução ao passo que os parques Anhanguera, Guarapiranga, Luz e Carmo, situados em bairros em que é maior a concentração de moradores com menor poder aquisitivo que os primeiros, apresentam nítida dominância Guarapiranga e Luz), ou porcentagens muito elevadas (Anhanguera e Carmo) de pessoas que não passaram do primeiro grau.

5.4.2 Local de moradia, distância moradia parque, tempo gasto no deslocamento e meios de transporte utilizados

O interesse nestes dados reside, em parte, no fato de permitir, ainda que indiretamente e grosso modo, por meio da localização da moradia e dos meios de transportes utilizados para ir ao parque, a caracterização social dos freqüentadores. O Mapa da Exclusão / Inclusão Social da Cidade de São Paulo, coordenado por SPOSATI (1996), localiza espacialmente, por distrito, os Índices de Exclusão Social. A autora partiu da fixação de “padrões básicos de inclusão” aos quais atribuiu valor 0 (zero) variando de +1, correspondendo aos melhores padrões, a -1, correspondendo aos piores. Com base nestes dados torna-se possível, embora com pouca precisão, classificar socialmente os freqüentadores dos parques. Os mapas de Exclusão / Inclusão para cada parque são apresentados no item 5.5 “Organização dos resultados por parque”.

Outro ponto interessante é de aferir o quanto os freqüentadores estão dispostos a fazer –

suponha-se, vir de longe, tomar transporte coletivo, gastar uma hora, às vezes até mais – para passar algumas horas de lazer nos parques.

Mais um dado possível de obter são os raios de influência ou de atração dos parques, evidenciando os “vazios”, as “zonas de sombra” não atendidas por estes espaços de lazer.

Nos mapas correspondentes a cada parque pesquisado estão anotados os locais de moradia dos entrevistados, o tempo gasto na locomoção casa-parque e o itinerário das linhas de ônibus e de metrô que passam a menos de quinhentos metros dos parques (item 5.5).

QUADRO 22

Distância moradia-parque e tempo gasto no percurso

parque	Aclimação			Anhanguera			Carmo			Guarapiranga		
raio	<30min	30-60min	>60min	<30min	30-60min	>60min	<30min	30-60min	>60min	<30min	30-60min	>60min
< 0,5km	12	-	-	-	-	-	04	-	-	05	-	-
0,5-1,5km	55	01	-	-	-	-	12	-	-	18	-	-
1,5-3,0km	13	-	-	25	-	-	13	01	-	36	01	-
3,0-5,0km	09	-	-	32	-	-	24	06	01	17	02	-
5,0-10km	05	02	-	22	03	-	18	11	-	08	06	01
>10km	00	02	01	14	01	03	02	05	03	02	01	03
total	94	05	01	93	04	03	73	23	04	86	10	04

parque	Ibirapuera			Luz			Piqueri			Previdência		
raio	<30min	30-60min	>60min	<30min	30-60min	>60min	<30min	30-60min	>60min	<30min	30-60min	>60min
< 0,5km	02	-	-	08	-	-	03	-	-	13	-	-
0,5-1,5km	09	-	-	29	-	-	16	-	-	23	-	-
1,5-3,0km	22	01	-	07	04	01	32	-	-	19	02	-
3,0-5,0km	05	-	-	02	03	01	24	-	-	16	01	-
5,0-10km	15	06	01	04	06	03	16	01	-	15	02	-
>10km	13	14	12	03	11	18	06	-	02	05	02	02
total	66	21	13	53	24	23	97	01	02	91	07	02

QUADRO 23

Distância moradia-parque por categorias de proximidade

parque	próximo < 3 km	médio-próximo 3-5 km	médio-distante 5-10 km	distante > 10 km	total
Aclimação	81	9	7	3	100
Anhanguera	25	32	25	18	100
Carmo	30	31	29	10	100
Guarapiranga	60	19	15	6	100
Ibirapuera	34	5	22	39	100
Luz	49	6	13	32	100
Piqueri	51	24	17	8	100
Previdência	57	17	17	9	100

QUADRO 24

Meios de transporte utilizados para ir ao parque

parque	a pé	automóv.	bicicleta	lotação	metrô	ônibus	outros	total
Aclimação	66	25	4	0	0	4	1	100
Anhanguera	13	53	1	5	0	27	1	100
Carmo	26	19	4	0	0	51	0	100
Guarapiranga	46	26	1	3	0	24	0	100
Ibirapuera	17	33	12	0	0	36	2	100
Luz	39	1	2	0	13	30	15*	100
Piqueri	22	53	4	2	1	17	1	100
Previdência	26	39	3	1	0	30	1	100

* Na categoria "outros" ocorrem 8 casos de uso de trem, 5 casos de uso de metrô + trem e 2 casos de ônibus + trem.

Considerando as categorias de distância, os tempos de deslocamento e os meios de transportes utilizados, apontados nos Quadros 22, 23 e 24, pode-se dizer que:

1. O parque Aclimação é o de menor raio de alcance, com 81% de seus freqüentadores domicílios residindo a menos de três quilômetros. Atende, portanto, com predominância inequívoca, aos moradores próximos a ele.
2. Nos parques Guarapiranga, Luz, Piqueri e Previdência estão estatisticamente empatados os que vêm de menos de três quilômetros e os que vêm de mais de três quilômetros. No entanto, enquanto no Guarapiranga, no Piqueri e no Previdência os freqüentadores que residem próximo (num raio menor do que três quilômetros) são em maior número do que os que residem a distâncias médias (de três a dez quilômetros) ou grandes (raio maior do que dez quilômetros), na Luz estão estatisticamente empatados os que moram a menos de três

e a mais de dez quilômetros.

3. Nos parques Anhanguera, Carmo e Ibirapuera a maioria dos freqüentadores mora a mais de três quilômetros. Mas, enquanto nos parques Anhanguera e Carmo verifica-se um equilíbrio entre os que moram a distâncias pequenas e médias, no Ibirapuera predominam os que moram a distâncias médias e grandes.
4. Os parques Ibirapuera e Luz são os que apresentam maior raio de alcance, com 39% e 32% de freqüentadores, respectivamente, residindo a mais de dez quilômetros.
5. Em todos os parques, com exceção do da Luz, nota-se que a inquestionável maioria dos freqüentadores gasta menos do que trinta minutos no trajeto casa-parque. No da Luz os que gastam menos e os que gastam mais de trinta minutos estão empatados, registrando-se também nele a maior porcentagem, dentre todos os parques pesquisados, dos que consomem mais de uma hora no percurso casa-parque (23%).
6. A grande maioria (66%) dos freqüentadores do parque da Aclimação dirige-se a ele a pé. Vêm em seguida os que se utilizam do automóvel (25%). O número dos que utilizam ônibus é desprezível.
7. No Guarapiranga praticamente a metade (46%) dos freqüentadores vai a pé ao parque. Os que vão de automóvel (26%) e os que vão de ônibus (24%) comparecem estatisticamente empatados.
8. No Anhanguera e no do Piqueri praticamente a metade (53%) dos freqüentadores utiliza o automóvel como meio de transporte para ir ao parque. No Anhanguera o segundo meio de transporte mais utilizado é o ônibus, enquanto no do Piqueri há empate estatístico entre os que vão a pé e de ônibus.
9. A maioria (69%) dos freqüentadores do Ibirapuera vai a ele de ônibus ou de automóvel, em proporções estatisticamente iguais, respectivamente 36% e 33%.
10. Praticamente a metade (51%) dos freqüentadores do parque do Carmo chega a ele de ônibus. A outra metade é dividida em proporções estatisticamente equivalentes entre os que vão a pé (26%) e de automóvel (19%).
11. No parque da Previdência as parcelas dos que vão a pé (26%), de automóvel (39%) e de ônibus (30%) são equivalentes do ponto de vista estatístico.
12. No parque da Luz observa-se a maior incidência, dentre os parques analisados, dos que se dirigem a ele utilizando meios de transporte coletivos – ônibus, metrô, trem e combinações entre eles – com significativos 58%. Os que chegam a ele de automóvel não têm qualquer expressão estatística. A explicação estaria na boa acessibilidade da região onde se situa o parque da Luz por transportes coletivos – trens, metrô, ônibus urbanos e intermunicipais – que seria responsável, também, pelo amplo raio de atração deste parque.
13. Os parques do Carmo e Anhanguera atraem de modo equilibrado os moradores da vizinhança próxima, os que moram a uma distância entre três e cinco quilômetros e os que moram a uma distância de cinco a dez quilômetros. No entanto, enquanto 53% dos

freqüentadores do parque Anhanguera se utiliza do automóvel, 51% dos freqüentadores do parque do Carmo vão de ônibus. Isto pode se explicar pelo fato de o parque Anhanguera estar mais isolado em relação à área urbanizada do que o do Carmo e de contar com um número muito menor de linhas de ônibus que o servem. Os diferentes pesos com que participam o automóvel e o ônibus nestes dois parques respondem pelo fato de 93% dos freqüentadores não demorarem mais do que meia hora para chegar ao parque Anhanguera, ao passo que este percentual cai para 73% no parque do Carmo.

5.4.3 Freqüência de utilização dos parques e tempo de permanência

Entre as informações necessárias para aferir o papel que os parques públicos exercem como áreas de recreação, figuram a intensidade com que são freqüentados e o tempo de permanência neles. Para isto pediu-se aos entrevistados que indicassem, entre as alternativas de freqüência de utilização a eles apresentadas, qual a que mais se aproximava de seu caso e, com respostas abertas, o tempo de permanência.

Para medir a intensidade de utilização a ficha de entrevista apresentava oito alternativas, o que se provou ser excessivo, pois os resultados ficavam por demais dispersos para configurar qualquer tendência. Resolveu-se então, ao fazer-se a tabulação, reduzi-las para quatro: mais do que uma vez por semana; até quatro vezes ao mês; uma ou duas vezes por bimestre; menos de quatro vezes por ano.

Os dados expostos no Quadro 25 mostram que:

1. Os parques com resultados de freqüência de utilização suficientemente claros para ser considerados conclusivos são: o da Aclimação – em que o número de freqüentadores que o visitam mais do que uma vez por semana é maior do que o daqueles que o fazem com periodicidade menos intensa – ; o Anhanguera e o do Carmo (este praticamente no limite de confiabilidade estatística) – nos quais os entrevistados que afirmam freqüentá-los menos do que quatro vezes ao ano são em maior número – ; os parques Guarapiranga e Previdência – com o predomínio dos freqüentadores que vão a eles até quatro vezes por mês.
2. Nos parques Ibirapuera, Luz e Piqueri as intensidades de freqüência são razoavelmente bem distribuídas entre os que os freqüentam mais do que uma vez por semana, até quatro vezes ao mês e menos do que quatro vezes ao ano.

QUADRO 25

Frequência de utilização dos parques

parque	mais que 1 vez por semana	até 4 vezes por mês	1 vez por bimestre	menos de 4 vezes por ano	total
Aclimação	50	30	8	12	100
Anhanguera	16	18	14	52	100
Carmo	18	28	10	44	100
Guarapiranga	14	52	17	17	100
Ibirapuera	21	34	16	29	100
Luz	37	24	13	26	100
Piqueri	20	34	14	32	100
Previdência	19	45	19	17	100

Para obter maior nitidez dos resultados pode-se diminuir mais ainda as nuances entre os períodos de freqüentação. O Quadro 26 exhibe os resultados obtidos ao dividir os freqüentadores em assíduos – que vão ao parque uma ou mais vezes por mês – eventuais – que vão ao parque, em média, uma vez a cada dois meses – e raros – que vão ao parque menos do que quatro vezes por ano

QUADRO 26

Classificação dos freqüentadores por assiduidade

parque	assíduo uma ou mais vezes por mês	eventuais até 6 vezes por ano	raros menos que 4 vezes por ano	total
Aclimação	80	8	12	100
Anhanguera	34	14	52	100
Carmo	46	10	44	100
Guarapiranga	66	17	17	100
Ibirapuera	55	16	29	100
Luz	61	13	26	100
Piqueri	54	14	32	100
Previdência	64	19	17	100

Os resultados mostram altas taxas de assiduidade em todos os parques, com exceção do Anhanguera. Vê-se que os assíduos predominam indubitavelmente nos parques da Aclimação, Guarapiranga, Luz e Previdência, são em maior número do que os eventuais e do que os raros nos parques Ibirapuera e Piqueri e empatam estatisticamente com os raros nos parques do Carmo e Anhanguera (este no limite de confiabilidade estatística).

As respostas sobre o tempo de permanência informam em que medida a ida aos parques participa do lazer dominical dos seus freqüentadores. Elas foram agrupadas em quatro faixas: menos de uma hora; entre uma e duas horas, entre duas e quatro horas e mais de quatro horas. Os resultados são apresentados no Quadro 27. Analisando-os pode-se perceber que, embora nunca isoladamente majoritário, o grupo de freqüentadores que permanecem mais do que quatro horas nos parques comparece empatado estatisticamente com outros grupos nos parques Anhanguera, Guarapiranga (este quase no limite de confiabilidade), Ibirapuera, Luz e Piqueri (este também no limite de confiabilidade), sendo ainda comparativamente expressivo do parque do Carmo. Contrariamente, nos parques da Aclimação e Previdência a permanência por mais de quatro horas é pouco significativa.

QUADRO 27

Tempo de permanência no parque

parque	menos de 1h	entre 1 e 2 hs	entre 2 e 4 hs	mais de 4hs	total	menos de 2 horas	mais de 2 horas	total
Aclimação	19	44	30	07	100	63	37	100
Anhanguera	03	23	41	33	100	26	74	100
Carmo	07	23	45	25	100	30	70	100
Guarapiranga	13	32	34	21	100	45	55	100
Ibirapuera	03	41	24	32	100	44	56	100
Luz	32	20	25	23	100	52	48	100
Piqueri	27	27	29	17	100	54	46	100
Previdência	31	31	30	08	100	62	38	100

As razões para que isto ocorra são de diferentes naturezas, dependendo do parque considerado. A seguir vêm expostos motivos que, entre outros, ajudam a explicar os diferentes tempos de permanência verificados.

No caso do Ibirapuera pode-se alegar que, além de oferecer maior gama de opções de lazer, é o parque que atrai o maior número de visitantes que moram a mais de dez quilômetros de distância, não tornando compensatórios os curtos tempos de permanência.

No caso do parque da Luz a distribuição dos períodos de permanência é equilibrada. De qualquer modo chama atenção o fato de um parque com oferta pouco diversificada de atividades de lazer como ele apresentar um índice relativamente alto de permanência prolongada. Pode-se atribuir o grande tempo de permanência ao número relativamente grande de freqüentadores que moram a mais de dez quilômetros de distância. No entanto, não haveria ali uma diversidade de opções de lazer que incentivasse maior tempo de permanência. Uma explicação possível estaria – conforme se verá adiante, quando se tratar dos motivos que

levaram os freqüentadores aos parques – na relativamente alta incidência da prostituição, tendo 18% das mulheres entrevistadas declarado isto explicitamente, enquanto outros 10% o sugeriram. De fato, em torno de 50% das mulheres que disseram permanecer mais do que quatro horas no parque declararam-se prostitutas.

No parque Anhanguera a presença dos que moram a mais de dez quilômetros fica nos 18%, o que não é muito, se comparado aos parques do Ibirapuera e da Luz. Mas ali a maior permanência pode ser justificada por prestar-se o parque também ao lazer familiar, com quiosques para piqueniques, além de extensas trilhas para passeios em meio aos bosques de eucaliptos, quadras esportivas e área para recreação infantil.

Para os parques do Carmo e Guarapiranga a explicação também não estaria na distância casa-parque mas, antes, nos atrativos que oferecem: área extensa (150 hectares) e equipada para diferentes opções de lazer, no Carmo; trilhas e quiosques em meio aos bosques, quadras para jogos e, sobretudo, a represa, no Guarapiranga.

O menor tempo de permanência no parque da Aclimação pode ser creditado ao grande número de freqüentadores que residem a menos de três quilômetros, totalizando 81% da freqüência.

Contra grandes períodos de permanência no parque da Previdência pesariam a pequena dimensão da área plana disponível para equipamentos de lazer de diferentes tipos e o acesso restrito às trilhas na mata, que só podem ser percorridas com a presença de monitores, além de uma porcentagem alta de freqüentadores que moram a menos de três quilômetros do parque.

Já no parque Piqueri configura-se uma situação mediana, com distribuição equilibrada dos tempos de permanência. Seu raio de alcance, como já foi visto, é comparável ao dos parques Guarapiranga e Previdência, mas não apresenta os inconvenientes topográficos deste último, oferecendo áreas relativamente extensas para piqueniques, para recreação infantil, passeios, quadras poliesportivas, enfim, atrativos que podem deter por mais tempo os freqüentadores.

Contudo, diferenças mais significativas do ponto de vista estatístico serão verificadas somente se se tomar como referência tempos de permanência inferiores e superiores a 2 horas. Ficarão então bem visíveis os casos extremos: os parques Anhanguera e Carmo com os maiores índices de permanência e Aclimação e Previdência com os menores. Nos parques Guarapiranga, Ibirapuera, Luz e Piqueri ocorre empate estatístico.

5.4.4 Exposição dos motivos que levam os freqüentadores aos parques

Pediu-se aos entrevistados que mencionassem o principal motivo que os levava a freqüentar os parques. Obteve-se assim um conjunto de respostas abertas que foram em seguida classificadas em categorias e em subcategorias, as primeiras mais abrangentes, as segundas mais detalhadas para conservar as nuances das respostas, ricas de informações.

Embora minuciosa, a lista das subcategorias foi composta de modo a permitir o posterior agrupamento por categorias afins, levando a uma classificação mais sintética e, por conseguinte, mais expressiva estatisticamente.

Assim, foram classificadas como **1.1** as respostas que expressavam o desejo de usufruir do ambiente físico, ou da paisagem do parque, por exemplo: “para estar em contato com a natureza”, “para respirar ar puro”, “para ver o verde”, “porque aqui é bonito”, etc.

Já se colocaram em outra subcategoria, **1.2**, as respostas que expressavam a necessidade de vivenciar certos “estados mentais” ou “de espírito”, ou, ainda, de bem estar físico, que, supostamente, seriam atingidos no parque: “vim ao parque para relaxar”, “para ter um pouco de sossego”, “para espairecer”, etc. Estas duas subcategorias, embora distintas, têm em comum a procura do parque pelo que ele pode oferecer de bom – ou pelo que se espera que ele ofereça – graças às qualidades gerais do seu espaço. Comporiam, ambas, a categoria **1**, mais sintética e mais abrangente.

Formaram a subcategoria **2.1** as respostas que conotavam a fruição – solitária ou em interação com uma ou mais pessoas – do que poderia ser chamado “ambiente social” do parque: “vim para encontrar os amigos”, “vim ver o movimento”, “namorar”, “fazer programa”, etc. Como **2.2** foram classificadas as respostas que alegavam como motivo da ida ao parque a intenção de exercer o lazer em grupo, excetuando-se a prática de esportes: “vim para um piquenique”, “para um churrasco”, etc. As subcategorias 2.1 e 2.2, à semelhança das anteriores, viriam a formar uma categoria **2**, mais genérica, associada ao exercício da sociabilidade, do relacionamento, mesmo que unilateral, com os demais freqüentadores.

A subcategoria **3.1** congregou os motivos relacionados à prática de esportes ou de outras atividades, em grupo ou isoladamente, com alto dispêndio de energia física: jogos, lutas, condicionamento físico, etc. A **3.2** agrupou os motivos voltados a atividades físicas com dispêndio baixo ou moderado de energia física: fazer caminhadas, banhar-se, pescar, passear de bicicleta. Ambas se fundiriam numa categoria **3**, caracterizada pelas atividades físicas.

A categoria **4** compôs a dos motivos ligados à assistência a eventos ou ao ser espectador: “vim ver a exposição”, “vim ver o *show*”, “vim ver o jogo”, etc.

Formaram a categoria **5** as respostas de freqüentadores que não mencionaram o seu próprio lazer como motivo para a ida ao parque. Colocaram-se como acompanhantes: de crianças, de doentes, de idosos, de animais. Poder-se-ia presumir que os entrevistados que responderam assim consideram o parque um bom lugar para levar as pessoas ou os animais

para passear, e que eles próprios também desfrutariam das qualidades do parque. Porém, como isto não foi explicitamente mencionado nas respostas, optou-se por uma classificação separada das demais.

A categoria **6** agrupou respostas do freqüentador que foi ao parque “por conveniência”, sem se referir a algo que o parque oferecesse, ou a algo que ele procurasse no parque: “vim porque é próximo de casa”, “vim porque é de graça”, “porque não tinha o que fazer”, “porque não tenho outra opção”.

A categoria **7** compôs-se de motivos muito genéricos, sem referência explícita ao tipo ou à qualidade do lazer que o freqüentador buscou no parque: “vim para quebrar a rotina”, “vim passear”, etc.

Por fim, na categoria **8** recolheram-se as respostas inclassificáveis nas categorias anteriores ou não relacionadas ao lazer”, por exemplo: “passei pelo parque para cortar caminho”, “vim a trabalho, etc.

O Quadro 28 mostra os resultados das entrevistas distribuídos nas onze subcategorias, enquanto que no Quadro 29 os motivos estão classificados nas oito categorias mais genéricas.

Eventualmente serão utilizadas informações constantes das fichas de entrevistas para ilustrar um ou outro aspecto, seja ligado aos motivos, seja ligado às avaliações dos entrevistados. Considerou-se a inclusão das fichas de entrevistas no corpo do trabalho desnecessária – porque a referência a alguns detalhes nelas contidos é meramente ilustrativa – e não oportuna, dado o volume que ocupariam.

QUADRO 28

Motivos que levam os freqüentadores aos parques por subcategorias, em %

parques \ subcat.	1.1	1.2	2.1	2.2	3.1	3.2	4	5	6	7	8	total
Aclimação	12,0	7,0	6,0	0,0	22,0	15,0	0,0	16,0	6,0	15,0	1,0	100
Anhanguera	12,0	9,0	2,0	1,0	2,0	0,0	0,0	24,0	0,0	48,0	2,0	100
Carmo	8,0	13,0	1,0	0,0	14,0	9,0	5,0	20,0	3,0	26,0	1,0	100
Guarapiranga	21,0	3,0	7,0	0,0	7,0	6,0	0,0	17,0	0,0	37,0	2,0	100
Ibirapuera	8,0	6,0	5,0	0,0	15,0	12,0	2,0	25,0	1,0	22,0	4,0	100
Luz	13,0	10,0	11,0	1,0	3,0	3,0	0,0	11,0	7,0	28,0	13,0	100
Piqueri	10,0	7,0	4,0	0,0	9,0	11,0	0,0	30,0	3,0	25,0	1,0	100
Previdência	12,0	3,0	4,0	0,0	4,0	4,0	0,0	47,0	8,0	9,0	9,0	100

Subcategorias

- 1.1 - usufruir do ambiente físico do parque: da "natureza", da paisagem, do ar puro, da amplidão do espaço, etc.
 1.2 - relaxar, descansar, ter sossego, sentir-se bem pelo fato de estar no parque, sem maiores especificações
 2.1 - usufruir do ambiente social do parque, sozinho ou de modo interativo: conversar, namorar, "ver o movimento"
 2.2 - exercer o lazer em grupo – piqueniques, churrascos, jogos informais – excetuando-se a prática de esportes
 3.1 - praticar esportes ou atividades com alto dispêndio de energia física: jogos, lutas, condicionamento físico, etc.
 3.2 - praticar atividades físicas com dispêndio baixo ou moderado de energia: caminhar, nadar, pescar, andar de bicicleta
 4 - assistir a eventos, visitar feiras ou exposições; ser espectador
 5 - acompanhar pessoas ou animais para passear (não menciona seu próprio lazer como motivo principal)
 6 - conveniência (parque é próximo/gratuito) ou falta de opções, sem referir-se à satisfação de uma necessidade própria
 7 - motivos genéricos: lazer em geral – distrair-se, divertir-se, quebrar a rotina – sem maiores especificações
 8 - outros

QUADRO 29

Motivos que levaram os freqüentadores aos parques por categorias

parques \ categorias	1	2	3	4	5	6	7	8	total
Aclimação	19,0	6,0	37,0	0,0	16,0	6,0	15,0	1,0	100
Anhanguera	21,0	3,0	2,0	0,0	24,0	0,0	48,0	2,0	100
Carmo	21,0	1,0	23,0	5,0	20,0	3,0	26,0	1,0	100
Guarapiranga	24,0	7,0	13,0	0,0	17,0	0,0	37,0	2,0	100
Ibirapuera	14,0	5,0	27,0	2,0	25,0	1,0	22,0	4,0	100
Luz	23,0	12,0	6,0	0,0	11,0	7,0	28,0	13,0	100
Piqueri	17,0	4,0	20,0	0,0	30,0	3,0	25,0	1,0	100
Previdência	15,0	4,0	8,0	0,0	47,0	8,0	9,0	9,0	100

Categorias

- 1- usufruir das qualidades gerais da paisagem e do ambiente físico do parque
 2- usufruir do ambiente social do parque; exercer a sociabilidade
 3- praticar atividades físicas
 4- assistir a eventos
 5- acompanhar pessoas ou animais
 6- ir por conveniência pela proximidade ou por falta de outra opção
 7- praticar o lazer em geral, sem maiores especificações
 8- outros

Dos Quadros 28 e 29 podem-se tirar algumas conclusões gerais sobre os motivos que levam os freqüentadores aos parques.

CATEGORIA 1 - USUFRUIR DA PAISAGEM E DO AMBIENTE

A fruição da paisagem e do ambiente é um motivo estatisticamente significativo em quase todos os parques, com um padrão de distribuição razoavelmente homogêneo entre homens e mulheres e entre ambas as faixas etárias consideradas. Divide o primeiro lugar com outras categorias nos parques do Carmo, Guarapiranga e Luz. Vem em segundo lugar nos parques Aclimação, Anhanguera, Ibirapuera, Piqueri e Previdência, sendo porém, em termos estatísticos, pouco expressivo neste último, relativamente à categoria 5 que é a mais numerosa. Analisando as subcategorias 1.1 – usufruir da paisagem ou do ambiente físico – e 1.2 – relaxar, descansar – nota-se que a primeira é claramente majoritária no parque Guarapiranga, o que provavelmente se explica pela existência da represa, que é seu recurso paisagístico mais importante e diferenciador.

CATEGORIA 2 - USUFRUIR DO AMBIENTE SOCIAL

A fruição do ambiente social – categoria 2 – é um motivo pouco significativo em todos os parques. Somente no da Luz ele ganha importância um pouco maior. Em todos os casos, porém, a componente 2.1 – fruição individual ou coletiva do ambiente social do parque – é a única responsável pela pontuação que a categoria 2 obteve em todos os casos.

CATEGORIA 3 - PRATICAR ATIVIDADES FÍSICAS

Praticar atividades físicas – categoria 3 – é um importante motivo que leva os freqüentadores aos parques Aclimação, Carmo, Ibirapuera e Piqueri. Ainda que como mera tendência, sem pretensões estatísticas, cabe notar que nestes parques os exercícios com alto dispêndio de energia são praticados predominantemente por homens e pelos freqüentadores na faixa etária de 15 a 30 anos. No parque Aclimação o motivo classificado na categoria 3 é o mais citado, enquanto nos parques Carmo, Ibirapuera e Piqueri ele comparece estatisticamente empatado em primeiro lugar com outras categorias de motivos. No Guarapiranga divide, estatisticamente, a segunda posição com outras categorias, mas é pouco importante nos parques Anhanguera, Luz e Previdência. Na subdivisão que se efetuou entre atividades físicas com alto dispêndio de energia física – subcategoria 3.1 – e com dispêndio baixo ou moderado – subcategoria 3.2 – , percebe-se o predomínio das primeiras, embora não se possa dar a ele significado estatístico dentro do grau de confiança adotado.

CATEGORIA 4 - ASSISTIR A EVENTOS

Assistir a eventos, jogos, visitar uma feira ou um museu no parque são motivos pouco

citados em todos os casos estudados.

CATEGORIA 5 - ACOMPANHAR

Esta é uma das categorias de respostas que obtiveram altas pontuações. Ela é, certamente, a mais alta no parque Previdência. Está empatada estatisticamente em primeiro lugar nos parques do Carmo, Ibirapuera e Piqueri. Divide a segunda posição nos parques Anhanguera e Guarapiranga, tendo importância secundária nos parques Aclimação e Luz. Os resultados sinalizam quanto o lazer pode estar associado a uma espécie de obrigação, como a de levar os filhos para brincar no parque, deixando em segundo plano a fruição do lazer pessoal. É ainda digno de nota, embora as diferenças não sejam suficientes para afirmar com confiança, que, em todos os parques, a incidência deste tipo de motivo é maior entre as mulheres do que entre os homens, sendo também maior na faixa etária de 30 a 60 anos do que na de 15 a 30 anos

CATEGORIA 6 - IR AO PARQUE POR CONVENIÊNCIA

As alegações de ir ao parque porque ele é próximo, ou porque a entrada é franca, quando ocorrem, são em pequeno número como nos parques Aclimação, Luz e Previdência, justamente os que têm grande parte de sua frequência formada por moradores da vizinhança.

CATEGORIA 7 - PRATICAR O LAZER GENÉRICO

Os resultados permitem constatar a dificuldade dos entrevistados em caracterizar seu lazer. Em quase todos os parques a categoria 7 – a das respostas que não especificavam que forma de lazer o freqüentador procurava no parque – foi das mais numerosas, o que também possibilita supor que ir ou estar num parque já é considerado uma forma de lazer em si.

No parque Anhanguera esta categoria de motivos é, sem dúvida, a primeira na classificação, guardando suficiente distância da categoria 5, que lhe vem imediatamente abaixo. De fato, o parque Anhanguera, situado em área ainda pouco urbanizada, presta-se a servir de contraponto à paisagem e ao ambiente urbanos, de modo que a simples ida até ele e a permanência nele já são percebidas como lazer, independentemente de atividades específicas que possam ali ser praticadas.

Nos parques do Carmo, Guarapiranga e Luz a categoria 7 é também a que atinge os maiores pontos, porém não guarda diferenças estatisticamente significativas com as categorias imediatamente inferiores em número de pontos.

No Ibirapuera e no Piqueri as respostas classificadas na categoria 7 receberam a segunda pontuação mais alta, mas estatisticamente podem ser consideradas empatadas com as de maior pontuação. Já nos parques Aclimação e Previdência ela é minoritária.

CATEGORIA 8 - OUTROS MOTIVOS

Respostas situadas nesta categoria foram inexpressivas em praticamente todos os parques, sobressaindo pouco mais nos parques da Luz e Previdência. No primeiro elas ocorrem quase que exclusivamente entre as mulheres que vão ao parque não para o lazer, mas para trabalhar como prostitutas, em 8% dos casos. No segundo as respostas não se concentram em torno de algum motivo específico, havendo desde alegações do tipo “encontrar alguém” e “ir à reunião de escoteiros” até respostas invalidadas porque confundiam motivos com avaliações positivas.

Em resumo, considerando os motivos explícitos de que os parques são procurados para o lazer primordialmente por sua paisagem e/ou por seu ambiente – categoria 1 – , mais aqueles que dizem o mesmo de uma forma implícita, ou seja, em que a simples ida ao parque já constitui uma forma de lazer – categoria 7 – , pode-se ter uma idéia da importância das *qualidades gerais* da maioria dos parques pesquisados entre os motivos alegados para sua freqüentação. A alta assiduidade dos freqüentadores (Quadro 26) na quase totalidade dos parques pesquisados faz crer que a motivação original se renova continuamente. No entanto, somente conhecendo as avaliações que os freqüentadores fazem dos parques é que se poderá saber em que medida o hábito de freqüentá-los é compensador.

5.4.5 Avaliações dos freqüentadores em relação aos parques

AVALIAÇÕES POSITIVAS

De modo semelhante à exposição dos motivos, pediu-se aos entrevistados que mencionassem o aspecto que consideravam mais positivo no parque. Obteve-se assim um conjunto de respostas abertas que foram em seguida classificadas em categorias e em subcategorias.

Analisando o material recolhido verificou-se, em alguns casos, a dificuldade em traçar uma linha demarcatória clara entre motivo para ir ao parque e avaliação positiva do parque; as avaliações positivas repetiam a exposição dos motivos, por exemplo: o “estar em contato com o verde” era dado como motivo para ir ao parque e também como a sua principal qualidade positiva. Estas respostas foram consideradas válidas, pois entendeu-se que elas se encaixavam no caso particular em que a motivação ou impulso que levou o freqüentador ao parque não foi frustrado.

Na subcategoria 1.1 incluíram-se as avaliações positivas genéricas sobre o parque como um todo, sem identificação de aspectos ou elementos que o tornam merecedor da aprovação dos freqüentadores: “gosto de tudo”, “tudo é agradável”, etc. Como 1.2 foram classificadas

valorações positivas de aspectos paisagístico-ambientais do parque todo ou de partes dele, com menção de aspectos específicos: “gosto do verde”, do “ar puro”, “da amplidão”, do “frescor”, “das vistas”. Foram agrupadas na subcategoria **1.3** as respostas que valoraram positivamente os “estados de espírito” propiciados pelo parque: “tranquilidade”, “sossego”, “bem estar”. Estas três subcategorias formaram a categoria **1**, que inclui todas as respostas que avaliam positivamente o conjunto paisagístico-ambiental do parque.

Na categoria **2** foram reunidas as respostas com valoração positiva do ambiente social do parque: “o ambiente familiar”, “mulheres jovens e bonitas”, “muitos garotos”, etc.

A subcategoria **3.1** diz respeito às avaliações positivas dos “equipamentos-fim”, ou seja, espaços ou equipamentos que são uma atração em si: quadras esportivas, brinquedos, praias, viveiros, ciclovias, pistas de *Cooper*, museu, etc. A subcategoria **3.2** refere-se às avaliações positivas espontâneas sobre “equipamentos-meio”, ou infraestrutura, como: bebedouros, sanitários, locais para estacionar, posto de venda de bebidas, etc. As duas subcategorias puderam ser reunidas na categoria **3**, que diz respeito aos equipamentos do parque.

A categoria **4** agrupa as avaliações positivas à programação de eventos: *shows*, gincanas, feiras, certames, etc.

A categoria **5** reúne as avaliações positivas espontâneas sobre aspectos da administração do parque: limpeza, conservação, segurança, afabilidade e eficiência de funcionários, etc.

Na categoria **6** incluem-se avaliações positivas sobre a facilidade de acesso ao parque.

A categoria **7** é a das respostas que afirmavam nada haver de bom no parque.

Por fim, na categoria **8** foram recolhidas as respostas que não se encaixavam em qualquer classificação ou as consideradas inválidas, sendo que nestas, na maioria das vezes, as respostas eram simplesmente “lazer”, sem referência a qualquer aspecto específico.

QUADRO 30

Avaliações positivas por subcategorias

parque \ subcat.	1.1	1.2	1.3	2	3.1	3.2	4	5	6	7	8	total
Aclimação	1	47	14	8	14	1	1	4	8	0	2	100
Anhanguera	0	55	32	0	12	0	0	1	0	0	0	100
Carmo	17	37	9	1	19	0	8	0	0	0	9	100
Guarapiranga	2	54	6	2	22	0	0	7	2	0	5	100
Ibirapuera	1	54	5	6	20	2	2	1	0	0	9	100
Luz	0	48	11	4	11	1	0	0	1	14	10	100
Piqueri	8	60	9	3	16	0	0	2	0	1	1	100
Previdência	2	29	16	7	27	0	0	12	2	0	5	100

Subcategorias

- 1.1 - avaliações positivas genéricas do parque como um todo
- 1.2 - avaliações positivas de aspectos paisagístico-ambientais específicos
- 1.3 - avaliações positivas dos "estados de espírito" que o parque proporciona
- 2 - avaliações positivas do ambiente social do parque
- 3.1 - avaliações positivas dos "equipamentos-fim"
- 3.2 - avaliações positivas dos "equipamentos-meio"
- 4 - avaliações positivas da programação de eventos
- 5 - avaliações positivas de aspectos administrativo-operacionais
- 6 - avaliações positivas da facilidade de acesso
- 7 - nada de positivo
- 8 - outras

QUADRO 31

Avaliações positivas por categorias

parque \ categor.	1	2	3	4	5	6	7	8	total
Aclimação	61	8	15	1	4	8	0	2	100
Anhanguera	87	0	12	0	1	0	0	0	100
Carmo	63	1	19	8	0	0	0	9	100
Guarapiranga	62	2	22	0	7	2	0	5	100
Ibirapuera	60	6	22	2	1	0	0	9	100
Luz	59	4	12	0	0	1	14	10	100
Piqueri	77	3	16	0	2	0	1	1	100
Previdência	47	7	27	0	12	2	0	5	100

Categorias

- 1. avaliações positivas sobre os aspectos paisagístico-ambientais
- 2. avaliações positivas do ambiente social do parque
- 3. avaliações positivas dos equipamentos que o parque oferece
- 4. avaliações positivas da programação de eventos
- 5. avaliações positivas de aspectos administrativos-operacionais
- 6. avaliações positivas da facilidade de acesso
- 7. nada de positivo
- 8. outros

AVALIAÇÕES NEGATIVAS

Perguntou-se aos entrevistados qual o aspecto que julgavam mais negativo no parque ou qual a maior carência que sentiam. Do mesmo modo que para as questões anteriores organizou-se o conjunto de respostas espontâneas em categorias e subcategorias.

Na subcategoria **1.1** foram classificadas as respostas em que vinha expressa uma avaliação negativa do parque como um todo: “não há nada de bom neste parque”. Esta subcategoria, que só esteve representada no parque da Luz, é simétrica àquela das avaliações positivas genéricas, também nomeadas **1.1**. Na subcategoria **1.2** constaram as respostas que traziam avaliações negativas ou apontavam carências quanto a aspectos paisagístico-ambientais do parque. Classificaram-se nesta categoria carências referentes à qualidade cênica bem como as reclamações quanto à poluição ambiental dos parques, sendo estas últimas diferenciadas daquelas atinentes à falta de limpeza em pontos mais específicos – os sanitários, por exemplo – que foram remetidas à categoria 5.3 que, como se verá adiante, trata dos serviços de manutenção. A subcategoria **1.3** agrupa as respostas que acusam o desagrado pela impossibilidade de vivenciar “estados de espírito” ansiados com expressões como: “falta tranquilidade”, “tem muita algazarra das crianças”, “é muita gente para pouco espaço”. Estas três subcategorias formam a categoria **1**, que contempla as avaliações negativas de ordem paisagístico-ambiental.

Na categoria **2** foram classificadas as respostas que demonstraram desaprovação pela frequência, pelo ambiente social do parque: “tem muito mendigo / prostituta / drogado / homossexual”, “tem poucas mulheres / homens”, etc.

A subcategoria **3.1** agrupa as carências manifestadas em relação a equipamentos-fim: “faltam quadras de futebol / piscina / ciclovia / brinquedos para crianças”, etc. A subcategoria **3.2** refere-se à carência de equipamentos-meio: “faltam bebedouros / ganchos para pendurar redes / vagas de estacionamento / posto de venda de bebidas e comidas / placas de sinalização”, etc. Juntas formaram a categoria **3**, com avaliações negativas sobre os equipamentos do parque.

A categoria **4** diz respeito à falta ou insuficiência de eventos no parque: *shows*, gincanas, exposições, etc.

A subcategoria **5.1** agrupa as avaliações negativas referentes à falta de organização ou de fiscalização: cães soltos, adultos usando brinquedos infantis, conflito pedestres X ciclistas. A subcategoria **5.2** agrupa as reclamações quanto à segurança no parque: “falta policiamento”. A subcategoria **5.3** é a das avaliações negativas quanto ao serviço de manutenção: “brinquedos quebrados”, “sanitários sujos”, “fonte seca”, “gramado não aparado”, etc. Foram todas unidas na categoria **5**, referente às avaliações negativas envolvendo a administração do parque.

À categoria **6**, pouco expressiva em todos os parques, remeteram-se à distância ou a

dificuldades de acesso ao parque.

A categoria **7** reúne as respostas em que se afirmava não faltar nada no parque.

Por fim, a categoria **8** é a das respostas consideradas inválidas.

QUADRO 32

Aspectos negativos por subcategorias

parque \ subcat.	1.1	1.2	1.3	2	3.1	3.2	4	5.1	5.2	5.3	6	7	8	total
Aclimação	0	28	0	7	10	3	2	5	10	15	0	20	0	100
Anhanguera	0	7	0	1	18	15	3	4	2	2	0	48	0	100
Carmo	0	19	0	4	8	1	7	2	20	11	1	26	1	100
Guarapiranga	0	12	0	9	1	5	0	5	30	7	0	31	0	100
Ibirapuera	0	20	5	5	1	3	0	7	10	9	1	38	1	100
Luz	2	26	0	37	1	1	1	1	7	12	0	12	0	100
Piquerri	0	13	2	0	8	7	0	4	15	13	0	38	0	100
Previdência	0	3	0	3	23	10	1	3	3	11	0	43	0	100

Subcategorias

- 1.1 - avaliações negativas sobre todo o parque
- 1.2 - avaliações negativas quanto a aspectos paisagístico-ambiental
- 1.3 - avaliações negativas pela impossibilidade de vivenciar "estados de espírito" ansiados
- 2 - avaliações negativas do ambiente social do parque
- 3.1 - avaliações negativas dos equipamentos-fim
- 3.2 - avaliações negativas dos equipamentos-meio
- 4 - avaliação negativa quanto à programação de eventos
- 5.1 - avaliações negativas sobre a organização / fiscalização por parte da administração do parque
- 5.2 - avaliações negativas quanto aos serviços de segurança
- 5.3 - avaliações negativas dos serviços de manutenção
- 6 - avaliações negativas sobre a distância casa-parque
- 7 - nada têm a reclamar do parque
- 8 - inválidas

QUADRO 33

Aspectos negativos por categorias

parque \ categor.	1	2	3	4	5	6	7	8	total
Aclimação	28	7	13	2	30	0	20	0	100
Anhanguera	7	1	33	3	8	0	48	0	100
Carmo	19	4	9	7	33	1	26	1	100
Guarapiranga	12	9	6	0	42	0	31	0	100
Ibirapuera	25	5	4	0	26	1	38	1	100
Luz	28	37	2	1	20	0	12	0	100
Piquerri	15	0	15	0	32	0	38	0	100
Previdência	3	3	33	1	17	0	43	0	100

Categorias

- 1 - avaliações negativas da paisagem e do ambiente do parque como um todo
- 2 - avaliações negativas do ambiente social
- 3 - avaliações negativas sobre os equipamentos do parque
- 4 - avaliações negativas sobre a programação de eventos
- 5 - avaliações negativas sobre a administração do parque de um modo geral
- 6 - avaliações negativas sobre a distância casa-parque
- 7 - nada têm a reclamar do parque
- 8 - inválidas

Os dados dos Quadros 30, 31, 32 e 33 vêm resumidos e comentados nos pontos a

seguir apresentados. À semelhança do que foi feito ao tratar dos motivos, aqui também se fará uso eventual de informações contidas nas fichas de entrevistas para ilustrar ou detalhar algumas das asserções.

CATEGORIA 1 - ASPECTOS PAISAGÍSTICO-AMBIENTAIS

As menções positivas às características paisagístico-ambientais dos parques predominam claramente em todos os casos, com menções explícitas ao “verde”, à “natureza”, ao “ar puro”, ou seja, às qualidades agrupadas na subcategoria 1.2. das avaliações positivas. As menções aos agradáveis “estados de espírito” que os parques proporcionam (subcategoria 1.3) formam a segunda componente mais importante das características paisagístico-ambientais, embora bem abaixo da 1.2. As avaliações positivas genéricas (subcategoria 1.1) são pouco numerosas em praticamente todos os parques, com exceção do parque do Carmo, onde 17% dos entrevistados que consideravam o parque bom, não souberam especificar o que o fazia parecer bom.

De todos os parques estudados, o Anhanguera foi o que atingiu o maior número de menções positivas espontâneas no referente aos agradáveis “estados de espírito” procurados por uma determinada parcela dos freqüentadores, seguindo-se, bem abaixo, os parques da Previdência e da Aclimação. As reclamações acerca deste fator são nulas ou insignificantes em todos os parques.

Comparando-se estes resultados com os dos motivos que levam os freqüentadores aos parques (QUADROS 28 e 29) pode-se afirmar que a intenção de usufruir das qualidades gerais da paisagem e do ambiente do parque – que é o motivo mais citado – não é frustrada para a maioria dos freqüentadores.

Apesar de não predominarem de modo tão nítido, as avaliações negativas destas mesmas características paisagístico-ambientais ocorrem de modo expressivo nos parques da Aclimação, Carmo, Ibirapuera e Luz, onde comparecem sempre dentro de uma faixa percentual que as faz empatar estatisticamente com a categoria negativa imediatamente abaixo ou acima. Do mesmo modo que o das avaliações positivas, a predominância incontestada das referências negativas se verifica no item dos aspectos paisagístico-ambientais específicos – subcategoria 1,2 – , com um notável número de menções à “sujeira” ou à “poluição”. Pouco significativas numericamente, as carências de ordem cênica só compareceram no parque Anhanguera, onde lamentou-se a falta de um “lago”. Merece ainda nota o baixo índice de referências negativas aos aspectos paisagístico-ambientais registrado nos parques da Previdência, Anhanguera e Guarapiranga.

CATEGORIA 2 - AMBIENTE SOCIAL

Como já se viu ao tratar dos motivos que levam as pessoas aos parques, a busca de

contato social faz parte das intenções de um número pequeno de freqüentadores. Apenas no parque da Luz ele adquire importância um pouco maior. Isto também se espelha na pequena incidência de avaliações positivas espontâneas sobre o ambiente social dos parques. São do mesmo modo estatisticamente pouco significativas no conjunto dos parques as desaprovações ao ambiente social, com exceção do parque da Luz. Ali ela atinge 37% das respostas, que quase sempre apontam como causa a concentração de prostitutas e de mendigos.

CATEGORIA 3 - EQUIPAMENTOS

As referências positivas aos equipamentos que os parques oferecem para o lazer vêm, em todos os casos, em segundo lugar, embora bem abaixo das referências positivas espontâneas ao ambiente e à paisagem em geral. O índice relativamente alto é devido, sobretudo, à componente espaços ou equipamentos-fim – quadras esportivas, *playground*, trilhas para caminhadas, gramados para jogos informais, etc. – sendo pouco citados os equipamentos-meio.

Ao mesmo tempo, porém, nos parques Aclimação, Anhanguera e Previdência, as carências apontadas quanto a equipamentos-fim são igualmente expressivas, atingindo nos da Previdência e do Anhanguera suas maiores marcas. No Anhanguera as avaliações negativas concentraram-se na falta de piscinas e de quadras, canchas ou campos para a prática de jogos, representando mais da metade das respostas, ou seja, reivindicou-se uma espécie de clube de campo. No parque Previdência as queixas mais numerosas foram sobre a falta de espaços ou equipamentos destinados ao lazer dos adultos.

A falta de equipamentos-meio é mais sentida nos parques Anhanguera, Previdência e Piqueri, em ordem decrescente. No Anhanguera, a maior parte das reclamações provém da falta de ponto de venda de comidas e bebidas no interior do parque, enquanto que nos parques Previdência e Piqueri elas ocorrem de maneira dispersa, sem destaque para qualquer item específico.

CATEGORIA 4 - EVENTOS

Os eventos, de que os parques são palco, não mereceram muita importância da parte dos entrevistados, seja em referências positivas, seja em referências negativas.

CATEGORIA 5 - ASPECTOS ADMINISTRATIVO-OPERACIONAIS

As referências positivas espontâneas a aspectos administrativo-operacionais do parque – nos quais se incluem itens como organização, segurança e manutenção – foram poucas em todos os parques, tendo despontado um pouco mais no parque Previdência, com 12%.

Inversamente, as referências negativas a tais aspectos compareceram em primeiro lugar, isoladamente ou empatadas, em todos os parques, com exceção do Anhanguera – onde foram

mencionadas em apenas 8% das respostas espontâneas – , da Previdência – onde ocupam o terceiro lugar entre as reclamações, com 17% – e da Luz – onde ficam em segundo lugar, com 20%.

A atuação das componentes desta categoria é diversa em cada caso. Nos parques Guarapiranga e Carmo, onde atinge, respectivamente, as marcas de 42% e 33%, ela é devida sobretudo à falta de segurança sentida pelos freqüentadores. Já nos parques da Aclimação, da Luz e da Previdência as reclamações são dirigidas majoritariamente às falhas na manutenção. No Piqueri as reclamações são igualmente fortes nos itens segurança e manutenção. Nos parques Ibirapuera e Anhanguera os itens organização, segurança e manutenção apresentam proporções próximas umas das outras.

CATEGORIA 6 - DISTÂNCIA CASA-PARQUE

Respostas que mencionavam, positivamente ou negativamente, a distância da moradia dos freqüentadores aos parques não ocorreram em número expressivo.

CATEGORIA 7 - AUSÊNCIA DE ASPECTOS POSITIVOS / NEGATIVOS

O único parque em que se verificou um número razoável de respostas afirmando nada haver de positivo foi o da Luz. Chama a atenção o fato de, ao contrário, haver considerável incidência de respostas afirmando nada haver de negativo nos parques, novamente excetuando o parque da Luz. O maior número foi atingido no parque Anhanguera, com 48% das respostas, seguido pelo da Previdência, com 43%.

CATEGORIA 8 - INVÁLIDAS

Respostas classificadas nesta categoria são praticamente inexistentes.

Em resumo, pode-se dizer que as condições paisagísticas e ambientais de todos os parques mereceram avaliações positivas da maioria dos seus freqüentadores, seja por declaração explícita de aprovação, seja pela negação da existência de aspectos negativos.

Salvo o parque da Luz, em todos os demais parques as qualidades do ambiente social, quer positivas, quer negativas, foram pouco mencionadas. O mesmo se pode dizer com relação aos eventos que ocorrem neles.

Quanto aos espaços ou equipamentos que os parques oferecem para o lazer, nota-se que, na quase totalidade dos parques pesquisados, ocorre a predominância das avaliações positivas sobre as negativas ou uma situação de empate. Nos parques Anhanguera e Previdência se deu o maior número de reivindicações por equipamentos-fim, com 33% de citações, permitindo afirmar que, dentro da margem de erro e do grau de confiança adotados, estão empatadas nestes dois parques as aprovações irrestritas àquilo que estes parques são e

as reivindicações por mais opções, espaços ou equipamentos de lazer.

O único aspecto em que as avaliações negativas superaram as positivas para todo o conjunto dos parques – exceção feita ao Anhanguera e ao Previdência – foi o relativo às questões de âmbito administrativo, sobressaindo-se nestes as questões de segurança e de manutenção.

Nos demais parques, à exceção do da Luz, houve também um número relativamente alto de respostas que afirmavam nada haver de negativo neles. Esta categoria de respostas divide o primeiro lugar, em tais parques, com as avaliações negativas sobre a paisagem e o ambiente ou com as avaliações negativas sobre a organização, segurança e manutenção.

5.4.6 Grau de conhecimento e de utilização dos equipamentos que os parques oferecem

Faz-se necessário esclarecer, antes de tudo, que o termo *equipamento de lazer* está sendo empregado aqui num sentido amplo, que abarca tanto objetos como brinquedos, aparelhos para ginástica, etc. quanto espaços como gramados, quadra esportiva, ciclovia, etc.

Isto posto, buscou-se investigar o quanto os freqüentadores dos parques públicos municipais conhecem e utilizam os equipamentos de lazer neles existentes. Para tanto, apresentou-se-lhes uma lista para que respondessem *sim* ou *não*, conforme tivessem ou não já utilizado os equipamentos nela contidos. A lista era composta pelo conjunto de equipamentos ao ar livre existentes nos parques pesquisados. Foram considerados altos os itens que foram citados por mais de 50% dos entrevistados.

Os resultados estão apresentados no Quadro 34 e informam que:

1. Há unanimidade no amplo uso das áreas de recreação infantil (*playgrounds*), dado o alto número de entrevistados que afirmaram ter alguma vez ido a elas, como acompanhantes, em todos os parques.
2. Vem em seguida a utilização de trilhas ou passeios, bastante alta em todos os parques, um pouco mais baixa no parque Anhanguera e menor ainda no da Luz. Neste último, uma explicação possível para o pouco uso dos passeios estaria no fato de uma taxa alta dos entrevistados (37%) reclamar do ambiente social do parque, o que os levaria a evitar os passeios e a concentrar-se em algumas áreas, como a do *playground*, já utilizada alguma vez por 72% dos entrevistados, na qualidade de acompanhantes. Já no caso do parque Anhanguera não se encontrou resposta plausível para a pouca utilização dos passeios em meio ao eucaliptal, uma vez que a permanência nele é prolongada e praticamente não se registraram queixas quanto à falta de segurança e ao ambiente social do parque.
3. As áreas gramadas para múltiplos usos – jogar, descansar, tomar sol, etc – são espaços bastante utilizados em cinco dos oito parques estudados: Anhanguera, Carmo, Ibirapuera, Luz e Piqueri. No entanto, mesmo nos parques Aclimação e Previdência elas já foram

utilizadas alguma vez por, respectivamente, 47% e 49% dos entrevistados. Já a baixa taxa no parque Guarapiranga pode ser devida à exigüidade deste tipo de espaço, dado o acidentado do terreno e sua extensa cobertura arbórea.

4. Os demais espaços / equipamentos têm utilização ampla num ou noutro parque sobressaindo: os campos, quadras ou canchas para esportes e jogos nos parques da Aclimação e Guarapiranga; as pistas de *Cooper*, os locais para *shows* e os locais a beira d'água nos parques da Aclimação e Ibirapuera; as áreas pavimentadas para múltiplo uso – patins, *skates*, etc. – nos parques da Aclimação e do Ibirapuera; os quiosques para piqueniques no Guarapiranga; os postos para venda de comidas e bebidas no Ibirapuera; os viveiros de pássaros, pequenos mamíferos ou peixes nos parques Piqueri e Previdência, em que pesem seu aspecto bastante degradado.

QUADRO 34

Utilização dos equipamentos de lazer pelos freqüentadores

equipamentos \ parque	Aclimação	Anhanguera	Carmo	Guarapiranga	Ibirapuera	Luz	Piqueri	Previdência
aparelhos para ginástica	48	3	18	29	30	13	23	8
áreas gramadas uso múltiplo (jogar, tomar sol)	47	98	78	25	76	56	68	49
áreas pavimentadas uso múltiplo (patins, etc.)	59	38	18	5	49	29	0	10
ciclovía	27	35	28	9	43	15	2	2
<i>decks</i> para pesca	8	0	0	18	0	0	0	0
espaços para <i>shows</i>	81	0	41	4	71	18	10	10
lugares de estar à beira d'água	77	0	41	48	64	33	42	21
pista de <i>Cooper</i>	80	15	30	44	56	34	37	25
<i>playground</i> (como acompanhante)	60	67	55	90	56	72	50	79
postos de venda de alimentos / bebidas	29	5	36	14	62	6	0	24
quadras poliesportivas / campos / bocha / malha	66	16	8	82	32	0	35	26
quiosques para piqueniques / churrasqueiras	32	32	39	71	14	7	30	27
redes para dormir / descansar	4	8	16	13	8	6	8	2
trilhas ou passeios	75	46	59	95	65	38	64	59
viveiros / estufas de plantas / orquidários	12	27	11	11	39	7	0	54
viveiros aves / pequenos mamíferos / peixes	19	1	24	4	36	9	62	91

5.5 ORGANIZAÇÃO DOS RESULTADOS POR PARQUE

Com o objetivo de facilitar o conhecimento e a leitura da situação por parque, considerou-se conveniente agrupar os dados da pesquisa para cada um dos parques levantados.

5.5.1 Aclimação

FOTO: Juca Martins

A composição dos freqüentadores do parque Aclimação, aos domingos, é equilibrada em termos de sexo e de faixa etária. A grande maioria (70%) é dos que trabalham, sendo poucos os aposentados e os desempregados. Os graus de instrução estão bem distribuídos entre os que têm primeiro e segundo graus e os que têm grau superior. Os que já não estudam formam clara maioria.

De todos os parques pesquisados é o que apresenta menor raio de atração, servindo quase que exclusivamente aos que moram a menos de 3 km do parque (81%) e apenas 3% a mais de 10 km. Os distritos situados dentro do raio de 3 km ao redor do parque apresentam índices de qualidade de vida positivos, variando de 0,01 a 1 na escala adotada por SPOSATI (1996). Portanto, a freqüência do parque da Aclimação, aos domingos, é composta, na grande maioria, por pessoas residentes em setores da cidade que apresentam altos índices de qualidade de vida.

A maioria dirige-se a ele a pé (66%), embora uma parcela considerável use o automóvel como meio de transporte para chegar até ele (25%), sendo insignificante o número de pessoas que utilizam transportes coletivos (4%). Este fato é ainda mais significativo se se considera que há duas estações de Metrô (Ana Rosa e Paraíso, das linhas Norte e Sul e Paulista) a menos de 1.300 m de distância do parque (em que pesem as dificuldades topográficas) e catorze linhas de ônibus que têm pontos de parada a menos de 500 m do parque.

É também o parque de freqüência mais assídua, com 80% dos freqüentadores comparecendo ao parque uma ou mais vezes por mês, mas também que permanece por menos tempo nele. A baixa porcentagem de pessoas que o freqüentam raramente (12%) é um outro indício de que os freqüentadores estão bastante familiarizados com o parque. Isto se reflete ainda no fato de um grande número de seus espaços ou equipamentos de lazer já ter sido utilizados também por um grande número de pessoas. De fato, dos dezesseis tipos de espaços ou equipamentos constantes da ficha de entrevista, sete já tinham sido utilizados por mais de 50% dos entrevistados. Esta foi a maior taxa verificada entre os parques pesquisados.

A alta assiduidade, o pequeno raio de atração e o pouco tempo de permanência,

permitem afirmar que o Aclimação é sobretudo um parque de bairro.

Entre os motivos que levam os freqüentadores ao parque sobressai claramente a prática de esportes e exercícios físicos (37%), só comparável ao que se verifica no Ibirapuera. De algum modo este resultado reflete um hábito de lazer bastante disseminado na classe média, que é majoritária no bairro da Aclimação.

Como nos demais parques, o que os freqüentadores mais valorizam no Aclimação são suas características paisagístico-ambientais (61%). No entanto, são também os freqüentadores mais críticos quanto a este aspecto, desaprovando a poluição do lago e a aparência suja, ou de abandono, do parque como um todo (28%). Há ainda uma porcentagem considerável de reclamações sobre aspectos de natureza administrativa (30%), que recaem principalmente sobre a falta de segurança (10%) e sobre o mau estado de conservação e de limpeza dos equipamentos (15%).

O parque Aclimação possui equipamentos e atrativos que o classificam na categoria dos parques que oferecem opções tanto para a recreação formal quanto informal, além de abrigar a Escola de Futebol da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. Boa parte de sua área é coberta por eucaliptal e por árvores da flora brasileira introduzidas. Possui concha acústica, quadras esportivas, pista de cooper com aparelhos para ginástica, quiosques para pique-niques, um lago com carpas e tilápias e uma “ilha” para pouso de aves aquáticas. Conserva, no geral, as feições típicas dos parques “paisagísticos” do século XIX, que constituem, por si, atrativos, como demonstram os motivos alegados pelos entrevistados para freqüentá-lo.

Entre os espaços mais utilizados do parque ressaltam:

- espaço para *shows* junto à concha acústica (81%)
- pista para *Cooper* (80%)
- estares à beira do lago (77%)
- passeios (75%)
- quadras esportivas (66%)
- playground (60%)
- áreas pavimentadas para uso múltiplo (59%)

5.5.2 Anhanguera

A composição da freqüência no parque Anhanguera é equilibrada entre os sexos e as faixas etárias. A maioria trabalha (68%), sendo porém relativamente alta, se comparada com o que ocorre em outros parques, a taxa dos que declararam que não precisam trabalhar (27%). A presença de aposentados ou desempregados é insignificante. A grande maioria dos freqüentadores já não estuda (85%) e predominam os que estudaram até completar o primeiro grau de instrução (57%). Os de nível superior são inexpressivos.

Seu raio de atração supera a escala da vizinhança e mesmo a dos bairros próximos, uma vez que as porcentagens dos que moram a menos de 5 km e entre 5 e 10 km do parque se eqüivalem estatisticamente. Os que moram a menos de 5 km vêm, majoritariamente, dos distritos de Jaraguá e Pirituba, ao sul e ao leste do parque, ambos com índices positivos de qualidade de vida (0,01 a 0,3) segundo SPOSATI (1996). A freqüência que vem de distâncias entre 5 e 10 km está mais pulverizada, com vários freqüentadores provenientes de municípios vizinhos do oeste, mas, ainda assim, nota-se uma leve concentração no setor a sudeste do parque, ou seja, no distrito de Pirituba. Portanto, grosso modo, pode-se dizer que a maior parte da freqüência do parque vem de lugares com índice de qualidade de vida superior ao básico adotado por SPOSATI (1996).

Verifica-se no parque Anhanguera, juntamente com o do Piqueri, o mais alto índice de uso do automóvel como meio de transporte para chegar ao parque (53%). A baixa proporção dos que chegam a pé (13%) e de ônibus (27%) explica-se pelo fato dele ser, entre todos os parques analisados, o que se situa em área urbana de menor densidade habitacional, o mais isolado e o menos servido por linhas de ônibus que passam a menos de quinhentos metros dele.

De fato, situado entre as rodovias Anhanguera e dos Bandeirantes, conta apenas com a avenida Fortunata Tadelli Natuci (Estrada Velha de Perus) e sua continuação, a avenida Dr. Silvio de Campos, para conectar-se com Perus e com os bairros localizados ao longo da rodovia Anhanguera, alguns destes no município de São Paulo e outros nos municípios de

Caieiras, Cajamar e Santana de Parnaíba. O seu portão de entrada fica a 800 m da rodovia Anhanguera e a aproximadamente 3.700 m da estação Perus da RFFSA. Há apenas três linhas de ônibus, uma municipal (Perus-Lapa) e duas intermunicipais (Caieiras-Lapa e Santana de Parnaíba-Perus), que passam em frente ao portão de entrada, e cinco linhas intermunicipais que passam pela rodovia Anhanguera, a 800 m do portão. Ainda assim, os 32% de freqüentadores que se servem de transportes coletivos para chegar até ele, despendem menos de trinta minutos na viagem.

O seu raio de abrangência relativamente grande pode ser explicado por suas características paisagístico-ambientais. Em extensão é o maior parque urbano de São Paulo, com 950 hectares, embora apenas 80 hectares estejam abertos ao público. A maior parte de sua área é coberta por eucaliptal, que vem sendo gradualmente substituído por espécies nativas. Abriga o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, sendo já possível presenciar uma fauna diversificada correspondente aos distintos micro ambientes que o parque encerra: mata ciliar, capoeiras, campos secos e alagados. Portanto, ainda que menos de um décimo de sua área esteja aberta ao público, a sensação vivenciada em seu interior é de quase total isolamento do mundo urbano. O tratamento paisagístico que a parte aberta ao público recebeu faz com que ela se assemelhe aos arredores das sedes de fazendas, com um jardim mais ou menos formal em torno da casa (no caso a sede da administração do parque) e caminhos de terra batida ou cascalhados, arborizados, conduzindo aos vários equipamentos: quadras esportivas, áreas para recreação infantil, áreas para piqueniques, etc. Estas qualidades parecem ser suficientes para entender porque o parque Anhanguera exerce atração sobre freqüentadores que residem a quilômetros de distância.

Provavelmente pelos mesmos motivos que fazem dele um parque procurado pelos que querem vivenciar uma experiência não urbana sem se afastar muito da cidade, a assiduidade no parque Anhanguera é baixa. Dos entrevistados, 52% declararam ir a ele menos do que quatro vezes num ano.

Por outro lado, o tempo de permanência é o mais alto registrado entre todos os parques analisados, com 33% dos freqüentadores permanecendo nele por mais de quatro horas.

O lazer individual e familiar, sem maiores especificações, foi a categoria de motivos mais apontada pelos entrevistados, que não conseguiram identificar uma determinada forma de lazer que os levou no parque (48%). Somando-se a esta a porcentagem os 21% que declararam como motivo usufruir a paisagem e o ambiente – a sombra, o verde, a “natureza” – pode-se ter uma idéia de quão difusa e genérica é a idéia de lazer entre os freqüentadores do parque Anhanguera. Nele, de fato, não ganham importância atividades de lazer específicas, como esportes e condicionamento físico, que ocupam lugar de destaque em outros parques, como o da Aclimação, Carmo, Ibirapuera e Piqueri. A inexistência de respostas baseadas na conveniência de ir ao parque por ele ser próximo ou porque não há outra opção, pode ser tomada como um indicador da alta intencionalidade de ir ao parque Anhanguera. Repetindo o que já foi dito, a ida ao parque Anhanguera, dadas suas características, pode ser entendida como lazer em si, prescindindo de especificações.

Na avaliação dos freqüentadores confirmam-se as qualidades do ambiente e da paisagem como as mais valorizadas pelos que vão ao parque (87%). Já nota-se aí a forte individualização de aspectos específicos (55%) e a referência a “estados de espírito” prazerosos (32%), ambos entre os mais altos registrados entre todos os parques pesquisados.

Reforçam ainda a boa avaliação do parque o baixo índice de reclamações quanto à paisagem e ao ambiente como um todo (7%) e o alto índice das respostas de que nada havia a reclamar (48%), o maior dentre todos os parques.

Os aspectos de natureza administrativa como falta de organização, de segurança e de manutenção foi também o mais baixo de todos os parques (8%). No entanto, foi alta a reivindicação por equipamentos (33%), atingindo o maior índice dentre os parques pesquisados, juntamente com o da Previdência. A carência foi sentida tanto nos “equipamentos-fim” (18%), sobressaindo os pedidos de piscina e de mais quadras esportivas, como nos “equipamentos-meio” (15%), com destaque para a falta de um ponto de venda de comidas e bebidas no interior do parque.

O teste para conhecer o grau de utilização dos espaços e equipamentos de lazer que o parque oferece mostrou serem eles pouco utilizados em sua maior parte. Os únicos citados por mais de 50% dos entrevistados foram:

- gramados (98%)
- playground (67%)

5.5.3 Carmo

FOTO: Juca Martins

Na composição dos freqüentadores do parque do Carmo nota-se a maior presença dos homens da faixa etária de 15 a 30 anos, embora as proporções de homens de 30 a 60 anos e de mulheres de 15 a 30 anos estejam dentro de um intervalo estatístico que não permite afirmar com segurança a predominância dos homens de 15 a 30 anos. A grande maioria trabalha (72%) havendo, no entanto, 13% de desempregados. Predominam entre os freqüentadores os que têm grau de instrução até o primeiro grau, vindo em seguida os que têm segundo grau. Os de nível superior são em número insignificante.

À semelhança do Anhanguera, o parque do Carmo apresenta uma equilibrada distribuição de freqüentadores que moram a menos de 5 km e entre 5 e 10 km do parque. Mas diferentemente daquele, registra a maior porcentagem dos que chegam até ele utilizando transportes coletivos (51%), só inferior à que ocorre no parque da Luz. No raio de 500 m dos portões do parque passam vinte e nove linhas de ônibus municipais. Embora a estação do metrô esteja a 3 km do parque, não se registrou nenhum caso de uso deste meio de transporte.

Até o raio de 5 km em torno do parque, de onde provêm cerca de 60% dos freqüentadores, apenas o distrito de Artur Alvim, ao norte-noroeste e não adjacente ao distrito do parque, apresenta índice de qualidade de vida entre 0,01 e 0,3, superior, portanto ao padrão básico. Mas são poucos os freqüentadores que moram ali. A maior parte vem do sul e do oeste, dos distritos Cidade Lider, São Mateus e Aricanduva, todos abaixo do padrão. Os demais freqüentadores, que moram entre 5 e 10 km do parque, vêm de distritos todos com padrão abaixo do básico. Pode-se dizer, assim, que a grande maioria dos freqüentadores do parque do Carmo provém de áreas em que predominam padrões de qualidade de vida abaixo do básico adotado por SPOSATI (1996).

De modo similar ao parque Anhanguera, a assiduidade ao parque do Carmo não é das mais altas. Predomina a faixa dos que o freqüentam menos do que quatro vezes por ano (44%). No entanto, o tempo de permanência no parque pode ser considerado alto: 45% permanecem nele entre duas e quatro horas e 25% por mais de quatro horas.

Analisando isoladamente as fichas de entrevistas feitas com os usuários de ônibus, que

formam o maior contingente de freqüentadores do parque do Carmo, nota-se que a maioria deles não leva mais do que trinta minutos para chegar ao parque, permanece no parque de duas a quatro horas e o freqüenta menos do que quatro vezes por ano. Ainda assim, 36% deles gastam até uma hora para chegar ao parque, 34% permanecem no parque por mais de quatro horas e 32% o freqüentam até quatro vezes por mês. Isto pode dar uma idéia do quanto as pessoas estão dispostas a enfrentar para passar o domingo num parque.

Os motivos alegados para ir ao parque do Carmo estão equilibradamente distribuídos entre os que o procuram pela sua paisagem e pelo seu ambiente (21%), para fazer exercícios físicos (23%), para o lazer dos filhos (20%) e para o lazer genérico (26%), distribuição que se aproxima da constatada nos parques Ibirapuera e Piqueri.

São altas, como em todos os casos, as menções positivas às qualidades paisagístico-ambientais do parque (63%). De modo também semelhante aos demais, as avaliações positivas a respeito dos “equipamentos-fim” vêm em segundo lugar (19%). Mas 19% dos entrevistados fizeram, espontaneamente, reclamações sobre aspectos paisagístico-ambientais, quase todos referentes à falta de limpeza do lago e à sujeira espalhada pelo parque, ao passo que 33% consideraram como negativos itens de natureza administrativa como o serviço de segurança (20%), o serviço de manutenção (11%) e de fiscalização (2%).

Focalizando mais detalhadamente a maioria que vai ao parque de ônibus, despontam entre os motivos alegados o lazer dos filhos e a busca de sossego. As avaliações positivas deste grupo recaem sobre o “verde”, o ar puro, a existência de brinquedos para as crianças. Já as avaliações negativas concentram-se em torno da falta de segurança, da falta de limpeza e de manutenção.

Considerado o “Ibirapuera da zona leste”, o parque do Carmo possui área equiparável – 1.500.000 m² – e alguns atrativos semelhantes àquele: um grande lago, extensos gramados, farta arborização, grande área de recreação infantil, local apropriado para *shows* musicais. No entanto, poucos espaços e equipamentos são amplamente utilizados pelos seus freqüentadores. Os únicos mencionados por mais de 50% dos entrevistados foram:

- gramados (78%)
- trilhas e passeios (59%)
- playground (55%)

5.5.4 Guarapiranga

FOTO: Juca Martins

Na composição dos freqüentadores do parque Guarapiranga nota-se a nítida predominância de homens de 15 a 30 anos. A maioria dos entrevistados trabalha (66%) e os que já não estudam atingem a mais alta porcentagem de todos os parques pesquisados (89%). A maioria cursou até o primeiro grau (56%) e é muito baixo o percentual dos que possuem instrução superior (4%).

O parque tem um raio de atendimento médio, como o do Piqueri e o da Previdência, uma vez que a maioria de seus freqüentadores mora até 3 km de distância (60%) e apenas 21% a mais de 5 km. Mas, ainda assim, este contingente é o dobro do que ocorre no parque da Aclimação. Quase metade dos freqüentadores dirige-se a ele a pé (46%), ao passo que a outra metade usa igualmente automóvel (26%) e transportes coletivos (27%). O parque é servido por cerca de trinta linhas de ônibus, o que o torna bem acessível, ao menos para os moradores dos bairros vizinhos, de onde provém justamente a maior parte dos que o freqüentam. Qualquer que seja o meio de transporte, a maioria não gasta mais do que trinta minutos para chegar até ele.

A maior parte dos freqüentadores que moram a menos de 3 km do parque vem do distrito Jardim São Luiz, que envolve o parque ao norte e a oeste, apresentando índice de qualidade de vida abaixo do padrão básico de inclusão adotado por SPOSATI (1996). Os que provêm de distâncias maiores tendem também a se alinhar ao norte e a oeste pelos distritos de Jardim Ângela, Capão Redondo, Campo Limpo e Vila Andrade, predominando em todos eles índices de qualidade de vida abaixo do padrão básico. Pode-se, portanto, afirmar que a grande maioria dos freqüentadores do parque Guarapiranga reside em áreas com baixo padrão de qualidade de vida.

A assiduidade dos freqüentadores pode ser considerada alta, pois 66% vão a ele ao menos uma vez por mês. O tempo de permanência no parque é mediano: 55% permanecem nele por mais de duas horas.

Considerando o raio de abrangência, os meios de transporte utilizados, o tempo despendido entre a casa e o parque e a assiduidade, pode-se dizer que o Guarapiranga é um parque de bairro. Mas, de modo diverso ao que acontece com outros parques de raio pequeno, como o da Aclimação, ou médio, como o da Previdência, o tempo de permanência nele é relativamente alto. Pode-se creditar isto à existência da represa, que é utilizada para banhos e ao hábito bem difundido de fazer piqueniques, como comprova a quantidade de citações de uso dos quiosques existentes no parque.

Tomando-se isoladamente os 27% que utilizam transportes coletivos para ir ao parque, constata-se que a maioria deles gasta mais do que trinta minutos no percurso casa-parque, permanece no parque por mais do que duas horas e o frequenta uma vez por semana. Do mesmo modo que foi observado para o parque do Carmo, pode-se também aqui dizer que, embora sejam minoria, estes freqüentadores atestam uma notável disposição para exercer seu lazer dominical num parque, o que permite supor que os atrativos do parque são suficientes para atraí-los. Os motivos que os levam ao parque são diversos, com um ligeiro predomínio de levar os filhos para brincar. Os itens considerados melhores no parque são para eles os brinquedos e a represa, ao passo que, entre os negativos, sobressai a falta de segurança.

Considerando-se agora o conjunto inteiro dos freqüentadores o motivo mais citado, excluindo as respostas muito vagas do tipo “vim por lazer”, é o de usufruir das qualidades paisagístico-ambientais do parque. Sobre elas também recai a maior parte das avaliações positivas (62%). Por outro lado, é expressivo o número de reclamações espontâneas quanto à falta de segurança no interior do parque.

O parque Guarapiranga se distingue dos demais por ter como atrativo a beira da represa, onde os freqüentadores podem banhar-se. No entanto, menos da metade dos entrevistados afirmaram tê-la usado alguma vez com este fim. Dentre os equipamentos e espaços que oferece para o lazer os mais citados foram:

- trilhas para caminhadas (95%)
- playground (90%)
- quadras esportivas (82%)
- quiosques para piqueniques (71%)

5.5.5 Ibirapuera

FOTO: Juca Martins

Nota-se entre os freqüentadores dominicais do parque do Ibirapuera a predominância dos que estão na faixa de 15 a 30 anos de idade. Há também vantagem numérica dos freqüentadores do sexo masculino, mas não suficiente para lhe conferir validade estatística. A maioria trabalha (68%), mas há um percentual não desprezível de desempregados (19%). A maioria já não estuda e a divisão entre os três níveis de instrução – primeiro grau, segundo grau e superior – é eqüitativa.

É o parque com maior raio de alcance, com inequívoca maioria (61%) proveniente de lugares distantes mais do que 5 km do parque. Os que residem a mais de 10 km formam significativos 39%, marca só comparável à que se observa no parque da Luz. Os meios de transporte mais utilizados são o automóvel (33%) e o ônibus (36%), tendo sido computadas quarenta e quatro linhas de ônibus municipais que passam a até 500 m dos portões do parque. A maioria dos freqüentadores (66%) não gasta mais do que trinta minutos para chegar até o parque.

Os distritos situados num raio de 5 km ao redor do parque, de onde provém 39% da freqüência, apresentam, todos, padrões de qualidade de vida acima do básico, com índices que variam de 0,3 a 0,6, de 0,6 a 0,9 e de 0,9 a 1 (SPOSATI, 1996). Os 61% restantes vêm de distintos lugares, que apresentam distintos índices de inclusão / exclusão, mas observa-se uma ligeira concentração ao sul e a sudoeste, em distritos com índices de qualidade de vida abaixo do padrão básico, nas faixas de -0,3 a -0,01 e -0,6 a -0,3. Numa estimativa superficial, pode-se dizer que metade da freqüência do parque Ibirapuera, aos domingos, vem de lugares com índices médios e altos de qualidade de vida e outra metade de lugares com índices abaixo do padrão.

A assiduidade é alta: 55% dos freqüentadores vão ao parque uma ou mais vezes por mês. Também alto é o tempo de permanência, com um índice significativo dos que ficam no parque por mais de quatro horas (32%).

Analisando especificamente os freqüentadores que se servem de ônibus para chegar ao parque, verifica-se que a maior parte deles freqüenta o parque pelo menos uma vez por

semana e permanece nele por mais de quatro horas. Trata-se, portanto, de um hábito de lazer arraigado para um número nada desprezível de pessoas, mesmo que elas tenham que se deslocar vários quilômetros e depender de transportes coletivos para exercê-lo.

Entre os motivos que levam os freqüentadores ao parque Ibirapuera ganham maior expressão a prática de atividades físicas (27%), o lazer infantil (25%) e, como em quase todos os outros parques analisados, o lazer genérico (22%). Chama a atenção o índice baixo de menções à fruição da paisagem e do ambiente do parque. No entanto, este aspecto vem à tona quando se indaga sobre o que há de mais positivo no parque: 60% responderam espontaneamente que são as suas características paisagístico-ambientais. O mesmo item comparece nas avaliações negativas, mas com 25%, enquanto que os que não têm nada a reclamar somam 38% dos entrevistados. Outro índice negativo, da ordem de grandeza do anterior, diz respeito a aspectos de natureza administrativa, com 26% de menções, divididas em parcelas praticamente iguais entre reclamações quanto à falta de fiscalização (em geral referente a conflitos entre pedestres e ciclistas e a cães soltos), à falta de segurança e à falta de manutenção.

FOTO: Juca Martins

O Ibirapuera é sem dúvida o parque de maior projeção em São Paulo. Tanto em seus espaços livres quanto em seus edifícios, reconhecidos pela alta qualidade arquitetônica, realizam-se eventos que atraem multidões de pessoas. É, portanto, o parque público municipal de São Paulo mais utilizado e o melhor dotado em termos de equipamentos e de programação. Divide com o parque da Aclimação a posição de ter o maior número de espaços e equipamentos de lazer utilizados por mais de 50% dos entrevistados:

- áreas gramadas para múltiplos usos (76%)
- espaço para *show* (71%)
- passeios (65%)
- estares à beira do lago (64%)
- postos de venda de bebidas e comidas (62%)
- playground (56%)
- pista de *Cooper* (56%)

5.5.6 Luz

FOTO: Juca Martins

O perfil dos freqüentadores do parque da Luz se apresenta como uma clara exceção em relação aos demais parques pesquisados. É nítida a maioria de freqüentadores do sexo masculino, com mais de trinta anos de idade. Apresenta também o maior índice de desempregados entre seus freqüentadores (25%) e um alto percentual dos que receberam somente o primeiro grau de instrução. O número dos que têm nível superior é irrisório (7%), mas chama a atenção, embora apresente o mesmo índice de 7%, a existência de analfabetos declarados.

É, juntamente com o Ibirapuera, o parque de maior raio de atração: 32% dos que o freqüentam vêm de mais de 10 km de distância, embora metade da freqüência resida a menos de 3 km. Num raio de 3 km ao redor do parque situam-se, a oeste, distritos com índice positivo de qualidade de vida e a leste distritos com índices negativos. A maior parte dos freqüentadores que moram a menos de 3 km vem do sudoeste, dos distritos do Bom Retiro e República, o primeiro com índice de qualidade de vida um pouco acima do padrão básico e o segundo com padrão básico (SPOSATI, 1996). À medida em que aumenta o raio em torno do parque, a freqüência se desloca para leste, atingindo distritos com índice de qualidade de vida abaixo do padrão básico. Pode-se assim afirmar que em torno da metade dos que freqüentam o parque da Luz, aos domingos, reside em áreas de exclusão social.

O fato de ser muito bem servido de transportes coletivos pode explicar a alta porcentagem dos que se dirigem a ele utilizando estes meios de locomoção (58%): quarenta e cinco linhas de ônibus municipais passam pela avenida Tiradentes ou pelas ruas Ribeiro de Lima, José Paulino e Mauá, que envolvem o parque (30%); a estação Luz do metrô (13%); a estação Luz da linha de trem (8%); combinações de trem-metrô e ônibus-metrô (7%). Cabe também notar que, junto à estação Armênia do metrô, situada a aproximadamente 1 km do parque, há um terminal de treze linhas de ônibus intermunicipais provenientes de Arujá, Barueri, Guarulhos, Mogi das Cruzes e Osasco, que também conduzem freqüentadores do parque.

Nele registra-se ainda a maior incidência dos que gastam mais de trinta minutos entre a moradia e o parque (47%) sendo que, destes, 23% gastam mais de uma hora. A assiduidade está entre as mais altas registradas: 61% vão ao parque ao menos uma vez por mês, sendo que 37% vão a ele mais do que uma vez por semana, taxa só comparável à registrada no parque da Aclimação. Como em outros casos, mas aqui com mais dramaticidade, pode-se vislumbrar o empenho contínuo, semanal ao menos, de um contingente nada desprezível de pessoas para exercer seu lazer dominical, mesmo que isto represente deslocar-se por distâncias e com um gasto de tempo consideráveis.

O tempo de permanência no parque está equilibradamente distribuído entre os que ficam menos do que uma hora, de uma a duas horas, de duas a quatro horas e mais de quatro horas. Como já foi dito, parte da explicação para este tempo de permanência relativamente alto, num parque que oferece uma gama de atrativos visivelmente menor que os demais, pode residir na alta incidência de prostitutas e “desocupados” entre seus freqüentadores. Mas não está fora de cogitação atribuir parte da longa permanência à identificação daquele espaço, pelos seus habituados, com o convencional passeio público ou com a praça do *footing*, em que o passatempo principal é apreciar o movimento. De todo modo, a pesquisa não pretendeu explorar tais sutilezas culturais do lazer, desautorizando qualquer conclusão neste sentido, servindo o que foi dito como mera sugestão para o aprofundamento do assunto.

FOTO: Juca Martins

Mas não se pode deixar de considerar, alimentando a hipótese expressa acima, os 12% dos entrevistados que declararam ir ao parque para usufruir de seu ambiente social. Embora pequeno, este índice é o maior registrado entre todos os parques pesquisados. Além do “lazer genérico” (28%) – categoria de motivos que recebeu pontuação relativamente alta em todos os casos estudados – comparece aqui com um índice equivalente àquele, a fruição das qualidades paisagístico-ambientais do parque (23%).

A expressiva valoração positiva, expressa espontaneamente pelos entrevistados, dos aspectos paisagístico-ambientais (59%) vem confirmar que a motivação inicial de gozar estas qualidades não foi frustrada.

Por outro lado, o parque da Luz foi o único em que se registrou, quando da coleta das avaliações positivas, a ocorrência de respostas do tipo “não tem nada de bom neste parque” (14%). Verificou-se ainda uma forte rejeição (37%) ao ambiente social do parque e também ao estado em que se encontram seus valores paisagístico-ambientais (28%).

Entre os parques estudados o da Luz é o único a apresentar como principal atrativo sua própria paisagem ou, com outras palavras, não conta com equipamentos de lazer diversificados como quadras esportivas, locais para eventos e demais atrações para chamar um grande público. É de se esperar, portanto, que poucos de seus atrativos tenham sido citados como já utilizados por mais de 50% dos entrevistados. Foram eles:

- playground (72%)
- gramados para múltiplos usos (56%)

5.5.7 Piqueri

A composição da frequência do parque Piqueri é razoavelmente bem distribuída em termos de sexo e faixa etária. A grande maioria dos que o freqüentam trabalha (71%) e não estuda mais. Os graus de instrução estão bem distribuídos entre primeiro e segundo graus e nível superior.

Seu raio de alcance é médio: 51% dos seus freqüentadores provêm de menos de 3 km de distância e apenas 25% de mais de 5km. Mas, do mesmo modo que nos parques Guarapiranga e Previdência, o percentual dos que vêm de distâncias médio-longas e longas é mais que o dobro do que se registra no parque da Aclimação.

No raio de 3 km ao redor do parque situam-se distritos com distintos padrões de qualidade de vida. Ao norte e a leste estão aqueles com índice de - 0,3 a - 0,01, portanto abaixo do padrão básico adotado por SPOSATI (1996), ao passo que os localizados a sul e

sudeste têm índices 0 (zero) ou 0,6 a 0,9, ou seja, de padrão básico e mais alto. Pode-se dizer que, de um modo aproximado, metade dos que moram a menos de 3 km vêm do distrito do Tatuapé, com índice de 0,3 a 0,6 e outra metade dos distritos da Penha e da Vila Maria, com índices negativos de -0,3 a -0,01. Os freqüentadores que vêm de mais de 3 km de distância residem, na sua maioria, no quadrante sudeste, abrangendo os distritos do Carrão, com índice 0 (zero), portanto de padrão básico e os de Vila Matilde e Vila Formosa, com índices negativos de -0,3 a -0,01. Assim sendo, é possível concluir que mais da metade da freqüência dominical é formada por pessoas que moram em bairros de padrão básico e abaixo do básico.

A maioria chega ao parque de automóvel (53%) e apenas 20% utilizam transportes coletivos, apesar de haver doze linhas de ônibus municipais e duas intermunicipais passando a menos de 500 m do parque, e trinta e quatro linhas municipais e mais quatro intermunicipais que passam pela avenida Celso Garcia – um dos mais importantes corredores de ônibus de São Paulo – da qual o parque dista não mais do que 600 m.

Mais da metade dos freqüentadores pode ser considerada assídua: 54% costumam ir a ele mais do que uma vez por mês. O tempo de permanência está eqüitativamente distribuído entre os que permanecem menos de uma hora (27%), de uma a duas horas (27%) e de duas a quatro horas (29%). Poucos permanecem nele mais do que quatro horas (17%).

O principal motivo declarado pelas pessoas entrevistadas, para ir ao parque do Piqueri, é o lazer dos filhos (30%). Vêm em seguida, relativamente equilibrados, o sempre presente “lazer genérico” (25%), praticar atividades físicas (20%) e usufruir da paisagem e do ambiente (17%).

Embora citadas apenas por 17% como motivo de ida ao parque, as suas características paisagístico-ambientais foram avaliadas espontaneamente por 77% dos entrevistados como o que de melhor o parque tem a oferecer. Foi expressivo também o percentual de pessoas que, argüidas sobre o que de mais negativo viam no parque, disseram nada ter a reclamar (38%). Os aspectos que obtiveram maior reprovação foram os de natureza administrativa (32%), com ênfase na falta de segurança e de manutenção.

Os espaços e equipamentos de lazer do parque do Piqueri citados como já utilizados por mais de 50% dos entrevistados foram:

- áreas gramadas para uso múltiplo (68%)
- trilhas para caminhadas (64%)
- viveiro de aves (62%)
- playground (50%)

5.5.8 Previdência

O parque Previdência apresenta como traço peculiar o relativamente baixo índice de frequentadores masculinos da faixa etária de 15 a 30 anos, normalmente mais alto nos demais parques estudados. Nota-se um ligeiro predomínio dos homens de 30 a 60 anos e das mulheres da mesma faixa etária em relação às mulheres de 15 a 30 anos. Os que trabalham são em maior número do que os que não trabalham, mas não há entre eles uma diferença suficiente para caracterizar o predomínio estatístico dos primeiros. Os três graus de instrução

estão equilibradamente distribuídos entre os entrevistados.

O parque Previdência, de modo semelhante aos parques Guarapiranga e Piqueri, tem um raio de alcance médio, com 57% dos freqüentadores residindo a menos de 3 km e 26% a mais de 5 km. Constata-se o equilíbrio entre os que fazem uso do automóvel (39%) e dos transportes coletivos (31%). O tempo de deslocamento não passa de meia hora para a grande maioria (91%).

É possível perceber com nitidez que os distritos incluídos dentro do raio de 3 km do parque apresentam índices de qualidade de vida superiores ao básico. Ali residem 57% dos freqüentadores do parque. Os que moram mais distante provêm dos distritos situados a oeste do parque, ao longo da rodovia Raposo Tavares. Trata-se dos distritos do Rio Pequeno e Raposo Tavares, em que se verificam índices negativos de qualidade de vida, de -0,3 a - 0,01, segundo SPOSATI (1996). Pode-se assim dizer que mais da metade dos freqüentadores dominicais do parque Previdência reside em lugares com índices de qualidade de vida superiores ao padrão mínimo.

A rodovia Raposo Tavares é o principal corredor por onde trafegam as dez linhas de ônibus municipais e as onze intermunicipais que passam perto dos portões de acesso do parque. Pela avenida Corifeu de Azevedo Marques, que tangencia o círculo de 500 m em torno do parque, passam nove linhas municipais e duas intermunicipais. Pela avenida Eliseu de Almeida, também a 500 m do parque, circulam três linhas municipais.

Pode-se considerar alta a assiduidade ao parque Previdência: 64% vão a ele ao menos uma vez por mês. O tempo de permanência, porém, é dos mais baixos (61% não ficam mais do que duas horas), comparável ao verificado no parque da Aclimação. Mas, ao contrário deste, o parque da Previdência quase não tem atrativos para deter por mais tempo os seus habituados.

O motivo mais citado para freqüentá-lo é, indubitavelmente, o lazer dos filhos (47%). De fato, o pouco de área plana que possui é em sua maior parte ocupado por um *playground*, em que não se permite a entrada de cães nem a utilização por maiores de doze anos. Além disto, o que pode ainda entreter, ao menos parte dos freqüentadores, são a cancha de bocha e as trilhas na mata, mas nestas só se pode entrar acompanhado por monitores.

Embora pouco citadas como motivo de ida ao parque, suas características paisagístico-ambientais obtêm a aprovação de 47% dos entrevistados, vindo em seguida, com 27% de citações espontâneas, seus “equipamentos-fim” que, no caso, coincidem com a área de recreação infantil. Embora pequena, cabe notar que a porcentagem de 12% de manifestações espontâneas de aprovação sobre a administração do parque foi a maior registrada dentre os oito parques estudados.

Também demonstra o grau de aprovação irrestrita a alta porcentagem de respostas do tipo “não há nada a reclamar” por parte dos entrevistados, quando instados a mencionar a principal falha que viam no parque (43%). No entanto, a maior carência foi detectada na pouca diversidade de opções de lazer, reivindicada algumas vezes de modo genérico mas, em outras, especificamente, como quadras para prática de jogos e esportes para adolescentes e adultos. Nota-se ainda a taxa de 10% de reclamações quanto a “equipamentos-meio”, no caso praticamente limitadas à falta ou à localização inadequada de sanitários.

Tendo poucos espaços e equipamentos de lazer é previsível que também poucos itens fossem mencionados por mais de 50% dos entrevistados que afirmaram tê-los utilizado. São eles:

- viveiros de peixes e aves (91%)
- playground (79%)
- trilhas (59%)
- orquidário (54%)

5.6 RESUMO DA PESQUISA DE CAMPO

Como já foi observado, os resultados obtidos na pesquisa de campo não podem ser extrapolados para o conjunto dos parques pois, para um universo relativamente pequeno, como o são os vinte e nove parques municipais existentes, só se poderia chegar a resultados válidos para o conjunto se todos os parques tivessem sido pesquisados. A rigor, portanto, o que se disser sobre cada parque só valerá para ele.

No entanto, sem pretensão descabida, tentar-se-á em poucas linhas enfeixar o que houve de mais comum aos oito parques pesquisados, como se fosse uma depuração do que já ficou dito anteriormente.

Poucos entre os itens levantados – composição por sexo e faixa etária, escolarização e ocupação no trabalho, local de residência, meios de transporte utilizados, tempo gasto na viagem, frequência de utilização e tempo de permanência no parque, motivo para ir ao parque e avaliações, grau de utilização dos equipamentos – apresentaram padrões de ocorrência que valessem para o total dos oito parques e, às vezes, nem mesmo permitiram sua classificação por blocos. Assim sendo, o que se ganhará aqui em apreensão geral se perderá em sutileza.

5.6.1 Quem são os freqüentadores dos parques?

SEXO

A maioria dos freqüentadores é do sexo masculino, com exceção do parque Previdência, onde ocorre empate entre os sexos.

FAIXA ETÁRIA

Não se verificaram padrões comuns.

OCUPAÇÃO

A maioria dos freqüentadores trabalha.

ESTUDO

A maioria dos freqüentadores não estuda mais.

GRAU DE INSTRUÇÃO

Predominância do primeiro grau: Anhanguera, Guarapiranga, Luz e Carmo

Distribuição equilibrada dos três graus: Aclimação, Ibirapuera, Piqueri e Previdência.

5.6.2 De onde vêm?

RAIOS DE ATENDIMENTO

Pequeno alcance: Aclimação - A maioria absoluta dos freqüentadores mora a menos de 3 km do parque, sendo insignificante o número daqueles que moram além desta marca.

Pequeno a médio alcance: Guarapiranga, Piqueri e Previdência - A maioria mora a menos de 3 km; a taxa dos que moram mais distante decresce gradualmente.

Médio a grande alcance: Anhanguera e Carmo - Atraem igualmente os que moram até 5 km e os que moram entre 5 e 10 km.

Grande alcance: Ibirapuera e Luz - A maioria dos freqüentadores mora a mais de 5 km e é alta, superior a 30%, a taxa dos que moram a mais de 10 km.

5.6.3 Índices de qualidade de vida nos locais de moradia

Variam em cada caso, mas é possível uma classificação que agrupe os parques cuja maioria dos freqüentadores reside em áreas com índices de qualidade de vida acima do padrão básico definido por SPOSATI (1996), os parques cuja maioria dos freqüentadores reside em áreas com índices abaixo do padrão e os parques em que se verifica uma equivalência entre os dois opostos.

Acima do padrão básico: Aclimação, Anhanguera, Previdência.

Abaixo do padrão básico: Carmo, Guarapiranga, Piqueri.

Empate estatístico entre os que residem em áreas com índices acima e abaixo do padrão básico: Ibirapuera e Luz.

5.6.4 Como vêm ao parque e quanto tempo gastam na viagem casa-parque?

MEIOS DE TRANSPORTE

Estão estatisticamente empatados os que vão a pé, os que usam automóvel e os que usam transportes coletivos.

TEMPO GASTO NO PERCURSO CASA-PARQUE

Em todos os casos observa-se que a maioria dos freqüentadores não consome mais do que trinta minutos para se deslocar da moradia ao parque.

5.6.5 Qual a importância dos parques nos hábitos de lazer dominical dos seus freqüentadores?

ASSIDUIDADE

A maioria dos freqüentadores vai aos parques uma ou mais vezes por mês.

TEMPO DE PERMANÊNCIA

Estão estatisticamente empatados os que permanecem menos do que duas horas e os que permanecem mais do que duas horas.

5.6.6 Por que vão aos parques?

Os motivos variam em cada caso. Excetuando-se respostas excessivamente genéricas como “vim por lazer”, as mais importantes categorias de motivos são:

Usufruir das qualidades gerais da paisagem e do ambiente físico: Anhanguera, Carmo, Guarapiranga e Luz.

Praticar atividades físicas: Aclimação Carmo, Guarapiranga, Ibirapuera e Piqueri.

Acompanhar alguém (em geral crianças): Anhanguera, carmo, Guarapiranga, Ibirapuera, Piqueri e Previdência.

5.6.7 O que consideram mais positivo nos parques?

A resposta, unânime, para os parques pesquisados, são os aspectos paisagístico-ambientais.

5.6.8 O que consideram mais negativo, ou do que mais sentem falta nos parques?

As respostas variam caso a caso. Excetuando-se respostas do tipo “nada há a reclamar”, que atingiram taxas expressivas em todos os parques, fora o da Luz, os itens mais apontados como negativos ou carentes são:

Condições paisagístico-ambientais: Aclimação, Carmo, Ibirapuera e Luz.

Ambiente social: Luz.

Equipamentos de lazer: Anhanguera e Previdência.

Aspectos administrativos (com peso nas questões de segurança e de manutenção): Aclimação, Carmo, Guarapiranga, Ibirapuera e Piqueri.

5.6.9 Quais os equipamentos ou espaços de lazer mais utilizados pelos freqüentadores?

Foram considerados os espaços / equipamentos mencionados pelo menos por 25% dos 800 freqüentadores entrevistados. Chegou-se ao seguinte resultado:

- *Playground* (como acompanhantes): 66%
- Trilhas ou passeios: 63%
- Áreas gramadas: 62%
- Lugares de estar à beira d'água: 41%
- Pistas de *Cooper*: 40%
- Quadras esportivas: 33%
- Quiosques para piqueniques: 31%
- Viveiros de aves / pequenos mamíferos / peixes: 30%
- Espaços para shows: 29%
- Áreas pavimentadas para uso múltiplo: 26%

Conclusão

Nas páginas passadas buscou-se reconstituir a história das áreas verdes de recreação administradas pela Prefeitura do Município de São Paulo, desde os fins do século XIX, quando se criou uma unidade administrativa específica para tratar destes assuntos, até os dias de hoje. No fluir destes cem anos a área urbanizada de São Paulo passou de 5.200 hectares para 90.000 hectares e sua população, que era de 240 mil pessoas, ultrapassou a casa dos 10 milhões já no início da atual década. Neste ínterim alteraram-se, em meio a tantos outros aspectos, os valores culturais, entre eles os hábitos de lazer e, dentre estes, os do lazer exercido nas áreas verdes.

Por tudo que deixaram como testemunhos as crônicas sobre a cidade de São Paulo, é possível dizer que, à época em que se manifestou a preocupação com a arborização e o ajardinamento oficiais dos espaços livres públicos, já ocorria uma utilização espontânea, marginal, do “verde natural”, presente não só na periferia da área urbanizada, mas até nos fundos do Palácio da Presidência da Província, na Várzea do Carmo. As iniciativas de tratar as áreas públicas incluíam-se na lista de tantas outras providências no sentido de “civilizar” e “higienizar” São Paulo, que se fizeram sentir a partir do último quartel do século XIX e perduraram até o início dos anos de 1930.

Durante as três primeiras décadas do século, muitas ruas foram arborizadas muitas praças ajardinadas, recuperou-se a primeira e principal área verde, o Jardim da Luz, que passara por anos de abandono antes da virada do século e construiu-se o primeiro grande parque público o *parque da Várzea do Carmo* que, por suas dimensões, por seu programa (não inteiramente implantado), pela própria qualidade do projeto e por sua localização, próxima aos bairros populares do Brás e da Moóca, merece ser considerado a mais importante intervenção do poder municipal no suprimento de áreas verdes de recreio até a inauguração do parque Ibirapuera em 1954. As demais intervenções com algum peso se deram em locais onde já se verificava uma forte concentração de camadas de alta renda, como na avenida Paulista

(parque da Avenida) e em Higienópolis (praça Buenos Aires). Isto se repetiria anos mais tarde com a compra do parque da Aclimação e a formação do parque Ibirapuera.

Se, em termos de áreas verdes de lazer, não foi pouco o que se fez oficialmente, também não foi o suficiente, pois era nas várzeas, sem quaisquer “benfeitorias”, que boa parte da população, masculina ao menos, se recreava nos campos de futebol prodigamente multiplicados. Além disto, quantos quadros de pintores não atestaram a persistência de recantos ainda bucólicos, meio abandonados, há décadas não tão distantes, em bairros ribeirinhos como o da Freguesia do Ó ou do Canindé, que dispensavam a ação da Prefeitura para a provisão de espaços de lazer com aquelas qualidades? Mesmo as ruas dos bairros populares, que eram locais de lazer para adultos e crianças naquelas primeiras décadas do século, nunca precisaram da atenção da Prefeitura para se manter animadas.

Nos planos propostos para São Paulo nunca faltaram parques e áreas verdes, fosse por questões de higiene urbana, de recreação pública ou de ordem estética: o de Bouvard, em 1911, que desenhava um percurso de “passeios interiores” interligando parques; o encomendado mais tarde a Parker, que indicava as vantagens de um “cinturão verde” em torno da cidade; os propostos, mais tarde ainda pelos urbanistas Vitor Freire, Saturnino de Brito, Ulhoa Cintra para o rio Tietê e o de Prestes Maia para as avenidas.

A Administração dos Jardins Públicos, à qual se remetiam todas as áreas arborizadas e ajardinadas da cidade, ficava à margem das discussões que se davam em torno dos planos. Era uma repartição modesta no início do século, composta ao todo por treze pessoas, incluindo o administrador, os jardineiros, fiscais, porteiros e “trabalhadores”. Passou a contar, no fim dos anos vinte, com mais de duas centenas de funcionários, na maioria “operários” e “jardineiros”. Mas o aumento quantitativo não estava relacionado à mudança de atribuições e sim ao aumento de serviço decorrente da própria expansão urbana. Nada disto levou a qualquer mudança estrutural do órgão municipal responsável pelas áreas verdes, pois as iniciativas de onde e como fazê-las, ou seja, as atividades de planejar e projetar, aconteciam em outras esferas administrativas, com suas próprias prioridades e suas próprias visões de cidade.

Mesmo os projetos vinham de fora, assinados por Villon, Bouvard, Couchet, Parker. Não se tratou apenas da marginalização do órgão responsável pelas áreas verdes da cidade mas, principalmente, da preterição do que se relacionasse com as áreas verdes por parte do corpo administrativo municipal. Nos primeiros anos da segunda década do século chegou-se mesmo a desapropriar a Chácara da Floresta e terrenos à sua volta para criar o grande parque junto à Ponte Grande, sempre presente nos planos, mas que nunca foi realizado. Os mesmos urbanistas oficiais que, durante a década de vinte, advogaram grandes parques associados à retificação do Tietê justificaram em seguida a sua supressão, alegando que a Prefeitura já estaria fazendo o bastante ao planejar a execução de um parque no Ibirapuera. Pensava-se “grande” no que dizia respeito ao saneamento das várzeas, ao atendimento às necessidades futuras de expansão da área urbanizada e ao sistema viário que a serviria, mas “pequeno”

quanto às demandas vindouras por áreas verdes de lazer.

Quando se esgotou o plano de melhoramentos do anos iniciais do século, não por ter sido totalmente executado, mas porque o desenvolvimento da cidade já colocava novos problemas que pediam novas soluções, a ação da Prefeitura em áreas verdes passou a se dar principalmente no tratamento de espaços livres públicos remanescentes, modificados ou mesmo criados pelas grandes intervenções no sistema viário projetado no final dos anos vinte, cuja implantação se deu ao longo de mais de três décadas, com intensidade variável. As ações sobre as áreas verdes não ultrapassaram, no mais das vezes, o ajardinamento ou a colocação de equipamentos de recreação sumários em logradouros já existentes. Além disto, os jardins e praças que neles se fizeram até praticamente o final da década de 1960 podem até ter sido bem executados e bem mantidos, mas eram, quase sempre, convencionais nos programas e nos projetos, tanto de paisagismo quanto de mobiliário e equipamentos de recreio, numa época em que em outros centros urbanos do mundo se testavam os inovadores *adventure playgrounds* e em que, no Brasil mesmo, novos princípios orientavam os projetos de jardins.

Os períodos em que foi dividida a história da atuação da Prefeitura no referente às áreas verdes públicas sob sua responsabilidade, devem-se mais a alterações de direção dos carros-chefes aos quais se vinculavam a Administração dos Jardins e, em seguida, a Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios, do que por moto próprio dos órgãos responsáveis pelas áreas verdes. De fato, o marco mais significativo na produção de áreas verdes durante as três primeiras décadas deste século, o parque da Várzea do Carmo, foi fruto do projeto de “saneamento” da planície do Tamanduateí aos pés do centro da cidade. Nas duas décadas seguintes, o que se construiu e destruiu de praças, jardins e parques esteve relacionado sobretudo à implantação do sistema viário concebido no fim dos anos de 1920. O próprio vínculo funcional da repartição parecia dizer isto: de 1913 a 1931 ela esteve ligada à Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene, ou à Diretoria Geral de Higiene Municipal, passando à esfera da Diretoria de Obras e Viação em 1931. Sua atuação foi sempre acessória, complementar. Era uma repartição prestadora de serviços, cabendo-lhe bem o endereço que passou a ter a partir de 1935, como uma das subdivisões do Departamento de Obras e Serviços Municipais.

Entre a inauguração do parque Dom Pedro II e a do parque Ibirapuera passaram-se mais de três décadas de transformações urbanas aceleradas, tanto em seus aspectos físicos, como demográficos e culturais. Viu-se que, neste meio tempo, a ação mais consistente da Prefeitura para prover áreas e programas de lazer popular, não passou pelos parques públicos, por conseguinte também não pela Subdivisão ou Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios. Ela se deu na esfera do Departamento de Cultura e Recreação, pela criação e administração dos “parques infantis” ou dos “clubes de menores” modelares, cuja programação incluía atividades de lazer ao ar livre associadas à educação física e à formação moral. Justamente porque eram modelares, foram poucos. A grande maioria da população não era adequadamente servida

nem por parques propriamente públicos, nem por parques infantis ou clubes para crianças e adolescentes empreendidos pela municipalidade.

Não houve, portanto, qualquer política específica para as áreas verdes visando a recreação pública. Mesmo que meritório, o que de melhor se fez neste sentido limitou-se a garantir a posse pública dos terrenos no Ibirapuera.

Do início dos anos trinta até meados da década de 1960, o município viu sua população multiplicar seis vezes e sua área urbanizada quadruplicar com a abertura incessante de novos loteamentos, sem que se elaborasse, com a mesma dedicação dispensada ao sistema viário, por exemplo, qualquer plano para áreas verdes de recreação. Vigorou em todo este tempo a obrigação legal de doar uma porcentagem da área das glebas loteadas, dentro do perímetro urbano, para áreas verdes. Porém a Prefeitura não foi capaz de, ou não lhe interessava coibir o que ocorria na prática, ou seja, a grande quantidade de loteamentos clandestinos que não doavam nada em áreas verdes de domínio público.

Nos anos finais da década de 1960 as carências na infraestrutura e nos equipamentos urbanos eram, na melhor das hipóteses, preocupantes. Mas o município pode contar, ao menos até os anos finais da década seguinte, com as vantagens advindas da reforma tributária que aumentou as arrecadações municipais. Deu-se prioridade aos transportes e ao sistema viário. Isto não impediu que se contratasse um plano de áreas verdes para o município, já no final do mandato do prefeito Faria Lima, nem que se desse o *status* de Departamento e maior complexidade à unidade administrativa que tratava das áreas verdes municipais.

Até então, como se viu, a Administração dos Jardins e, depois, a Subdivisão ou Divisão dos Parques, Jardins e Cemitérios atuava onde fosse preciso plantar, podar, extinguir formigueiros, mas não planejava e não projetava. Somente em 1968, em meio a uma ampla reforma administrativa promovida por Faria Lima, a antiga Divisão deixou de existir para se tornar Departamento de Parques e Jardins, contando com equipe de projeto e com verba orçamentária própria para planejar sua atuação. Contratou-se um plano de áreas verdes de recreação que, para ser executado na íntegra, demandava desapropriações. Não foi aprovado no legislativo, portanto não foi executado. Se algo se executou do plano foram as “praças equipadas” *com playgrounds e quadras poliesportivas* cujos terrenos já eram públicos e destinados a áreas verdes. Na maioria dos casos eram áreas provenientes de loteamentos, o que não exigia mais do que um planejamento de obras.

Também não era de se esperar que um plano formulado num final de mandato se pudesse realizar no mandato seguinte, com outro ocupante da cadeira de prefeito. Em todo caso, ainda na administração de Faria Lima, iniciou-se a execução de uma ou outra “praça equipada”, em terrenos já públicos que ainda não contavam com benfeitorias. Porém, o que mais se fez na sua gestão foram as chamadas “mini praças” em sobras de operações no sistema viário. O número, até considerável, de praças com equipamentos de recreio que foram construídas nas quase duas décadas seguintes podiam, por ventura, coincidir com as

localizações dos “parques de bairro” recomendados no plano de áreas verdes de 1967-1969, embora raramente isto ocorresse com os “parques setoriais”, de maiores dimensões. Das áreas indicadas no plano para desapropriação, com o fim de implantar espaços verdes públicos de lazer, o único caso em que houve coincidência foi o parque do Carmo, em Itaquera, comprado em 1976.

Sem lançar mão do instrumento de expropriação, ou de algum outro que pudesse ampliar o domínio público sobre espaços verdes de lazer, a ação da Prefeitura teria forçosamente que ficar limitada às doações provenientes de loteamentos. Como ela, na maioria das vezes, não pode fazer frente à proliferação de loteamentos clandestinos, cujo número foi e é bem maior do que os legais, o estoque haveria de acabar. Não fosse pela proliferação dos loteamentos irregulares, ele seria exaurido pela ocupação das áreas verdes por habitações subnormais ou favelas. Mesmo supondo uma situação ideal, em que todos os loteamentos tivessem doado as parcelas devidas às áreas verdes e que estas não tivessem sido ocupadas por favelas, seria o caso de perguntar que plano restaria à Prefeitura executar se não o de tratar de áreas cuja localização *não no interior dos loteamentos pois, quanto a isto, a legislação mais recente permitiria à Prefeitura escolher a localização das áreas verdes* não dependia dela, mas de um mercado imobiliário ingovernável?

Quando, em meados da década de 1970, a Prefeitura tomou iniciativas, raras na história do verde público de São Paulo, para aumentar a oferta de áreas verdes, ela não se deu conforme um plano. Ocorreu ao sabor de oportunidades que se ofereceram, ou por determinações quase que pessoais do prefeito. Todas as áreas desapropriadas durante a gestão de Olavo Setúbal eram sedes de antigas fazendas, chácaras ou congregações religiosas. Todas já profusamente arborizadas, já praticamente prontas para ser abertas ao público, necessitando apenas de algumas adaptações e da instalação de equipamentos de lazer como quadras poliesportivas, brinquedos, quiosques para piqueniques, mesas e churrasqueiras e infra estrutura de apoio.

Em que pese o mérito de se ter posto à disposição do público uma quantidade considerável de áreas verdes, não houve propriamente um programa a que o já então denominado Departamento de Parques e Áreas Verdes tivesse que responder. A isto somava-se o agravante da indefinição sobre o papel que deveriam desempenhar os parques municipais, o que eles deveriam oferecer em termos de lazer e como se distinguiriam de outros espaços de lazer também providos pela Prefeitura, como os Centros Educacionais e Esportivos, balneários e mini balneários, atualmente administrados pela Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação que, do mesmo modo que os parques, também atingiram o auge de produção durante a década de 1970 e a primeira metade da de 1980.

Do ponto de vista dos programas e dos projetos de parques, em poucas ocasiões, nestes cem anos, investiu-se o suficiente neles. Os programas e os partidos dos parques municipais foram fortemente condicionados. Primeiramente pelo orçamento, sempre comedido. Os

parques implantados em áreas verdes de loteamentos foram igualmente constrangidos pelas formas, pelas dimensões e pelas condições topográficas daquelas áreas, geralmente não favoráveis ou com pouca superfície disponível para a implantação de grandes equipamentos de lazer. Os terrenos desapropriados, por sua vez, sendo remanescentes de sítios, de chácaras ou de fazendas, já possuíam uma paisagem definida que condicionou, também, os projetos para sua adaptação a parques públicos.

Ainda que se considerem os casos excepcionais em que os moradores das vizinhanças foram ouvidos, os programas de projetos da quase totalidade dos parques municipais paulistanos não sobressaíram pela inovação. Ocorreu, na verdade, uma repetição de certos equipamentos tão constante quanto a ausência de outros. Veja-se, por exemplo, a indisponibilidade da água para fins recreativos em praticamente todos os parques. Apenas uma vez ou outra os convencionais playgrounds receberam algum brinquedo especial, como a *wading pool* no parque Cidade de Toronto.

As variações formais no traçado dos parques ficaram reduzidas ao emprego de linhas retas, curvas ou mistas, ao critério de cada projetista, sem que a isto correspondesse alguma busca estética consciente, explícita, ou um posicionamento a respeito do significado cultural de um parque público no meio urbano.

O que mais se aproximou de um debate contemporâneo no campo da paisagem e do paisagismo foi a postura adotada pelo Departamento de Parques e Jardins em meados da década de 1970 e, em seguida, pelo DEPAVE, de privilegiar composições vegetais, principalmente arbóreas, semelhantes às que ocorrem na natureza, o que poderia passar como um intento de “renaturalizar” o espaço urbano. Trata-se porém de uma postura com um viés prático / orçamentário e um viés ecológico difíceis de isolar. De fato, se daí resultam maior diversidade florística e faunística e benefícios gerais ao meio ambiente, também resultam economias, pois é muito menos dispendioso deixar a natureza se encarregar da evolução de bosques ou matas do que manter jardins e áreas de intenso uso público. Fica-se assim sem saber se este foi um princípio adotado por conveniência ou por convicção ecológica. Diga-se ainda que, mesmo a opção ecológica ou “renaturalizadora” não desobrigaria o cuidado e o monitoramento da evolução vegetal. Conseqüentemente, existe nisto um risco de, por oportunismo, a postura de deixar as áreas verdes “ao natural” ganhar *status* científico e de decisão sensata e suficiente, dispensando qualquer investimento nelas.

Por outro lado, a falta de interlocução com o público que procura os parques em suas horas de lazer *no intuito de conhecer quem são os freqüentadores e o que eles têm a dizer sobre os parques urbanos* e com os estudiosos do lazer urbano contemporâneo, impede que cheguem ao DEPAVE informações fundamentais para o projeto de áreas verdes de recreação.

Enfim, a ausência de intercâmbio com a produção artística e paisagística *nacional e internacional* e a falta de incentivo para a renovação da linguagem projetual cerceou o desenvolvimento da pesquisa estética, que poderia fazer dos parques do DEPAVE não só

espaços em prol da melhoria ambiental, não só locais para recreação, mas também lugares de fruição da obra paisagística em si.

Viu-se que na pesquisa encomendada pelo Serviço Social do Comércio sobre as práticas e aspirações culturais da população paulistana em 1996, portanto relativamente recente, os parques ocuparam posição de destaque: 70% da população já utilizou os parques como locais de lazer, 13% iriam a parques nos dias de folga (o maior índice entre as opções de lazer mencionadas) e 22% levariam um amigo, recém-chegado a São Paulo, a um parque (também o maior índice atingido entre as demais opções). Fica demonstrada, assim, a importância que estes espaços alcançam como áreas de lazer para os paulistanos.

A pesquisa de campo realizada especialmente para este trabalho também revelou que os parques municipais têm lugar de importância entre as opções de lazer. De fato, nos parques pesquisados, foi possível constatar que a assiduidade dos freqüentadores é considerável: no geral, mais da metade dos entrevistados visita os parques pelo menos uma vez por mês e permanece neles, no mínimo, durante duas horas, sendo que 20% do total permanece mais do que quatro horas.

Outro dado extraído da pesquisa de campo foi o grande raio de alcance de alguns parques, que chegam a atrair mais de 30% de freqüentadores que residem a mais de 10 km de distância. Mesmo os de alcance médio chegam a receber 20% de visitantes residentes a mais de 5 km. É, portanto, um contingente grande de pessoas que se desloca, aos domingos, de distâncias consideráveis para se recrear nos parques.

Pode-se constatar também que em torno de 50% dos freqüentadores dos parques analisados provêm de distritos com baixo índice de qualidade de vida. Diante disto, não é nada desprezível o papel que os parques desempenham, ou poderiam desempenhar, no lazer de pessoas que, dada sua condição de exclusão social, provavelmente não teriam muitas opções de lazer além dos parques públicos e gratuitos.

A pesquisa de campo ainda revelou pontos que, apressadamente, poder-se-ia julgar óbvios ou desprezíveis. Um deles é que, na maioria dos parques estudados, o desfrute dos aspectos paisagísticos e ambientais foi mencionado espontaneamente por mais de 20% dos entrevistados como o motivo central que os leva a exercer neles seu lazer dominical. Outro é que, em todos os parques, com exceção do Aclimação, o desfrute da paisagem e do ambiente empatou estatisticamente ou superou o motivo expresso de praticar esportes ou exercícios físicos em geral.

Considerando-se agora as avaliações positivas emitidas pelos entrevistados constata-se a liderança, em todos os casos, da opinião de que aquilo que os parques têm de melhor a oferecer são sua paisagem e seu ambiente. Portanto, nisto estariam incluídas as opiniões de pessoas que afirmaram ter ido ao parque por outros motivos que não o da fruição paisagística e ambiental. Na outra ponta, ao observar as avaliações negativas, notam-se em metade dos parques pesquisados índices expressivos de reprovação ao estado paisagístico e ambiental

em que se encontram. Disto tudo resulta o aumento do contingente de freqüentadores sensíveis aos aspectos paisagísticos e ambientais dos parques, seja porque optaram por ir aos parques por causa deles, seja porque os reconhecem como atributos positivos, mesmo que não os fossem buscar, seja porque são críticos em relação ao seu estado.

Antes de óbvios, estes dados devem ser vistos como indícios para uma possível saída da “crise de identidade” que os parques vêm sofrendo desde o momento em que tiveram suas atribuições sobrepostas às dos “parques infantis” das décadas de 1930 e 1940, até mais recentemente, quando a sobreposição se deu em relação aos centros esportivos. Qualquer que seja o motivo que move os freqüentadores, estar num parque é, antes de tudo, uma experiência singular, diversa da que se pode ter num centro esportivo ou num parque de diversões.

Embora não se dispusessem a medir exatamente a carência de significado ou de valor estético dos parques municipais na opinião dos seus freqüentadores, os levantamentos de campo colheram de alguns entrevistados juízos de valor espontâneos neste sentido. Haveria, portanto, demanda ou predisposição, também para a apreciação dos parques como objetos estéticos. É, por sinal, o que tem ocorrido de um tempo para cá *mais especificamente desde meados da década de 1980* em diferentes cidades do mundo, onde se optou pela renovação do vocabulário formal de alguns de seus parques. Isto gerou, no mínimo, uma polêmica salutar e atiçou a curiosidade de conhecê-los, mesmo em pessoas que, eventualmente, não teriam por hábito passar parte de suas horas de lazer num parque.

Bibliografia

- ACCIOLI, Aluizio & MARINHO, Inezil P. - História e organização da educação física e dos desportos. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, vol 1, 1956.
- ACRÓPOLE Ano II, n. 22, fevereiro de 1940. São Paulo, Edições Técnicas Brasileiras Limitada.
- ALMEIDA, Maria das Graças F. de - *O Departamento de Parques e Áreas Verdes*, in SVMA - Que Sigla é Esta? - São Paulo, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 1996.
- AMERICANO, Jorge - São Paulo naquele tempo (1895-1915). São Paulo, Edição Saraiva, 1957.
- ANDRÉ, Edouard - *L'art des Jardins. Traité Général de la composition des parcs et jardins*. Paris, G. Masson, 1879.
- ASHIHARA Yoshinobu - *Exterior Design in Architecture*. N. York, Van Nostrand Reinholdt, 1970.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - A Cidade de São Paulo - Estudos de Geografia Urbana - vol.2 - A Evolução Urbana. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
- BARROS, Edgard Luiz de - *Desenvolvimento e Planejamento Urbano em São Paulo durante a República Velha*, in Revista do Arquivo Municipal nº 195. São Paulo - Divisão do Arquivo Histórico, 1982.
- BARROS, Liliane Schrank Lehmann de e MOIZO, Rosana Pires Azanha - *Formação Administrativa da Cidade de São Paulo - 1554-1954*, in Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, 1991.
- BARZILAY, Marianne et al. - *L'invention du parc*. Paris, Graphite Editions, 1984.
- BATTAGLIA, Luisa - *Cadastros e Registros Fundiários - A Institucionalização do descontrolo sobre o espaço no Brasil*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995.
- BERJMAN, Sonia - *J.C.N. Forestier y la Ciudad de Buenos Aires*, in DANA - Documentos de Arquitectura Nacional y Americana - 31-32, Buenos Aires, 1992.
- BERMINGHAM, A. - *Landscape and ideology. The english rustic tradition*. London, Thames and Hudson, 1987.
- BEVERIDGE, Charles & ROCHELEAU, Paul. - *Frederick Law Olmsted - Designing the american landscape*. N. York, Rizzoli, 1995.
- BLOSSFELD, Harry - *Jardinagem*. São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d.
- BOSI, Ecléa - *Lembranças de Velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1983.
- BRASIL - *Arquitetura Contemporânea*, Nº 2 e 3, novembro, dezembro e janeiro de 1953 e 1954.
- BRUNO, Ernani Silva - *História e tradições da cidade de São Paulo*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1954.
- BURGESS, J. et al. - *People, parks and urban green: a study of popular meanings and values for open spaces in the city*. Urban Studies 25, 1988.
- CALZOLARE, Vittoria e GHIO, Mario - *Verde per la città*. Roma, De Luca, 1961.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1872*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1947.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1856*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1940.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo, 1873, vol. LIX*. São Paulo, Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, 1947.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - *Relatorio apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Presidente Dr. Pedro Vicente de Azevedo - 1893*. São Paulo, Officinas Salesianas, 1894.

- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal de S. Paulo pelo Intendente de Polícia e Higiene dr. Roberto Leite Penteado - 1896. São Paulo, Typographia a Vapor, Pauperio e Comp., 1897.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesario Ramalho da Silva - 1893. São Paulo, Typ. a vap., Espindola, Siqueira & Comp., 1894.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo em sessão de 15 de janeiro de 1929 pelo Presidente Luiz Antônio Pereira de Fonseca. Triênio de 1926 a 1929. São Paulo, Sociedade Impressora Paulista.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Antonio da Silva Prado - 1906, Anexo 23.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Antonio da Silva Prado - 1909, Anexo da Diretoria de Obras.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal de São pelo Prefeito Raymundo Duprat - 1911.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito J. Pires do Rio - 1927. São Paulo, Empreza Graphica Limitada, 1928.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Antonio da Silva Prado - 1899. São Paulo, Typ. a vapor, Espindola, Siqueira & C., 1900.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Souza, 1918.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Firmiano de Moraes Pinto - 1922.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório da Diretoria Geral de Higiene, in Relatório de 1927 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo. São Paulo, Empreza Graphica Limitada, 1928, pg.180.
- CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - Relatório enviado à Câmara Municipal pelo Prefeito Raymundo Duprat - 1911.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima - O Que é Lazer. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima - Educação para o lazer. São Paulo, Editora Moderna, 1998.
- CAVALCANTI, Kátia. - Esporte para todos. Um discurso ideológico. São Paulo, Ibrasa, 1984.
- CERAMI, Giovanni - Il giardino e la città - Il progetto del parco urbano in Europa. Roma, Laterza, 1996.
- CHADWICK, George F. - The Park and the Town. London, The Architectural Press, 1966.
- CHIAVARI, Maria Pace - *Novo olhar, nova tecnologia: o princípio da modernidade*, in A Paisagem Desenhada - O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 1994.
- CHOAY, Françoise - *Hausmann et le système des espaces verts parisiens*, in Revue de l'art.
- CIDADE DE SÃO PAULO - Atas da Câmara da Cidade de São Paulo - 1870. Publicação da Divisão do Arquivo Histórico vol. LVI, 1947.
- CLIFFORD, Dereck Plint - A History of Garden Design, London, Faber & Faber, 1962.
- COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE - São Paulo Antigo - Plantas da Cidade.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E OBRAS - Album de Photographias do Estado de São Paulo - 1892. Dezembro de 1984.
- CONWAY, H. - People's park: the design and development of victorian parks in England. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- COSTA, Lúcia M.S.A. - Popular values for urban parks: a case study of the changing meanings of Parque do Flamengo in Rio de Janeiro. PhD. Thesis, University College, London, 1993.
- CRANZ, Galen - The Politics of Park Design - A History of Urban Parks in America. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1982.
- DAL CO, Francesco. - *De los parques a la región, ideologia progressista y la reforma de la ciudad*

- americana*, in *La Ciudad Americana*, de la guerra civil al New Deal. Barcelona, Gustavo Gili, 1975.
- DECCA, Maria Auxiliadora G. - *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- DIEGUES, Gilda Korff (org.) - *Esporte e poder*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- DIERBERGER, Reynaldo - *O Parque Municipal do Ibirapuera, em São Paulo*, in *Revista Architectura e Construções*, São Paulo, junho 1930, vol. 1, nº 11.
- DOREA, Augusta Garcia Rocha - *Aclimação - História dos Bairros de São Paulo*, vol.19. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1982.
- DUMAZEDIER, J. - *Lazer e cultura popular*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- DUMAZEDIER, J. - *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- DUMAZEDIER, J. e RIPERT, A. - *Le Loisir et la Ville - Loisir et Culture*. Paris, Éditions du Seuil, 1966.
- DUMAZEDIER, J. et alli. - *Olhares novos sobre o desporto*. Lisboa, Compendium, 1980. Citado em Sant' Anna, D.B.
- ECKBO, Garret, KILEY, Daniel U., ROSE, James - *Landscape Design in the Urban Environment*, in Treib, Marc (editor) - *Modern Landscape Architecture: a Critical Review*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1994.
- ELAZARI, Judith Mader - *Lazer e Vida Urbana - São Paulo - 1850-1910*. Dissertação de mestrado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1979.
- ESTADO DE SÃO PAULO - *Collecção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo - 1889 - 1892 - Tomo II*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1938, 2a edição.
- ESTADO DE SÃO PAULO - *Collecção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo - 1893 - Tomo III*. São Paulo, Typographia do Diario Oficial, 1893.
- ETZEL, Eduardo - *O verde na Cidade de São Paulo*, in *Revista do Arquivo Municipal* nº 195, janeiro/dezembro de 1982.
- FEIN, Albert. - *Frederick Law Olmsted and the american environmental tradition*. N. York, George Braziller, 1972.
- FERRAZ, Vera Maria de Barros - *O Parque da Metrópole*, in *Memória*, ano V, n.18, abril/maio/junho 1993.
- FERREIRA, Acácio - *Lazer Operário - Um estudo de organização social das cidades* - Aguiar & Souza Ltda., Livraria Progresso Editora, 1959.
- FIGUEIREDO, Antonio - *O Esporte em São Paulo*, in *A Capital Paulista - álbum de 1920*.
- FORESTIER, Jean-Claude-Nicolas - *Grandes Villes et Systèmes de Parcs*. Paris, Norma Éditions, 1997.
- FREIRE, Victor da Silva - *A cidade salubre*, in *Revista Polytechnica*, janeiro/fevereiro de 1915.
- FREITAS, Afonso de - *Tradições e reminiscências paulistanas*. São Paulo, Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1921.
- FRIEDMANN, Georges - *O trabalho em migalhas*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- GUARALDO, Eliane - *São Paulo - Paisagem e Paisagismo na Primeira República*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995.
- GUIA PITORESCO E TURÍSTICO DE SÃO PAULO. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora S.A. Fotos de Jean Manzon e textos de José B. Almeida Junior, s/d.
- HARVEY, David - *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*, in *Espaços e Debates* nº 6, 1982.
- HOEHNE, F.C., KUHLMANN, Moysés e HANDRO, Oswaldo - *O Jardim Botânico de São Paulo*. São Paulo, Departamento de Botânica do Estado, 1941.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério - *Hiigenópolis - Grandeza e Decadência de um Bairro Paulistano*. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, s/d. HOWETT, Catherine - *Modernism and American Landscape Architecture*, in Treib, Marc (editor) - *Modern Landscape Architecture: a Critical Review*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1994.
- HUNT, John Dixon - *The Dialogue of Modern Landscape Architecture with the Past*, in Treib, Marc (ed.) -

- Modern Landscape Architecture: A Critical Review. Cambridge, Massachusetts, 1994.
- HUNT, John Dixon. - Gardens and the picturesque. Studies in the history of landscape architecture. Cambridge-London, The MIT Press, 1992
- IMBERT, Dorothée - *A model for modernism: the work and influence of Pierre-Émile Legrain*, in Treib, Marc (ed.) - Modern Landscape Architecture: a Critical Review. Cambridge, Massachusetts, 1994.
- IMBERT, Dorothée - The Modernist Garden in France - New Haven, Yale University Press, 1993.
- INSTITUTO CULTURAL ITAÚ - Cadernos Cidade de São Paulo - Bairro de Higienópolis. São Paulo, 1996.
- KLIASS, Rosa Grena - Parques urbanos de São Paulo. São Paulo, Pini Editora, 1993.
- KLIASS, Rosa Grena e MAGNOLI, Miranda Martinelli - Áreas Verdes de Recreação - Município de São Paulo, 1967.
- LAGO, Pedro Corrêa do - Iconografia paulistana do século XIX. São Paulo, Metalivros, 1998.
- LANGLOIS, Gilles-Antoine - Folies, Tivolis et Attractions. Paris, Imprimerie Allençonnoise, 1991.
- LE DANTEC, Jean-Pierre - Jardins et Paysages - Textes critiques de l'antiquité à nos jours. Paris, Larousse, 1996.
- LEENHARDT, Jacques (organizador) - Nos Jardins de Burle Marx - São Paulo, Editora Perspectiva, 1996.
- LELLO, José e LELLO, Edgar - Lello Universal - Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro. Porto, Lello & Irmão.
- LEME, Maria Cristina Silva - Revisão do Plano de Avenidas - Um estudo sobre planejamento urbano. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1990.
- LIMA, Catharina Cordeiro dos Santos Lima - A Natureza na Cidade, a Natureza da Cidade. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1997.
- LIVINGSTONE, James M. - Pesquisa de mercado - uma abordagem operacional. São Paulo, Atlas, 1989.
- LLARDENT, Luis Rodriguez-Avial - Zonas Verdes y Espacios Libres en la Ciudad. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1982.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado - A Cidade e as Áreas Verdes. Prefeitura do Município de São Paulo, 1979.
- MACHADO, Alcântara - Brás, Bexiga e Barra Funda. S/d.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli - *O Parque no Desenho Urbano*, in Malta, Maurício e Turkieniczt, Benamy - Desenho Urbano - Anais do II SEDUR. São Paulo, CNPq / FINEP / PINI, 1986.
- MAGNOLI, Miranda Martinelli - *Paisagem - pesquisa sobre o desenho do espaço*, in Paisagem e Ambiente, edição especial, n° 1 e 2, São Paulo, FAU-USP, 1994.
- MAIA, Francisco Prestes - Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo, 1930.
- MAIA, Francisco Prestes - Os Melhoramentos de São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo, segunda tiragem atualizada, janeiro de 1945.
- MARIANO, Cassia Regina - Parques Metropolitanos de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1992.
- MARTINS, Antonio Egidio- São Paulo Antigo vol. I. São Paulo, Livraria Francisco Alves & C., 1911.
- MARTINS, Antonio Egydio - São Paulo Antigo vol. II. São Paulo, Typographia do Diario Official, 1912.
- MCHARG, Ian - Design with nature. N. York, The Natural History Press, 1969.
- MINAMI, Issao - Equipamentos de lazer na metrópole de São Paulo. Trabalho de Graduação Interdisciplinar para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1975.
- MIRANDA, Nicanor - *Plano inicial da Seção de Parques Infantis*, in Revista do Arquivo Municipal vol. XXI, 1936.
- MIRANDA, Nicanor. - *Esporte, Recreação e Educação*, in Revista do Arquivo Municipal vol. CLXIX.
- MOSES, Robert - Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo, 1950.

- MOSSER, Monique e TEYSSOT, Georges - *The History of Garden Design*. London, Thames and Hudson, 1991.
- MOTTA, Flávio Lichtenfels - Roberto Burle Marx e a Nova Visão da Paisagem. São Paulo, Nobel, 1984.
- MOURA, Paulo Cursino de - *São Paulo de Outrora (Evocações da Metrópole)*. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 3ª edição, s/d.
- NISHIKAWA, Ayako - *Espaços Livres Junto às Habitações em São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1984.
- PANZINI Franco - *Per i piaceri del popolo - L'evoluzione del giardino pubblico in Europa dalle origini al XX secolo*. Bologna, Zanichelli, 1993.
- PARKER, Barry - *Two Years in Brazil*, in *The Garden Cities and Town Planning Magazine*, Vol.IX, N° 8, August, 1919.
- PENTEADO, Antonio Rocha - *Os subúrbios de São Paulo e suas funções*, in AZEVEDO, Aroldo de (org.) *A Cidade de São Paulo - Estudos de Geografia Urbana*, vol. IV. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
- PERRONE, Rafael Antônio Cunha - *Análise da Ação Legislativa do Estado em Relação aos Loteamentos Clandestinos no Município de São Paulo* - Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1984.
- PETRONI, Pasquale - *São Paulo no século XX*, in Associação dos Geógrafos Brasileiros - *A Cidade de São Paulo - Estudos de Geografia Urbana* - vol 2 - *A Evolução Urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
- PONTES, José Alfredo O.V. Pontes - *Em busca do verde perdido*, in *Memória*, ano V, n.18, abril/maio/junho 1993.
- PRADO, Fábio - *A Administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo, através de entrevista concedida ao "Estado de S. Paulo"*, 1937.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Coordenadoria Geral de Planejamento - *Política do Verde do Município de São Paulo*, 1977.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Grupo Executivo de Planejamento - Consórcio Asplan, Daly Montreal, Wilbun Smith - *Plano Urbanístico Básico - Volume 3 - Desenvolvimento Social*.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Planejamento. São Paulo, Gráfica Municipal, 1961.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - *Relatório dos Exercícios de 1938-1939-1940* apresentado ao Prefeito Municipal Exmo. Sr. Dr. Francisco Prestes Maia pelo Diretor do Departamento Jurídico Oswaldo Aranha Bandeira de Mello.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO Paulo - *Revista do Arquivo Municipal* vol. 66.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo, Brasiliense, s/d), pg.94.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Secretaria Municipal do Planejamento - *Dossiê São Paulo / 95*.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - Secretaria Municipal do Planejamento - *Guia de Serviços Públicos - Cidade de São Paulo - 1998*.
- RAGO, Margareth L. - *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890/1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- REIS FILHO, Nestor Goulart - *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1970.
- REIS FILHO, Nestor Goulart - *São Paulo e Outras Cidades - Produção Social e Degradação dos Espaços Urbanos*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- REQUIXA, Renato - *O Lazer no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.
- ROLNIK, Raquel - *A Cidade e a Lei* - São Paulo, Nobel, 1997.
- ROSE, James C. - *Freedom in the Garden*, artigo de 1938 transcrito in TREIB, Marc (ed.) - *Modern Landscape Architecture: A Critical Review*. Cambridge, Massachusetts, 1994.
- SANT'ANNA, Benvenuto - *São Paulo Histórico - aspectos, lendas e costumes*, vol. IV. São Paulo, Departamento de Cultura, 1994.

- SANT'ANNA, Denise Bernuzi de - O prazer justificado - história e lazer (São Paulo, 1969/1979). São Paulo, Editora Marco Zero, CNPq, 1994.
- SANTOS, Paulo - Quatro Séculos de Arquitetura. Rio de Janeiro, Fundação Educacional R. Pimentel, 1977.
- SEGAWA, Hugo - Ao amor do público - Jardins no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 1996.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC - Pesquisa social - Práticas e aspirações culturais da população paulistana, realizada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPESP. São Paulo, setembro de 1996.
- SEVCENKO, Nicolau - Orfeu extático na metrópole. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- SINGER, Paul - Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Companhia Editora Nacional - EDUSP, 1968.
- SITTE, Camillo - A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo, Ática, 1992.
- SOCIARTE - Iconografia paulistana em coleções particulares. São Paulo, 1999.
- SPAGNOLI, Lorenzo. - *Il verde e la costruzione dello spazio pubblico: P.J. Lenné a Berlino (1816-1866)*, in *Morfologia dello spazio urbano* (a cura di) Zanella Patrizia. Milano, Franco Angeli, 1988.
- SPOSATI, Aldaíza (coordenadora) - Mapa da Exclusão / Inclusão Social da Cidade de São Paulo. São Paulo, EDUC, 1996.
- STORIA URBANA nº 60 - Parchi storici. 1992.
- TAUNAY, Affonso de E. - Velho São Paulo vol. 1. São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d.
- TOLEDO, Benedito Lima de - Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo. São Paulo, Empresa das Artes, 1996.
- TOLEDO, Benedito Lima - São Paulo: três cidades em um século. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.
- TREIB Marc (editor) - Modern Landscape Architecture: a Critical Review - Cambridge (Massachusetts), The MIT Press, 1994.
- UNWIN, Raymond - Town planning in practice - An introduction to the act of designing cities and suburbs. London, T. Fisher Unwin, 1913.
- VILLAÇA, Flávio - Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 1998.
- WALKER, Peter and SIMO, Melanie - Invisible Gardens - The Search for Modernism in the American Landscape. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1994.
- WHYTE, William H. - The Last Landscape. N. York, Doubleday & Company, 1968.
- YURGEL, Marlene - Urbanismo e Lazer. São Paulo, Nobel, 1983.

APÊNDICE

Artigos sobre parques e jardins públicos em periódicos brasileiros

Levantamento efetuado por meio de consulta ao Índice de Arquitetura Brasileira da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde estão compilados, por assunto, artigos publicados desde 1950.

ARQUITETURA BRASILEIRA DO ANO 1 - "Estudo para remodelação do Parque 10 de Novembro", Severiano Mário Porto.

AB ARQUITETURA DO BRASIL 13 - "Parque da Cidade, Aracaju", Henrique Behrens.

ACRÓPOLE 185 - "Parque Ibirapuera".

ACRÓPOLE 337 - "Parque do Flamengo", Eduardo Corona.

ACRÓPOLE 345 - Parque de Turismo e Exposições em Porto Alegre, Armando Dans.

ACRÓPOLE 346 - "Normas para parques e jardins", Rodolfo Geiser e Luís Felipe Castro Santos.

ACRÓPOLE 361 - "Áreas verdes de recreação", Rosa Kliass e Miranda Magnoli.

ACRÓPOLE 22 - Ano II, n. 22, fevereiro de 1940.

ARQUITETURA 29 - "Planejamento para áreas livres", Wit Olaf Prochnik.

ARQUITETURA 29 - "Um milhão de metros quadrados para recreação pública", Ethel Bauzer Medeiros.

ARQUITETURA E ENGENHARIA 27 - "Parque Ibirapuera".

ARQUITETURA E URBANISMO 19 - "Para um povo musical: Parque Villa Lobos", Décio Tozzi.

ARQUITETURA E URBANISMO 25 - "Parque Caminhos do Mar", Bruno Padovano et al.

ARQUITETURA E URBANISMO 27 - "Parque Prainha, Vila Velha-ES", Gregório e Olimpia Repsold.

ARQUITETURA E URBANISMO 44 - "Concurso: Paisagismo Palmas-TO", Fábio M. Gonçalves.

BARROCO 12 - "Os jardins públicos no período colonial e o Passeio Público do Rio de Janeiro", Hugo Segawa.

Brasil Arquitetura Contemporânea 2/3 - "Parque Ibirapuera".

ARQUITETURA 12 - "Parque Metropolitano Sul", Montreal Engenharia S.A.

ARQUITETURA 12 - "Plano piloto do Parque Saint-Hilaire", Ligia Maria B. Botta.

ARQUITETURA 12 - "Projeto para Parque Estadual do Jaraguá", Secretaria de Estado dos Negócios de esporte e Turismo de São Paulo.

CASA E JARDIM 365 - "O verde em Belo Horizonte: Parque das Mangabeiras", Roberto Burle Marx.

CASA E JARDIM 373 - "A importância das áreas verdes em Goiânia".

CASA E JARDIM 373 - "Parque Pithon Farias: o verde de Brasília".

CIDADE 1 (1) - "Ibirapuera, ontem e hoje", Fátima Aparecida Fonseca.

CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1261 - "Cidade ganha parque para comemorar a independência".

CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1263 - Preservação do verde da cidade continua agora em Santo Amaro".

CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1277 - "Projeto dará mais áreas verdes à cidade".

CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1283 - "O gênio de Niemeyer no Parque Comunitário".

CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1312 - "Rio Claro ganhará grande parque com lago", Apta Engenharia de Projeto.

CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1349 - "O nosso verde e suas contradições".

CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1372 - "São Paulo tem agora sua política do verde".

- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1376 - "O Anhangabaú e a cidade, conforme Artigas".
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1408 - "Só na vertical o verde alcança seus objetivos".
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1433 - "O verde, os vivos e os mortos da cidade".
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1461 - "Como estruturar o verde para as grandes cidades".
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1464 - "Metrópole terá Parque ecológico com a retificação do Tietê".
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1469 - "Como o Parque do Carmo será entregue ao público".
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1484 - "Parque do Jaraguá: obras começam em setembro".
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1636 - "Parque Ibirapuera", Oscar Niemeyer.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 1855 - "Parque ecológico do Tietê, núcleo Tamboré", Ruy Ohtake e Roberto Burle Marx.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2058 - "Parque na serra: Parque Estadual da Cantareira", Conceição Melo.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2068 - "Verde musical: Parque Villa Lobos".
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2093 - "Exame de cátedra: Parque D. Pedro II", Maria Teresa Marques.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2096 - "Manguezal protegido: Parque ecológico de Bertioga", Luiz Cabral.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2107 - "São Paulo de todos os tempos: Parque Villa Lobos", Maria Teresa Marques.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2118 - "Lazer lindeiro: Parque Tiquatira", Sérgio Teperman.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2161 - "Verde como o dólar: Boituva Ecological Station", Helder Lima.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2198 - "Promessa ecológica: Parque 9 de Julho, São Paulo", Bruno Padovano.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2231 - "Domingo no parque", Maria teresa Marques.
- CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO 2377 - "Adensamento urbano e áreas públicas", Ricardo S. Moretti.
- DIRIGENTE CONSTRUTOR 27 (10) - "Área de lazer preserva ambiente".
- ENGENHARIA MUNICIPAL 1 - "Espaços verdes".
- ENGENHARIA MUNICIPAL 15 - "Espaços livres e espaços verdes", José Vicente Vicari.
- ENGENHARIA MUNICIPAL 30 - "Espaços livres verdes, recreação e lazer", João Nelson Sá Machado.
- ENGENHARIA MUNICIPAL 38 - "Jardim Monjolo", Lúcia Porto e Francisco Segnini.
- ENGENHARIA MUNICIPAL 46 - "PUB - Recreação, Cultura e Esportes", Asplan, Daly, Montreal, Smith.
- ENGENHARIA MUNICIPAL 54 - "Parque da Independência será principal centro cívico do país".
- ENGENHARIA MUNICIPAL 63 - "Áreas Verdes: instantâneo de um problema da cidade", Rogério César de Andrade Filho.
- HABITAT 16 - "Parque Ibirapuera".
- HABITAT 6 - "Verde em São Paulo", Flávio Motta.
- MEMÓRIA 5 - "Ibirapuera, o parque da metrópole", Vera Maria ferraz.
- MEMÓRIA 5 - "São Paulo, em busca do verde perdido", José Alfredo Pontes.
- MÓDULO 1 (1) - "Mutilado o conjunto do Parque Ibirapuera".
- MÓDULO 50 - "Parque ecológico do Tietê", Ruy Ohtake.
- MÓDULO 52 - "Parque da cidade de Aracaju", Henrique Behrens.
- MÓDULO 67 - "Parque do Ipanema, Ipatinga-MG", Alípio Pires Castelo Branco.
- MÓDULO 9 (37) - "Parque do Flamengo", Enaldo Cravo Peixoto.
- ÓCULUM 5 e 6 - "Espaços livres públicos na cidade II - Parques", Vladimir Bartolini.
- PAISAGEM E AMBIENTE 1 e 2 - "Paisagem - Pesquisa sobre o desenho do espaço", Miranda Martinelli

Magnoli.

PAISAGEM E AMBIENTE 5 - "Paisagismo em Pernambuco", Luis Goes Vieira Filho.

PAISAGEM E AMBIENTE 7 - "Sintonia e Defasagens - Os parques públicos nos planos para São Paulo", Vladimir Bartalini.

PAISAGEM E AMBIENTE 8 - "Parque do Flamengo: a construção cotidiana de um espaço democrático", Lucia Maria de Sá Antunes Costa.

PAISAGEM E AMBIENTE 8 - "Paisagem e configuração espacial no Rio de Janeiro: os espaços livres urbanos no século 19", Mario Ceníquel.

PAMPULHA 10 - "Posto ecológico Feliciano Miguel Abdalla", Eduardo F. Soares.

PAMPULHA 5 - "Parque Oeste, Belo Horizonte", Luis Carlo G. Chiari.

PAMPULHA 6 - "Parque de lazer da Gameleira".

PROJETO 105 - "Cultura, lazer e esportes: espaço aberto a uma comunidade", Jamil José Kfourri.

PROJETO 111 - "Eletropaulo cria parque na Serra do Mar".

PROJETO 111 - "Parque Pedreira São João Itapevi-SP", Rino Levi Arq. Ass. sc. Ltda.

PROJETO 114 - "Parque Anauá: Boa Vista, RO", Octacílio Teixeira.

PROJETO 118 - "Projeto cria rua de pedestres e área de recreação" (Parque da Rua do Porto, Piracicaba-SP), Vera Catunda Serra.

PROJETO 120 - "Anauá: área verde, lazer e cultura para a capital de Roraima", Octacílio Teixeira Lima Neto.

PROJETO 120 - "Urussanga, um espaço de lazer e cultura", Manoel Coelho.

PROJETO 129 - "Parque Anauá", Octacílio teixeira.

PROJETO 130 - "Concurso nacional para revitalizar um parque".

PROJETO 130 - "Parque do Povo", Carlos Bratke et al.

PROJETO 138 - "Potycabana Grand Park" (Teresina), Gerson Castelo Branco.

PROJETO 138 - "Propostas para parque ecológico em Guarapiranga".

PROJETO 138 - "Propostas para parque ecológico em Guarapiranga".

PROJETO 139 - "Parque combate a degradação com mais lazer".

PROJETO 142 - "Em Petrópolis um parque com múltiplos usos".

PROJETO 143 - "Parque é nova opção de lazer em belo Horizonte".

PROJETO 153 - "Parque Ecológico de Guarapiranga", Carlos M. Fayet.

PROJETO 153 - "Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim" (Campinas-SP), Vera Severo et al.

PROJETO 153 - "Parque Ecológico Norte" (Brasília), Maria A. R. Franco et al.

PROJETO 165 - "A recuperação paisagística de uma pedreira", Anita Regina Di Marco.

PROJETO 165 - "Parque das Lavras, Salto-SP", Alcino Izzo Jr.

PROJETO 165 - "Parque Rocha Montonée" (Salto-SP), Sandra Maria Geraldi.

PROJETO 171 - "Parque do Povo", Carlos Bratke.

PROJETO 171 - "Parque ecológico de Indaiatuba", Ruy Ohtake.

PROJETO 176 - "Formas de Burle Marx redefinem o paisagismo", Guilherme Mazza Dourado.

PROJETO 42 - "Parque Ecológico do Tietê, Grande São Paulo".

PROJETO 48 - "Parc de La Villette: projeto brasileiro entre os premiados", Haruyoshi Ono.

PROJETO 50 - "Parque Marinha do Brasil, Porto Alegre", Ivan Mizoguchi e Rogério Malinski.

PROJETO 90 - "Projeto cria parque no lugar de antiga pedreira".

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL 195 - "O verde da cidade de São Paulo", Eduardo Etzel.

REVISTA DO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES 4 (3) - "Tombamento da área de Jacarenema viabiliza criação do Parque Municipal", Ana Paulo Andrade et al.

REVISTA DO IPHAN 8 - "O Parque da Praça da República, antigo da Aclamação", A. Noronha Santos.

Parques Públicos na proposta do Plano de Avenidas de Prestes Maia em 1930

Legenda

Cimentado	Paralelepípedo	Gramado	Lago	Quiosque	Arbustos
Asfalto	Chão Batido	Edifício	Pedrisco	Árvores	Palmeiras

0 25 50 75m

Desenho: Guilherme de Toledo
fev/98

Planta de Cobertura Vegetal

Parque da Aclimação
São Paulo/SP

Parque do Carmo – Local de moradia dos entrevistados

Legenda

Pedra	Ardósia	Gramado	Riacho	Quiosque	Saibro
Asfalto	Pedrisco	Lago	Edifício	Ponte	Terra batida
Bambu	Árvores	Eucaliptos	Mato	Arbustos	Alagadiços
Cerejeiras	Alambrado	Palmeiras

0 100 200 300m

Desenho: Guilherme de Toledo
fev/98

Planta de Piso

Parque do Carmo
São Paulo/SP

Parque Guarapiranga – Local de moradia dos entrevistados

Parque do Ibirapuera – Local de moradia dos entrevistados

Legenda

Cimentado	Mosaico Preto	Pérgolado	Edifícios	Árvore
Asfalto	Área Ocupada Particular	Lago	Marquise	
Pedrisco	Piso de Cimento e Tijolos	Espelho	Gramado

N

0 200 400 600m
Desenho: Guilherme de Toledo
Valeska Barbosa
set/98

Planta de Cobertura Vegetal

Parque Ibirapuera
São Paulo/SP

Parque da Luz – Local de moradia dos entrevistados

Legenda

Asfalto	Árvores	Edifício	Riacho	Telha
Cimentado	Forrações	Lago	Areia	Madeira
Pedrisco	Gramado	Espelho d'água	Palmeira	Cerâmica hidráulica

Desenho: Cesar A. E. Assis
jul/97

Planta de Cobertura Vegetal

Parque da Luz
São Paulo/SP

Legenda

Cimentado	Paralelepípedo	Areia	Lago	Gramado	Bambú
Asfalto	Pedrisco	Edificação	Gradil	Arbustos	Palmeiras
Banco	Terra/saibro	Telha	Muro	Árvores	Agave

N

0 25 50 100m

Desenho: Lúcio M. Casonatto
mar/98

Planta de Cobertura vegetal

Parque do Piqueri
São Paulo/SP

Parque Previdência – Local de moradia dos entrevistados

Legenda

Cimentado	Banco	Gramado	Forração	Árvores	Tanque de Carpas
Asfalto	Chão Batido	Areia	Arbustos	Edifício	Palmeiras

N

Desenho: Guilherme de Toledo
ago/96

Planta de Vegetação

Parque Previdência
São Paulo/SP